



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII – Nº 091 – TERÇA-FEIRA, 19 DE JUNHO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)		3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)		4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^{3,4}		
1º SECRETÁRIO Cicero Lucena - (PSDB-PB)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²		2º - João Durval - (PDT-BA)
		3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
		4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14
Líder Renan Calheiros - PMDB ----- Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jacó ⁽⁴⁶⁾ Sérgio Souza ⁽²⁹⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹²⁾ Líder do PV - 1 Paulo Davim	Líder Walter Pinheiro - PT ^(22,36) Vice-Líderes Acir Gurgacz Lidice da Mata ^(29,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes ^(37,45) ----- Líder do PT - 13 Walter Pinheiro ^(22,36) Vice-Líderes do PT Wellington Dias ⁽²⁷⁾ Lindbergh Farias ⁽²³⁾ Ana Rita ⁽²⁶⁾ Amílcar Diniz ⁽²⁵⁾ Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²¹⁾ Líder do PSB - 4 Lidice da Mata ^(29,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares ⁽³⁰⁾ Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes ^(37,45)	Líder Jayme Campos - DEM ⁽³⁴⁾ Vice-Líderes Cyro Miranda ⁽³⁴⁾ Flexa Ribeiro ^(7,35) Lúcia Vânia ⁽³¹⁾ Mário Couto ⁽³²⁾ Paulo Bauer ^(6,33) ----- Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁵⁾ Paulo Bauer ^(6,33) Flexa Ribeiro ^(7,35) Líder do DEM - 4 José Agripino ^(23,14,43,48) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽³⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PS) - 13 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairn Maggi ⁽¹⁹⁾ Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ João Vicente Claudino Eduardo Amorim ^(17,47,48) ----- Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairn Maggi ⁽¹⁹⁾ Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ Vicentinho Alves ⁽⁴⁵⁾	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB ⁽³⁸⁾ Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lidice da Mata ^(29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ^(11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão
Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ^(17,47,48)	PSOL - 1 Líder Randolfo Rodrigues - PSOL ⁽¹⁸⁾	

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercera a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLEDEN Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLEDEN Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 42330
6. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercera a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLEDEN nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLEDEN, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfo Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSBM Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairn Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Amílcar Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lidice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro do Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lidice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jacó é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 42340
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012-GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012-GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM, Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formulação para leitura em Plenário.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLEDEN, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSOL decidido de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUP/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUP/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madrugá Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Atuação Wagner de Aguiar Teodoro Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 105ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 18 DE JUNHO DE 2012

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar os 50 anos de criação do Estado do Acre, nos termos dos Requerimentos nºs 1.575, de 2011; e 1, de 2012, do Senador Jorge Viana e outros Senadores. 26480

1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro

1.2.2 – Execução do Hino do Estado do Acre

1.2.3 – Oradores

Senador Anibal Diniz 26480

Senadora Ana Amélia 26483

Senador Wellington Dias 26485

Senador Sérgio Petecão 26488

Sr. Nabor Júnior, ex-Governador e ex-Senador pelo Estado do Acre 26491

Senador Jorge Viana 26493

Sr. Tião Viana, Governador do Estado do Acre 26497

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 106ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE JUNHO DE 2012

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Pareceres

Nºs 731 a 764, de 2012, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre os Projetos de Decreto Legislativo nºs 125, de 2007; 248, de 2010; 399, 418, 424, 426, 429, 431, 449, 450, 455 e 459, de 2011; e 1, 3, 5, 11, 20, 22, 32, 36, 43, 44, 54, 55, 58, 83, 90, 98, 99, 102, 135, 169, 119 e 125, de 2012, respectivamente. 26501

2.2.2 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 125, de 2007; 248, de 2010; 399, 418, 424, 426, 429, 431, 449, 450, 455 e 459, de 2011; e 1, 3, 5, 11, 20, 22, 32, 36, 43, 44, 54, 55, 58, 83, 90, 98, 99, 102, 135 e 169, de 2012, cujos

pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário (Ofício nº 105/2012-CCT)..... 26639

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 119 e 125, de 2012, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário (Ofícios nºs 106 e 107/2012-CCT)..... 26639

2.2.3 – Mensagens da Presidente da República

Nº 250/2012, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2012, sancionado e transformado na Lei nº 12.666, de 2012..... 26639

Nº 255/2012, na origem, comunicando sua ausência do País, no período de 17 a 19 do corrente, em viagem oficial a Los Cabos, México..... 26639

Nº 42/2012 (nº 256/2012, na origem), solicitando seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até 9.463.000,00€ (nove milhões e quatrocentos e sessenta e três mil euros), entre o Município de Toledo, Estado do Paraná, e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)..... 26640

Nº 43/2012 (nº 257/2012, na origem), solicitando seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 70.275.000,00 (setenta milhões, duzentos e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e o Governo do Estado de Sergipe.... 26640

Nº 44/2012 (nº 258/2012, na origem), solicitando seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 99.000.000,00 (noventa e nove milhões dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Governo do Estado de Tocantins..... 26640

2.2.4 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2012 (nº 1.804/2011, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação

de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) e dá outras providências. 26641

Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2012 (nº 1.829/2011, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE). 26659

2.2.5 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Relatório de Gestão Fiscal, referente ao primeiro quadrimestre de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (Ofício nº 826/2012, na origem). 26670

2.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Comunicação da aprovação da eleição do novo Presidente da França, o socialista François Hollande, no atual contexto da crise europeia. 26672

SENADORA ANA AMÉLIA – Análise acerca das medidas necessárias à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável; e outro assunto. 26675

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Comentários sobre matéria publicada na revista IstoÉ, intitulada “Médicos: o problema não é a quantidade” ... 26679

SENADOR ALVARO DIAS – Comentários acerca das investigações da CPMI do “caso Cachoeira” e crítica à não convocação para depoimento dos Srs. Luiz Antônio Pagot e Fernando Cavendish. ... 26686

SENADOR VALDIR RAUPP – Destaque à publicação, pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado, do texto “Sobre alguns dos problemas que dificultam o Licenciamento Ambiental no Brasil”; e outros assuntos. 26690

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro do pagamento, a partir de hoje, dos benefícios do Programa Brasil Carinhoso, complementando o valor do Programa Bolsa Família; e outro assunto. 26691

SENADOR ACIR GURGACZ – Defesa da postura soberana do Brasil, no que tange a produção com sustentabilidade, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, na cidade do Rio de Janeiro. 26692

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Posicionamento pela incompatibilidade entre o atual capitalismo de consumo e a preservação da natureza; e outros assuntos. 26693

2.2.7 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2012-Complementar, de autoria dos Senadores Roberto Requião, Antonio Carlos Valadares e Pedro Taques, que dispõe sobre a execução de Planos de Ações Especiais - PAE e confere aos Estados e Municípios que se encontram com dívidas para com a União a faculdade de celebração de convênios

com esta, para aplicação especial das parcelas de pagamentos de suas dívidas. 26698

2.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR MÁRIO COUTO – Satisfação com os trabalhos desenvolvidos pelo Governador do Estado do Pará, Simão Jatene, em especial no setor do meio ambiente; e outros assuntos. 26703

2.2.9 – Leitura de requerimento

Nº 582, de 2012, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando voto de honra ao mérito ao Governador do Estado do Pará, Simão Robison Oliveira Jatene. 26705

2.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR WELLINGTON DIAS – Cobrança à Presidente Dilma Rousseff pelo cumprimento do Plano Nacional do Desenvolvimento Territorial; e outros assuntos. 26706

SENADOR PEDRO TAQUES – Defesa do voto aberto no Senado Federal; e outros assuntos. 26709

SENADOR RANDOLFE RODRIGUES – Solidariedade aos servidores e professores das universidades públicas federais que se encontram em greve no País; e outro assunto. 26713

SENADOR IVO CASSOL – Registro do transcurso hoje, em Rondônia, do Dia do Evangélico; e outro assunto. 26715

2.2.11 – Comunicação

Da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de cessão provisória, ao Bloco de Apoio ao Governo, de uma vaga de suplente na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 4, de 2011-CN (Ofício nº 155/2012). 26720

2.2.12 – Discurso encaminhado à publicação

SENADORA ANGELA PORTELA – Defesa das reivindicações dos servidores públicos dos Estados de Rondônia, Amapá e Roraima frente ao Governo Federal. 26720

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

3.1 – ATA CIRCUNSTANCIADA DA 15ª REUNIÃO, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2012

4 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO

4.1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

4.1.1 – Atas de Comissões Permanentes (Publicadas em Suplemento “A”)

4.1.2 – Atas de Comissões Temporárias (Publicadas em Suplemento “B”)

4.1.3 – Atas da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Publicadas em Suplemento “C”)

4.2 – PARECER

Nº 6, de 2012-CN, da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisó-

ria nº 568, de 2012, que dispõe sobre servidores do Instituto Nacional de Meteorologia, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, da Agência Brasileira de Inteligência, da Comissão de Valores Mobiliários, do Instituto Evandro Chagas, do Centro Nacional de Primatas, da Fundação Oswaldo Cruz, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Instituto Nacional do Seguro Social, da Superintendência de Seguros Privados, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, do Serviço Exterior Brasileiro, do Instituto Brasileiro de Turismo, da Superintendência da Zona Franca de Manaus, do ex-Território de Fernando de Noronha e do Ministério da Fazenda, sobre os ocupantes de cargos de Médico do Poder Executivo, de cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, de cargos de Agente de Combate às Endemias e de cargos das carreiras de Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de Analista de Infraestrutura, de Ciência e Tecnologia, de Tecnologia Militar, de Desenvolvimento de Políticas Sociais e de Finanças e Controle, sobre as gratificações e adicionais que menciona, e dá outras providências. **(Conclui pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2012) (Publicado em Suplemento “D”)**

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS

SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	26763
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	26768
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	26774
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	26779
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	26783
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	26793

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	26799
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	26805
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	26810
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	26815
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	26818
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)	26820
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)	26821
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)	26822
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)	26822
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)	26823
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)	26825
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)	26827
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)	26829

CONGRESSO NACIONAL

10 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)	26831
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)	26834
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2, de 2007)	26836
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)	26837
Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito	26838

11 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	26842
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	26843
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)	26844

Ata da 105ª Sessão, Especial em 18 de junho de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jorge Viana e Anibal Diniz.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 30 minutos encerra-se às 13 horas e 55 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar os 50 anos da criação do Estado do Acre, nos termos dos **Requerimentos nºs 1.575, de 2011, e 1, de 2012**, de minha autoria, junto com o Senador Anibal Diniz e outros.

Eu queria agradecer a presença de todas e de todos. É com muita honra que tenho o privilégio de presidir esta sessão tão especial para a história do Acre e para a vida do povo acreano.

Peço licença, agradecendo a presença de todos, para compor a Mesa.

Convido a compor a Mesa o Governador do Estado do Acre, o ex-Senador Tião Viana. *(Palmas.)*

Convido a estar conosco aqui, na Mesa de honra desta sessão, o ex-Ministro e ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Ilmar Galvão. *(Palmas.)*

Convido a compor a Mesa os Senadores pelo Acre Anibal Diniz e Sérgio Petecão. *(Palmas.)*

Convido também a compor a Mesa o ex-Governador e hoje Secretário do Ministério da Educação, o Sr. Arnóbio Marques, conhecido como Binho Marques. *(Palmas.)*

Convido também a compor a Mesa o ex-Senador e ex-Governador do Acre Nabor Junior. *(Palmas.)*

Por fim, representando as instituições e todas as autoridades aqui presentes, convido o Prefeito de Rio Branco, Raimundo Angelim, para compor a Mesa. *(Palmas.)*

Lamento não haver mais espaço aqui.

É muito importante, mais uma vez, agradecer a presença de todos.

Inclusive, aqui está conosco o Deputado Helder Paiva, Presidente do Poder Legislativo do Estado, que nos honra com sua presença, o Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco. São os parlamentos aqui

representados e acompanhados, obviamente, de muitas autoridades.

Como proponente desta sessão, juntamente com o Senador Anibal e com outros Colegas, eu estava inscrito como primeiro orador, mas vou passar a vez, para que o Senador Anibal Diniz possa ser o primeiro orador.

Senador Anibal, desculpe-me. Tendo em vista se tratar de uma sessão especial – peço desculpas –, temos agora de ouvir, em homenagem aos 50 anos do Acre, de pé, o Hino Nacional Brasileiro e, em seguida, o Hino do Acre.

(Procede-se à execução do Hino Nacional brasileiro.)

(Procede-se à execução do Hino do Estado do Acre.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Registro a presença de 44 alunos do SESC LER do Município de Plácido de Castro que nos honram com sua presença. Muito obrigado por estarem aqui.

Eu queria também registrar a presença da Srª Teresinha Kalume, que nos honra também nesta sessão com sua presença.

Durante a sessão, vou nominar pessoas como o Dr. Sammy Barbosa, que aqui representa o Ministério Público do Estado do Acre, e a Secretária Márcia Regina, Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Acre.

Concedo a palavra, pela Liderança do bloco de apoio ao Governo, ao Senador pelo Acre Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, proponente desta sessão solene em homenagem aos 50 anos do Acre, Estado; Sr. Governador Tião Viana, a quem tenho a honra de substituir na segunda cadeira do Estado do Acre aqui no Senado da República; Srs. ex-Governadores Nabor Teles da Rocha Júnior e Binho Marques; Senador Sérgio Petecão, do querido Estado do Acre; Senador Wellington Dias e Senadora Ana Amélia; senhores. ouvintes e telespectadores da TV Senado, esta sessão está sendo muito esperada no Estado do Acre. Por onde quer que pasamos nesse final de semana de uma extensa agenda

com o Governador Tião Viana, as pessoas estavam na expectativa desta sessão. Pessoas de Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Senador Guiomard, Plácido de Castro, Acrelândia, Porto Acre, Rio Branco, Bujari, Sena Madureira, Manoel Urbano, Santa Rosa, Jordão, Feijó, Tarauacá, Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Thaumaturgo, Porto Walter. E temos também um grupo de apaixonados pelo Acre lá na cidade de Perdígão, no interior de Minas Gerais, que é a cidade natal do nosso pai do Acre Estado, José Guiomard dos Santos, que também está nos acompanhando pela TV Senado.

Eu não costumo fazer menção particularizada das autoridades porque sempre acabamos cometendo injustiças, mas hoje vou ter que correr esse risco, porque é muito importante citar cada uma das pessoas que estão aqui presentes prestigiando este ato.

Então, cito o Ministro Ilmar Galvão, do STF, que nos honra com sua presença; o Prefeito de Rio Branco, Raimundo Angelim; temos também aqui presentes os Procuradores Cosmo Lima de Souza e Sammy Barbosa, que nos honram muito com suas presenças; temos o Vereador Juracy Nogueira, Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco; o Deputado Helder Paiva, que representa a Assembleia Legislativa do Estado; o Sr. Osmir Lima, que é um dos integrantes do Movimento Autonomista, a quem devemos a vitória da elevação do Acre a Estado; o Procurador do Estado, Roberto Ferreira; a Procuradora e hoje Chefe da Casa Civil, Márcia Regina; o jornalista Hélcio Martins, que é um contador dessa história e que nos honra muito com sua presença; empresários da comunicação, como Narciso Mendes e Ely Assem; o companheiro Helder, que está aqui e que também deu grandes contribuições, como bom acriano, em bons momentos de luta.

Então, que todas essas pessoas se sintam cumprimentadas e, em nome delas, todas as outras – como o Thaumaturgo, nosso representante do Incra no Acre, aqui presente, e o Raimundinho, da Caixa Econômica Federal. Que todos se sintam cumprimentados, porque este momento tem uma especial importância para nós, povo do Acre, que ficou muito bem expressa na interpretação desse hino, com as diferenças rítmicas que tentam traduzir o quão amplo e o quão diverso é o nosso Estado do Acre. Ele tem uma diversidade cultural, ele tem um enfrentamento político sempre presente, mas este momento traduz uma espécie de pacificação do Acre, porque todos, diferentemente de posições partidárias, estamos a comemorar a liberdade de podermos votar e de escolher nossos destinos.

Então, senhores e senhoras aqui presentes, celebremos, hoje, nesta sessão solene, um marco histórico para o povo do Acre. Há 50 anos, em 15 de junho

de 1962, o Presidente João Goulart assinava a Lei nº 4.070, que elevou o então Território Federal do Acre à categoria de Estado, dando aos acrianos a esperada autonomia política e administrativa e marcando o apogeu de uma batalha autonomista travada ao longo de décadas antes de ter esse desfecho vitorioso.

A origem do Acre remonta a momentos de dificuldades extremas enfrentados por boa parte da população do Nordeste, especialmente do Estado do Ceará, que, no final do século XIX, buscou refúgio na Amazônia. Essa migração provocou uma reviravolta sem precedentes na história política, econômica, territorial e social das populações que habitavam a região mais ocidental do Brasil.

O Acre é hoje um Estado brasileiro, graças ao empenho e à vocação em superar as diversidades do seu povo. Para ser brasileiro, o povo acriano tem, em sua história, uma trajetória de lutas iniciadas há mais de um século pelo Coronel gaúcho José Plácido de Castro e por um exército de seringueiros determinados a conquistar essa extensa área de Floresta Amazônica para o Brasil.

Mas eles não foram os primeiros: antes deles, já tivemos o movimento liderado por Galvez, com a República de Galvez; tivemos o movimento dos poetas também, no sentido de conquistar aquelas terras para o Brasil.

Após anos de conflitos, em 17 de novembro de 1903, com a atuação do diplomata e negociador José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, foi assinado o Tratado de Petrópolis, e o Acre tornava-se territorialmente integrado ao Brasil. Mas essa vitória não garantiu ao Acre o direito de ser reconhecido como Estado. Foi declarado apenas como Território brasileiro, o que, na prática, subtraía dos acrianos o direito de expressarem a sua vontade, de votarem em seus governantes, que, àquela época, eram todos nomeados pelo Presidente da República, e, invariavelmente, distantes da realidade e das necessidades do povo acriano.

No entanto, a vocação autonomista do Acre permaneceu latente. Municípios como Cruzeiro do Sul, hoje a segunda maior cidade acriana, Sena Madureira e Rio Branco, a capital do nosso Estado, assumiram a vanguarda das manifestações autonomistas.

Vale ressaltar que a presença do nosso Prefeito da capital aqui, Raimundo Angelim, nos honra muito, principalmente porque é o representante de todos os prefeitos do Acre, da Associação dos Municípios do Acre.

Esses Municípios assumiram a vanguarda das manifestações autonomistas, até que, na década de 30, agremiações políticas protagonizaram a disputa

das primeiras eleições legislativas para o Congresso Nacional na história acriana. A partir de 1934, o Acre passou a ter direito de eleger representante no Congresso Nacional e fez dois Deputados na Câmara Federal. Em meados dos anos 50, o ex-Governador do Território, José Guimard dos Santos, cujo neto, Lauro Santos, temos a honra de ter presente aqui, elaborou um projeto que transformava o Acre em Estado, o que finalmente aconteceu em 15 de junho de 1962, por meio da lei de sua autoria, de número 4.070, sancionada pelo Presidente João Goulart, sob o testemunho do primeiro Ministro Tancredo Neves, um mineiro que deixou sua parcela de contribuição para o povo acriano.

A partir daí, a Bandeira brasileira ganhou mais uma estrela, e o Acre saiu em busca da consolidação de seu papel na história econômica e social do País.

Após seis décadas de luta autonomista, o povo do Acre pôde finalmente eleger seu primeiro governador, mas José Augusto de Araújo, que assumiu em 1963, não conseguiu concluir seu mandato por conta do golpe militar de 64. Novamente, os acrianos voltaram a conviver com governadores nomeados pelo governo central. Foram necessários quase 20 anos para que a volta da democracia tornasse possível a eleição, em 1982, de Nabor Teles da Rocha Júnior, que também nos honra com sua presença na mesa desta solenidade, o segundo governador eleito pelo voto direto da população acriana.

Foi também nesse período que, graças à democracia, o Acre teve o privilégio de ter, pela primeira vez na história nacional, uma mulher governadora de Estado, exatamente substituindo o Governador Nabor Júnior, que foi Iolanda Lima, Vice-Governadora, que assumiu pelo fato de Nabor Júnior ter se desincompatibilizado para candidatar-se ao Senado da República.

Com a normalidade democrática restabelecida, outros personagens da história política acriana também foram escolhidos pelo voto popular para comandar os destinos do Estado.

Cito aqui o ex-Governador Flaviano Melo, que, ao se desincompatibilizar para disputar o Senado, foi substituído pelo Sr. Edson Cadaxo, que também nos honrou depois, como Vice-Governador, na chapa de Jorge Viana, eleito em 1998; cito Edmundo Pinto, que, ao ser assassinado no hotel Della Volpe em São Paulo, foi substituído por seu Vice, Romildo Magalhães; e também Orleir Cameli, o primeiro entre os governadores eleitos a concluir os quatro anos de mandato.

Além de um povo politizado, fruto em grande parte do acirramento das disputas eleitorais, a história do Acre é marcada por movimentos sociais que contribuíram para a formação de um capital social que é ímpar em todos os Estados da Amazônia. Entre eles,

vale mencionar o movimento socioambiental liderado por Chico Mendes, assassinado no dia 22 de dezembro de 1988, na cidade de Xapuri.

O legado de Chico Mendes tem sido fonte inesgotável de inspiração para os governos da Frente Popular, iniciados por Jorge Viana em 1989. Com o Governo da Floresta e seu ideário da florestania, houve um importante trabalho de resgate da identidade histórica e cultural do Estado, somada à potencialização de sua vocação florestal.

É nessa forma de governar, que começou com o ex-Governador e hoje Senador Jorge Viana e que teve continuidade e avanços com o ex-Governador Binho Marques e com o atual Governador, Tião Viana, que o Estado do Acre está transformando, para melhor, a realidade econômica e social de seu povo.

A Estrada do Pacífico, que liga o Acre ao Peru, abrindo caminhos para mercados andinos e orientais, já é uma realidade. A BR-364, que corta todo o Estado, ligando o Acre ao restante do Brasil, já está quase toda pavimentada e deve ser concluída neste ano de 2012, o que vai unir, de forma definitiva, os vales do Acre, onde está Rio Branco, ao Vale do Juruá, onde está a cidade de Cruzeiro do Sul, que é a segunda maior cidade do Estado.

Temos hoje, graças a iniciativas dos governos estaduais da Frente Popular, os salários do funcionalismo público pagos em dia; professores da rede pública com formação profissional em ensino superior; faculdades de ensino superior em várias cidades; e escolas de ensino médio presentes em todos os 22 Municípios.

Investimentos em saúde estão garantindo um atendimento mais eficiente e humanizado ao cidadão acriano, e a conquista de recursos tecnológicos de ponta reduziram a necessidade de deslocamento dos pacientes para outras cidades do País, diminuindo, consideravelmente, os gastos com tratamento fora de domicílio. Porque, hoje, Graças a Deus e ao empenho dos nossos dirigentes, temos um atendimento de saúde que tem procurado dar a resposta necessária para os problemas mais graves enfrentados pelo nosso povo.

As finanças públicas saneadas permitiram e permitem grandes investimentos em saneamento básico, com a transformação de áreas urbanas degradadas em parques de bem-estar para a população.

Temos grandes obras de infraestrutura, como pontes, recuperação de prédios públicos e pavimentação de ruas em todo o Estado. O desafio lançado pelo Governador Tião Viana é de que todas as ruas urbanas dos Municípios do Acre sejam pavimentadas e tenham saneamento básico até 2014.

O Acre, que agora completa meio século como Estado da Federação, está mais preparado para enfrentar e construir o futuro que sempre desejou.

Temos pela frente outros desafios que contam com a determinação do governo e da brava gente acriana em superar as dificuldades e fazer desse distante Estado da Amazônia um motivo de orgulho para todos nós.

É lá, no Acre, onde está a terra de Chico Mendes, do saudoso jornalista Armando Nogueira, dos ex-Ministros Adib Jatene e Jarbas Passarinho, da escritora Glória Perez, do poeta e político brasileiro J. G. de Araujo Jorge e de José Vasconcelos, grande ator, diretor, produtor e radialista.

É grande a lista dos grandes acrianos que fizeram e fazem a história do Brasil, e muitos deles continuam destacando-se nas artes, na literatura, na música, nos esportes e na política regional e nacional.

Lembramos aqui da grande cantora Nazaré Pereira, do músico João Donato, de Carlão, capitão da Seleção Brasileira de Vôlei, que conquistou a primeira medalha de ouro nas Olimpíadas de Barcelona, na Espanha, em 1992. Destacamos a ex-Senadora Marina Silva, companheira, inesquecível aliada de luta de Chico Mendes.

Senhoras e senhores, a última estrofe do belo Hino acriano, que todos ouvimos com muita atenção, entoada pelo povo do Acre, resume o sentimento do Estado, que está presente na confiança do povo acriano em dias melhores.

Às vezes somos criticados por falar com certo entusiasmo exagerado a respeito dos avanços que o Acre teve ao longo desses 50 anos de sua transformação em Estado. Isso não quer dizer que não temos problemas. Temos muitos problemas e temos muitos desafios pela frente. Mas desde quando o povo do Acre contou com facilidades?

O povo do Acre sempre enfrentou dificuldades, desde os seus primórdios. O povo do Acre se tornou Brasil por opção, mesmo contra a vontade do governo central. A revolução acriana foi feita por um exército de seringueiros comandado por um gaúcho, sem o reconhecimento da força nacional.

Então, nesse sentido, temos a dizer aqui: os desafios existem, mas eles não nos amedrontam. Vamos continuar de cabeça erguida, enfrentando cada um dos problemas que, por ventura, o Acre vai continuar enfrentando. E certamente vai continuar enfrentando porque, no dia em que os problemas acabarem, também a história acaba. E a história da humanidade é a história dos próprios desafios que a humanidade enfrenta para se superar. E o povo acriano tem sido um povo heróico na superação dos seus desafios.

E exatamente por isso termino dizendo:

*Triunfantes da luta voltando,
Temos n'alma os encantos do céu
E na frente serena, radiante
O imortal e sagrado trofeu,
O Brasil a exultar acompanha
Nossos passos, portanto é subir,
Que da glória a divina montanha
Tem no cimo o arrebol do porvir.*

Em nome do povo acriano, agradecemos ao Brasil por ter finalmente nos acolhido como irmãos de Pátria.

Parabéns ao Estado do Acre! Parabéns ao povo do Acre! Viva cada um dos acrianos que lutaram para sermos o que somos hoje: orgulho para o Brasil e para o mundo!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Anibal Diniz, parabeno-o pela dedicação que tem como Senador da República ao nosso Estado e ao nosso povo e por prestigiar esta sessão com um discurso que, certamente, fará parte das celebrações dos 50 anos do Acre Estado.

Convido a fazer uso da palavra, pela Liderança do PP, esta Senadora que orgulha o Senado, que representa o povo gaúcho tão bem nesta Casa e que, certamente, falará do nosso herói Plácido de Castro – é uma honra –, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Presidente Jorge Viana.

Os gaúchos, dois deles, escreveram a história do Acre: o Plácido e o João Goulart. Só para responder à sua provocação amável ao me chamar para esta tribuna.

Caro Senador Jorge Viana, queria cumprimentá-lo pela iniciativa desta sessão, que comemora os 50 anos de criação do Estado do Acre; caro Ministro Ilmar Galvão, do Supremo Tribunal Federal; caro Senador Anibal Diniz, que me antecedeu na tribuna; Senador Sérgio Petecão; Governador e Senador da República, de 1999 a 2010, Senador Tião Viana, que muito honrou esta Casa. Muitas vezes o entrevistei, na Liderança, quando falava sobre a famosa Emenda nº 29, que nós não resolvemos aqui; caro Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação, Sr. Binho Marques, ex-Governador; Senador da República, de 1986 a 2003, Nabor Júnior; Exmº Sr. Prefeito de Rio Branco, Raimundo Angelim; autoridades; Deputados; Parlamentares convidados; caro colega Senador Wellington Dias; acrianos e acrianas, que vêm participar desta importante e cívica cerimônia, neste dia especial para os representantes do Estado do Acre, Srs. Parlamentares, e, principalmente, para a população desse Estado tão jovem, o Acre, quero

dizer que o Rio Grande do Sul, o meu Estado, e o PP nos associamos às homenagens a esse Estado que há 50 anos se integrava ao nosso Brasil como um ente federativo autônomo.

Faço esta homenagem, também em nome do nosso Líder, Francisco Dornelles, porque sou uma defensora da Federação. O Nosso Brasil, de dimensões continentais, é imenso, sim; é diverso em seus sotaques, na sua gastronomia, nas suas festas e costumes, mas é um só.

Como Senadora que sou, eleita pelo voto dos gaúchos, estou aqui representando esse povo que também contribuiu para a criação do Estado do Acre. E essa diversidade foi vista por mim com muita atenção, ao ouvir o Hino do Estado do Acre, que é tão bonito e cujo ritmo, como o definiu o Senador Anibal Diniz, marca a diversidade cultural brasileira. Ali parece um cadinho de tudo um pouco de Brasil que o Acre sintetiza.

Um dos gaúchos que enfrentou distâncias e adversidades e que se encantou pelas terras acrianas foi exatamente o militar Plácido de Castro, que se desiludiu com as questões políticas do seu tempo porque defendia eleições diretas para Presidente lá nos idos de 1899.

Problemas políticos do Rio Grande do Sul levaram Plácido de Castro, um homem inquieto, à procura de desafios para a fronteira do Brasil com a Bolívia, onde foi tentar a sua sorte como medidor de terras. Encontrou naquela região um terreno fértil na questão de uma disputa territorial.

O Ciclo da Borracha deu importância ainda maior à região, e trabalhadores brasileiros foram se fixando nas terras de fronteira. Não demorou muito para que os impasses de posse de terras iniciassem com a Bolívia, que alegava invasão por parte dos brasileiros.

Os seringueiros que foram para a região, representando todas as partes do Brasil, resolveram decretar a independência, criando o Estado do Acre em 1899, que foi, mais tarde, dissolvido por tropas do próprio Governo brasileiro.

Plácido de Castro, corajosamente, resolveu agir. A experiência militar que trouxera dos confrontos do sul ajudou o gaúcho a reunir combatentes, e um movimento armado iniciou-se pela posse da região. Sucessivas batalhas pareciam apenas ensaios para uma revolução final, envolvendo mais de 30 mil homens, liderados por Plácido de Castro, que venceu tropas bolivianas e que proclamou, definitivamente, o Estado independente do Acre. Plácido tornou-se, com isso, o Presidente do novo país.

Mais tarde, em 1903, a postura do Governo Federal brasileiro mudou, e, a partir de negociações do Ministro das Relações Exteriores, o patrono da diplo-

macia brasileira, o Barão de Rio Branco, o Acre foi anexado ao Brasil. De território brasileiro, o Acre foi elevado à condição de Estado, no dia 15 de junho de 1962, pelo então Presidente, o gaúcho João Goulart.

Da história recente, que conta a formação do Estado do Acre, posso lembrar alguns dos acrianos que ajudaram a escrever os nossos dias de hoje. Um Estado que reuniu brasileiros de diferentes pontos do nosso País com o primeiro objetivo de extrair a borracha hoje tem representantes em diversos setores da sociedade.

Lembro aqui um dos filhos ilustres da cidade de Xapuri, militar e político de destaque, meu amigo, ex-Ministro, ex-Senador, Jarbas Passarinho. Ex-ministro do Trabalho, da Educação e da Previdência Social durante o regime militar e depois Ministro da Justiça do período democrático.

Da política, vou para a Medicina. Adib Domingos Jatene é acriano, também de Xapuri, médico, professor universitário e cientista. Já ocupou cargos públicos como o de Secretário Estadual de Saúde, em São Paulo, e Ministro da Saúde dos Governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

Fui testemunha ocular da história, quando Jarbas Passarinho, acriano de Xapuri, convidava o conterrâneo Adib Jatene para integrar o governo à época —ele, Ministro da Justiça de Fernando Collor. Foi o primeiro Ministro da Saúde a defender a CPMF e, hoje, ele faz uma revisão histórica, porque aquela não foi a finalidade pela qual ele criou a CPMF. O desvirtuamento o deixou entristecido. Um grande brasileiro de que nós todos nos orgulhamos muito. Eu estava lá presente.

O Acre produziu também talentos para a televisão. A festejada novelista Glória Perez, que revolucionou o folhetim televisivo no Brasil, nasceu na capital Rio Branco. Lembro também o trabalho do ex-Senador e hoje Governador do Acre, Tião Viana, autor do projeto de lei que regulamenta a Emenda nº 29, que fixa em 10% o percentual mínimo a ser investido na área de saúde pela União para os Estados e os Municípios. Não conseguimos avançar muito, mas o seu trabalho ficou marcado nesta Casa, e nós vamos continuar essa luta, caro Governador Tião Viana.

Na semana em que discutimos aqui o desenvolvimento sustentável da Rio+20, quero lembrar outra filha da cidade de Rio Branco que tanto tem trabalhado pelo Brasil. Ambientalista, historiadora e política, Marina Silva, ex-Ministra do Meio Ambiente, é outro exemplo de liderança desse Estado em defesa da natureza e dos povos indígenas, parte importante da comunidade do Acre. Aliás, de novo, fui testemunha da história, porque eu estava em Washington quando o Presidente Lula, recém-eleito, fez um roteiro de visitas, no primei-

ro contato com o Presidente dos Estados Unidos, e anunciou – a primeira Ministra da equipe do primeiro governo de Lula a ser anunciada – Marina Silva. Ela, claro, foi um nome muito festejado pelo prestígio que desfrutava no cenário internacional na área ambiental.

Em algumas questões, tenho algumas divergências, pelo radicalismo da Ministra Marina Silva, pela forma com que encaminhou a questão do Código Florestal, não dando, eu diria, atenção e não tendo respeito ao Relator do Código, o Deputado Aldo Rebelo, mas eu respeito, por ser uma democrata, a forma como ela agiu, porque isso é um direito do cidadão. E a percepção histórica e ambientalista da Ministra Marina Silva lhe dava também esse direito.

Respeito à natureza, mas com olho no desenvolvimento sustentável, foi o que conduziu o trabalho de outro acriano, nosso colega, Presidente desta sessão, Senador Jorge Viana, que, na relatoria conjunta com o Senador Luiz Henrique da Silveira, elaborou o Código Florestal. O que foi feito aqui, no Senado, representa, sem dúvida, um avanço na relação da produção agrícola e o meio ambiente com sustentabilidade.

Como um dos Estados da região amazônica, o Acre tem papel relevante no equilíbrio da região que representa o pulmão do Planeta.

O respeito ao meio ambiente aliado ao aumento da produção agrícola é um dos principais desafios da humanidade, e, quando se fala da região amazônica, o valor desse equilíbrio é ainda maior, e o Acre é um dos Estados que possuem o histórico mais relevante em ações de programas para a sustentabilidade.

Destaco, aqui, o programa de desenvolvimento sustentável do Acre, já considerado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento como um modelo para outros países. O objetivo geral desse programa é a melhoria da qualidade de vida da população e a preservação do patrimônio natural, visando a um longo prazo. A política florestal foi fortalecida, houve aumento de manejo florestal e de unidades de conservação e florestas públicas, os produtores rurais receberam ajuda técnica para diminuir queimadas e facilitar o escoamento da produção.

Estado, sociedade e governos trabalham juntos na gestão dos recursos naturais, sem resultar em prejuízos para as famílias que dependem da agricultura para viver e sobreviver. Houve a redução de custos de transporte e o aumento do acesso à energia elétrica, ou seja, a simplicidade e a importância do trabalho agrícola estão muito bem representadas nessa região tão próspera e com uma história tão bonita, tão jovem sendo.

O Brasil cresce e tem, em Estados como o do Acre, não apenas o pulmão verde, as raízes brasi-

leiras, mas a representação do quanto é importante trabalhar pelo equilíbrio entre a natureza e o homem, o desenvolvimento das cidades e a manutenção das raízes de um povo na área rural.

Em tempos de Rio+20, vale dizer que o Acre não é tão distante assim. Se olharmos com a visão ambientalista, o Acre é o centro do Planeta.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Eu quero cumprimentar V. Ex^a, que, como jornalista competente, conhece como poucos o Brasil, especialmente a ligação de muitos gaúchos com a história do Acre.

É uma honra para nós, acrianos, recebermos o seu discurso, numa sessão especial, já que V. Ex^a também é uma das mais atuantes Senadoras desta Casa. Ajudou-me muito na condução de um debate muito difícil, que envolve tantos interesses, como o Código Florestal. Ajudou-nos na solução sempre pensando no Brasil.

O discurso de V. Ex^a honra a história acriana e a celebração desses 50 anos da criação do Estado.

Muito obrigado, Senadora.

Convido, agora, para fazer uso da palavra, pela Liderança do PT, o Senador Wellington Dias, ex-Governador do Piauí, também um amigo do Acre e um lutador pelas causas da Amazônia e do Nordeste brasileiro.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Agradeço-lhe.

Em primeiro lugar, saúdo os não presentes; saúdo todo o povo do Acre, os que moram no Acre e os que moram em outras partes do Brasil que, sei, têm muito orgulho de seu Estado; saúdo o nosso Presidente, Senador Jorge Viana, e o parabenizar pela iniciativa desta sessão com os demais Parlamentares do Acre; Ministro Ilmar Galvão; Senador Anibal Diniz; Senador Sérgio Petecão, sei do empenho da bancada do Acre aqui nesta Casa, sempre aguerrida e presente na discussão dos principais temas desta Casa; meu querido Senador e Governador Tião Viana, é um prazer enorme recebê-lo aqui em sua Casa; meu querido Governador Binho Marques, com quem tive o privilégio de partilhar os desafios de governar na mesma época, uma parte com o Jorge, e a outra com o Binho, o Arnóbio Marques; saúdo o Senador Nabor Júnior; saúdo o Prefeito Angelim. Em nome deles – acho que a Mesa está um pouco machista –, saúdo todas as mulheres, todos os homens e todas as autoridades presentes.

Tive o privilégio de visitar, pela primeira vez, o Acre, em 1984, época em que militava como sindicalista da Caixa Econômica Federal, pois havia, ali, uma política de fechamento de agências espalhadas em todo o Brasil. Tivemos uma campanha salarial não

resolvida, com demissões espalhadas em todo o Brasil, e eu era da coordenação nacional do movimento sindical bancário pela Caixa e para lá me desloquei.

Depois, tive a oportunidade de visitar o Acre, em 2001, à época, como Deputado Federal e, mais à frente, já no Governo Jorge Viana, ocasião de vista do Presidente Lula.

Recentemente, a convite dos Parlamentares pelo Acre, lá estive para tratar do pré-sal, ano passado, e de outros temas, como a política sobre dependência química, onde tive o privilégio de não só voltar a conhecer as novidades de Rio Branco, as novidades da nossa capital. Infelizmente, não foi possível ir a outras cidades, como gostaria. Lá atrás, tinha conhecido outras cidades.

Mas estou aqui, neste instante, pelo Partido dos Trabalhadores, mas também representando o nosso Líder, Walter Pinheiro, e também pelo meu Estado o Piauí, e elo Nordeste brasileiro, Nordeste esse que teve também o Acre recebendo muitos dos seus filhos, ajudando na construção dessa parte preciosa do nosso Brasil.

Eu nasci em março de 1962, o mesmo ano em que o território do Acre era reconhecido à condição de Estado nacional. Portanto, o Acre é muito jovem, e eu também, muito jovem. Então, é um privilégio muito grande participar desta sessão comemorativa.

O que me impressiona no Acre?

Primeiro, o carinho com que trabalha e o respeito aos nativos. Eu sou indíodestendente e sei as dores que vivenciamos os primeiros povos deste nosso País. Claro que nós, brasileiros, normalmente olhamos a história do Brasil para 1500, alguns até um pouco antes, porque se reconhece a visita de outros portugueses, espanhóis, enfim, antes do Pedro Álvares Cabral, mas é como se o Brasil tivesse começado há 500 anos, há 500 e poucos anos. E o fato é que a gente não pode desprezar toda uma história anterior, de tantos anos.

Lá no meu Estado, na mais antiga e completa biblioteca da pré-história, na serra da Capivara, comprova-se que, certamente no Brasil, 30 mil, 50 mil, talvez mais anos atrás, já tínhamos a presença de homens e mulheres que chamamos de índios há bastante tempo. E o Acre descobriu mais cedo, dentro da Amazônia, dentro do Brasil, uma forma decente de tratar a natureza.

Eu destaco aqui o mais famoso dos seus líderes, o Chico Mendes. Sei que são muitas as lideranças, algumas que colocaram a sua vida em jogo para que o Planeta, para que o Brasil pudesse discutir uma alternativa de desenvolvimento que levasse em conta não só a cultura, os costumes, mas o respeito a toda

a natureza, aos animais, aos vegetais. E, para isso, o Acre é uma grande escola.

Eu louvo aqui toda comemoração. Sei que por trás desses 50 anos há muita luta, mas eu não posso deixar de ressaltar esta: a luta para que a gente tenha, no Acre, no Brasil e no mundo, um desenvolvimento que hoje, na Rio+20, nós estamos debatendo. O que é mesmo esse tal de desenvolvimento sustentável? Há muitas interpretações sobre o desenvolvimento sustentável.

Eu quero, assim, dizer do orgulho que tenho de ver, desde 1984, quando fui lá pela primeira vez, os avanços que foram possíveis no nosso Acre, desde o tempo de Território, mas principalmente nesta fase de Estado. Mas permitam-me, dentro disso, falar da forma com que se trabalha um desenvolvimento ali, olhando as reais necessidades do ser humano para ter qualidade de vida.

Meu querido Tião, você não imagina... Permitam-me aqui, com todo o carinho por todos os partidos, dizer do orgulho que temos pelo trabalho encabeçado – sei que com outros partidos também – pelo Partido dos Trabalhadores. É a mais antiga experiência que temos de governo estadual, inclusive de governos consecutivos, o que não é fácil. Sei das dificuldades que tem para ser novidade, para as inovações, enfim, para mostrar o novo.

São coisas simples. São coisas que, olhando para outras regiões do Brasil, talvez para o Rio Grande do Sul, talvez para São Paulo, podem parecer algo que não tenha a mesma prioridade. Mas tive lá o privilégio de ver o lançamento do programa que pretende, com asfalto, com calçamento, enfim, urbanizar todas as cidades, todas as ruas. Isso é algo espetacular diante daquilo que a gente vê nas fotografias mais antigas, as imagens com a falta de urbanização, os desafios das enchentes, como a que foi enfrentada no último inverno. Então é saneamento. Não se trata só ali de uma operação de obras de calçamento, mas de saneamento olhando para os desafios de conviver em harmonia com a natureza, ao lado de rios, riachos, enfim, áreas de escoamento. Aquilo me impressionou.

Há o carinho na área de saúde, de ter um sistema. Poderia falar do hospital. Esses dias estive com a esposa do meu querido Lauro Campos, a D. Oraida, que dizia do orgulho de ter ido lá. Tenho o privilégio de ter lá a sua filha, a Isabela, com sua experiência, trabalhando comigo. E ali ela disse o quanto ficou impressionada de ver aquele trabalho, na inauguração do hospital. Mas citaria para todo o Brasil o quanto se pensa esse lado humano. Fizemos visita a uma UTI domiciliar de tantas outras já implantadas. Com a UTI domiciliar, alguém que, por alguma situação de saú-

de ou acometido de uma doença – no caso, era uma paralisia –, viveria, provavelmente, os anos restantes da sua vida numa UTI de hospital, num ambiente de hospital; mas, com aquelas instalações, poderia conviver com seus vizinhos, com a sua família. Aliás, esse paciente que visitamos – acho que isso é simbólico – veio a se casar em casa, numa UTI, podendo receber visita ali, onde as pessoas são treinadas.

Digo isso porque, muitas vezes, quando a gente é Prefeito, quando a gente é Governador, quando é de governo, quando é de oposição, quando é Parlamentar, quando é do setor privado ou quando é do setor dos trabalhadores, a gente valoriza muito a coisa das obras de concreto, de cimento, enfim, mas, do ponto de vista humano, a obra mais importante é aquilo que podemos fazer para a felicidade humana. E é esse olhar que se destaca no Estado do Acre. Assim, quero dizer que cada coisa feita ali é feita com muito carinho.

Não posso deixar de destacar também o trabalho da nossa companheira Marina Silva, com todas as lições que ela dá. E acho que é importante para o mundo ter pessoas com posições firmes anos-luz à frente para que a gente, que está mais atrás, possa também dar passos para a frente. É assim que funciona a humanidade.

Em nome do Partido dos Trabalhadores, quero saudar cada um dos filiados e cada um dos membros de todos os partidos no Acre, seja de quem é Governo, seja de quem é da oposição, porque é assim que se faz acontecer a democracia e que se fazem os avanços.

Meu querido Jorge Viana, tive o privilégio de aprender muito com você. Quando tomei posse... Aliás, quando terminou a eleição, ainda antes de tomar posse como Governador do Piauí, a primeira visita que fiz, para beber da experiência, foi ao escritório do Acre aqui, em Brasília, onde você me recebeu, com toda a sua equipe, e onde tive a oportunidade de aprender sobre muitas coisas que pude implementar, com a minha equipe, no Estado do Piauí.

Também tive o privilégio de conhecer o Binho, o Raimundo Angelim, o Anibal, torcedor do nosso Rio Branco Esporte Clube. Tive o privilégio de participar de uma festa comemorativa, o aniversário do Rio Branco Esporte Clube, e minha mulher vai saber agora que fui lá e que dancei até altas horas da madrugada, porque o povo lá gosta de dançar.

E, de tantas coisas boas tem o Acre, na cultura, no esporte, no seu desenvolvimento, enfim, nos seus exemplos na área da política, da sua história, da sua lutam quero destacar uma coisa simbólica, que se parece muito com a mistura da cultura indígena com a cultura nordestina e africana: a baixaria. A baixaria é um cuscuz com ovo e carne moída. Que coisa mara-

vilhosa! Que coisa maravilhosa! E cura ressaca, hein! Dou aqui a receita.

Então, quero dizer a todo o povo acreano que a Bancada do Acre, aqui, tem pelo menos quatro Senadores. E quero ter o privilégio de somar-me ao Anibal, ao Jorge e ao Petecão nas causas que são de interesse do povo acreano. É um orgulho do povo brasileiro.

Como sou lá do Piauízinho também, sei da dificuldade, pela concentração muito forte dos meios de comunicação no nosso País, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. É ali onde estão todas as redes de televisão nacionais, as revistas. Acho que isso não permite ao Brasil conhecer o Acre como ele é. Como sou lá do Piauí, e vivemos a mesma situação, faço questão de vir a este encontro e de partilhar deste momento.

Que Deus abençoe o povo do Acre! E muitas vitórias, porque é um pedaço do Brasil que é orgulho do povo brasileiro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Wellington Dias, V. Ex^a que honra também a nossa Bancada do PT e esta Casa e que tem uma experiência exitosa como Governador do querido Estado do Piauí, soma-se à fala da Senadora Ana Amélia, já que o Rio Grande do Sul nos emprestou, talvez, o mais importante líder do mais importante movimento, que foi a Revolução Acriana Plácido de Castro, mas os nordestinos é que deram a base da cultura do nosso povo, a nossa história. Então, todos nós, acrianos, somos nordestinos também. Obrigado.

E V. Ex^a não só se comprometeu com a história de dançar até mais tarde, como comprometeu também nosso colega Senador Anibal Diniz. Lamentavelmente, infelizmente, eu não estava até as altas horas, dançando nessa festa.

Eu queria cumprimentar e agradecer a presença da D. Ivete Magalhães, que é filha do ex-Governador Valério Magalhães. Também queria dizer da satisfação de termos aqui o ex-Deputado Osmir Lima, que expressa como ninguém nesta sessão a presença de todos os que lutaram pela autonomia do Acre, para transformar o Acre em Estado. Muito obrigado, ex-Deputado Osmir Lima.

E, agradecendo aos dirigentes de órgãos de imprensa do Acre, também queria cumprimentar todos os jornalistas que, ao longo desses anos... Há, inclusive, um episódio muito expressivo. Ao longo de toda essa história, o Acre sempre teve grandes jornalistas; assim, cumprimentando o decano – permita-me chamá-lo assim, Elson –, o jornalista acreano Elson Martins, e talvez o mais novo deles aqui presente, o Tiago Martinello, na pessoa dos dois quero cumprimentar todos

que estão no Acre e os que nos honram com suas presenças aqui.

De maneira muito especial, quero agradecer ao Lauro Santos, que é neto do Guiomar Santos, que, de fato, é o pai do Acre Estado, além de ter sido um dos mais importantes e influentes políticos do Acre.

Agradeço também a presença do Prefeito de Senador Guiomard, o Prefeito James; também cumprimento a Regina Lino, o Beto Lino, a Drª Terezinha Lavocat, a Maria Alice. Na pessoa delas, externo o nosso sentimento de gratidão e de o reconhecimento da luta das mulheres acrianas na transformação do Acre Estado.

E para fazer uso da palavra, pela Liderança do PSD, convido o Senador acriano Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Jorge Viana, queria saudar toda a Mesa, que faço questão de nominá-la, porque é uma honra muito grande participar desta sessão solene. Eu fazia uma pergunta ao Ministro Ilmar sobre uma curiosidade – ele que conhece o mundo todo –, se este Parlamento está entre os mais bonitos do mundo. Ele me dizia que sim, que o Senado tem um dos espaços mais bonitos do mundo. Para nós, acrianos, é motivo de muita satisfação – para este grupo todo de amigos, pessoas do Estado – comemorar esta data tão nobre: os 50 anos de emancipação política de nosso Estado.

Eu queria saudar o nosso ex-governador Nabor Júnior, ex-Senador, tarauacaense, uma pessoa que fez muito pelo nosso Estado. Devemos muito a esse homem. Saúdo o Senador Anibal Diniz, pessoa pela qual tenho um respeito e um carinho muito grande, temos uma boa relação aqui no Senado. Divergimos muito, mas é importante, este Parlamento é para isso. Mas o Anibal é uma pessoa que sempre me respeita. Queria saudar o Governador Tião Viana, ex-Senador, que fez um belo trabalho nesta Casa. Cumprimento o Ministro Ilmar Galvão, um baiano que gosta muito do Acre. O Acre é assim: muitas pessoas fazem a opção de morar ali e de dizer que são acrianos de coração, e o Dr. Ilmar é um desses. Saúdo o ex-governador Binho e também o Prefeito de nossa Capital, Raimundo Angelim. Queria cumprimentar, na pessoa do Binho, do Angelim e do Prefeito James Gomes, já citado pelo Senador Jorge Viana, todos os prefeitos de nosso Estado. Queria cumprimentar o Juracy, Presidente da Câmara de Vereadores da nossa cidade, a capital, e, em nome dele, cumprimentar todos os vereadores do Estado.

Esta é uma sessão importante, que está sendo transmitida pela TV Senado e, com certeza, há muitos vereadores nos Municípios assistindo a esta sessão.

Quero saudar a Senadora Ana Amélia pelo belo discurso, agradecendo as palavras dirigidas ao povo do Acre, e ao amigo Senador e ex-governador Wellington. Gostaria de chamar a atenção do Senador Wellington, que já teve o prazer e a felicidade de provar da baixaria do Acre, para o seguinte: não sei onde ele comeu baixaria, mas faltou um ingrediente fundamental. Eu estava ao lado do ex-governador Binho, e ele me dizia: “O senhor comeu o ovo, o pão de milho e a carne moída, mas faltou o cheiro verde.” Aquela pitadinha de cheiro verde que se põe em cima do pão de milho – aquele é o toque *gourmet*, não é, Binho? –, o toque francês que o acriano deu à nossa baixaria.

Eu vou procurar ser bem breve e, por isso, peço desculpas ao Sávio, meu assessor, que fez um discurso muito longo. Acho que ele combinou com o assessor do Anibal, porque os discursos ficaram praticamente iguais e, então, não vou fazê-lo – esse pessoal agora vai buscar informações nesse tal de Google e sai quase tudo igual! Então, não vou fazer esse discurso do Anibal, mas seguir a orientação que recebi ontem numa conversa com amigos.

Estava conversando com o Luiz Calixto – já não é boa coisa, uma orientação dele –, e ele me dizia que nós não podemos falar da história recente, dessa bela história do Acre, passando uma borracha no passado. Ele dizia: “Petecão, o Acre hoje vive bons momentos, e isso é verdadeiro, mas nós não podemos nos esquecer de pessoas que dedicaram suas vidas, que fizeram muito pelo nosso Estado”. Então, eu vou aqui atender ao pedido com a orientação da minha amiga Alice, que me deu uma relação de pessoas. Eu vou tentar fazer uma falinha aqui citando essas pessoas, porque acho que é o mínimo que a gente pode fazer, um reconhecimento, citar essas pessoas que deram parte de suas vidas, dedicaram-se.

A TV Senado esteve em meu gabinete na semana passada, uma equipe grande – tomei até um susto quando cheguei ao gabinete, havia lá muita gente. Tenho procurado dar um carinho e uma atenção muito grande à TV Senado, porque é através dela que nós chegamos lá no Estado. Chegamos hoje na capital através da TV Senado, através da Rádio Senado também. Ela é muito importante, principalmente para mim, que sou de oposição e tenho esse espaço generoso pela TV Senado e Rádio Senado.

Mas, quando a equipe chegou ao meu gabinete, o pessoal me parabenizou, parabenizou o Governador Tião Viana pela beleza da nossa cidade, ao Prefeito Angelim, pela limpeza da cidade. E eu, como oposicionista, perguntei se eles tinham conhecido Rio Branco todo; ele conheceu o centro da cidade muito bonito – e é verdadeiro isso –, mas nós temos uma Rio Branco que

é preciso ver como um todo, nós temos uma cidade que tem dificuldades; apesar do esforço do Prefeito, apesar do esforço do Governador, nós temos dificuldades. E eu fazia um relato aos amigos da TV Senado, se eles tinham tido o prazer também de conhecer. Porque eu sou acriano, eu sou o famoso acriano do pé rachado. Senador Wellington, eu nasci na Seis de Agosto – é o bairro mais antigo de Rio Branco –, morei no Triângulo; depois, morei na Cohab do Bosque e, hoje, moro na Isaura Parente. Hoje, eu estou chique, realmente eu avancei e já estou na Isaura Parente, mas eu nasci na Seis de Agosto, nasci no segundo distrito, bairro humilde da nossa capital. E a nossa capital é muito bonita – é verdade –, mas eu perguntei ao pessoal da TV Senado se eles tinham conhecido Taquari, Areal, Cidade Nova, Santa Inês, Belo Jardim, os bairros de Rio Branco, porque as pessoas moram nos bairros, é lá que as pessoas residem, as pessoas não moram no centro da cidade, nas ruas bonitas, as pessoas moram nos bairros. E eles, inclusive, assumiram o compromisso comigo de voltarem ao Acre para que a gente possa fazer essa visita. Visitar Rio Branco como um todo, visitar o Acre como um todo.

Eu lembro que, no ano passado, próximo do Natal e Ano-Novo, eu recebi um telefonema, e estava em meu gabinete com um amigo de São Paulo, Dr. Sérvulo, que tem uma empresa de engenharia elétrica – ele é irmão do meu amigo Fernando Melo – uma ligação da Foz do Breu. De um telefone da escola, a professora me ligava para fazer um pedido: “Deputado Federal – na época eu era Deputado Federal – nos ajude para que no Natal e no Ano-Novo nós possamos passar no claro”. No claro é na energia. Olha o tamanho do pedido. O Dr. Sérvulo chorou na minha frente e disse: “Petecão, olha o que essa mulher está pedindo? Ela quer passar o Natal e o Ano-Novo no claro.”

Eu estou citando isso, gente, porque é preciso que a gente possa também falar um pouco do Acre real, da situação que nós vivemos. É verdade que nós tivemos grandes avanços; tudo que foi feito por esses homens, o que foi feito pelo Jorge, o que foi feito pelo Binho e o que está sendo feito pelo Tião Viana, mas ainda existe muita coisa a ser feita no Acre. Eu tenho procurado aqui, dentro das minhas possibilidades, dar a minha contribuição, ajudar o meu Estado, esse Estado que foi tão generoso comigo. Eu confesso a vocês, do fundo do meu coração, eu nem em sonho imaginava poder estar participando de uma festa. Nem sonhar, eu nunca sonhei isso, não tive esse prazer de sonhar. E, hoje, o povo do Acre me deu o prazer de viver este momento, junto de pessoas como Nabor Júnior, que tem toda uma vida, junto com o Governador do meu Estado, junto com os Senadores, colegas Senadores

de outro Estado, com a imprensa, que está aqui presente, pessoas da imprensa.

Com certeza, este discurso feito pela minha assessoria está muito bonito. E peço até desculpas aos jornalistas, porque estou falando no meu estilo, o estilo Petecão. Talvez não agrade a alguns, mas é isso. Eu fui eleito pelo povo do Acre para falar da realidade do Acre, para tentar ajudar o meu Estado. Porque eu não posso vir a esta tribuna dizer que no Acre está tudo bem, está maravilhoso, que o Acre não precisa de nada, que nós vivemos no melhor Estado do País. Não, eu não posso! No momento em que eu tiver que elogiar, vou elogiar sem nenhum problema, como já fiz; no momento em que tiver que fazer as cobranças, no momento em que tiver que fazer as críticas, pode ter certeza de que vou fazer, porque esta Casa é para isto; Parlamento, falar, para isso que eu fui eleito.

Tive um prazer muito grande, quando cheguei, de conversar com a D. Terezinha Kalume. O meu pai é de Xapuri e trabalhava em A Limitada, uma empresa grande que havia àquela época em Xapuri. E o meu pai era uma daquelas pessoas que adoravam Kalume, porque foi um homem que deu oportunidade a ele de trabalho. Trabalhava na limpeza de um barco grande que eles tinham, que trazia, como se dizia lá no Acre, o aviamento, os mantimentos, que, àquela época, eram a pólvora, o açúcar, aquelas coisas, e levava os produtos, que eram a castanha e a borracha. E conversava, agora, com a D. Terezinha, e ela falava um pouco dessa história, o que, para mim, é muito gratificante, pois vivi um pouco dessa história, que, é lógico, foi de muitas alegrias.

Tive o prazer de ser Deputado Estadual por três mandatos e, dentro das minhas possibilidades, tenho certeza de que dei uma contribuição para o meu Estado. Fui eleito no governo Orleir, passei dois anos ajudando aquele governador e, depois, por não concordar com algumas atitudes, algumas decisões dele, juntei-me a esse jovem que hoje já está de cabelo branco, o Jorge Viana, que, à época, era novinho, para que montássemos a Frente Popular, que, até hoje, governa o nosso Estado. Hoje não faço mais parte da Frente Popular, mas me orgulho muito de tê-la ajudado. À época, quando era um Deputado Estadual, saí do governo para, junto com Jorge Viana, com Tião, com Marina, com Carioca e com outros – cujos nomes até me desculpem de não citar, mas era muita gente –, formarmos a Frente Popular. E foram momentos de muitas dificuldades por que passamos no Acre. Tive o prazer, e sou grato à Frente Popular por ter sido, por quatro vezes, Presidente da Assembleia Legislativa do meu Estado – sou grato à Frente Popular –, depois o povo do Acre também me deu um mandato de Deputado Federal e, agora, mais

uma vez, me deu um mandato de Senador, que tenho procurado honrar muito aqui. Com certeza, tenho feito um esforço grande.

Vou citar, aqui, o nome de algumas pessoas, para poder atender ao pedido de amigos que disseram que não podemos falar do presente, neste ato que deixa pessoas felizes – como vi o pessoal da TV Senado feliz – esquecendo de pessoas que deram uma contribuição.

Então, quero falar do governador, que não tive o prazer de conhecer, Aníbal Miranda, que governou de 5 de junho de 1962 a 1º de março de 1963. E aí tivemos o Governo de José Augusto de Araújo, que era do PTB, a partir de 1º de março de 1963. Depois, tivemos Edgard Pereira de Cerqueira, que era do PSD, de 25 de março de 1963 a 12 de setembro de 1966. E aí veio o nosso querido e saudoso Jorge Kalume, pessoa pela qual eu tinha um respeito e um carinho muito grande, pela forma sempre brincalhona de tratar as pessoas, foi governador e foi prefeito também da capital. Governou de 1966 a 1971. Depois, veio o Francisco Wanderley Dantas, que era o nosso querido Dantinha, que trouxe o pessoal do Sul, e nós temos que agradecer, porque aí veio a mão de obra especializada, vieram algumas experiências. Lógico, vieram alguns transtornos também, quando o pessoal veio e implantou a pecuária no nosso Estado, mas nós temos que agradecer ao Dantinha.

Depois, veio o Mesquita, cujo trabalho foi importante também no Acre, pois foi ele quem implantou a agricultura, aqueles armazenamentos. Eu lembro, naquela época do Dantinha, a Cageacre, aqueles armazéns eram entupidos de feijão, de farinha. Eu não sei por que isso não acontece mais no Acre. Porque eu lembro, ali na Campina... Quantas e, quantas vezes eu fui à Campina, e aqueles armazéns eram todos cheios de produção. Nós temos que voltar a isso. Nós temos que ver que essas coisas que deram certo, se deram certo no passado, por que não podem dar certo agora? Têm que dar certo. Agora, nós temos muito mais condição. E aqui nós temos que reconhecer o trabalho do Mesquita.

Veio o nosso amigo também Joaquim Falcão Macedo, que foi nosso governador de 1979 a 1983. Aí, veio o ilustre Governador – o primeiro governador eleito – Nabor Júnior. Veio a nossa Governadora Iolanda, a primeira governadora, que foi muito importante para o nosso Estado. Veio Flaviano Melo, que hoje é Deputado Federal.

E aqui eu queria, Presidente Jorge Viana, fazer um registro – não sei se vale, mas eu vou registrar, porque ele me pediu: ele não pôde estar aqui porque está com sua saúde de certa forma debilitada, mas ele pediu que eu registrasse isso e que pedisse desculpas

pela ausência. O Flaviano foi uma pessoa que cumpriu um papel muito importante como governador, como prefeito da nossa capital, e é uma pessoa a quem o Acre deve muito, muito mesmo.

Depois veio o Cadaxo, que foi de 1989 a 1991; veio o nosso querido Edmundo Pinto, que foi assassinado, num episódio drástico que chocou todo o nosso Estado, um governador jovem, era deputado estadual, já veio ser governador, mas uma pessoa que também tem um importante papel, tanto no Parlamento quanto no Governo do Estado, e amigo pessoal do nobre Deputado Helder Paiva, foram vereadores juntos, em Rio Branco, foram deputados estaduais, uma pessoa de que não nos podemos esquecer. Veio Romildo Magalhães, que assumiu no lugar, e veio também Orleir Cameli, em cujo governo eu entrei na política, em 1995, quando me elegi deputado estadual pela primeira vez. Em seguida, veio Jorge Viana, por dois mandatos – e tive o prazer de participar desse governo do Jorge. Depois veio o nosso governador Binho Marques. Agora, temos o Governador Tião Viana, que foi Senador, a quem desejo possa fazer um bom Governo.

Eu sempre tenho dito que, acima dos interesses político-partidários, estão os interesses da nossa população, estão os interesses do nosso povo. E nós vamos divergir. E é importante que haja divergências. Eu, pelo menos, não vou aceitar nunca, de forma alguma, essa mudança de horário. Porque nós tivemos um referendo, e o povo do Acre se manifestou e vai ter que ser respeitado. Vai ter que ser respeitado. Porque no regime em que vivemos, a democracia, exige isso. Se não agrada A ou B ou C, não é problema meu. O problema é que o povo do Acre foi consultado, através de um referendo democrático, e ele se manifestou dizendo que quer o horário de volta. Se vamos ter que mudar o horário lá na frente para duas horas, três horas, quatro horas, vamos ouvir o povo de novo. E disso vou divergir, porque, no regime em que vivemos, o regime democrático, eu não conheço um instrumento mais democrático de que um referendo.

Quando fui eleito, o povo me autorizou que eu viesse aqui representá-lo. E me deu um atestado: “Você vai lá e representa o povo do Acre”. Quando o povo vai a um referendo é uma democracia direta, é o povo se manifestando. E você não respeitar? Então, vou continuar cobrando aqui nesta Casa, mas sempre respeitando a posição dos outros.

Eu tenho pedido muito ao Senador Anibal que me ajude. Ele não tem ajudado, mas uma hora eu vou convencê-lo, e ele vai ajudar, para que possamos fazer valer esse referendo.

Então, não quero me alongar muito, só quero agradecer ao Senador Jorge Viana, que me concedeu esta oportunidade de fazer uso desta tribuna,

E quero dizer ao Governador Tião Viana, aos demais Senadores, colegas, que estou aqui para ajudar. Não sou problema. Sou uma pessoa que começou a carreira política junto com a Frente Popular, conheço o esforço que a Frente Popular tem feito para melhorar as condições do meu Estado, mas, como um parlamentar eleito pelo povo com 200 mil votos, pode ter certeza o povo do Acre, que está assistindo pela TV Senado e ouvindo pela Rádio Senado, que todos os dias em que eu estiver aqui neste parlamento, é apenas com intuito de ajudar o meu Estado. Não tenho nenhum problema, nas vezes em que o Governador precisar, nas vezes em que o Senador Jorge Viana, nas vezes em que Senador Anibal precisar, que o Prefeito Angelim precisar, que o meu mandato, instrumento dado pelo povo, precisar para que eu os ajude, podem ter certeza que vou ajudar.

Agora, peço compreensão porque, quando tiver que criticar, eu também vou criticar.

Obrigado, meus amigos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC)

– Cumprimento o Senador Sérgio Petecão pelo discurso e lhe agradeço também pela participação nesta sessão solene, em que estamos celebrando aqui, inclusive ao vivo, pela Rádio Senado, pela TV Senado e pela TV Aldeia, para todo o Acre, os 50 anos do Acre Estado.

Por convite nosso – e felizmente ele aceitou –, o Senador, ex-Governador e honrado acriano Nabor Júnior fará uso da palavra.

Antes, queria registrar a presença do ex-Ministro Juarez Quadros e dizer que a querida Beth e Regina Lino são filhas do ex-Governador Rui Lino. É muito importante a gente fazer esse registro, pois se trata de um político que também tem o nome inscrito na história do Acre.

Senador e ex-Governador Nabor Júnior, é um prazer ouvi-lo aqui. Eu, nesta condição que o destino me permite, presidindo esta sessão especial, passo a palavra para V. Ex^a para ocupar a tribuna do Senado Federal, uma Casa que o senhor honrou durante muitos anos.

O SR. NABOR JÚNIOR – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Sr. Presidente dos trabalhos desta sessão solene, Senador Jorge Viana, ex-Prefeito e ex-Governador do nosso Estado; Ex^{mo} Sr. Governador Tião Viana, que também honrou nosso Estado durante seu exercício de doze anos como Senador; ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, figura respeitada e amiga do povo do Acre, Ministro Ilmar Galvão; Sr. Prefeito de Rio Branco,

Raimundo Angelim, meu particular amigo, de família tradicional do Município de Tarauacá; Senador Anibal Diniz; ex-Governador Arnóbio Marques, filho de um grande amigo meu, de saudosa memória, Arnóbio Marques, que era muito meu amigo; demais autoridades aqui presentes; minhas senhoras e meus senhores, relutei muito em aceitar o convite que me foi formulado, tanto pelo Senador Jorge Viana quanto pelo Governador Tião Viana, para fazer uso da palavra. Até em tom de brincadeira, eu disse que estava sem preparo físico para isso, porque estou afastado das atividades político-partidárias e da vida parlamentar há quase 10 anos. Mas, depois, eu me contagiei pelo entusiasmo dos oradores que me antecederam e cheguei à conclusão de que eu não poderia faltar com meu dever de proferir algumas palavras aqui, para relembra alguns acontecimentos que resultaram na transformação do ex-Território Federal do Acre em Estado.

Ressalto a participação marcante e decisiva do ex-Governador, ex-Deputado Federal e ex-Senador José Guimard dos Santos, que foi o autor do projeto que resultou na Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962, que foi promulgada pelo Presidente João Goulart, naquela ocasião, e pelo Primeiro-Ministro Tancredo Neves – nós estávamos em um regime parlamentarista.

Houve um trabalho importante que eu gostaria também de resgatar neste momento do ex-Deputado, ex-Governador do Território e ex-Senador Oscar Passos.

É bom que se recorde aqui que o Senador José Guimard dos Santos, ainda quando era Deputado Federal, quando o Congresso funcionava no Rio de Janeiro, apresentou o projeto visando à transformação do Acre em Estado. Ele contava com a oposição sistemática do Deputado Federal Oscar Passos. Na época em que se disputavam as eleições para o preenchimento das duas vagas de Deputado Federal, a campanha política do Acre ficava centralizada neste tema: Guimard defendia a transformação do Território em Estado, e Oscar Passos era contra. O Deputado José Guimard dos Santos fez uma série de pronunciamentos na Câmara Federal, mostrando a inconveniência de continuarmos como Território Federal.

A figura jurídica chamada Território Federal é quase uma colônia da União Federal. Os Governadores eram nomeados, nem conheciam o Acre, chegavam lá para assumir o governo e, só depois, procuravam conhecer a realidade do Estado e conhecer as figuras mais tradicionais, os comerciantes, os seringalistas, os funcionários mais destacados da Administração.

Então, ele fez uma série de discursos, mostrando a inconveniência de o Acre continuar como Território Federal. Oscar Passos era contra, alegando que o Território não tinha condições de ser Estado por não

ter a economia devidamente alicerçada para custear o funcionamento da Administração.

Com a transformação do Território em Estado, criou-se a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e outros órgãos que faziam parte da estrutura política e institucional do Estado.

Oscar Passos, nas campanhas eleitorais, era sempre contra a transformação do Acre em Território Federal, mas, com a posse do Vice-Presidente João Goulart na Presidência da República e com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, houve um acordo entre o Deputado Guimard e o Deputado Oscar Passos. Se não tivesse havido essa concordância do Deputado Oscar Passos, o projeto não teria sido aprovado, porque Oscar Passos era do mesmo Partido do Presidente João Goulart, era amigo pessoal do Presidente João Goulart, era conterrâneo do Presidente João Goulart – ambos eram do Rio Grande do Sul. Então, houve um acordo entre os dois Deputados para que o projeto fosse aprovado no Congresso Nacional, na Câmara e no Senado.

Havia a oposição sistemática também de um Senador do Estado do Amazonas, o Senador Cunha Melo. Esse projeto não teve uma tramitação mais rápida porque o Cunha Melo, que era líder do Governo no Senado, era contra a aprovação da Lei nº 4.070.

Houve o apoio também indispensável e decisivo do Deputado Federal pelo Estado do Amazonas chamado Jayme Araújo. Jayme Araújo foi Deputado Estadual e, depois, Deputado Federal pelo Estado do Amazonas. E foi ele o relator do projeto. Graças às emendas que ele apresentou ao projeto, viabilizou-se a sua aprovação. Então, devemos muito ao saudoso – ele já faleceu – Deputado Jayme Araújo, que aperfeiçoou o projeto e que possibilitou sua aprovação no Congresso Nacional.

No dia da sanção da Lei nº 4.070, na presença do Senador Guimard dos Santos e também do futuro Senador pelo Acre, filho de Cruzeiro do Sul, Adalberto Sena, foi realmente ressaltado o aspecto de que houve a participação e a concordância do Deputado Oscar Passos.

Depois, com a aprovação da Lei nº 4.070, a Justiça Eleitoral marcou as eleições para outubro daquele ano de 1962. Oscar Passos foi eleito Senador, e o Deputado Federal José Guimard dos Santos concorreu simultaneamente a dois cargos eletivos. Naquela época, a legislação eleitoral permitia que se concorresse a dois cargos eletivos.

Eu estava lembrando isso há pouco tempo com a Drª Terezinha Lavocat, que conhece bem a história do Acre. Seu pai, inclusive, foi um dos chefes políti-

cos mais proeminentes do Acre, o Sr. Jorge Lavocat, que, depois, foi até Deputado Federal e Prefeito de Rio Branco e que hospedava na sua casa o Deputado Federal José Guimard dos Santos.

Então, Guimard concorreu ao cargo de Governador e de Senador, simultaneamente. Ele ganhou para Senador e perdeu para Governador, tendo sido eleito, naquela ocasião, o primeiro Governador constitucional do Estado do Acre, o saudoso Professor José Augusto de Araújo.

Tive a felicidade também de concorrer a Deputado Estadual pelo meu Município de Tarauacá e fui eleito Deputado Estadual, um pouquinho à frente do tio do Jorge Viana e do Tião Viana, o também saudoso Governador Joaquim Falcão Macedo. Naquela época, obtive 426 votos – imaginem! – e fui eleito Deputado Estadual, e Joaquim Macedo obteve 400 votos. Ele foi Constituinte também, na primeira Constituição estadual, como eu fui também. E fui Constituinte de mais duas Constituições estaduais no Acre. Então, Joaquim Macedo assumiu a Assembleia Legislativa, por conta de um processo movido pelo antigo PSD de Sena Madureira contra o Deputado José Akel Fares, que não pôde assumir imediatamente o mandato e só o assumiu posteriormente, depois da decisão do Tribunal Regional Eleitoral, que, naquela época, funcionava aqui, em Brasília. Havia um Tribunal Regional Eleitoral que funcionava em Brasília, com jurisdição no Território Federal do Acre, tanto que, no dia da posse dos Deputados estaduais, o desembargador que era Presidente do Tribunal Regional Eleitoral esteve em Rio Branco para diplomar os Deputados estaduais e dar posse à primeira Assembleia Legislativa Constituinte, da qual fiz parte.

Então, eu queria apenas, nestas breves palavras, fazer o resgate do papel importante desempenhado pelo saudoso Senador Oscar Passos, que foi o primeiro presidente do Movimento Democrático Brasileiro. Hoje, pouca gente fala nisso, e Oscar Passos teve um papel importante. Além do mais, ele foi Governador do Território Federal do Acre e foi o primeiro Presidente do Banco de Crédito da Borracha. Foi ele quem organizou o Banco de Crédito da Borracha, que dava apoio aos seringalistas, naquela época, financiando a produção de borracha e também comercializando essa produção. Então, naquela época, havia garantia de financiamento, garantia de preço e garantia de comercialização para a borracha produzida no Estado do Acre. Então, Oscar Passos foi o primeiro presidente do Banco de Crédito da Borracha.

Posteriormente, com a entrada do Brasil no conflito da Europa, da Segunda Guerra Mundial, ele também foi convocado, porque ele era coronel do Exército,

para participar da batalha das Forças brasileiras na Itália, sob o comando do Coronel Humberto de Alencar Castelo Branco. Era o comandante do Oscar Passos, que acho que era major na época. Castelo Branco era o comandante das tropas da qual fazia parte o Major Oscar Passos.

Está guardada nos meus arquivos uma cópia de carta do General e posteriormente Presidente da República Humberto de Alencar Castelo Branco elogiando o trabalho e a participação do Major Oscar Passos nos campos de batalha da Itália.

Então, no final do meu modesto pronunciamento, quero destacar a importância desse fato histórico para o Estado do Acre, que foi a promulgação da Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962, que transformou o ex-Território Federal do Acre em Estado membro da Federação.

O Tratado de Petrópolis consolidou as transferências das terras da Bolívia para o Território Nacional, com o fenomenal trabalho do Barão do Rio Branco. É chamado de Tratado de Petrópolis porque foi assinado na cidade de Petrópolis, pelo embaixador da Bolívia, depois de negociação, em que o governo brasileiro teve de indenizar a Bolívia em 300 milhões de libras esterlinas, para a Bolívia concordar com a anexação daquela área ao território nacional. Comprometeu-se a construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que levou 20 anos para ser concluída. Ali morreram mais de 20 mil pessoas naquela época trabalhando, principalmente pessoas da África, de Barbados e de outros países da África, que foram trabalhar na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que deu uma compensação de terras para a Bolívia, no rio Beni, um afluente do rio Madeira.

Então, considero o Tratado de Petrópolis o fato histórico mais importante para o Acre. Por quê? Porque, não fora o Tratado de Petrópolis, hoje, nós não seríamos brasileiros, nós não viveríamos em um Estado independente, como é o Acre hoje. Isso se deu graças ao trabalho do Barão do Rio Branco.

Diga-se de passagem, Plácido de Castro comandou aquelas tropas e ganhou a batalha contra as tropas da Bolívia. Quero ressaltar um aspecto importante: no trabalho do Plácido de Castro com os seringueiros, em que ele organizou o exército para combater as tropas da Bolívia, houve um dos episódios mais marcantes, que foi a ida do próprio Presidente da Bolívia, General Pando, para a frente de batalha, e ele foi derrotado pelas tropas de Plácido de Castro. Mas aí o Governo Federal, por meio do Presidente Rodrigues Alves, mandou o General Ferdinando de Carvalho ao Acre para devolver as terras à Bolívia. O Governo Federal não queria aceitar a incorporação das terras da Bolívia ao

território nacional, tanto que mandou o General para devolver as terras à Bolívia. Foi aí que entrou o trabalho diplomático do Barão do Rio Branco, o que resultou na assinatura do Tratado de Petrópolis, no dia 17 de novembro de 1903. Aí o Acre passou a ser Território Federal e, posteriormente, em 1962, Estado-Membro da Federação.

Quero cumprimentar, então, o Governador Tião Viana, que, hoje, representa o povo acriano nesta solenidade, por essa efeméride tão importante, tão decisiva para a vida do povo acriano. Não fora o Acre ser transformado em Estado, hoje não haveria uma universidade federal no Acre. Considero a maior conquista do Acre Estado a criação da Universidade Federal do Acre, porque antes lá só havia o curso primário. Por exemplo, na minha cidade, Tarauacá, na época em que eu morava lá, só existia curso primário na maioria dos Municípios. Em Rio Branco, só havia curso até o ginásio. Quem tinha posses mandava os filhos estudarem em Manaus, em Belém, em Fortaleza, no Rio de Janeiro etc. Quem não tinha dinheiro concluía apenas o curso ginasial.

Hoje, a nossa Universidade Federal já formou milhares e milhares de profissionais na área do Direito. Vários juízes e promotores de Direito foram formados pela nossa universidade. Ilustres advogados militam no fórum de Rio Branco e no interior. Hoje, há também cursos avançados da Universidade Federal do Acre em vários Municípios.

Então, considero uma das grandes conquistas do Acre Estado a criação e a consolidação da Universidade Federal do Acre, à qual, neste momento, presto as minhas homenagens. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, ex-Governador e ex-Senador Nabor Júnior. Agradeço por V. Exª ter aceitado o convite de fazer uso da tribuna, porque, com o discurso de V. Exª, certamente fica mais completa esta sessão especial, pelo testemunho de V. Exª, que é alguém que teve o privilégio de viver os momentos mais importantes da criação do Acre Estado.

Peço ao Senador Anibal que, por gentileza, assuma a Presidência desta sessão, para que eu possa também manifestar-me da tribuna do Senado.

O Sr. Jorge Viana deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador proponente desta sessão solene, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, convidados, não

vou repetir – já tive o privilégio de presidir esta sessão especial –, registrar a presença de tantas pessoas ilustres que fazem parte desses 50 anos de conquista do Acre Estado, mas cumprimento a todos que estão na Mesa, especialmente o Ministro Ilmar Galvão, o Governador Nabor Júnior, o Prefeito Raimundo Angelim, o ex-Governador Binho Marques, meu parceiro, amigo, que me ajudou tanto, junto com Edson Cadaxo, a governar por oito anos o Estado; o Senador Sérgio Petecão; o Senador Anibal, que preside esta sessão; e, de modo muito especial, o Tião, Governador do Estado, meu irmão, que se dedicou tanto a preparar pessoalmente, com ajuda de sua equipe, as celebrações dos 50 anos do Acre Estado. Isso é muito importante, porque nós estamos falando da história de um povo.

Com todo respeito, porque acho que esta sessão está completa, com as diferentes visões sobre o nosso Estado, eu só quero aqui fazer um brevíssimo, pequeno comentário, pelo qual espero que não tenha que usar o art. 14, colega Petecão.

Eu sou filho de acrianos – pai, mãe e avô – e tenho muito orgulho, como ele. Todos nós somos acrianos nascidos no Acre. Há os acrianos que adotaram o Acre e que são tão importantes quanto quem lá nasceu. Mas, depois de ter nascido lá em Rio Branco, de ter levado uma vida na rua, brincando, com minha mãe, com meu pai, eu tive um privilégio. A vida me deu a oportunidade de andar uma parte do mundo, como também ao Senador Sérgio Petecão. Eu não achei, até hoje, um lugar melhor para viver, para trabalhar e para lutar do que o Acre. Para mim, é o melhor lugar do mundo. Agora, é óbvio, o Acre é o melhor lugar do mundo para mim por conta dessa história bonita, por conta do seu povo e por conta dos desafios que temos ainda a vencer daqui para frente.

Eu queria dizer que, nesse espírito, meu gabinete fez um *folder*, que é uma maneira de nós registrarmos. Cada um está recebendo, e vamos tentar distribuir um pouco mais para nossos irmãos do Acre. Ele faz um registro e tem uma foto histórica aqui de Guimard dos Santos, avô de Lauro Santos, que está aqui, com Dona Lídia. E, ao lado – olha que coisa fantástica –, o Acre nasceu nas mãos de João Goulart, Tancredo Neves, como Primeiro Ministro, e, obviamente, o pai do Acre Estado, que é Guimard dos Santos.

O Senador Nabor Júnior abrilhantou esta sessão ao trazer detalhes importantes do embate que se deu e da luta que tivemos que vivenciar, que é parte da história bonita do Acre, para que fosse criado o Estado do Acre, em substituição ao Território.

Mas, Governador Tião Viana, Sr. Presidente Anibal Diniz, senhoras e senhores, quero cumprimentar o Presidente Sarney. Ele acolheu imediatamente o

requerimento assinado por mim, tendo como signatários Anibal Diniz e mais valorosos colegas. Mais do que isso, o Senador Sarney criou as condições para que pudéssemos realizar esta sessão especial; mais do que isso, o Senador Sarney atendeu a um pedido, uma solicitação nossa, e a equipe da TV Senado – agradeço e cumprimento Fernando César Mesquita –, com o apoio do Governador Tião Viana, elaborou, realizou e exibiu ontem, na TV Senado, junto com a TV Aldeia, um documentário sobre como se deu a transformação de Território para Estado no nosso Acre. Esse documentário, certamente, vai ser repetido tanto pela TV Aldeia como pela TV Senado, nos próximos dias.

A realização desta sessão especial no Senado Federal tem um significado muito especial para todos nós acrianos, porque foi aqui, no Congresso Nacional, que o Acre Estado nasceu. Esta sessão faz parte da programação oficial dos 50 anos do Acre Estado, preparada com tanto carinho pelo Governador Tião Viana e sua equipe.

Sou um daqueles acrianos apaixonados pela história do nosso Acre. Aprendi desde muito cedo com meu pai, Wildy Viana. Aliás, liguei para ele ainda há pouco. Ele certamente está assistindo, ou pela TV Aldeia ou pela TV Senado. Ele teve o privilégio de ter sido colega do Senador Nabor na Assembleia e na Câmara, só não aqui no Senado, porque ele resolveu ir para casa, e mandou o Tião, e, agora, mandou-me para tentar, de alguma maneira, levar adiante o seu sonho de ver o Acre prosperando. Aprendi com meu pai, Wildy Viana, a honrar a história de coragem, sacrifícios e atos heróicos daqueles que deram a própria vida para tornar o Acre brasileiro, através de uma epopeia, que foi a revolução acriana, uma luta indômita, que, desde os confins da Amazônia Ocidental, enfim, do século XIX e início do século XX, sacudiu nossa República, que havia acabado de nascer. De fato, a saga do Acre Brasil sacudiu a República, a saga de um povo que fez da floresta a sua casa e da nacionalidade brasileira a sua causa de vida.

Por isso, como bom acriano que é, meu pai fez questão de nos dar para ler muitos livros – a mim, ao meu irmão Tião, à Silvinha e ao meu irmão, em saudosa memória, Wildy –, os clássicos da nossa história, como, entre muitos, a *Formação Histórica do Acre*, de Leandro Tocantins. Lá em casa, o dever de casa era ler os livros sobre a história acriana. E aí, meu pai, com esse gesto, transferiu a paixão que ele sempre cultivou pela história do povo acriano para mim, para o Tião e para meus outros irmãos. O primeiro livro de Leandro Tocantins foi *O Rio Comanda a Vida*, que foi escrito com 21 anos. Está escrito que Leandro Tocantins é paraense, mas ele nunca foi paraense. Ele nasceu no

Pará, em Belém, e com nove meses foi morar em Rio Branco, na foz do rio Muru. Então, como ele pode ser paraense se, com nove meses, já estava no Acre, na cabeceira dos rios? E o primeiro livro que escreveu foi *O Rio Comanda a Vida*. Certamente, só alguém que nasceu na foz e foi viver nas cabeceiras poderia escrever. Ele foi um profundo e, talvez, maior observador da paisagem, dos costumes, da cultura do povo acriano. Ele passou isso para a literatura e foi muito elogiado por Carlos Drummond de Andrade e por Érico Veríssimo. Como Euclides da Cunha, era um apaixonado pela história do nosso Estado e do nosso povo.

No caso, a família de Euclides da Cunha nos deu – para o povo do Acre – um magnífico presente no dia 15 de junho passado: todo o seu acervo, composto de documentos raros, fotografias originais e obras, algumas inéditas. Isso tudo está em um acervo na Biblioteca da Floresta, em Rio Branco. Cumprimento Marcos Afonso e todos que ajudaram a fazer uma das mais lindas exposições, que é a exposição do acervo de Leandro Tocantins, que está na Biblioteca da Floresta, em Rio Branco, um acervo tão grandioso e primoroso quanto a própria Amazônia que Leandro Tocantins, nosso maior historiador, carregou dentro de si por toda a sua vida.

Não posso deixar de registrar também a grande paixão, como falei ainda há pouco, que Euclides da Cunha tinha pelo Acre.

Deus me concedeu a honra de ser governador do meu Estado exatamente quando o Acre completava 100 anos da Revolução Acriana, que foi o evento fundador da nossa sociedade. Neste momento em que o Acre completa 50 anos de autonomia política, tenho a felicidade e o privilégio de ser Senador da República e poder falar desta tribuna, nesta sessão especial.

Sei, portanto, como deve estar se sentindo o ex-Senador que tanto dignificou esta Casa com seu trabalho e competência, o hoje Governador, meu irmão, Tião Viana, quando celebramos o cinquentenário do Estado do Acre. Certamente, ele tem a dimensão da honra que é ser Governador do Estado, governador eleito, na celebração do cinquentenário da nossa terra, que foi uma das mais importantes conquistas do povo acriano obtida no Congresso Nacional, em 1962, depois de uma dura batalha legislativa que certamente o Osmir Lima conhece muito bem. E o Senador Nabor Júnior já expressou a engenharia política da criação do Acre Estado na condução e no enfrentamento de dois grandes brasileiros Guiomard dos Santos, o pai do Acre Estado, e Oscar Passos, que foi um dos maiores líderes da política da redemocratização do País.

Oscar Passos presidia o MDB no Acre, e, por conta desses enfrentamentos políticos, também foi derrotado, na presidência do MDB.

Essas coisas fazem muito rica a história política do Acre.

Como também Guiomar Santos, que criou o Acre Estado, mas não conseguiu ser eleito o primeiro Governador do Acre. Quem foi eleito foi José Augusto de Araújo, um acriano nascido pelo meio de Feijó e Cruzeiro do Sul, um jovem estudante, professor, talentoso, uma pessoa fantástica que, lamentavelmente, por conta do regime autoritário, não pôde cumprir a sua missão, que era também ali o nascedouro do real Estado do Acre, com a eleição direta do primeiro governador. Mas, de novo, foi interrompida e começou uma nova luta pela redemocratização do nosso País e do nosso Estado.

Senhoras e senhores presentes a esta sessão especial, para compreendermos a importância deste ato solene, proposto por mim, pelo colega e irmão, Senador Anibal Diniz, e apoiado por outros colegas, e generosa e carinhosamente abraçado por nosso Presidente José Sarney, é imprescindível compreendermos aqui o real significado do Território Federal para a formação da República brasileira e, principalmente, para o povo acriano. Eu queria destacar isso. Afinal, não podemos nos esquecer que o Acre foi o primeiro Território Federal da nossa história. Até à anexação das terras acrianas ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, não havia na legislação brasileira qualquer menção a esse sistema. O Território Federal do Acre foi criado em abril de 1904. Portanto, é fato que o regime territorial foi criado de encomenda para o Acre, em grande medida, devido à excepcional riqueza proporcionada pela borracha, para depois se espalhar pela Amazônia com a criação dos territórios do Amapá, Rondônia e Roraima.

E o que pode, à primeira vista, parecer motivo de orgulho, absolutamente não é. Vale ressaltar que esse regime político, de forte viés autoritário, implantado no Acre, foi extremamente prejudicial para todos nós acrianos. Pois vejam, com a criação do Território Federal do Acre, nossos habitantes, que lutaram para ser brasileiros, foram condenados a ser cidadãos de segunda categoria em seu próprio País. Não podiam ser votados ou votar em seus governantes, já que estes eram nomeados diretamente pelo Presidente da República; e, dependendo do Presidente da República, recebíamos maus ou bons governantes. Alguns eram nomeados governadores do território do Acre apenas para ganhar o título de governador, sem considerar absolutamente nada das necessidades, dos sonhos do povo acriano e daquilo que precisava ocorrer na nossa terra.

Não tinha Poder Legislativo e, assim, não podia estabelecer leis próprias à sua realidade. Não tinha

Poder Judiciário, como todos os outros Estados da Federação, ficando refém de uma Justiça distante, como também não podiam arrecadar seus próprios impostos. E aí está uma fonte, uma maneira, já que a borracha era um dos principais produtos da economia brasileira e mundial. Para se ter o controle centralizado sobre a produção da borracha, foi-se inventando a figura do Território Federal, para que o Acre ficasse na dependência direta do Governo Central.

Isso tudo, pasmem Sr^{as} e Srs. Senadores e senhoras e senhores convidados, como prêmio pelos acrianos terem lutado contra a dominação estrangeira, sem nenhuma ajuda do Governo Federal, pelo direito de serem brasileiros. Sem sombra de dúvida, essa foi uma das maiores injustiças de toda a história republicana. Faço questão de falar isso porque esta é uma sessão histórica, em que estamos virando as páginas dos primeiros 50 anos do Acre Estado.

Mas o povo acriano nunca se conformou com essa situação e mais uma vez foi à luta. As revoltas autonomistas, Deputado Osmir, foram realizadas, a primeira, em Cruzeiro do Sul, em 1910, terra de V. Ex^a e de tantos bons acrianos; em Sena Madureira, em 1912; e, em Rio Branco, em 1918, ocasiões em que a população – vejam só! – dessas cidades foi obrigada a pegar em armas contra o autoritarismo dos governantes nomeados. Então, não foi uma questão simples. Demonstraram claramente ao governo brasileiro a insatisfação acriana com essa triste condição.

E, mesmo com a grave crise da economia da borracha, que se abateu sobre a Amazônia nos anos 20 e 30 do século passado, o movimento autonomista não arrefeceu e, para manter viva a luta pela conquista dos mesmos direitos básicos de todo e qualquer cidadão brasileiro, no início da década de 30, criou a Legião Autonomista.

E foi em consonância com os anseios do povo acriano que, em 1957, o Deputado Federal Guiomard Santos apresentou um projeto de lei para elevar o Território Federal do Acre à condição de Estado autônomo da Federação brasileira, num ato de grande sensibilidade deste que foi um dos maiores líderes políticos da história acriana. Todos os Municípios acrianos formaram, então, os chamados Comitês Pró-Autonomia, que revelavam o forte apoio popular à iniciativa de Guiomard Santos.

Foram tempos memoráveis em que toda a sociedade acriana se envolveu em acirrados debates pró e contra a autonomia política e administrativa do Território. De um lado, Guiomard Santos, carregando a histórica bandeira autonomista; e, de outro lado, Oscar Passos – e eu faço questão de me prender aos fatos que já foram relatados pelo ex-Senador e ex-Governador

Nabor Júnior –, que levantava questões de ordem econômica para defender a necessidade de preparar o Acre adequadamente antes de torná-lo Estado. Então, era um debate que tinha dois lados.

E há que se reconhecer a importância que esse confronto de diferentes pontos de vista teve para o aperfeiçoamento do projeto de Guiomard Santos. Penso não existir outra ocasião mais adequada para reconhecermos e ressaltarmos o fundamental papel do Congresso Nacional nesse processo. Afinal, em nosso regime republicano, cabe a esta Casa salvaguardar o diálogo democrático entre os diferentes segmentos da nossa sociedade – aliás, como fez aqui ainda há pouco, colocando claramente suas opiniões, o Senador Petecão –, um diálogo que assume, muitas vezes, contornos muito acirrados e até dramáticos.

Saúdo, portanto, Guiomard Santos, Oscar Passos, Océlio de Medeiros e tantos outros de diferentes Estados que deram importantes contribuições para a conclusão desse processo legislativo depois de cinco anos de uma bela e exemplar tramitação.

Também não poderia deixar de agradecer e homenagear, em nome do povo acriano, o Presidente João Goulart, que, apesar de ser do partido que até aquele momento era contrário à criação do Estado do Acre, numa demonstração de grandeza política e de pleno espírito republicano, acatou a decisão do Congresso e sancionou, juntamente com o Primeiro-Ministro Tancredo Neves, no memorável dia 15 de junho de 1962, a Lei nº 4.070, que fez com que o Acre, que havia sido o primeiro Território Federal da história brasileira, se tornasse também o primeiro a ser elevado à categoria de Estado. Estava, enfim, estabelecido o direito fundamental do povo acriano de determinar e conduzir seu próprio destino.

Como acriano, eu não poderia deixar de confessar aqui meu grande orgulho por mais essa conquista histórica, porque coube ao meu querido Acre quebrar, mais uma vez, paradigmas e desigualdades injustificáveis do nosso País, tornando-se novamente um exemplo que logo seria seguido pelos outros territórios federais brasileiros. Por isso tudo, vale registrar que a nossa luta seguiu por autonomia e por liberdades.

José Augusto foi eleito Governador e foi cassado pelo regime militar, e seguimos na busca de liberdades até 1982, quando o Senador Nabor Júnior foi o primeiro Governador eleito após o regime de exceção no Brasil.

Senhoras e Senhores, afirmo que esta sessão é muito importante porque ela é o reconhecimento do Senado Federal e, através dele, do povo brasileiro, de que este é um ano muito especial. Há exatamente 50 anos, o movimento autonomista acriano, finalmente, vencia um dos maiores desafios de nossa história. Uma

luta que deu continuidade aos sonhos da Revolução Acriana e que serviu de base e inspiração também para a luta dos povos da floresta nas décadas de 70 e 80, que novamente colocaria o Acre em evidência, sendo pioneiro nas discussões dos temas ambientais que hoje, mais do que nunca, afetam o Brasil e o mundo. Estamos, neste momento, sendo sede da Rio+20, o mais importante evento que discute desenvolvimento, pobreza e sustentabilidade no Planeta. Coincidentemente, eu não pude ir até agora à Rio+20 por conta de estar diretamente envolvido com esta celebração dos 50 anos do Acre Estado.

Tenho, assim, a grande satisfação de dizer, para concluir minha participação nesta sessão, que, ao completar 50 anos, o nosso Estado chega à maturidade social e política e tem um rumo claro e bem definido.

Inspirado na Revolução Acriana, na luta dos autonomistas e nos movimentos sociais do final da década de 80, dos quais tive o privilégio de participar, um ousado e inovador movimento político conhecido como Frente Popular, liderado pelo PT e tendo como suas grandes referências Lula – um Presidente querido, apaixonado pelo Acre, a quem o Acre deve muito, Luiz Inácio Lula da Silva – e Chico Mendes, fez o Acre experimentar grandes mudanças administrativas e no seu desenvolvimento.

Com o Governo da Floresta, em 1999, surgiu o Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Acre, traduzido no conceito de Florestania e que, inspirado na história do povo acriano e tendo como base a valorização da floresta, fez do Acre uma referência para a Amazônia e para o Brasil.

Tive a honra de estar no nascedouro desse movimento junto com Tião Viana, com a nossa querida Marina Silva, com o nosso Governador Binho Marques, com o nosso Senador Anibal Diniz e com tantos outros valorosos companheiros, que, estando aqui ou no Acre, foram fundamentais, como bem citou o Senador Petecão, que esteve junto conosco em uma parte dessa batalha, ajudaram a fazer as transformações políticas e a resgatar especialmente a autoestima do povo acriano.

Nós conseguimos, hoje, ter no Acre indicadores sociais, ambientais e econômicos que começam a ser referência na Amazônia, no Nordeste e no nosso País. São conquistas que um processo democrático de muito trabalho político está alcançando. Mas temos ainda muito a alcançar para melhorar plenamente a vida do povo acriano.

Nesses 50 anos de Acre Estado, quem verdadeiramente está de parabéns, digo da tribuna do Senado, é o povo acriano, gente que construiu com muito sacrifício, lutas e conquistas uma das mais belas e singulares páginas da história do Brasil.

Assim, Governador Tião Viana, Ministro Ilmar, colegas Senadores Petecão e Anibal e nossos convidados, eu gostaria de concluir este pronunciamento, repetindo uma pequena estrofe do nosso Hino acriano, que foi escrito por Francisco Mangabeira, um grande poeta brasileiro, secretário da revolução acriana, que, talvez, imaginando as lutas futuras do Acre, tenha deixado um hino de nação, um hino que foi fonte de inspiração dos autonomistas e que segue sendo fonte de inspiração para os desafios que o Acre há de vencer ainda pela frente.

A estrofe é simples:

E ergueremos então destas zonas

Um tal canto vibrante e viril

Que será como a voz do Amazonas

Ecoando por todo o Brasil.

É com esse propósito que eu concluo minhas palavras.

Com grande orgulho, nós trabalhamos, honramos o nosso passado e, por isso, nós confiamos plenamente no nosso futuro.

Viva os 50 anos do Acre Estado!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Jorge Viana. Parabéns pelo belíssimo pronunciamento!

Agora, com a palavra o Governador Tião Viana.

Aproveito também para agradecer a presença do Juiz Federal Jair Facundes, que nos acompanhou com toda a atenção ao longo desta sessão solene.

Com a palavra o Governador Tião Viana.

O Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana; Senador Anibal Diniz, Senador Sérgio Petecão; ex-Governador Binho Marques; Prefeito de Rio Branco, Raimundo Angelim; nosso Ministro do Supremo Tribunal Federal, acriano de coração, Ilmar Galvão; ex-Governador, ex-Senador e ex-Deputado Nabor Júnior; senhoras e senhores; Presidente do Poder Legislativo do Acre, aqui presente, Deputado Helder Paiva; Presidente do Poder Legislativo municipal, Vereador Juracy; representante do movimento autonomista das famílias que construíram esses 50 anos do Acre, e até de antes dos 50; representante das instituições do Estado, Dr. Sandro Barbosa, que representa o Ministério Público; os meios de comunicação aqui presentes; Tiago Martinello, pelo sistema Gazeta de comunicação; Sr. Narciso Mendes, pelo sistema SBT de comunicação e pelo grupo Rio Branco; Sr. Ely Assem, que representa o grupo A Tribuna; Rede Amazônica, na figura do Sr. Moreira; é uma imensa honra o Governo do Acre

participar deste momento e trazer as considerações que dizem respeito à história, ao tempo e àqueles que escreveram cada página dos nossos últimos 50 anos.

A figura maior e mais elevada deste cenário é, sem dúvida, José Guimard dos Santos, o Major de então, nomeado pelo General Dutra, que chega ao Acre na condição de governador nomeado, mas que traz uma mala cheia de ideais, traz uma mala cheia de determinação ao trabalho e muda os paradigmas da visão de habitação, desenvolvimento e trabalho no Estado. Tínhamos, até aquele momento, um Estado sem identidade; tivemos um processo revolucionário, numa indefinição territorial; tínhamos um país que não entendia os acontecimentos históricos do Acre e a determinação do povo migrante nordestino, libanês, português, da América caribenha, barbadianos, índios, seringueiros, que estavam chegando ali, querendo a identidade; tivemos uma vitória das insurreições e uma revolução dirigida por Plácido de Castro, mas a busca da identidade era uma longa caminhada; e tivemos – como disse, no seu memorial, o Senador Jorge Viana aqui – uma figura autoritária, colocada dentro das decisões brasileiras, que foi a figura do território.

O Acre foi a primeira grande vítima da figura autoritária, não democrática, dos territórios. Em 1921, nosso Epaminondas Jácome, o primeiro governador constitucional do Acre Território, tem a missão de levar adiante uma ideia de desenvolvimento pelo poder central que nada mais era do que uma ideia de recolhimento fiscal injusto, sem a devida consideração com os desbravadores, com os que ali escolheram como destino da sua vida, com aqueles que tinham que afirmar um projeto de desenvolvimento social, econômico e político para a região.

E, como muito bem lembrou o Senador Jorge Viana, em recente pronunciamento no Senado, em 1910, os cruzeirenses estavam afirmando o movimento autonomista; em 1918, Sena Madureira; nos anos 30, Rio Branco. E aí vamos levando o movimento autonomista até a chegada de Guimard dos Santos, que se mostrava rebelde ao modelo autoritário e que não era do tamanho da dimensão humana que merecia aquela comunidade migrante que buscava se afirmar ali; a chegada do nordestino, na figura do “soldado da borracha”, para defender a aliança contra o nazifascismo, para defender pontos determinantes da história brasileira na defesa das nações, na defesa de um ocidente democrático, de um mundo democrático, que seguramente não encontravam eco, ainda, de compreensão do Governo Federal.

Nosso querido Senador Nabor Júnior descreve muito bem a rebeldia de Guimard dos Santos, quando dizia que a figura do Território expressava que o gover-

nador que não tinha simpatia por qualquer dirigente de comércio ou de empresa, este estava condenado a não vender nada, estava condenado à falência. Era um modelo autoritário.

Ele me descrevia, com sua história narrada, tão bonita e tão lúcida, o que era um governador nomeado chegar, como nós tivemos em 1962, trazendo todos os secretários de fora, nomeados por ele, sem nenhuma consideração aos que tinham construído a própria história dentro do Estado do Acre. Então, isso tem que ser levado em conta, para mostrar o valor do movimento autonomista.

Quando Tancredo Neves, conterrâneo de Guimard dos Santos, do mesmo Estado mineiro, convence João Goulart a confirmar a necessidade da aprovação da Lei nº 4.070, quando nós tínhamos outros parlamentares envolvidos, a exemplo de Océlio de Medeiros e tantos outros, buscando uma identidade, isso veio trazer o reconhecimento de uma rebeldia histórica contida, porque era de lamento, era de migração reversa, era da volta ao Nordeste pela falta de ânimo, pela falta de perspectiva, e isso remonta há muito tempo.

Se a volúpia do governo central era fiscal, não era o que queriam aqueles migrantes. Aqueles queriam vida em comunidade, queriam o desenvolvimento, queriam justiça social, queriam uma vocação constitucional e democrática para a nossa região. Em 1910, o Acre detinha 97% da produção da borracha mundial. Em 1928, o Acre detinha apenas 3,5% da produção de borracha mundial.

E vem uma nova onda de importância na vida econômica do Acre, na vida de quem estava ali, em termos de valorização, que foi a figura do “soldado da borracha”.

Cinquenta por cento morreram nos primeiros anos em que chegaram, enquanto na guerra, dos que foram como pracinhas, como convocados, menos de 6% morreram. Mas aqueles lá não tiveram o reconhecimento devido da história.

Tudo isso inspirou o movimento autonomista dirigido por Guimar Santos; tudo isso determinou o reconhecimento a figuras históricas como a de Hugo Carneiro e de tantos outros.

E aí fica uma lembrança do porquê da descon sideração com aquele Território. Cheguei a perguntar a um grande historiador que estudava uma discríção por parte do Governo central em não entender o valor histórico das legiões libertárias do Acre, que começaram com José Carvalho, que terminaram com Plácido de Castro e tinha a caminhada dos autonomistas pela frente, se não seria porque nós tínhamos, ainda, a ferida aberta das relações com a Bolívia.

Aí fica a dúvida: por que os que dirigiram a revolução nunca foram recebidos pelo Governo central brasileiro? Por que Rodrigues Alves, um dos maiores vultos da história da Velha República, não deu a consideração devida aos insurgentes, aos que estavam afirmando a territorialidade do Brasil em seu cerco final de fronteira? Por que isso aconteceu? Por que Nilo Peçanha e Afonso Pena não deram a consideração que merecia o movimento revolucionário? Por que pegaram os insurgentes da Revoltada da Vacina na Urca e transferiram mil deles para o Acre como um ato de condenação? Por que o Exército brasileiro, representado pelo General Olímpio da Silveira, não deu a consideração devida aos revolucionários que estavam ali e os tratou de maneira marginal? Todas essas questões estão ainda no tempo da história, no tempo das respostas dos historiadores, daqueles que vão considerar essa evolução na formação histórica do Acre.

Nós estamos hoje celebrando os 50 anos, 50 anos de elevação de um Estado que procurava, há mais de 60 anos, uma identidade na história e não encontrava. Teve fortes movimentos: da insurreição pela borracha, do desenho de um plano diretor de Plácido de Castro ao movimento de Hugo Carneiro, ao movimento dos soldados da borracha, mas encontrou em Guiomar Santos uma síntese de tudo que havia ocorrido e a busca de uma verdadeira identidade para o Acre. E o movimento autonomista encontra isso. O Senador Nabor Júnior, na história narrada, viva, conta como era o entendimento que estava entre Guiomar Santos e Oscar Passos, como entra a figura de José Augusto de Araújo, surpreende um processo eleitoral e se afirma como Governador o jovem rebelde que rompe com o poder estabelecido, tão bem construído por Guiomar Santos. Como isso se deu pelos governantes que se sucederam?

Então, tudo isso está por ser respondido pela História, que reflete, que recolhe dados, que condensa e que está sendo escrita ainda. O movimento revolucionário do início do século XX reuniu mais de 120 documentários escritos, na forma de livros. Nós temos que entender muito a intensa busca de dedicação e compreensão daquele momento histórico.

E é isso que está nos dias de hoje. O Governo Jorge Viana rompe definitivamente com a fronteira de indecisão. Havia um movimento pecuário expansivo, que nós não condenamos e respeitamos muito, mas era uma vocação importada do velho Texas americano, da velha Califórnia, e que não tinha a ver com a identidade amazônica ainda.

Tem lugar para a pecuária? Muito. É bem-vinda e está muito bem tratada nas relações de Estado, mas a verdadeira identidade não estava definida. E foi o Go-

verno Jorge Viana, buscando o aprendizado que vinha da figura de Chico Mendes, de Marina, de D. Moacyr Grechi, dos movimentos de base, dos sindicatos rurais, dos empates, dos trabalhadores que compreendiam que era preciso viver, desenvolver, preservar e, sobretudo, respeitar a vida, que afirmou o que se chama de projeto sustentável no Estado.

Nós tivemos isso dentro da Amazônia, e como acontecimento marcante no Estado do Acre. Isso foi muito importante para nós. Isso vem se sucedendo e cada vez cresce mais essa identidade. O Estado que não tinha identidade e que Guiomar elevou a esta busca de chegar a um cartório democrático chamado Congresso Nacional, Senado Federal brasileiro, encontrou a oportunidade de sua identidade no modelo de desenvolvimento sustentável dentro de um Estado amazônico.

E qual o significado disso? Como muito bem disse Jorge Viana, o desenvolvimento sustentável não abre mão do que é a elevação da independência econômica, do que é a elevação da independência democrática, política, e do que é compreensão com os recursos naturais. É essa busca que estamos fazendo.

O Governo Binho Marques trouxe uma nova fronteira nos indicadores, desde o técnico na educação, na redução das desigualdades da educação do Estado. Nós éramos o 27º Estado em qualidade da educação no Brasil; estamos em 7º lugar e avançando rapidamente, graças a essa herança, a esse trabalho. Mais de 300 comunidades isoladas que não tinham a presença do Estado hoje têm a presença do Estado com as suas dificuldades.

O Estado que estava sendo dirigido pelo crime organizado, pela corrupção, pelo narcotráfico foi rompido. Governadores da época eram reféns e estavam intimidados pelas forças paralelas que dominavam o Acre, pediam ajuda. E essa geração teve a coragem de unir-se ao Ministério Público, à Justiça Federal, à Polícia Federal, às instituições federais do governo do Presidente Fernando Henrique, seguido pelo do Presidente Lula e, hoje, pelo da Presidenta Dilma, para afirmar valores republicanos dentro de nossa região.

Então, são estes os desafios postos. Desigualdades extremas: vamos superar todas! Somos idealistas. O ideal de Guiomar Santos está dentro destas gerações; o ideal de Plácido de Castro está dentro destas gerações; o respeito a Nabor Júnior e a tantas figuras que, como ele, dirigiram o Estado do Acre – de um Joaquim Macedo, de um Hugo Carneiro, de um Rui Lino, de José Augusto de Araújo e de tantos que passaram ali – está dentro de nossas considerações de aprendizado para levarmos adiante os desafios.

Então, o que eu trago aqui é a reverência do povo do Acre a esta sessão especial do Senado Federal, porque eu sei o que esta Casa significa para a democracia brasileira, para a vida constitucional do País e para o futuro do nosso País, ao lado da Câmara dos Deputados.

Então, Presidente Jorge Viana, transmita ao Presidente José Sarney o agradecimento e o aplauso do povo do Acre pelo documentário tão bem feito por Fernando Cesar Mesquita e por sua equipe da TV Senado retratando nosso tempo, nossa história e nossos valores.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC)

– Muito obrigado, Governador Tião Viana, ex-Senador.

Já teremos que começar a sessão ordinária do Senado Federal, mas eu queria, de coração, agradecer a presença de todas e de todos; a todos que nos acompanharam pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela TV Aldeia.

Cumprindo-se o Regimento e tendo sido alcançada a finalidade desta sessão, declaro-a encerrada.

Viva o Acre!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 55 minutos.)

Ata da 106ª Sessão, Não Deliberativa em 18 de junho de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim e da Srª Ana Amélia.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 4 minutos encerra-se às 18 horas e 40 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 731, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2007 (nº 2.426/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Acaiaba Emissoras Integradas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

RELATOR: Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**

RELATOR “AD HOC”: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 125, de 2007 (nº 2.426, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à *Acaiaba Emissoras Integradas Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de

concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

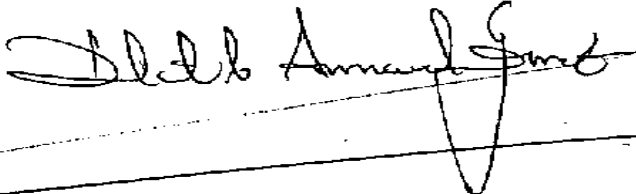
É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 125, de 2007, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a permissão outorgada à *Acaiaba Emissoras Integradas Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. GIM ARGELLO, Presidente

 Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 125, de 2007

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: DO HC SEN. FLEXA RIBEIRO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 125/2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CARIBÉ - PSB	X				LIDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARCELLO - PTB					FERNANDO COLLOR - PTB				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SERGIO PETECÃO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13/06/2012

SENADOR GIM ARCELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 732, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 2010 (nº 2.211/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Aparecida do Taboado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul.

RELATOR: Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**

RELATOR "AD HOC": Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 248, de 2010 (nº 2.211, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural de Aparecida do Taboado* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.


O exame da documentação que acompanha o PDS nº 248, de 2010, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

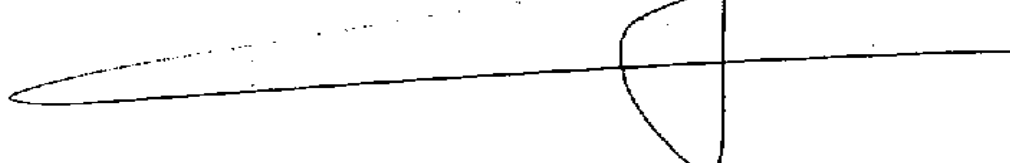
III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 248, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural de Aparecida do Taboado* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. Gm ARGELLO Presidente

 Relator



Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 248, de 2010

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: AO HC SEN. FLEXA RIBEIRO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lidice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 248/2010

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PPS, PSB, PC, PMDB, PR, PSD, PSDB, PTB, PSC, PPV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PPS, PSB, PC, PMDB, PR, PSD, PSDB, PTB, PSC, PPV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA FORTALEZA - PT					DELCIDIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PT				
JOÃO CAPIBEKIBE - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PR				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PPV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PPV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB	X				SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB					LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOEÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO GASSOL - PP	X			
EDINÉCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRÓ MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO - PTB					FERNANDO COLLOR - PTB				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL/PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SERGIO PETECÃO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13/06/2012

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 733, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2011 (nº 2.998/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Clube de Indaial Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina.

RELATOR: Senador **RICARDO FERRAÇO**

RELATOR "AD HOC": Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 399, de 2011 (nº 2.998, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Clube de Indaial Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, jurisdição e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se

executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 399, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Clube de Indaial Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. GIM ARGELLO, Presidente

1111105 NO, Relator

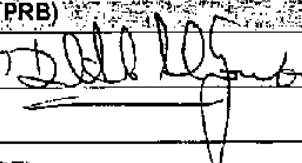
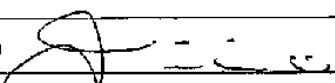
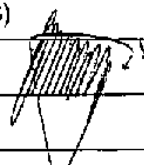
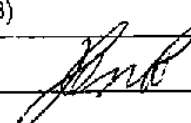
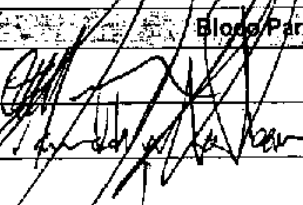
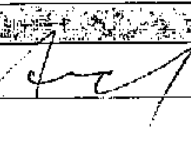
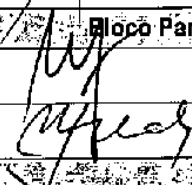
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 399, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: SEN. ALOYSIO NUNES FERREIRA (AD HOC)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT) 
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB) 	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) 	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) 
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) 	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) 
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB) 	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 399/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC, PSB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC, PSB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÉGO - PMDB					RICARDO FERRÃO - PMDB				
LOBAO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB	X			
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA FORÇA (PTB, PR, PSC, PPS, PMB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO - PTB					FERNANDO COLLOR - PTB				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13/06/2012

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 734, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2011 (nº 2.592/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Santiago Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

RELATOR “AD HOC”: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 418, de 2011 (nº 2.592, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Santiago Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

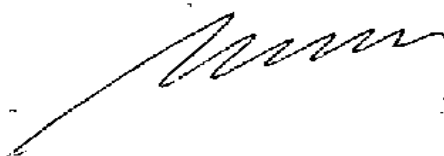
É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 418, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Santiago Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. GIM ARGELLO, Presidente



, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 418, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: FLEXA RIBEIRO (AD HOC)

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB) AD HOC	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB) PRESIDENTE	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 418/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DILCÍDIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LIDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PT, PSB, PV)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PT, PSB, PV)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÉGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB	X			
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO - PTB					FERNANDO COLLOR - PTB				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SERGIO PETECAO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NAO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13/06/2012

SENADOR GIMARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 735, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 424, de 2011 (nº 2.870/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Jesus Libertador de Galvão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Galvão, Estado de Santa Catarina.

RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA

RELATOR "AD HOC": Senador VALDIR RAUPP

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 424, de 2011 (nº 2.870, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária e Cultural Jesus Libertador de Galvão* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Galvão, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de

proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 424, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 424, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária e Cultural Jesus Libertador de Galvão* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Galvão, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. GIM ARGELLO, Presidente


, Relatora

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 424, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: AD ROL SEN. VALDIR RAUPP

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 424/2011

TITULARES - BLOCO DE VOTO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE VOTO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANÍBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LIDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO KOLLBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAZ - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RONAN CALHEIROS - PMDB				
CRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSD, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSD, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PMDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ ACRÍPIO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO - PTB					FERNANDO COLLOR - PTB				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL/PSOLA - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13/06/2012

SENADOR GIM ARGELLO

Vice Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 736, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2011 (nº 2.883/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador **WALTER PINHEIRO**

RELATOR "AD HOC": Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 426, de 2011 (nº 2.883, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 426, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. GIM ARGELLO, Presidente

, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 426, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. Gm ARGELLO

RELATOR: AO HAC SEN. FLEXA RIBEIRO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lidice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB) AO HAC	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB) PRESIDENTE	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 426/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANÍBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BILARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LIDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROILEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUÍZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					RENEDETO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRÓ MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO DA FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO DA FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO - PTB					FERNANDO COLLOR - PTB				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13/06/2012



SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 737, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 429, de 2011 (nº 31/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Rádio Educativa de Barcelona para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caravelas, Estado da Bahia.

RELATOR: Senador **PAULO PAIM**

RELATOR "AD HOC": Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 429, de 2011 (nº 31, de 2011, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Fundação Rádio Educativa de Barcelona* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caravelas, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para

serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

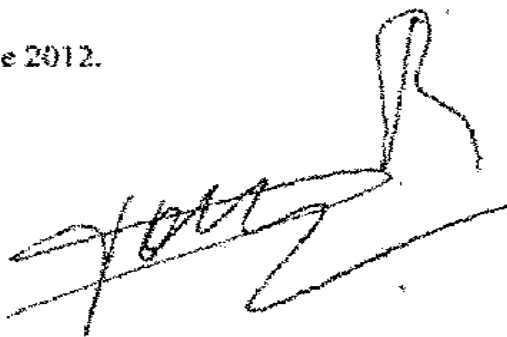
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 429, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 429, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Fundação Rádio Educativa de Barcelona* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caravelas, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.



, Presidente

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 429, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: AD HOC SEN. ALOYSIO NUNES FERREIRA

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) AD HOC
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB) PRESIDENTE	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PD(N.º 429/2011)

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANÍBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LORRÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRUPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 13 JUN 2012

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência,
Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 738, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 431, de 2011 (nº 82/2011 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Monsenhor Manoel Perez Descanps de Ocauçu – SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ocauçu, Estado de São Paulo..

RELATOR: Senador **EDUARDO LOPES**

RELATOR “AD HOC”: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 431, de 2011 (nº 82, de 2011, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Monsenhor Manoel Perez Descanps de Ocauçu – SP* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ocauçu, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de

proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 431, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 431, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Monsenhor Manoel Perez Descamps de Ocaçu – SP* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ocaçu, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. GIM ARGELLO, Presidente


, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 431, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: AD HOC SEN. VALDIR RAUPP

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lidice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyrol Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS N.º 431.2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANÍBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPE - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB	X			
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRÓ MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 13 JUN 2012

Publicado no DSF de 19/06/2012.

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 739, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 449, de 2011 (nº 270/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos de Rio Doce para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Doce, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **EDUARDO LOPES**

RELATOR “AD HOC”: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 449, de 2011 (nº 270, de 2011, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação dos Amigos de Rio Doce* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Doce, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.


O exame da documentação que acompanha o PDS nº 449, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 449, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação dos Amigos de Rio Doce* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Doce, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. GIM ARGELLO, Presidente


, Relator


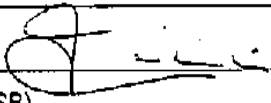
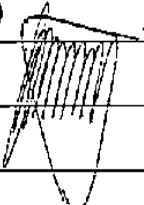
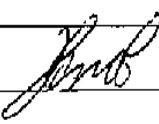
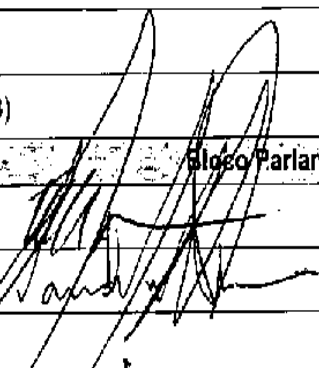
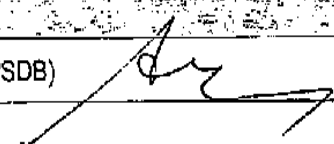
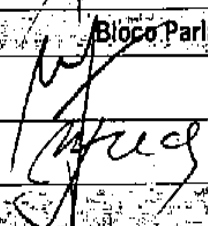
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 449, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: AD HOC SEN. VALDIR RAUPP

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT) 
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB) 	4. Lidice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	→ 5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) AD HOC 	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) 
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) 	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) 
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB) PRE-LEGANTE 	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 449/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELCEIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LIDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPE - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO - PTB					FERNANDO COLLOR - PTB				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SERGIO PETECÃO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13/06/2012

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA. NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

RELATOR: Senador MARCELO CRIVELLA

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 449, de 2011 (nº 270, de 2011, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação dos Amigos de Rio Doce* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Doce, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 449, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 449, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação dos Amigos de Rio Doce* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Doce, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

PARECER Nº 740, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 450, de 2011 (nº 328/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Aurilândia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **SÉRGIO SOUZA**

RELATOR “AD HOC”: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 450, de 2011 (nº 328, de 2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Aurilândia Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

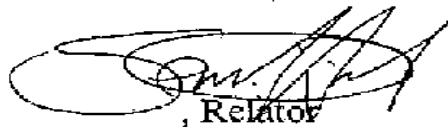
É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 450, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Aurilândia Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. Gm ARGELLO, Presidente


, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 450, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: AD ROC SEN. VALDIR RAUPE

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Porteira (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lidice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Alcysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 450/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANÍBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LIDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO KOLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PTB, PL, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PTB, PL, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO - PTB					FERNANDO COLLOR - PTB				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULARES - PSOLE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PS/DPSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SERGIO PETECÃO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13/06/2012

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 741, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 455, de 2011 (nº 2.747/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade de Cultura Rádio Parecis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

RELATOR: Senador VITAL DO RÊGO

RELATOR "AD HOC": Senador ALFREDO NASCIMENTO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 455, de 2011 (nº 2747, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à *Sociedade de Cultura Rádio Parecis Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

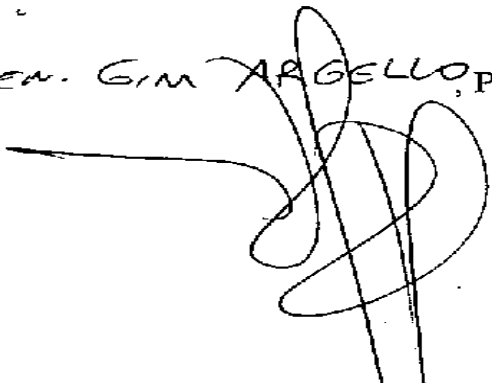
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 455, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a permissão outorgada à *Sociedade de Cultura Rádio Parecis Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. GIM ARGELLO, Presidente

, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 455, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: AD HOC SEN. ALFREDO NASCIMENTO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 455/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANÍBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB	X			
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL-PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
PLÉXIA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO - PTB	X				FERNANDO COLLOR - PTB				
ALFREDO NASCIMENTO - PR					JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SERGIO PETECAO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13/06/2012

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 742, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2011 (nº 123/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura do Nordeste S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.

RELATORA: Senadora **LÍDICE DA MATA**

RELATOR “AD HOC”: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 459, de 2011 (nº 123, de 2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Cultura do Nordeste S.A.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 459, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Cultura do Nordeste S.A.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. GIM ARGELLO, Presidente

Dilce de Fátima e Souza

, Relatora

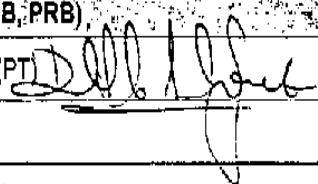
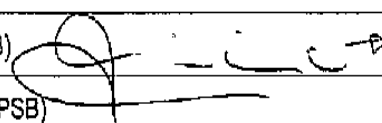

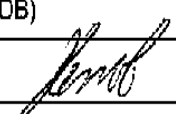

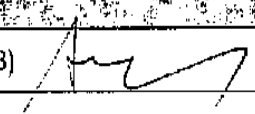

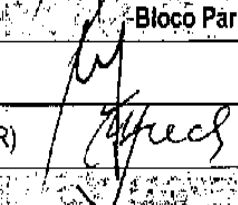
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 459, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: AD HOC SEN. FLEXA RIBEIRO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT) 
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB) 	4. Lidice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) 	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) 
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) 	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) 
Flexa Ribeiro (PSDB) 	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB) 	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 459/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELCEIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOAO CAPIBERIBE - PSB	X				LIDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PT, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PT, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO TERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL-PP	X			
EUINICIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRÓ MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO - PTB					FERNANDO COLLOR - PTB				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SERGIO PETEÇAO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13/06/2012

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 743, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2012 (nº 928/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Geral de Moradores do Loteamento Floresta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

RELATOR: Senador VALDIR RAUPP

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 1, de 2012 (nº 928, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Geral de Moradores do Loteamento Floresta* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

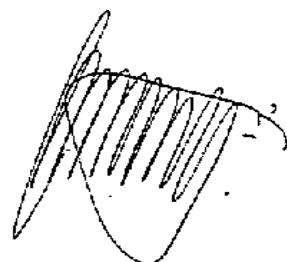
O exame da documentação que acompanha o PDS nº 1, de 2012, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 1, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Geral de Moradores do Loteamento Floresta* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. GIM ARGELLO, Presidente

, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: SEN. VALDIR RAUPP

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyrol Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD, PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 1/2012

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÉGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL-PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB				
JOSE AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO - PTB					FERNANDO COLLOR - PTB				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SERGIO PETECÃO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13/06/2012

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 744, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2012 (nº 1.700/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Vida Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redentora, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **CIRO NOGUEIRA**

RELATOR "AD HOC": Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 3, de 2012 (nº 1.700, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cultural e Comunitária Vida Nova* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redentora, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

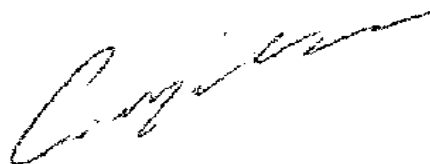
O exame da documentação que acompanha o PDS nº 3, de 2012, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 3, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Cultural e Comunitária Vida Nova* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redentora, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. GIN ANGELO, Presidente



, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 3, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: AD HOC SEN. ALOYSIO NUNES FERREIRA

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 3/2012

TITULARES: BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDB, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE: BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDB, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANTIAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LIDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES: BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE: BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO REGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES: BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE: BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES PEREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB				
JOSE AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES: BLOCO PARLAMENTAR DA UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES: BLOCO PARLAMENTAR DA UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIMARGELLO - PTB					FERNANDO COLLOR - PTB				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR: PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE: PSOL/PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SERGIO PETECAO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNTOES, 13/06/2012

SENADOR GIMARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 745, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2012 (nº 2.145/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à RBS TV Santa Rosa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **SÉRGIO SOUZA**

RELATOR "AD HOC": Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 5, de 2012 (nº 2.145, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *RBS TV Santa Rosa Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 5, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *RBS TV Santa Rosa Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. GIM ARGELLO, Presidente


, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 5, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: AD HOC SEN. VALDIR RAUPP

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 5/2012

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANÍBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LIDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÉGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO - PTB					FERNANDO COLLOR - PTB				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SERGIO PETECAO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13/06/2012

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 746, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2012 (nº 2.773/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Nonoai Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nonoai, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **IVO CASSOL**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 11, de 2012 (nº 2.773, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Nonoai Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nonoai, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 11, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Nonoai Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nonoai, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. GIM ARGELLO, Presidente



, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 11, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: SEN. IVO CASSOL

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC, DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lidice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) RELATOR
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB) PRESIDENTE	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 11/2012

TITULAR/SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM RUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO - PTB					FERNANDO COLLOR - PTB				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13/06/2012

SENADOR GIMARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 747, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2012 (nº 3.058/2010, na câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Simpatia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Chapada, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **CIRO NOGUEIRA**

RELATOR “AD HOC”: Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 20, de 2012 (nº 3.058, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Simpatia Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Chapada, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

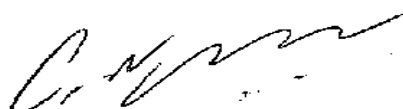
É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 20, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Simpatia Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Chapada, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. GIM ARGELLO, Presidente

, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 20, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: AD HOC SEN. ALOYSIO NUNES FERREIRA

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lidice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 20/2012

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERRE - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB	X			
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO - PTB					FERNANDO COLLOR - PTB				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PSOL	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SERGIO PETEÇÃO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13/06/2012

SENADOR GIMARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 748, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 2012 (nº 3.100/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Andaiá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia.

RELATOR: Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**

RELATOR "AD HOC": Senador **ALFREDO NASCIMENTO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 22, de 2012 (nº 3.100, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à *Rádio Andaiá Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objeter no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 22, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à *Rádio Andaiá Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

Sen. GIM ANELLO, Presidente


, Relator

SENADO FEDERAL
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 22, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN GIM ARGELLO

RELATOR: AD HOC SEN. ALFREDO NASCIMENTO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 22/2012

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC, PSDB, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC, PSDB, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANÍBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB	X			
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL-PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO PTB E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO - PTB					FERNANDO COLLOR - PTB				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSD	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SERGIO PETECAO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13/06/2012

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 749, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2012 (nº 257/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento de Montenegro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador GIM ARGELLO

RELATOR "AD HOC": Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 32, de 2012 (nº 257, de 2011, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento de Montenegro* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das ~~Comunicações~~ ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão,

televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 32, de 2012, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 32, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento de Montenegro* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. GIM ARGELLO, Presidente



, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 32, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: AD HOC SEN. ALOYSIO NUNES FERREIRA

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL N.º 32/2012

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÉGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBAO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SERGIO PETEÇAO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 13 JUN 2012

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 750, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 2012 (nº 1.614/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicações – Rádio Comunitária Curi FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia do Pará, Estado do Pará.

RELATORA: Senadora LÍDICE DA MATA

RELATOR “AD HOC”: Senador ALFREDO NASCIMENTO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 36, de 2012 (nº 1.614, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicações - Rádio Comunitária Curi FM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia do Pará, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para

serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 36, de 2012, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 36, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicações - Rádio Comunitária Curi FM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia do Pará, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. GIM ANGELLO, Presidente

Bíblia da Jato e Souza, Relatora

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 36, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: AD HOC SEN. ALFREDO NASCIMENTO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 36/2012

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÉGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB	X			
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL-PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO - PTB					FERNANDO COLLOR - PTB				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOAO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SERGIO PETEÇAO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13/06/2012

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 751, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2012 (nº 2.927/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Juriti de Paracatu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador ANIBAL DINIZ

RELATOR "AD HOC": Senador VALDIR RAUPP

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 43, de 2012 (nº 2.927, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Juriti de Paracatu Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

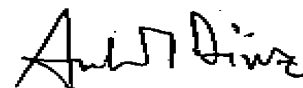
É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 43, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Juriti de Paracatu Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. GIM ARCELLO, Presidente
, Relator



Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 43, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: AD #00 SEN. VALDIR RAUPP

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lidice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 43/2012

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LIDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO REGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB				
JOSE ACRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO - PTB					FERNANDO COLLOR - PTB				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR: PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE: PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SERGIO PETECÃO				

TOTAL: 9 SIM: 9 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13/06/2012

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER

Nº 752, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2012 (nº 2.950/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Vale do Jurigue para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso.

RELATOR: Senador VALDIR RAUPP

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 44, de 2012 (nº 2.950, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Rádio Comunitária Vale do Jurigue* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.


O exame da documentação que acompanha o PDS nº 44, de 2012, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 44, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Rádio Comunitária Vale do Jurigue* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. GIM ARGELLO, Presidente

 Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 44, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: SEN. VALDIR RAUPP

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cicero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 44/2012

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANÍBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LIDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB	X			
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL-PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO - PTB					FERNANDO COLLOR - PTB				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SERGIO PETEÇAO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13/06/2012

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 753, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2012 (nº 22/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação José de Paiva Netto para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 54, de 2012 (nº 22, de 2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Fundação José de Paiva Netto* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.



A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 54, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Fundação José de Paiva Netto* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

 SEN. GILMAR MENDES, Presidente
 SEN. FLEXA RIBEIRO, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 54, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: SEN. FLEXA RIBEIRO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lidice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 54/2012

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LIDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB	X			
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL-PP				
EUNICIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO - PTB					FERNANDO COLLOR - PTB				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SERGIO PETEÇAO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13/06/2012

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 754, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 2012 (nº 25/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Guarany Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Pacajus, Estado do Ceará.

RELATOR: Senador CÍCERO LUCENA

RELATOR "AD HOC": Senador IVO CASSOL

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 55, de 2012 (nº 25, de 2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Guarany Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Pacajus, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 55, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Guarany Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Pacajus, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. GIM ARGELLO, Presidente

e- , Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 55, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: AO HC SEN. IVO CASSOL

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lidice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 55/2012

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB	X			
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL-PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO - PTB					FERNANDO COLLOR - PTB				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SÉRGIO PETEÇÃO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13/06/2012

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 755, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 2012 (nº 438/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Norte de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mimoso de Goiás, Estado de Goiás.

RELATOR: Senador **GIM ARGELLO**

RELATOR "AD HOC": Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 58, de 2012 (nº 438, de 2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao *Sistema Norte de Radiodifusão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mimoso de Goiás, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

Em atendimento ao Ofício nº 17/2012-CCT, de 29 de fevereiro de 2012, foram encaminhados pelo Ministério das Comunicações os Demonstrativos Financeiros constantes nos autos dos processos licitatórios solicitados.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 58, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão ao *Sistema Norte de Radiofusão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mimoso de Goiás, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. GIM ARGELLO

, Presidente



, Relator

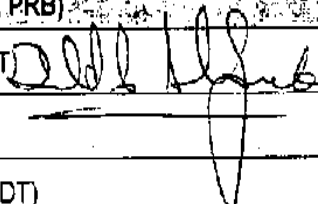

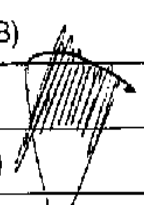
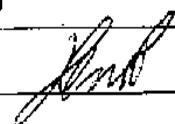
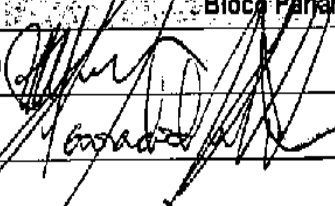
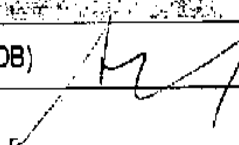
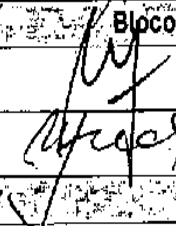
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 58, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. Gm ARGELLO

RELATOR: AD HOC SEN. ALOYSIO NUNES FERREIRA

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT) 
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB) 	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) 	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) 
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) 	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) 
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Gm Argello (PTB) 	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 58/2012

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LIDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO REGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL - PP	X			
EUNICIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRÓ MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERRERA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCINA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO - PTB					FERNANDO COLLOR - PTB				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULARES - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SERGIO PETEÇÃO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13/06/2012

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER

Nº 756, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 2012 (nº 1.752/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Serrana Comunitária – ASERCOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Paula, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador CYRO MIRANDA

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 83, de 2012 (nº 1.752, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Serrana Comunitária - ASERCOM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Paula, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

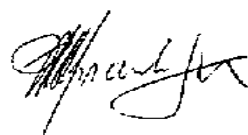
O exame da documentação que acompanha o PDS nº 83, de 2012, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 83, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Serrana Comunitária - ASERCOM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Paula, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. GIM ARGELLO, Presidente



, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 83, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: SEN. CYRO MIRANDA

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC-DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lidice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 83/2012

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC, B, P, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC, B, P, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANÍBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO REGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB	X			
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO - PTB					FERNANDO COLLOR - PTB				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULARES - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SERGIO PETECÃO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13/06/2012

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER

Nº 757, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2012 (nº 2.690/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Santa Rosa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATORA: Senadora MARIA DO CARMO ALVES

RELATOR "AD HOC": Senador VALDIR RAUPP

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 90, de 2012 (nº 2.690, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Santa Rosa Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 90, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Santa Rosa Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. GIM ARGELLO, Presidente

, Relatora

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 90, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Gim ARGELLO (SEN.)

RELATOR: Sen. Valdir Raupp (PMDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyrol Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL RS N.º 90 12012

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LIDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL - PP	X			
BENÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRÓ MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 13 JUN 2012

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 758, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2012 (nº 3.041/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Sociedade Comunitária Cultural e Trabalho para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador ALFREDO NASCIMENTO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 98, de 2012 (nº 3.041, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à *Fundação Sociedade Comunicação Cultura e Trabalho* para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e

renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Devido à sua especificidade, os canais de *radiodifusão educativa* são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.


A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 98, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga concessão à *Fundação Sociedade Comunicação Cultura e Trabalho* para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, *com fins exclusivamente educativos*, na cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. Gm ARBELLO, Presidente

, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 98, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: SEN. ALFREDO NASCIMENTO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Vakdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB) <i>PRESIDENTE</i>	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) <i>RELATOR</i>	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PS N.º 98, 2012

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC, B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC, B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB	X			
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 13 JUN 2012

SENADOR GIM ARGELLO
Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER

Nº 759, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2012 (nº 3.082/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Rádio Educativa Quadrangular para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador ALFREDO NASCIMENTO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 99, de 2012 (nº 3.082, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à *Fundação Rádio Educativa Quadrangular* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 99, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a permissão outorgada à *Fundação Rádio Educativa Quadrangular* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. Gm. ARGELLO, Presidente
Rafael Frey, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 99, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: SEN. ALFREDO NASCIMENTO

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lidice da Mata (PSB)
Rodrigo Roffemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyrol Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB) PRESIDENTE	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) RELATOR	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 99/2012

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDB, PSB, PSC, PC, B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDB, PSB, PSC, PC, B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANÍBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÉGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL-PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO - PTB					FERNANDO COLLOR - PTB				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULARES - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13/06/2012

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 760, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2012 (nº 104/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

RELATOR: Senador SÉRGIO PETECÃO

RELATOR “AD HOC”: Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 102, de 2012 (nº 104, de 2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 102, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à *Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. GIM ARBELLO, Presidente

 , Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 102, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. Gim ARGELLO

RELATOR: AO HOX SEN. ALOYSIO NUNES FERREIRA

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD, PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

PARECER Nº 761, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2012 (nº 411/2011, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga permissão à Rede Nova FM de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Morada Nova de Minas, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador BENEDITO DE LIRA

RELATOR “AD HOC”: Senador IVO CASSOL

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 135, de 2012 (nº 411, de 2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rede Nova FM de Radiodifusão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Morada Nova de Minas, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 135, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à *Rede Nova FM de Radiodifusão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Morada Nova de Minas, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

, Presidente



, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 135, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: AD HOC SEN. IVO CASSOL

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lidica da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyrc Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cicero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB) PRESIDENTE	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 132/2012

LEGISLADOR	INSCRIÇÃO	ABSTENÇÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	LEGISLADOR	INSCRIÇÃO	ABSTENÇÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELCIDIO DO AMARAL - PT				
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM RUARQUI - PDT				
JOAO CAUBERIBE - PSB					LIDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PIG				
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB					LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO REGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBAO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL - PP				
EUNICIO OLIVEIRA - PMDB					RENEDITO DE LIRA - PP				
CYRO MIRANDA - PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB					CICERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
GIM ARGELLO - PTB					FERNANDO COLLOR - PTB				
ALFREDO NASCIMENTO - PR					JOÃO RIBEIRO - PR				
VAGO					SERGIO PETEÇÃO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNTOES, 13/06/2012

SENADOR GIM ARGELLO
Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência,
Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 762, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 169, de 2012 (nº 2.339/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Douradina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Douradina, Estado do Paraná.

RELATOR: Senador IVO CASSOL

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 169, de 2012 (nº 2.339, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária e Cultural de Douradina* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Douradina, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência,

Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

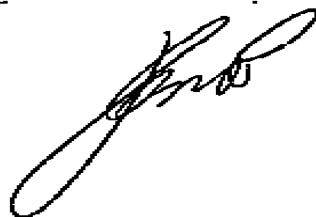
O exame da documentação que acompanha o PDS nº 169, de 2012, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 169, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária e Cultural de Douradina* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Douradina, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

SEN. GIM ARGELLO, Presidente



, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 169, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 13/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. GIM ARGELLO

RELATOR: SEN. IVO CASSOL

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lidica da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyrol Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR)	2. João Ribeiro (PR)
PSD, PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 169/2012

TITULARES - BLOCO DE PARLAMENTAR	GOVERNO (PT, PMDB, PSB, PSC, PSDB, PP)	OPONENTES - BLOCO DE PARLAMENTAR	GOVERNO (PT, PMDB, PSB, PSC, PSDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA FORTALE - PT		DELCEIO DO AMARAL - PT		X			
ANIMAL DINIZ - PT		PAULO PAIM - PT					
WALTER PINHEIRO - PT		CRISTOVAM BUARQUE - POT					
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X	LIDIEL DA MATA - PSB					
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB		EDUARDO LOPES - PSB					
TITULARES - BLOCO DE PARLAMENTAR	OPONENTES - BLOCO DE PARLAMENTAR	TITULARES - BLOCO DE PARLAMENTAR	OPONENTES - BLOCO DE PARLAMENTAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB		SÉRGIO SOLZA - PMDB					
VALDIR MALUF - PMDB	X	LUIZ HENRIQUE - PMDB					
VITAL DO REGO - PMDB		RICARDO FERRAZ - PMDB					
JOÃO FILHO - PMDB		RENAN CALHEIROS - PMDB					
CIRINO GUEIRA - PP		IVO CASSOL - PP		X			
EUNICIO OLIVEIRA - PMDB		BENEDITO DE LIRA - PP					
TITULARES - BLOCO DE PARLAMENTAR	OPONENTES - BLOCO DE PARLAMENTAR	TITULARES - BLOCO DE PARLAMENTAR	OPONENTES - BLOCO DE PARLAMENTAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X	ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB		X			
FLÉXIA RIBEIRO - PSDB	X	LICZRO LICENA - PSDB					
JOSÉ AGRIPINO - DEM		MARIA DO CARMO ALVES - DEM					
TITULARES - BLOCO DE PARLAMENTAR	OPONENTES - BLOCO DE PARLAMENTAR	TITULARES - BLOCO DE PARLAMENTAR	OPONENTES - BLOCO DE PARLAMENTAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIMARGLLO - PTB		FERNANDO COLLOR - PTB					
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X	JOÃO RIBEIRO - PR					
TITULARES - BLOCO DE PARLAMENTAR	OPONENTES - BLOCO DE PARLAMENTAR	TITULARES - BLOCO DE PARLAMENTAR	OPONENTES - BLOCO DE PARLAMENTAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO		SÉRGIO PETECÃO					

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13/06/2012

SENADOR GIMARGLLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 763, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2012 (nº 376/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Alternativa de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador VALDIR RAUPP

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 119, de 2012 (nº 376, de 2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à *Fundação Educativa e Cultural Alternativa de Radiodifusão* para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de

radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Devido à sua especificidade, os canais de *radiodifusão educativa* são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

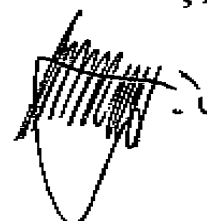
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 119, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga concessão à *Fundação Educativa e Cultural Alternativa de Radiodifusão* para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, *com fins exclusivamente educativos*, na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.

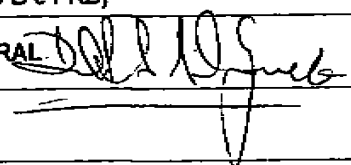
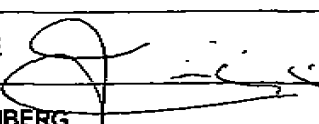
SEN. GIM ARCELLO, Presidente

, Relator

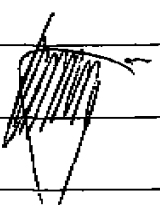
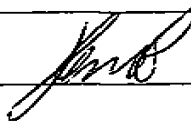
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 119 1202 NA REUNIÃO DE 13 JUN 2012
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA GIM ARGELLO

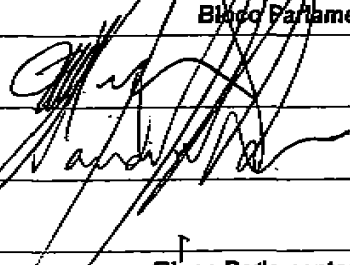
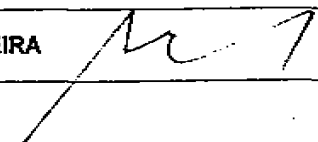
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B e PRB)

ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL 
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. CRISTOVAM BUARQUE
JOÃO CAPIBERIBE 	4. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	5. EDUARDO LOPES

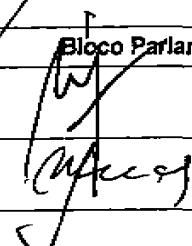
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP RELATOR 	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. IVO CASSOL 
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA 	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA 
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES

Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)

GIM ARGELLO PRESIDENTE 	1. FERNANDO COLLOR
ALFREDO NASCIMENTO	1. JOÃO RIBEIRO

PSD/PSOL

VAGO	SÉRGIO PETECÃO
------	----------------

COMISSÃO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

BS N.º 119, 2012

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SERGIO PETECÃO				

TOTAL: 4 SIM: 8 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 13 JUN 2012

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER

Nº 764, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2012 (nº 382/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação São Miguel de Araguaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Crixás, Estado de Goiás.

RELATOR: Senador VALDIR RAUPP

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 125, de 2012 (nº 382, de 2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao *Sistema de Comunicação São Miguel do Araguaia Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Crixás, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se

executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.


É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 125, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão ao *Sistema de Comunicação São Miguel do Araguaia Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Crixás, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de junho de 2012.




SEN. GIM ARGELLO, Presidente

 Relator

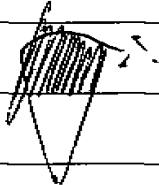

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 125/2012 NA REUNIÃO DE 13/06/2012
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *sem* **Gim ARGELLO**

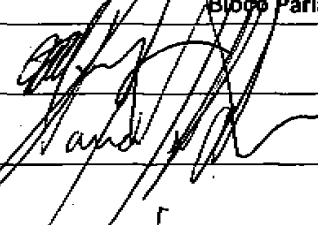
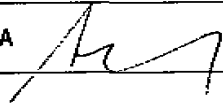
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B e PRB)

ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL 
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM 
WALTER PINHEIRO	3. CRISTOVAM BUARQUE
JOÃO CAPIBERIBE 	4. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	5. EDUARDO LOPES

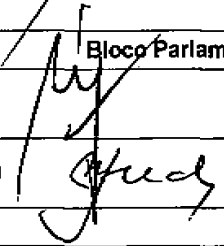
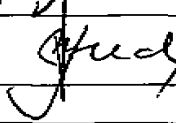
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP  RELATOR	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÉGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. IVO CASSOL 
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA 	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA 
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES

Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)

GIM ARGELLO PRESIDENTE 	1. FERNANDO COLLOR
ALFREDO NASCIMENTO 	1. JOÃO RIBEIRO

PSD/PSOL

VAGO	SÉRGIO PETECÃO
------	----------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL 805 N.º 125, 2012

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANÍBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ ACRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
ALFREDO NASCIMENTO - PR	X				JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SERGIO PETECÃO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 13 JUN 2012

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 105, de 2012**, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 125, de 2007; 248, de 2010; 399, 418, 424, 426, 429, 431, 449, 450, 455 e 459, de 2011; 1, 3, 5, 11, 20, 22, 32, 36, 43, 44, 54, 55, 58, 83, 90, 98, 99, 102, 135 e 169, de 2012.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 105/2012 – CCT

Brasília, 13 de junho de 2012

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de decreto Legislativo nºs: 125 de 2007; 248 de 2010; 399, 418, 424, 426, 429, 431, 449, 450, 455 e 459 de 2011; 1, 3, 5, 11, 20, 22, 32, 36, 43, 44, 54, 55, 58, 83, 90, 98, 99, 102, 135 e 169 de 2012. – Senador **Gim Argello**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Com referência ao **Ofício nº 105, de 2012**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 106 e 107, de 2012**, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que comunicam a apreciação, em caráter terminativo, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 119 e 125, de 2012, respectivamente.

São os seguintes os Ofícios:

Of. nº 106/2012 – CCT

Brasília, 13 de junho de 2012

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 119 de 2012. – Senador **Gim Argello**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Of. nº 107/2012 – CCT

Brasília, 13 de junho de 2012

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2012. – Senador **Gim Argello**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Com referência aos **Ofícios nºs 106 e 107, de 2012**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 250, de 2012**, na origem, da Senhora Presidente da República, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2012 (proveniente da Medida Provisória nº 554, de 2011), que *altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado; autoriza a concessão de subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxa de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de álcool combustível; altera a Lei nº 10.453, de 13 de maio de 2002; e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 12.666, de 2012.*

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar do autógrafo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 255, de 2012**, na origem, da Senhora Presidente da República, comunicando sua ausência do País no período de 17 a 19 de junho, em viagem oficial a Los Cabos, México.

É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM Nº 255

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 17 a 19 de junho de 2012, em viagem oficial a Los Cabos, México.

Brasília, 15 de junho de 2012. – **Dilma Rousseff**.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A Presidência recebeu, da Senhora Presidente da República, as seguintes Mensagens:

- **Nº 42, de 2012** (nº 256/2012, na origem), pela qual solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até nove milhões e quatrocentos e sessenta e três mil euros, entre o Município de Toledo, Estado do Paraná, e a Agência Francesa de Desenvolvimento AFD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Ambiental Sustentável de Toledo”;
- **Nº 43, de 2012** (nº 257/2012, na origem), pela qual solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até setenta milhões de duzentos e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Banco Internacional para Reconstrução

e Desenvolvimento – BIRD e o Governo do Estado de Sergipe, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Águas de Sergipe”; e

- **Nº 44, de 2012** (nº 258/2012, na origem), pela qual solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até noventa e nove milhões dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Governo do Estado de Tocantins, destinada a financiar o “Programa de Desenvolvimento da Região Sudeste do Estado de Tocantins - PRODOESTE”.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, os seguintes Projetos de Lei da Câmara:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 2012

**(nº 1.804/2011, na Casa de origem)
(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)**

Dispõe, sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) e dá outras providências”.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criadas, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, as funções comissionadas constantes do Anexo desta Lei.

§ 1º A criação das funções prevista nesta Lei fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 2º Ficam convalidados os atos praticados, até a data de publicação desta Lei, por servidores no exercício de funções comissionadas criadas por meio de atos administrativos do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, bem como os efeitos financeiros decorrentes do exercício dessas funções e declarados sem efeito os atos administrativos de criação e transformação das funções comissionadas referidas nesta Lei.

Art. 2º A designação para as funções comissionadas criadas por esta Lei far-se-á de acordo com as normas legais, especialmente as disposições constitucionais e da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região no orçamento geral da União.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

(Art. 1º da Lei nº , de de de)

FUNÇÕES COMISSIONADAS	QUANTIDADE
FC-6	10 (dez)
FC-5	94 (noventa e quatro)
FC-4	130 (cento e trinta)
FC-3	35 (trinta e cinco)
FC-2	203 (duzentas e três)
FC-1	7 (sete)
TOTAL	479 (quatrocentas e setenta e nove)

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.804, DE 2011

Dispõe, sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criadas, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com sede na cidade de Goiânia-GO, as funções comissionadas constantes do Anexo desta Lei.

Parágrafo único. Ficam convalidados os atos praticados, até a data de publicação desta Lei, por servidores no exercício de funções comissionadas criadas por meio de atos administrativos do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, bem como os efeitos financeiros decorrentes do exercício dessas funções e declarados sem efeito os atos administrativos de criação e transformação das funções comissionadas referidas nesta Lei.

Art. 2º A designação para as funções comissionadas criadas por esta Lei far-se-á de acordo com as normas legais, especialmente as disposições constitucionais e da Lei 11.416/2006.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região no Orçamento Geral da União.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2011.

ANEXO

(Art. 1º da Lei n.º , de de de)

FUNÇÕES COMISSIONADAS	QUANTIDADE
FC-6	10 (dez)
FC-5	94 (noventa e quatro)
FC-4	130 (cento e trinta)
FC-3	35 (trinta e cinco)
FC-2	203 (duzentos e três)
FC-1	07 (sete)
TOTAL	479 (quatrocentas e setenta e nove)

JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 96, inciso II, alínea “b”, da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional projeto de lei examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça, que, trata da criação de 479 (quatrocentas e setenta e nove) funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com sede na cidade de Goiânia-GO.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, em observância ao disposto no art. 80, IV, da Lei n.º 12.309/2010. Na Sessão de 21 de junho de 2011 foi aprovada por aquele colegiado, conforme Parecer de Mérito nº 0000454-24.2001.2.00.0000, para a ratificação da criação de 479 (quatrocentas setenta e nove) funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.

A proposta representa apenas a ratificação, pela via legislativa, da criação de funções comissionadas por ato administrativo interno daquela Corte Regional, procedimento adotado por vários outros tribunais trabalhistas, com fundamento na autonomia administrativa e na competência para organizar suas secretarias e serviços auxiliares concedida pela Constituição Federal em seu art. 96, inciso I, alínea “b”. Esse entendimento estava referendado pelo Ato nº 26, de 28 de setembro de 1992, do Supremo Tribunal Federal, e pela Resolução Administrativa nº 42, de 20 de junho de 1991, deste Tribunal Superior do Trabalho.

Posteriormente, com a edição da Lei nº 9.421/96, que criou as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, pacificou-se o entendimento de que a criação, transformação ou extinção de cargos, empregos ou funções do Judiciário somente seria possível mediante lei de iniciativa dos tribunais, em consonância com o art. 96, inciso II, alínea “b”, da Constituição Federal, tendo este Tribunal Superior do Trabalho editado a Resolução Administrativa nº 833, de 7/2/2002, vedando, expressamente, a criação de função comissionada ou a sua transformação com elevação ou redução de nível, por via administrativa, a partir de 26/12/1996, e o Tribunal de Contas da União - TCU, em apreciações de contas dos Regionais vir firmando jurisprudência no sentido de determinar a anulação de atos administrativos que criaram ou transformaram cargos em comissão ou funções comissionadas em face do disposto no art. 48, inciso X, c/c o art. 96, inciso II, alínea “b” da Constituição vigente.

No caso específico do TRT da 18ª Região, busca-se atender a determinação constante do Acórdão TCU Nº 776/2007 - Plenário, no sentido de legalizar as funções comissionadas instituídas por atos administrativos, em ofensa ao disposto no art. 48, inciso X, da Constituição Federal. Acórdão este parcialmente alterado em decorrência de pedido de reexame interposto pelo Regional, sendo proferida nova decisão, mediante Acórdão nº 75/2008, tão somente para determinar que os dados apurados com relação aos tipos e

quantitativos de funções fossem encaminhados ao TST sob a forma de anteprojeto de lei, de maneira a regularizar a situação e atender à determinação do precitado inciso X do art. 48 da Constituição Federal.

Os servidores ocupantes das funções comissionadas praticaram atos providos de boa-fé, os quais carecem também de convalidação, em nome da segurança jurídica e da estabilidade das relações jurídicas constituídas, inserindo a norma administrativa no campo jurídico da legalidade.

Indicadores estatísticos da área técnica do Tribunal Superior do Trabalho para o ano de 2009 mostram que o TRT da 18ª Região teve a maior média mensal do País de processos recebidos por servidor nas Varas do Trabalho (23,33), enquanto a média nacional foi de 13,32. Além disso, o número de servidores do quadro permanente para cada 100 mil habitantes foi de 15,14, sendo a média nacional de 19,68.

Mesmo com o aumento da demanda processual do TRT, **a proposta não implicará aumento de despesa com pessoal**, uma vez que os respectivos gastos, ano a ano, constam de proposta orçamentária do Tribunal, não resultando, dessa forma, impacto financeiro e orçamentário.

Trata-se de situação já existente, que somente precisa ser regularizada, a fim de que se dê continuidade às atividades do Tribunal, sem prejuízo da celeridade e qualidade no atendimento aos jurisdicionados, a exemplo do que já ocorreu em relação a outros Tribunais, conforme recente publicação das Leis nºs 11.336, de 25/7/2006, do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, 11.348, de 27/9/2006, do Tribunal Regional da 15ª Região, 11.349, de 27/9/2006, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, e 11.758, de 28/7/2008, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

Com essas considerações e observando que a medida aqui proposta resultará, em última análise, em qualidade da prestação jurisdicional, submeto o projeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo, esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília, 5 de julho de 2011.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Vice-Presidente no exercício
da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho

OF.TST.GDGSET.GP.Nº 227**Brasília, 6 de julho de 2011.****Assunto: Anteprojeto de Lei.****Senhor Presidente,**

Nos termos do art. 96, inciso II, alínea “b”, da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Senhores Membros do Congresso Nacional, acompanhado da correspondente justificativa, anteprojeto de lei examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça, que trata da criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com sede na cidade de Goiânia-GO.

Cordialmente,

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Vice-Presidente no exercício
da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho

PROJETO DE LEI Nº 1.804, DE 2011
(Do Tribunal Superior do Trabalho)

Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criadas, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com sede na cidade de Goiânia-GO, as funções comissionadas constantes do Anexo desta Lei.

Parágrafo único. Ficam convalidados os atos praticados, até a data de publicação desta Lei, por servidores no exercício de funções comissionadas criadas por meio de atos administrativos do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, bem como os efeitos financeiros decorrentes do exercício dessas funções e declarados sem efeito os atos administrativos de criação e transformação das funções comissionadas referidas nesta Lei.

Art. 2º A designação para as funções comissionadas criadas por esta Lei far-se-á de acordo com as normas legais, especialmente as disposições constitucionais e da Lei 11.416/2006.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região no Orçamento Geral da União.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2011.

ANEXO

(Art. 1º da Lei n.º , de de de)

FUNÇÕES COMISSIONADAS	QUANTIDADE
FC-6	10 (dez)
FC-5	94 (noventa e quatro)
FC-4	130 (cento e trinta)
FC-3	35 (trinta e cinco)
FC-2	203 (duzentos e três)
FC-1	07 (sete)
TOTAL	479 (quatrocentas e setenta e nove)

JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 96, inciso II, alínea “b”, da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional projeto de lei examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça, que, trata da criação de 479 (quatrocentas e setenta e nove) funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com sede na cidade de Goiânia-GO.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, em observância ao disposto no art. 80, IV, da Lei n.º 12.309/2010. Na Sessão de 21 de junho de 2011 foi aprovada por aquele colegiado, conforme Parecer de Mérito nº 0000454-

24.2001.2.00.0000, para a ratificação da criação de 479 (quatrocentas setenta e nove) funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.

A proposta representa apenas a ratificação, pela via legislativa, da criação de funções comissionadas por ato administrativo interno daquela Corte Regional, procedimento adotado por vários outros tribunais trabalhistas, com fundamento na autonomia administrativa e na competência para organizar suas secretarias e serviços auxiliares concedida pela Constituição Federal em seu art. 96, inciso I, alínea "b". Esse entendimento estava referendado pelo Ato nº 26, de 28 de setembro de 1992, do Supremo Tribunal Federal, e pela Resolução Administrativa nº 42, de 20 de junho de 1991, deste Tribunal Superior do Trabalho.

Posteriormente, com a edição da Lei nº 9.421/96, que criou as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, pacificou-se o entendimento de que a criação, transformação ou extinção de cargos, empregos ou funções do Judiciário somente seria possível mediante lei de iniciativa dos tribunais, em consonância com o art. 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, tendo este Tribunal Superior do Trabalho editado a Resolução Administrativa nº 833, de 7/2/2002, vedando, expressamente, a criação de função comissionada ou a sua transformação com elevação ou redução de nível, por via administrativa, a partir de 26/12/1996, e o Tribunal de Contas da União - TCU, em apreciações de contas dos Regionais vir firmando jurisprudência no sentido de determinar a anulação de atos administrativos que criaram ou transformaram cargos em comissão ou funções comissionadas em face do disposto no art. 48, inciso X, c/c o art. 96, inciso II, alínea "b" da Constituição vigente.

No caso específico do TRT da 18ª Região, busca-se atender a determinação constante do Acórdão TCU Nº 776/2007 - Plenário, no sentido de legalizar as funções comissionadas instituídas por atos administrativos, em ofensa ao disposto no art. 48, inciso X, da Constituição Federal. Acórdão este parcialmente alterado em decorrência de pedido de reexame interposto pelo Regional, sendo proferida nova decisão, mediante Acórdão nº 75/2008, tão somente para determinar que os dados apurados com relação aos tipos e quantitativos de funções fossem encaminhados ao TST sob a forma de anteprojeto de lei, de maneira a regularizar a situação e atender à determinação do precitado inciso X do art. 48 da Constituição Federal.

Os servidores ocupantes das funções comissionadas praticaram atos providos de boa-fé, os quais carecem também de convalidação, em nome da segurança jurídica e da estabilidade das relações jurídicas constituídas, inserindo a norma administrativa no campo jurídico da legalidade.

Indicadores estatísticos da área técnica do Tribunal Superior do Trabalho para o ano de 2009 mostram que o TRT da 18ª Região teve a maior média mensal do País de processos recebidos por servidor nas Varas do Trabalho (23,33), enquanto a média nacional foi de 13,32. Além disso, o número de servidores do quadro permanente para cada 100 mil habitantes foi de 15,14, sendo a média nacional de 19,68.

Mesmo com o aumento da demanda processual do TRT, a proposta não implicará aumento de despesa com pessoal, uma vez que os respectivos gastos, ano a ano, constam de proposta orçamentária do Tribunal, não resultando, dessa forma, impacto financeiro e orçamentário.

Trata-se de situação já existente, que somente precisa ser regularizada, a fim de que se dê continuidade às atividades do Tribunal, sem prejuízo da celeridade e qualidade no atendimento aos jurisdicionados, a exemplo do que já ocorreu em relação a outros Tribunais, conforme recente publicação das Leis nºs 11.336, de 25/7/2006, do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, 11.348, de 27/9/2006, do Tribunal Regional da 15ª Região, 11.349, de 27/9/2006, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, e 11.758, de 28/7/2008, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

Com essas considerações e observando que a medida aqui proposta resultará, em última análise, em qualidade da prestação jurisdicional, submeto o projeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo, esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília, 5 de julho de 2011.


MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Vice-Presidente no exercício
da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho

Conselho Nacional de Justiça

PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI Nº. 0000454-24.2011.2.00.0000

RELATOR : CONSELHEIRO FELIPE LOCKE CAVALCANTI
REQUERENTE : CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
REQUERIDO : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
ASSUNTO : CSJT - Ofício n.º 01/2011-CSJT.GP.ASPAS - Ratificação - Criação - Transformação - Funções Comissionadas - TRT 18ª Região - Processo PA-5400-91.2008.5.18.0000 - Lei n.º 11.178/2005, art. 88, inciso IV.

A C Ó R D ã O

EMENTA:

ANTEPROJETO DE LEI. FUNÇÕES COMMISSIONADAS CRIADAS POR RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DO PRÓPRIO TRIBUNAL. INEXISTÊNCIA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO. CONVALIDAÇÃO. SITUAÇÃO DAS FUNÇÕES COMMISSIONADAS REGULARIZADA MEDIANTE EDIÇÃO DE LEI. SOLICITAÇÃO ACOLHIDA

1. Estudo técnico produzido pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário que indica a inexistência de aumento de gasto para o Tribunal.
2. Proposta de convalidação que se acolhe para encaminhamento ao Congresso Nacional de anteprojeto de Lei que regulariza a criação de funções, cuja criação foi efetivada por ato administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.
3. Solicitação que se acolhe.

Vistos, etc.

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em razão da decisão tomada, pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, encaminha a este Conselho Nacional de Justiça, para análise e manifestação, anteprojeto de lei para ratificar funções comissionadas criadas por atos próprios do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região nos quantitativos abaixo especificados:

FUNÇÕES COMISSIONADAS	QUANTITATIVOS
FC – 6	10
FC – 5	94
FC – 4	130
FC – 3	35
FC – 2	203
FC – 1	07
TOTAL	479

É o relatório.

As funções descritas foram criadas na época em que prevalecia o entendimento de que era possível fazê-lo sem a necessidade do texto legal, interpretação que encontrava respaldo no Ato Regulamentar nº 26, de 28 de setembro de 1992, do Supremo Tribunal Federal, e na Resolução Administrativa nº 42, de 20 de junho de 1991, do Tribunal Superior do Trabalho. Entendia-se que a criação das funções comissionadas por ato administrativo estava conforme aos limites da autonomia administrativa assegurada aos Tribunais pelo art. 96, inciso I, alínea b, da Constituição Federal.

Revela notar que a matéria ora discutida já foi objeto de análise do Conselho Nacional de Justiça, nos Pedidos de Providências nos 1177/2006, 116/2005 e 120/2005, dos TRTs da 1ª, 8ª e 24ª Região, respectivamente.

Nos aludidos procedimentos, o CNJ apreciou e aprovou anteprojetos de lei encaminhados pelo TST com o objetivo de ratificar, pela via legislativa, a criação e transformação de cargos em comissão e funções comissionadas, bem como convalidar os atos praticados pelos respectivos servidores titulares, no período anterior à edição das pretendidas leis.

O Conselho Nacional de Justiça reconheceu, em tais decisões, que os referidos anteprojetos representavam a mera ratificação da criação de cargos em comissão e funções comissionadas por atos administrativos internos dos TRTs, à época considerada possível e prática comum, até determinação contrária do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União.

Reconheceu, ainda, a presunção de boa-fé dos administradores ao criar os cargos em comissão e as funções comissionadas por ato administrativo, bem como dos servidores ocupantes de tais cargos e funções, concluindo que o não acolhimento da pretendida convalidação acarretaria enorme prejuízo à estrutura funcional dos Regionais.

Foi determinada a elaboração de estudo técnico pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário, instituído pela Portaria/CNJ nº 24 de 17 de março de 2011, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.309/2010.

Nas suas informações do Departamento, está consignada a posição do Tribunal de Contas da União quanto à situação do TRT da 18ª Região. Naquela ocasião o TCU se manifestou pela necessidade de legalização das funções indevidamente instituídas por resolução administrativa. Se não vejamos:

“5. Examinando a situação do TRT da 18ª Região, o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão Nº 776/2007 - TCU – PLENÁRIO, posicionou-se pela necessidade de legalização das funções indevidamente instituídas por resolução administrativa:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região que adote as providências necessárias no sentido de:

9.1.1. definir os tipos e quantitativos das funções e cargos comissionados, conforme as atribuições de direção, chefia e assessoramento, nos termos do art. 37, inciso V, da Constituição Federal, e encaminhe esses dados ao ente competente para incorporá-los à Proposição TRT 18ª GP/GDP n. 01/2004, de forma a buscar legalizar os cargos e funções instituídos por resoluções, em contrariedade ao disposto no art. 48, inciso X, da Constituição Federal;

9.1.2. ...

6. Posteriormente, o texto do item 9.1.1 desse Acórdão foi alterado, por meio do Acórdão Nº 75/2008 – TCU – Plenário, para a seguinte redação:

9.1.1. definir os tipos e quantitativos das funções e cargos comissionados, conforme as atribuições de direção, chefia e assessoramento, nos termos do art. 37, inciso V, da Constituição Federal, e encaminhe esses dados ao Tribunal Superior do Trabalho, sob a forma de anteprojeto de lei, de forma a buscar legalizar os cargos e funções instituídos por resoluções, em contrariedade ao disposto no art. 48, inciso X, da Constituição Federal;

Acrescentou o Departamento que a aprovação de lei ratificando as funções comissionadas que ora se propõe regularizar NÃO IMPLICA EM AUMENTO DE GASTOS com pessoal e encargos sociais, pois as mesmas já vêm sendo pagas com recursos orçamentários e financeiros destinados aquele Tribunal.

Assim, por todo o exposto, acolho a proposta já aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho a fim de que sejam criados, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, 479 funções comissionadas, nos exatos termos da proposta previamente encaminhada.



Conselheiro FELIPE LOCKE CAVALCANTI

Relator

CERTIDÃO DE JULGAMENTO 125ª SESSÃO ORDINÁRIA

PARECER DE MÉRITO 0000454-24.2011.2.00.0000

Relator: Conselheiro FELIPE LOCKE CAVALCANTI

Requerente:

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Requerido:

Conselho Nacional de Justiça

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

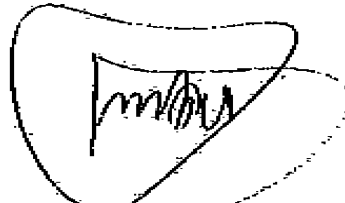
"Após o voto do Conselheiro Vistor, o Conselho, por maioria, decidiu aprovar o Parecer do Relator. Vencidos os Conselheiros Walter Nunes, José Adônis e Marcelo Nobre. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Leomar Barros Amorim e Marcelo Neves. Presidiu o julgamento o Ministro Cezar Peluso. Plenário, 26 de abril de 2011."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Ministro Cezar Peluso, Ministra Eliana Calmon, Ministro Ives Gandra, Milton Nobre, Nelson Tomaz Braga, Paulo Tamburini, Walter Nunes, Morgana Richa,

José Adonís Callou de Araújo Sá, Felipe Locke Cavalcanti, Jefferson Luis Kravchychyn, Jorge Hélio Chaves de Oliveira e Marcelo Nobre.

Ausentes, justificadamente, o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Brasília, 26 de abril de 2011



Mariana Silva Campos Dutra
Secretária Processual

PROCESSO N° TST-PA-5400-91.2008.5.18.0000

A C Ó R D ã O
(Órgão Especial)
BP/rc-BP

ANTEPROJETO DE LEI. FUNÇÕES COMMISSIONADAS CRIADAS POR RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO. Circunstância em que a transformação realizada entre as funções comissionadas e cargos em comissão ocorreu com amparo legal (arts. 9º da Lei 10.475/2002 e 24, parágrafo único, da Lei 11.416/2006) e com o objetivo de promover a continuidade dos serviços prestados pelo Tribunal Regional do Trabalho da Décima Oitava Região. Manifestação do Conselho Nacional de Justiça no sentido da convalidação dos atos praticados pelo referido Tribunal Regional. Proposta que se acolhe, para - com o fim de ratificar os atos administrativos pelos quais se criaram 479 (quatrocentos e setenta e nove) funções comissionadas, no âmbito do mencionado Tribunal Regional -, ser determinado o encaminhamento de anteprojeto de lei à Câmara dos Deputados, mediante o qual serão criadas igual número de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Oitava Região.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Processo Administrativo n° TST-PA-5400-91.2008.5.18.0000, em que é Interessado **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO.**

O Órgão Especial desta Corte, em sessão realizada em 6 de dezembro de 2010, decidiu encaminhar anteprojeto de lei ao Conselho Nacional de Justiça, com vistas à ratificação dos atos administrativos, pelos quais o Tribunal Regional do Trabalho da Décima Oitava Região criou 479 (quatrocentos e setenta e nove) funções comissionadas, assim distribuídas: 10 (dez) FC-06, 94 (noventa e quatro) FC-05, 130 (cento e trinta) FC-04, 35 (trinta e cinco) FC-03, 203 (duzentos e três) FC-02 e 07 (sete) FC-01. Determinou, ainda, o Órgão Especial com a imediata suspensão dos atos administrativos que as criaram até que o Poder Legislativo delibere sobre o pedido de ratificação.

O Conselho Nacional de Justiça manifestou-se, então, no sentido de acolher a proposta de encaminhamento do anteprojeto ao Congresso Nacional (fls. 613/616).

Recebidos os autos na Secretaria do Órgão Especial desta Corte, foram eles a mim encaminhados, nos termos do art. 5º do Ato Conjunto CSJT.TST.GP.SE 17/2008.

É o relatório.

V O T O

Considerada a aquiescência do Conselho Nacional de Justiça com os termos da decisão proferida pelo Órgão Especial desta Corte em 6/12/2010, no sentido de se convalidar a criação de funções comissionadas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Oitava Região, conforme parecer exarado a fls. 613/616, e tendo em vista o disposto no art. 6º do Ato Conjunto CSJT.TST.GP.SE 17/2008, proponho, com o fim de **ratificar os atos administrativos** pelos quais o Tribunal Regional do Trabalho da Décima Oitava Região criou 479 (quatrocentos e setenta e nove) funções comissionadas, o encaminhamento do seguinte anteprojeto de lei à Câmara dos Deputados:

LEI Nº

Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criadas, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Oitava Região, as funções comissionadas constantes do Anexo único desta Lei.

Parágrafo único. Ficam convalidados os atos praticados, até a data de publicação desta Lei, por servidores no exercício de funções comissionadas criadas por meio de atos administrativos do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Oitava Região, bem como os efeitos financeiros decorrentes do exercício dessas funções e declarados sem efeito os atos administrativos de criação e transformação das funções comissionadas referidas nesta lei.

Art. 2º A designação para as funções comissionadas criadas por esta Lei far-se-á de acordo com as normas legais, especialmente as disposições constitucionais e da Lei 11.416/2006.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao

Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo

Lei nº _____ de _____ de _____

FC-6	10 funções
FC-5	94 funções
FC-4	130 funções
FC-3	35 funções
FC-2	203 funções
FC-1	07 funções

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros do Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, encaminhar à Câmara dos Deputados, com o fim de **ratificar os atos administrativos** pelos quais o Tribunal Regional do Trabalho da Décima Oitava Região criou 479 (quatrocentos e setenta e nove) funções comissionadas, anteprojeto de lei à Câmara dos Deputados, mediante o qual serão criadas igual número de funções comissionadas, assim distribuídas: 10 (dez) FC-06, 94 (noventa e quatro) FC-05, 130 (cento e trinta) FC-04, 35 (trinta e cinco) FC-03, 203 (duzentos e três) FC-02 e 07 (sete) FC-01.

Brasília, 01 de julho de 2011.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
Ministro Relator

Órgão Especial**CERTIDÃO DE JULGAMENTO****PROCESSO Nº TST-PA - 5400-91.2008.5.18.0000****Núm. Antigo: PA - 54/2008-000-18-00.2**

CERTIFICO que o Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, em Sessão Ordinária hoje realizada, sob a Presidência do Exmo. Ministro Presidente João Oreste Dalazen, presentes os Exmos. Ministros Milton de Moura França, Carlos Alberto Reis de Paula, Antônio José de Barros Levenhagen, Ives Gandra Martins Filho, João Batista Brito Pereira, Relator, Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Rosa Maria Weber, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Dora Maria da Costa, Fernando Eizo Ono, Márcio Eurico Vitral Amaro e o Exmo. Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Otávio Brito Lopes, DECIDIU, por unanimidade, encaminhar à Câmara dos Deputados, com o fim de ratificar os atos administrativos pelos quais o Tribunal Regional do Trabalho da Décima Oitava Região criou 479 (quatrocentos e setenta e nove) funções comissionadas, anteprojeto de lei à Câmara dos Deputados, mediante o qual serão criadas igual número de funções comissionadas, assim distribuídas: 10 (dez) FC-06, 94 (noventa e quatro) FC-05, 130 (cento e trinta) FC-04, 35 (trinta e cinco) FC-03, 203 (duzentos e três) FC-02 e 07 (sete) FC-01.

Observação: ausência justificada dos Excelentíssimos Ministros Horácio Raymundo de Senna Pires e Luiz Philippe Vieira de Mello Filho.

Interessado(a): Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região

Para constar, lavro a presente certidão, do que dou fé.
Sala de Sessões, 01 de julho de 2011.

Fixado por Assinatura Eletrônica

VALÉRIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

LEI Nº 11.416, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União; revoga as Leis nºs 9.421, de 24 de dezembro de 1996, 10.475, de 27 de junho de 2002, 10.417, de 5 de abril de 2002, e 10.944, de 16 de setembro de 2004; e dá outras providências.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2012

**(nº 1.829/2011, na Casa de origem)
(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)**

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, 57 (cinquenta e sete) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação.

§ 1º A criação dos cargos prevista nesta Lei fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 2º Se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

Art. 2º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região no orçamento geral da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.829, DE 2011

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, com sede na cidade de Recife-PE, 57 (cinquenta e sete) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário – Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação.

Art. 2º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região no Orçamento Geral da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2011.

JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional projeto de lei examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça que, após rigorosa análise dos aspectos técnicos e orçamentários, trata da criação de 57 (cinquenta e sete) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, com sede na cidade de Recife-PE.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, em observância ao disposto no art. 80, IV, da Lei n.º 12.309/2010. Na Sessão de 5 de julho de 2011 foi aprovada por aquele colegiado, conforme Parecer de Mérito nº 0001904-02.2011.2.00.0000, a criação dos referidos cargos.

O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região justificou a proposta de criação dos cargos, em face da necessidade de adequar o Quadro Permanente de Pessoal do TRT ao disposto na Resolução do Conselho Nacional de Justiça - CNJ nº 90/2009, conferindo melhor estrutura a sua área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.

A Resolução CNJ nº 90/2009 estabelece requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário, dispondo, em seu artigo 2º, sobre a constituição de quadro de pessoal permanente de profissionais de TIC e, em seu anexo I,

sobre os respectivos quantitativos da força de trabalho total mínima recomendada. Por sua vez, o § 4º determina que os tribunais mantenham um quadro de pessoal permanente na área de tecnologia da informação e comunicação. Esse mesmo dispositivo estabelece que as funções gerenciais e atividades estratégicas devem ser executadas, preferencialmente, por servidores efetivos do quadro permanente.

A par disso, dados do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT apontam que o TRT da 6ª Região possui, aproximadamente, 1.900 usuários internos de recursos de tecnologia da informação, entre magistrados, servidores e estagiários. Nos termos da Resolução CNJ nº 90/2009, um Tribunal que ocupa a faixa entre 1.501 e 3.000 usuários de TIC necessita de um mínimo de 4% desse número de profissionais atuando na área. Aplicando-se a regra, o TRT da 6ª Região careceria de 95 (noventa e cinco) servidores na área de TIC, sendo que no mínimo 75 deverão ser servidores do quadro permanente do Tribunal. No entanto, a unidade de informática conta apenas com 19 (dezenove) servidores ocupantes de cargos específicos da área de tecnologia da informação, sendo, portanto, imprescindível readequar seu quadro de pessoal aos dispositivos da sobredita Resolução, o que, dentre outras motivações, justifica a proposição ora apresentada.

A proposta encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico do Tribunal, e ao Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça, que define novas políticas para a área de Tecnologia da Informação corroborando a necessidade de estrutura mais ágil para atendê-las e viabilizar a implantação de sistemas essenciais à otimização da prestação jurisdicional, como o Processo Judicial Eletrônico.

Ademais, o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 1.603/2008, apontou carências nas questões referentes à gestão de mudanças, definição de um plano de continuidade do negócio e de metodologias no desenvolvimento de sistemas, gestão dos níveis de serviços oferecidos aos clientes, dentre outras, na governança de TI, na Administração Pública Federal. Por sua vez, o Acórdão TCU Nº 663/2009 é taxativo ao preconizar a adoção de estratégias e técnicas que visem as boas práticas para gestão de TI, que permitam garantir a prestação de serviço com qualidade.

A constatação do aumento das demandas trabalhistas, inclusive em razão das novas competências atribuídas aos Tribunais do Trabalho por meio da Emenda Constitucional nº 45, passou a exigir providências no sentido de dotar o citado Tribunal Regional com mão de obra especializada, capaz de desenvolver ferramentas tecnológicas necessárias ao funcionamento eficaz dos serviços judiciais, beneficiando, dessa forma, a sociedade e contribuindo para a efetivação do princípio constitucional que estabelece o respeito à razoável duração do processo, preconizada no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal.

Com essas considerações e ressaltando que a medida aqui proposta resultará, em última análise, em qualidade da prestação jurisdicional, submeto o projeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo, esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília, 12 de julho de 2011.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Vice-Presidente no exercício
da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho

OF.TST.GDGSET.GP.Nº 238**Brasília, 12 de julho de 2011.****Assunto:** Anteprojeto de Lei.**Senhor Presidente,**

Nos termos do art. 96, inciso II, alínea “b”, da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Senhores Membros do Congresso Nacional, acompanhado da correspondente justificativa, anteprojeto de lei examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça, que trata da criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, com sede na cidade de Recife-PE.

Cordialmente,



MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Vice-Presidente no exercício
da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho

PROJETO DE LEI Nº 1.829, DE 2011
(DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO)

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, com sede na cidade de Recife-PE, 57 (cinquenta e sete) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário – Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação.

Art. 2º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região no Orçamento Geral da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2011.

JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional projeto de lei examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça que, após rigorosa análise dos aspectos técnicos e orçamentários, trata da criação de 57 (cinquenta e sete) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, com sede na cidade de Recife-PE.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, em observância ao disposto no art. 80, IV, da Lei n.º 12.309/2010. Na Sessão de 5 de julho de 2011 foi aprovada por aquele colegiado, conforme Parecer de Mérito nº 0001904-02.2011.2.00.0000, a criação dos referidos cargos.

O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região justificou a proposta de criação dos cargos, em face da necessidade de adequar o Quadro Permanente de Pessoal do TRT ao disposto na Resolução do Conselho Nacional de Justiça - CNJ nº 90/2009, conferindo melhor estrutura a sua área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.

A Resolução CNJ nº 90/2009 estabelece requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário, dispondo, em seu artigo 2º, sobre a constituição de quadro de pessoal permanente de profissionais de TIC e, em seu anexo I, sobre os respectivos quantitativos da força de trabalho total mínima recomendada. Por sua vez, o § 4º determina que os tribunais mantenham um quadro de pessoal permanente na área de tecnologia da informação e comunicação. Esse mesmo dispositivo estabelece que as funções gerenciais e atividades estratégicas devem ser executadas, preferencialmente, por servidores efetivos do quadro permanente.

A par disso, dados do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT apontam que o TRT da 6ª Região possui, aproximadamente, 1.900 usuários internos de recursos de tecnologia da informação, entre magistrados, servidores e estagiários. Nos termos da Resolução CNJ nº 90/2009, um Tribunal que ocupa a faixa entre 1.501 e 3.000 usuários de TIC necessita de um mínimo de 4% desse número de profissionais atuando na área. Aplicando-se a regra, o TRT da 6ª Região careceria de 95 (noventa e cinco) servidores na área de TIC, sendo que no mínimo 75 deverão ser servidores do quadro

permanente do Tribunal. No entanto, a unidade de informática conta apenas com 19 (dezenove) servidores ocupantes de cargos específicos da área de tecnologia da informação, sendo, portanto, imprescindível readequar seu quadro de pessoal aos dispositivos da sobredita Resolução, o que, dentre outras motivações, justifica a proposição ora apresentada.

A proposta encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico do Tribunal, e ao Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça, que define novas políticas para a área de Tecnologia da Informação corroborando a necessidade de estrutura mais ágil para atendê-las e viabilizar a implantação de sistemas essenciais à otimização da prestação jurisdicional, como o Processo Judicial Eletrônico.

Ademais, o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 1.603/2008, apontou carências nas questões referentes à gestão de mudanças, definição de um plano de continuidade do negócio e de metodologias no desenvolvimento de sistemas, gestão dos níveis de serviços oferecidos aos clientes, dentre outras, na governança de TI, na Administração Pública Federal. Por sua vez, o Acórdão TCU Nº 663/2009 é taxativo ao preconizar a adoção de estratégias e técnicas que visem as boas práticas para gestão de TI, que permitam garantir a prestação de serviço com qualidade.

A constatação do aumento das demandas trabalhistas, inclusive em razão das novas competências atribuídas aos Tribunais do Trabalho por meio da Emenda Constitucional nº 45, passou a exigir providências no sentido de dotar o citado Tribunal Regional com mão de obra especializada, capaz de desenvolver ferramentas tecnológicas necessárias ao funcionamento eficaz dos serviços judiciais, beneficiando, dessa forma, a sociedade e contribuindo para a efetivação do princípio constitucional que estabelece o respeito à razoável duração do processo, preconizada no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal.

Com essas considerações e ressaltando que a medida aqui proposta resultará, em última análise, em qualidade da prestação jurisdicional, submeto o projeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo, esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília, 12 de julho de 2011.



MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Vice-Presidente no exercício
da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho

Conselho Nacional de Justiça

Gabinete do Conselheiro Nelson Tomaz Braga

PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI 0001904-02.2011.2.00.0000

Requerente: Conselho Superior da Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho - 6ª Região (pe)
Requerido: Conselho Nacional de Justiça

PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI PARA CRIAÇÃO DE 57 (CINQUENTA E SETE) CARGOS DE ANALISTA JUDICIÁRIO – ESPECIALIDADE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO TRT DA 6ª REGIÃO.

1. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho enviou a este Conselho para apreciação e emissão de parecer-anteprojeto de lei que prevê a criação de 57 (cinquenta e sete) cargos de Analista Judiciário – Especialidade em Tecnologia da Informação no âmbito do TRT da 6ª Região.

2. O requerente demonstrou que o quadro de pessoal da área de informática do TRT da 6ª Região está aquém do mínimo estabelecido na Resolução n. 90/2009 do CNJ (fl. 9 do REQINIC14 do E – CNJ). Foi apontado, ainda, que o quantitativo médio de cargos nesta área por Tribunal Regional de Trabalho é de 14 (quatorze), sendo que no TRT da 6ª Região há somente 6 (seis) cargos.

3. Consoante parecer favorável emitido pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DOR (INF25 DO e – CNJ), o TRT 6ª Região dispõe de margem de crescimento suficiente para suportar as despesas decorrentes da aprovação do anteprojeto de lei apresentado, bem como que, no caso de aprovação, o aumento da despesa encontra-se dentro dos patamares estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

4. Parecer pelo acolhimento do anteprojeto de lei encaminhado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

I - RELATÓRIO

Trata-se de expediente encaminhado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, com parecer pela aprovação da criação de 57 (cinquenta e sete) cargos de Analista Judiciário – Especialidade em Tecnologia da Informação no âmbito do TRT da 6ª Região, para apreciação por este Órgão.

O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região apresentou anteprojeto de lei versando sobre a criação de 57 (cinquenta e sete) cargos de Analista Judiciário – Especialidade em Tecnologia da Informação, bem como 4 (quatro) cargos em comissão (4 CJ-2) e 35 (trinta e cinco) funções comissionadas (15 FC6 e 30 (FC-5).

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT conheceu da matéria e, no mérito, aprovou parcialmente a proposta para que sejam criados 57 (cinquenta e sete) cargos de Analista Judiciário – Especialidade em Tecnologia da Informação.

O Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, sob o argumento de que a proposta foi parcialmente aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em conformidade com as Leis de Responsabilidade Fiscal e de Diretrizes Orçamentárias, votou pelo encaminhamento do anteprojeto, com as adequações efetuadas pelo CSJT, para este Conselho.

Distribuído o procedimento, determinei sua remessa ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DOR, nos termos da Portaria n. 24/2001 (DESP24 do E – CNJ), para fins de emissão de estudo técnico.

O Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DOR prestou informações (INF25 DO e – CNJ), concluindo que o TRT6ª Região dispõe de margem de crescimento suficiente para suportar as despesas decorrentes da aprovação do anteprojeto de lei apresentado, bem como que, no caso de aprovação, o aumento da despesa encontra-se dentro dos patamares estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

II - FUNDAMENTOS

Os principais argumentos apontados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região para a edição de um parecer de mérito favorável à sua proposta são: 1) a efetivação do cumprimento dos ditames constitucionais que asseguram às partes uma razoável duração do processo, requer o aprimoramento área da Tecnologia e Informação (TI); 2) a criação dos cargos pleiteados viria contribuir para o cumprimento da Resolução n. 69 do CSJT, que instituiu o planejamento estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho, da Resolução n. 90/2009 do CNJ, dos Acórdãos ns. 1.603/2008 e 663/2006 do TCU, que tratam do mesmo tema constante da Resolução n. 90/2009 do CNJ.

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, após a elaboração de um amplo estudo de ordem financeira, orçamentária, estatística e gestão de pessoas sobre o Tribunal, aprovou parcialmente a proposta do anteprojeto de lei para a criação de 57 (cinquenta e sete) cargos de Analista Judiciário – Especialidade em Tecnologia da Informação e, posteriormente, o enviou a este Conselho para emissão de parecer.

Efetivamente, o Conselho Nacional de Justiça, considerando principalmente a necessidade de aperfeiçoar e modernizar os serviços judiciais, editou a Resolução n. 90, de 29/09/2009, que dispôs sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário.

Os principais pontos desta Resolução são que os Tribunais deverão: 1) manter serviços de tecnologia da informação e comunicação - TIC adequados à prestação jurisdicional; 2) constituir quadro de pessoal permanente de profissionais da área de TIC e que as funções gerenciais e as atividades desta área sejam "... executadas, preferencialmente, por servidores efetivos do quadro permanente" (art. 2º da Resolução n. 90/2009); (grifo ausente do original); 3) substituir gradualmente a força de trabalho terceirizada utilizada nesta área por pessoal do quadro.

Conclui-se, assim, que os Tribunais deverão manter/aperfeiçoar serviços de tecnologia da informação e comunicação – TIC e formar quadro de pessoal do quadro permanente para que possa alcançar seus objetivos.

Ocorre que, para a implantação de um quadro de pessoal de tecnologia e informação é necessário, dentre outros requisitos, verificar a existência de prévia dotação orçamentária para fazer frente ao aumento da despesa que surgirá com a criação de cargos para tanto, se as despesas, com este aumento estarão dentro dos limites da despesa com pessoal e o impacto do aumento da respectiva despesa.

No caso dos autos, o requerente demonstrou que o quadro de pessoal da área de informática do TRT da 6ª Região está aquém do mínimo estabelecido na Resolução n. 90/2009 do CNJ (fl. 9 do REQINIC14 do E – CNJ). Foi apontado, ainda, que o quantitativo médio de cargos nesta área por Tribunal Regional de Trabalho é de 14 (quatorze), sendo que no TRT da 6ª Região há somente possui 6 (seis) cargos.

Assim, diante da nova realidade da área tecnológica e de informação que o CNJ vem prescrevendo para os Tribunais, a busca do nivelamento de tecnologia e informação no âmbito do Poder Judiciário, inclusive com a edição de atos normativos, faz-se necessário a emissão de parecer favorável por este Conselho em relação ao anteprojeto de lei que prevê a criação de 57 (cinquenta e sete) cargos de Analista Judiciário – Especialidade em Tecnologia da Informação no âmbito do TRT da 6ª Região.

O parecer técnico do Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DOR, por sua vez, constatou a presença de condições orçamentárias positivas e o respeito ao limites legal e prudencial. Os principais apontamentos para tanto são:

1) a autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, exigida pelo inciso II do art. 169 da Constituição Federal está contida no art. 81 da LDO 2010 e no art. 78 do PLDO 2012;

2) a exigência de prévia dotação orçamentária, constante do inc. I do mesmo artigo da CF/88, será cumprida pela inclusão de limite orçamentário no anexo específico da Lei Orçamentária de 2012;

3) que não há empecilho para o encaminhamento do projeto de lei proposto pelo TRT da 6ª Região, ficando sua aprovação pela casa legislativa condicionada à existência do limite orçamentário no anexo específico da LOA 2012, devendo, assim, ser encaminhado ao Congresso Nacional até 31/08/2011;

4) está evidenciado que o TRT da 6ª Região dispõe de margem de crescimento suficiente para suportar as despesas decorrentes do anteprojeto de lei sobre a criação de cargos efetivos que ora propõe;

5) que o impacto orçamentário do presente anteprojeto de lei, acrescido do PL n. 7.625/2010 em tramitação no Congresso Nacional se enquadra nos patamares estabelecidos na TRF.

Assim, somados os apontamentos feitos pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho acerca do atual quadro de TI do TRT da 6ª Região ao parecer técnico do Departamento de Acompanhamento Orçamentário deste Conselho, entendo que o anteprojeto deve ser enviado para aprovação na forma como julgado apto pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e enviado a este Órgão para apreciação.

III – DISPOSITIVO/DECISÃO

Ante o exposto, opino favoravelmente ao anteprojeto enviado pelo CSJT.

Intime-se. Posteriormente, arquivem-se os autos
independentemente de nova conclusão.
É o voto.

Brasília, 05 de julho de 2011


NELSON TOMAZ BRAGA
Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça

CERTIDÃO DE JULGAMENTO 130ª SESSÃO ORDINÁRIA

PARECER DE MÉRITO 0001904-02.2011.2.00.0000

Relator: Conselheiro NELSON TOMAZ BRAGA

Requerentes:

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho - 6ª Região (PE)

Requerido:

Conselho Nacional de Justiça

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, decidiu aprovar o parecer, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Leomar Barros Amorim e Jorge Hélio. Presidiu o julgamento o Ministro Cezar Peluso. Plenário, 5 de julho de 2011."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Ministro Cezar Peluso, Ministra Eliana Calmon, Ministro Ives Gandra, Milton Nobre, Nelson Tomaz Braga, Paulo Tamburini, Walter Nunes, Morgana Richa, José Adonis Callou de Araújo Sá, Felipe Locke Cavalcanti, Jefferson Luis Kravchychyn, Marcelo Nobre e Marcelo Neves.

Ausentes, justificadamente, o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Brasília, 5 de julho de 2011


Marilana Silva Campos Dutra
Secretária Processual

ÓRGÃO ESPECIAL
CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO

CERTIFICO que em sessão ordinária do **EGRÉGIO ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do Tribunal, presentes os Ex.^{mos} Srs. Ministros presentes os Excelentíssimos Ministros Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente, Antônio José de Barros Levenhagen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Milton de Moura França, Carlos Alberto Reis de Paula, Ives Gandra da Silva Martins Filho, João Batista Brito Pereira, Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Dora Maria da Costa, Fernando Eizo Ono, Márcio Eurico Vitral Amaro, e o Ex.^{mo} Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Otávio Brito Lopes, autorizou o Excelentíssimo Ministro Presidente do Tribunal, *ad referendum* do Órgão Especial, a encaminhar à Câmara dos Deputados, nos termos propostos pelo Conselho Nacional de Justiça, os anteprojetos de lei aprovados por aquele Órgão que porventura chegarem à Presidência da Corte no mês de julho de 2011.

Brasília, 1º de julho de 2011.


VALÉRIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Os **Projetos de Lei da Câmara nºs 51 e 52, de 2012**, vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Foi encaminhado ao Congresso Nacional o **Ofício nº 826, de 2012**, do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, enviando cópia do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º quadrimestre de 2012.

É o seguinte o Ofício:

Ofício GP nº 826/2012

Salvador, 28 de maio de 2012

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, em atendimento ao disposto no art. 121 da Lei nº 12.309/2010

(LDO/2011), encaminho a cópia do Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2012, referente ao período de maio/2011 a abril/2012, composto pelo Demonstrativo de Despesa com Pessoal.

Por oportuno, levo ao conhecimento de Vossa Excelência que o referido relatório foi publicado no **DOU** do dia 28-5-2012, seção I, página 160, e se encontra disponível no Portal deste Tribunal, no endereço www.trt5.jus.br.

No ensejo, apresento protestos de consideração e apreço. – **Vânia Jacira Tanajura Chaves**, Desembargadora Federal do Trabalho, Presidente do TRT – 5ª Região.

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM, 2 = NÃO)

**UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DA 5ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 A ABRIL/2012**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 446

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			
Pessoal Ativo	634185	3812	638000
Pessoal Inativo e Pensionistas	469.873	2.571	472.384
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	164.312	1.304	165.616
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º de art. 19 da LRF) (II)			
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	163424	2914	166338
Decorrentes de Decisão Judicial			0
Despesas de Exercícios Anteriores	657	1.703	2.360
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	152.767	1.211	153.978
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	470761	901	471662

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			581.854.483
2% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) * 100		0,880905%	5.131.662%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 28 da LRF) - <= %	0,207065%		1.204.859
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <= %	0,196712%		1.144.568

FONTE: SIAFI - SCONTO GERAL TRTS - DD/maio/2012 - XXXI e XXXII

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Desta forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64;
- Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 975;
- Despesas com Reparações de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 664;
- Despesa Liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R\$ 23.492;
- No item "Demais Despesa com Pessoal Ativo" estão acrescidos os valores de R\$ 72.197, R\$ 2.511 e R\$ 19 relativos a Obrigação Patrocinada - Obrigações Intra-Orçamentárias referentes as Despesas Liquidadas, Despesas Inscritas em Restos a Pagar não Processados e Despesas de Exercícios Anteriores, respectivamente.

VÂNIA JACIRA TANAJURA CHAVES
Presidente

TARCÍSIO JOSÉ FILGUEIRAS DOS REIS
Diretor-Geral

CARLOS ALBERTO MARINHO DOS SANTOS
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

MAURÍCIO BAPTISTA DE MELLO
Diretor do Órgão de Controle Interno



160

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 102, segunda-feira, 28 de maio de 2012

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2011 A ABRIL DE 2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") RS Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	LIQUIDADAS	ENCARGOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
(a)	(b)	(c)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (1)	100.188	424
Personal Ativo	79.319	424
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	79.319	424
Personal Inativo e Pensionistas	20.639	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	20.639	-
Demais Despesas de Pessoal decorrentes de Contrato de Trabalho (1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (1º do art. 19 da LRF)	19.748	790
Indenizações por Comissão e Incentivos a Desempenho Voluntário	-	-
Despesas de Despesa Judicial	-	390
Despesas de Despesas com Recursos Vinculados	19.748	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (PV) = (a) + (b) + (c)	139.575	1.214
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (PV) = (a) + (b) + (c)	139.575	1.214

FONTE: SIAFI, CONIC/OSFTE e CONIC/SAINTRESC. Emissão em 22/mar/2012 às 13h e 30m.

1. Valor referente à Portaria STN nº 324, de 17/02/2012.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas encerradas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas encerradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas encerradas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas classificadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas aquelas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

SALÉSIO BAUER
Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade

VILSON RAIMUNDO REZZADORI
Secretário de Administração e Planejamento
Substituto

LUCIANE SOLOTEU HOFFMANN
Coordenadora de Controle Interno
Substituto

De acordo,
Encarregado do Encargado Senhor Presidente.

SAMIR CLAUDINO BEBER
Diretor-Geral

De acordo,
Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 131, de 4 de maio de 2008, publique-se.

DESEMBARGADORA LUIZ CÉZAR MEDEIROS
Presidente

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 5ª REGIÃO

ATO Nº 341, DE 22 DE MAIO DE 2012

A DESEMBARGADORA FEDERAL DO TRABALHO PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Determinar a publicação no Diário Oficial da União, do Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 54, 55 e 72, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na forma da Anexo a seguir:

Data: VÂNIA JACIRA TANAJURA CHAVES

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 1º QUADRIMESTRE DE 2012
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 A ABRIL/2012
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (1º trimestre de 2012)	
	Liquid.	Total
Despesa Bruta Com Pessoal (1)	834.171	834.171
Personal Ativo	469.871	469.871

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/estados/sctd/relat>, pelo código 00012012052800160

Sentenças Judiciais Sem Precatório			
do Próprio Órgão			
Sentenças Judiciais com Precatório			
do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta			
Demais Despesas com Pessoal Ativo	469.871	469.871	469.871
Personal Inativo e Pensionistas	164.312	1.304	165.616
Sentenças Judiciais Sem Precatório			
do Próprio Órgão			
Sentenças Judiciais com Precatório			
do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta			
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	164.312	1.304	165.616
Demais Despesas de Pessoal decorrentes de Contrato de Trabalho (1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (1º do art. 19 da LRF)	161.424	2.674	164.098
Indenizações por Comissão e Incentivos a Desempenho Voluntário	-	-	-
Despesas de Despesa Judicial	-	-	-
Despesas de Despesas com Recursos Vinculados	161.424	2.674	164.098
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (PV) = (a) + (b) + (c)	1.160.707	4.649	1.165.356

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV)	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) a	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) b	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) c	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) d	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) e	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) f	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) g	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) h	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) i	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) j	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) k	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) l	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) m	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) n	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) o	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) p	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) q	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) r	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) s	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) t	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) u	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) v	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) w	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) x	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) y	1.160.707	4.649	1.165.356
Despesa Bruta Com Pessoal - DTP (PV) z	1.160.707	4.649	1.165.356

FONTE: SIAFI - SCOM/DOGERAL/RETS - 22/mar/2012 - 12h e 30m

Nota:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas encerradas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas encerradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas encerradas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas classificadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas aquelas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64;
- Despesas com Precatórios da Administração Direta, consideradas por meio de despesa inscrita em restos a pagar (DESPAQUE); despesas liquidadas R\$ 975;
- Despesas com Recursos de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de despesa inscrita em restos a pagar (DESPAQUE); despesas liquidadas R\$ 664;
- Despesas Liquidadas do Procedimento de Administração Indireta: R\$ 23.492;
- No item "Demais Despesas com Pessoal Ativo" estão inscritos os valores de R\$ 72.197, R\$ 2.311 e R\$ 19 relativos a Obrigações Patronais - Obrigações Intra-Organizacionais referentes às Despesas Liquidadas, Despesas Inscritas em Restos a Pagar não processados e Despesas de Exercícios Anteriores, respectivamente.

Assinaturas (dispositivo relacionado: Art. 54, III, § Único da LRF):

VÂNIA JACIRA TANAJURA CHAVES

Desembargadora Federal do Trabalho

Presidente do TRT da 5ª Região

TARCISO JOSÉ FILGUEIRAS DOS REIS

Diretor-Geral

CARLOS ALBERTO MARINHO DOS SANTOS

Diretor da S.G.F.

MAURICIO BAPTISTA DE MELO

Diretor do Órgão do Controle Interno

9ª REGIÃO

PORTARIA Nº 61, DE 24 DE MAIO DE 2012

A DESEMBARGADORA FEDERAL DO TRABALHO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, usando de suas atribuições legais, decide:

Determinar a publicação no Diário Oficial da União, do Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de maio/2011 a abril/2012, nos termos do art. 55, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000.

Data: ROSEMARIE DIEDERICHS PIMPÃO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 A ABRIL/2012

RFB - ANEXO I - LEI Nº 12.247, de 20 de Junho de 2010		DESPESA COM PESSOAL		RS (R\$)
		DESPESAS EXECUTADAS (1º trimestre de 2012)		
		LIQUIDADAS	ENCARGOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (1)	TOTAL
		(a)	(b)	(a) + (b) = (c)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (1)		536.333	2.684	539.017
Personal Ativo		441.979	1.974	443.953
Personal Inativo e Pensionistas		94.354	1.710	96.064
Demais Despesas de Pessoal decorrentes de Contrato de Trabalho (1º do art. 18 da LRF)		0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (1º do art. 19 da LRF)		90.100	3.000	93.100
Indenizações por Comissão e Incentivos a Desempenho Voluntário		0	0	0
Despesas de Despesa Judicial		0	0	0
Despesas de Despesas com Recursos Vinculados		90.100	3.000	93.100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/03/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 19 de junho do corrente.

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mozarildo Cavalcanti, Senadores e Senadoras, em clima de Rio+20, onde se encontram lideranças de inúmeros países do mundo, em clima de crise certa entre Brasil e Argentina devido à barreira dos produtos brasileiros naquela fronteira, eu, neste clima mundial, quero falar um pouco hoje sobre a vitória dos socialistas na França, não só por ter elegido o Presidente, como também por ter elegido a maioria no Parlamento no dia de ontem.

Sr. Presidente, o Presidente francês, François Hollande, tornou-se ontem o mais poderoso dirigente socialista da França de todos os tempos. Ele obteve maioria parlamentar absoluta no segundo turno das eleições legislativas. O resultado deixa o mandatário em condições de aplicar seu programa para enfrentar a crise do euro. Segundo os resultados parciais e as previsões de institutos de pesquisas, o Partido Socialista e seus aliados de esquerda teriam conseguido eleger 314 Deputados, um número largamente superior aos 289 necessários para formar governo sozinhos. Será o primeiro governo de maioria absoluta socialista desde 1981. Segundo análises de especialistas, François Hollande tem agora um poder sem paralelo no país.

Hollande assumiu a Presidência no dia 15 de maio e, portanto, na sexta-feira que passou, ele completou 30 dias de Governo. A vitória desse socialista veio insuflar novos ares no debate político não apenas naquele país, mas, sim, no continente europeu. É claro que, no contexto de uma crise da gravidade desta atualmente vivida pelos países da União Europeia, o foco do debate político se concentra na busca do caminho mais adequado para a superação das tremendas dificuldades lá enfrentadas. Desde o estouro da crise da dívida soberana na Eurozona, no início de 2010, o receituário aplicado foi o de corte de gastos, com objetivo de reduzir o endividamento público que havia sido inflado no calor da crise financeira de 2008. O que hoje se pode observar, desde aquele episódio, é que aqueles países onde mais severamente se aplicou essa política, como Grécia, Portugal e Espanha, mergulharam em profunda recessão.

A vitória de Hollande é a vitória de uma proposta que enfatiza o crescimento como caminho para superação da crise, mais ou menos como fizemos aqui, no Brasil.

Reconhecendo a necessidade de que seja mantida a política de saneamento das contas públicas, o socialista ressalta, no entanto, ser também necessário realçar o crescimento e a distribuição de renda.

Hollande não se propõe a embasar o crescimento na ampliação do crédito, no endividamento. Ele sabe que uma eventual tentativa de realçar o crescimento à custa de elevar a dívida só traria prejuízos aos países europeus. Ele tem isso claro, por tudo que tem dito; ao mesmo tempo, apostar apenas nas políticas de austeridade não permitirá superar a crise. Hollande propõe uma via alternativa, combinando a disciplina fiscal a políticas de estímulo ao crescimento da economia.

Já em seu primeiro discurso como Presidente, o primeiro socialista a assumir o cargo nos últimos 17 anos tentou transmitir uma mensagem de confiança ao governo francês: pediu unidade e conciliação para enfrentar os enormes desafios que estão colocados àquela nação. Hollande declarou ser chegada a hora de colocar a produção acima da especulação financeira, afirmou que a Europa precisa crescer e prometeu dedicar o seu mandato a trazer a justiça de volta à França.

Já dois dias após tomar posse, o novo Presidente colocou em prática a primeira de suas promessas de campanha. O Conselho de Ministros da França, liderado pelo próprio Hollande, anunciou o corte de 30% dos salários do Presidente, do Primeiro-Ministro e dos outros 34 Ministros que compõem o seu governo.

A medida tem forte caráter simbólico, objetivando demarcar bem a diferença entre o novo governo e o do ex-presidente Nicolas Sarkozy, que, quando assumiu, aumentou o salário líquido do Presidente em 172%.

Com a medida do novo governo, o salário bruto mensal dos Ministros, que, hoje, é de €14.200 por mês, cairá para €9.940. Já os salários do Presidente e do Primeiro-Ministro recuarão de €21.300 para €14.910.

Sr. Presidente, atento à urgência da agenda europeia, Hollande viajou no mesmo dia de sua posse a Berlim, onde se reuniu com a Chanceler alemã, Angela Merkel, para tratar, entre outros temas, da renegociação do tratado fiscal europeu, uma das principais bandeiras de sua campanha eleitoral.

O novo Presidente francês quer renegociar o tratado europeu de equilíbrio financeiro, assinado no início de março passado, para nele introduzir medidas de estímulo fiscal. Hollande propõe a inclusão de um capítulo com medidas a favor do crescimento no pacto acordado por 25 dos 27 Estados da União Europeia,

que contempla impor, na legislação de cada país, o princípio do equilíbrio orçamentário.

Tal como a Presidenta Dilma Rousseff, Hollande acredita que a redução de gastos deve estar aliada a políticas que favoreçam o crescimento, e afirma que os resultados obtidos até o presente deixam claro que a resposta à crise adotada pelo governo anterior e por outros líderes europeus não foi adequada.

O Presidente francês entende que a superação da crise da dívida europeia tem de passar pela criação de mecanismos de solidariedade que ajudem os estados nacionais em maiores dificuldades a conseguirem financiamento a custos suportáveis.

Em relação à Grécia, Hollande expressa com clareza seu desejo de que o país permaneça na zona do euro, cumprindo seus compromissos, mas com apoio, acompanhada pela Europa para estimular seu crescimento.

Para renegociação do tratado de disciplina fiscal europeu, Hollande defende quatro propostas:

1) lançamento de eurobônus: títulos conjuntos da dívida dos 17 países da zona do euro, não para mutualizar as dívidas, mas, sim, para financiar projetos industriais e de infraestrutura nos diversos países;

2) liberação de mais financiamentos em favor das pequenas e médias empresas pelo Banco Europeu de Investimentos;

3) criação de um imposto sobre as transações financeiras – a nossa CPMF, que foi derrubado – para assegurar recursos suplementares para projetos de desenvolvimento; e

4) mobilização dos remanescentes de fundos estruturais europeus, hoje inutilizados, para apoiar projetos empresariais, econômicos e de distribuição de renda.

Além dessas medidas, Hollande propõe um diálogo entre os chefes de Estado, de Governo e o Banco Central Europeu para combater a retomada da especulação e gerar o financiamento da economia real. Para ele, o pacto orçamentário precisa ser completado por esse pacto pró-crescimento, que deve incluir, ainda, prioridade à educação, à pesquisa e à infraestrutura.

O novo Presidente francês entende também, Sr. Presidente, ser prioritário injetar liquidez no sistema financeiro europeu, para assegurar que todos os bancos do continente possam ser consolidados.

Embora as propostas de Hollande objetivando a retomada do crescimento encontrem forte resistência do governo conservador alemão, que se opõe à renegociação do pacto fiscal, elas angariam cada vez maior respaldo entre diversas autoridades europeias e até de outros países que não pertençam àquele bloco.

Entre aqueles que, em maior ou menor grau, se alinham às ideias de Hollande estão o Primeiro-Ministro italiano, Mario Monti; o Presidente da União Europeia, Herman Van Rompuy; o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso; o comissário de Assuntos Econômicos da União Europeia, Olli Rhein, o diretor da Organização Mundial de Comércio, Pascal Lamy; o Presidente do Banco Central Europeu, Mário Draghi, e até o primeiro-ministro britânico, David Cameron; e também o presidente norte-americano, Barack Obama.

No âmbito da política externa, Hollande decidiu antecipar em um ano a retirada das tropas combatentes francesas do Afeganistão, e visitou o país para explicar pessoalmente sua decisão aos militares que lhe são subordinados.

Além disso, o novo presidente manifestou seu desejo de reativar as relações bilaterais entre França e Turquia, que se haviam degradado devido à oposição do anterior presidente francês Nicolas Sarkozy, à entrada da Turquia na União Europeia.

Também nos assuntos internos – com destaque para as políticas sociais, previdenciárias e trabalhistas – o governo do Presidente François Hollande assume, desde o início, uma marca muito própria. Em seu discurso de posse, assim definiu Hollande o mandato que recebeu das urnas: *“Reorganizar a França com justiça, abrir um novo caminho na Europa e contribuir para a paz mundial e a preservação do planeta.”*

E acrescentou: *“A justiça será o único critério para a tomada de decisões públicas. Não pode haver cada vez mais sacrifícios para uns e mais privilégios para outros.”*

O novo presidente assegurou que dará à juventude o *“lugar que lhe corresponde, o primeiro”*, e considerou a escola pública *“vital”* para a coesão do país, o êxito econômico e a promoção social.

Hollande prometeu mobilizar *“todos os franceses, sem distinção, em torno dos mesmos valores, os valores da República”* e exercer o poder de forma *“digna e exemplar”*.

Hollande assegurou que *“os direitos do parlamento vão ser respeitados”* e que *“a Justiça terá todas as garantias de independência”*.

Cumprindo a tradição francesa de prestar homenagens como gesto simbólico de início de mandato, Hollande escolheu homenagear Jules Ferry, um dos grandes nomes da esquerda e artífice da escola pública gratuita e obrigatória no país, e a cientista Marie Curie, ganhadora dos Prêmios Nobel de Química e de Física no início do século XX.

O Ministério da Educação, área considerada prioritária pelo novo presidente, foi confiado ao Deputado do

Parlamento Europeu Vincent Peillon, que será o número três do Governo, após o Primeiro-Ministro, Jean-Marc, e o Ministro das Relações Exteriores, Laurent Fabius.

Cumprindo promessa de campanha, o novo governo francês respeita totalmente a igualdade entre homens e mulheres. São 17 ministros de cada sexo. Com certeza lá, ele não faria o boicote, como aqui foi feito, de não permitir que a mulher ganhe o mesmo salário que o homem, conforme recurso encaminhado à Mesa de um projeto que aprovamos por unanimidade na Câmara em todas as comissões do Senado.

Algumas das mais importantes pastas foram entregues a mulheres Christine Taubira, autora da lei que reconheceu a escravidão como crime contra a Humanidade, ocupa o Ministério da Justiça; Marisol Touraine, o de Assuntos Sociais e Saúde; Aurélie Filippetti, o da Cultura.

A porta-voz do Governo é uma jovem de origem marroquina, Najat Vallaud, que ficará encarregada, também, dos Direitos das Mulheres.

A nova ministra da Justiça já encaminhou proposta no sentido de suprimir um tribunal encarregado de julgar adolescentes reincidentes entre 16 e 18 anos. Os jovens infratores, que estão sujeitos a penas de até três anos de prisão, voltarão a ser julgados, de acordo com a proposta do novo Governo, pela vara da infância. Para a Ministra Christine Taubira, o Estado não pode se afastar do princípio da proteção integral à criança e ao adolescente.

O Ministério da Justiça prepara, também, um novo projeto de lei para definir o delito de assédio sexual. A lei anterior foi anulada pelo Conselho Constitucional por ser considerada muito vaga.

Agora, o governo socialista tem pressa em adotar um novo texto, a fim de que esse crime seja adequadamente tipificado na legislação penal francesa, garantindo, desse modo, a necessária proteção às mulheres.

Uma importante inovação foi a criação do Ministério da Reconstrução Produtiva, cargo que foi concedido a um representante da ala mais à esquerda do Partido Socialista, o líder Arnaud Montebourg.

Cabe ressaltar que a reindustrialização da França foi um dos temas centrais da campanha eleitoral.

Hollande chega ao poder com prioridades bem definidas e um cronograma previamente apresentado listando a sequência em que as providências serão adotadas. As primeiras medidas que constam nesse cronograma são a elevação do poder aquisitivo das famílias e reformas imediatas para sanear as contas públicas e também o setor industrial. Vejam bem: melhorar o poder de compra das famílias, fazer reformas imediatas, para melhorar as contas públicas e o setor industrial.

No contexto do esforço para elevar o poder aquisitivo das famílias, o preço dos combustíveis foi congelado por um período de três meses, dando cumprimento a mais uma promessa de campanha. A medida é importante, sobretudo para as zonas não urbanas, onde não há disponibilidade de transporte público.

Para mais adiante, está prevista a revisão das instituições francesas, o que inclui a concessão do direito de voto nas eleições locais aos estrangeiros residentes na França há pelo menos cinco anos. Atualmente, apenas os estrangeiros de países da União Europeia têm direito a voto nas eleições municipais francesas. A proposta de Hollande, incluída em seu programa de governo, amplia esse direito aos estrangeiros que não procedem da União Europeia.

Sr. Presidente, é talvez nas áreas da previdência social e da defesa do emprego que os trabalhadores franceses sentirão mais imediatamente a diferença de postura do novo governo, valorizando a previdência pública e o salários dos aposentados e também dos pensionistas. Bom exemplo!

No dia 6 de junho, o novo governo anunciou que os franceses poderão se aposentar aos 60 anos, e não mais aos 62. Enquanto que aqui no Brasil há uma tendência a querer que se aumente, lá na França, estão diminuindo. A medida vai beneficiar cerca de 110 mil trabalhadores até o final de 2013.

De acordo com dados do governo, os franceses favorecidos pela mudança são aqueles que começaram a trabalhar antes dos 19 anos – aqui no Brasil, a gente começa com 14 anos – e sempre contribuíram com a previdência social. Na prática, a medida exige que o trabalhador tenha contribuído, sim, pelo tempo mínimo, com a previdência social.

A ministra disse que a decisão é “uma medida de justiça para aqueles que foram mais duramente penalizados com a reforma de 2010” – que elevou de 60 para 62 anos a idade mínima para a aposentadoria.

É bom lembrar que, aqui no Brasil, no serviço público, a idade é de 60 anos. É bom lembrar que, na fórmula 85/95, também aqui no Brasil, poderá ser 55 e 60.

A reforma anunciada autoriza ainda que as mulheres tenham uma licença-maternidade de seis meses. E o direito dos desempregados que recebem benefícios avança para dois trimestres. Essas medidas passam a valer a partir de novembro.

O Primeiro-Ministro, Jean-Marc, anunciou uma grande conferência social antes de 14 de julho, reunindo integrantes do governo com sindicatos de trabalhadores e sindicatos dos empregadores, para discutir as reformas que deverão ser realizadas nas áreas de emprego, profissionalização, salários e condições de trabalho.

No que se refere à garantia do emprego, o governo socialista promete adotar uma postura firme em face da onda de demissões em massa que se teme possa atingir a economia francesa nos próximos meses. Já antes das eleições, os sindicatos alertavam que as empresas estavam preparando rodadas de demissões após a campanha presidencial.

Sr. Presidente, segundo dados fornecidos por sindicatos da França, os setores bancário, automobilístico, de telecomunicações e de transportes, entre outros, preparam planos de demissão que podem afetar mais de 50 mil trabalhadores.

Por isso, o governo francês se antecipa para evitar essas demissões. Hollande já havia alertado os líderes empresariais, antes da eleição, que seu governo não aceitaria isso sem reagir. Determinado a limitar a perda de empregos, o Presidente anunciou uma série de medidas para dificultar as demissões. Entre elas estão o aumento dos custos das indenizações aos trabalhadores para as empresas que distribuem dividendos aos seus acionistas e o estímulo à venda das fábricas em dificuldades a algum investidor interessado, que se comprometa a não demitir e não fechar as empresas.

Sr. Presidente, para terminar, a vitória de François Hollande representa uma mudança importante no debate político naquele país, na Europa e no mundo.

Com a chegada ao poder dos socialistas, ganha força o entendimento de que a superação da crise da dívida europeia tem de passar pela dinamização da economia dos países da região, e que o ônus da crise não pode ser colocado exclusivamente sobre as costas dos trabalhadores. Não será pela via da redução dos salários, pela via da redução dos direitos previdenciários e da supressão de direitos dos trabalhadores que as economias dos países europeus conseguirão se reerguer. Essa é a posição do Presidente eleito.

Muito pelo contrário, o empobrecimento das populações, o encolhimento dos mercados internos dos países, somente levarão ao agravamento da crise, ou seja, o encolhimento dos mercados internos dos países só vai levar a uma crise mais profunda. Por isso, temos que inverter essa lógica na distribuição de renda e na lógica do emprego.

A adoção de um enfoque mais avançado, atento aos interesses da população trabalhadora, na abordagem da crise econômica abre novas perspectivas para sua superação da Europa.

Por isso, Sr. Presidente – é a última parte –, todos aqueles que defendem a melhoria das condições de vida da população, seja na Europa ou em qualquer parte do mundo, devem saudar a vitória socialista da eleição francesa que leva, em primeiro lugar, os investimentos no campo social.

Ninguém ignora que, nos tempos em que vivemos, as dificuldades que afligem um país acabam fatalmente por repercutir nos demais.

Os trabalhadores brasileiros têm, nessa medida, o maior interesse em que o Velho Continente encontre o caminho para retomar o crescimento distribuindo renda, garantindo emprego e respeitando o direito dos idosos, ou seja, dos aposentados e pensionistas, indo na linha do combate de todo e qualquer tipo de preconceito.

Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Fiz, na íntegra, o meu pronunciamento sobre o novo governo socialista da França.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Senador Paim, gostaria de convidar V. Ex^a para presidir e, ao mesmo tempo, concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, do PP do Rio Grande do Sul.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Amélia com a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim, Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, zelosos servidores desta Casa, hoje, em especial, dirijo-me a todos envolvidos com as lutas pela preservação da natureza, do meio ambiente, mas também àqueles que trabalham com a terra, que dependem da terra para sustento, para formar estoques de alimentos para o abastecimento interno do nosso País e usar os excedentes para exportação.

Sempre tratamos a natureza, o meio ambiente como um direito nosso, um direito coletivo. Pensávamos que tínhamos o direito eterno de usufruir das riquezas naturais para a manutenção da qualidade de vida, para a sobrevivência da humanidade. Esquecemos, por um longo período, que junto a esse direito tínhamos o dever de preservar o meio ambiente e descobrimos que os recursos naturais são finitos, entre eles, um dos mais importantes: a água.

Por anos, preocupamo-nos em ocupar os espaços do Planeta Terra, e a proteção dos recursos naturais era assunto para ambientalista ou ilustração das crianças nas escolas no Dia da Árvore, no começo da primavera. Economia verde e crescimento são assuntos, hoje, obrigatórios e que se tornaram ainda mais relevantes por ocasião da Rio+20, que se realiza no Rio de Janeiro.

Estamos envolvidos com a proteção do meio ambiente desde o primeiro gesto do nosso dia, ao escovar os dentes e lembrar de fechar a torneira, usando comedidamente a água.

Aliás, hoje, ao falar com comunicador JG, da Rádio Uirapuru, de Passo Fundo, ele me contava, Senador Paulo Paim, que a ameaça de falta de água por conta da prolongada estiagem nessa importante cidade do planalto gaúcho obrigou todos os veículos de comunicação local a fazerem uma campanha pela economia da água e, assim, não haver risco de um racionamento mais dramático. Isso é exemplar, porque é nessa hora que se percebe a capacidade de mobilização social para enfrentar coletivamente um problema que é comum. O Rio Grande do Sul não viveu a época do apagão, porque havia energia suficiente, mas nós, aqui, em Brasília, tínhamos um cuidado muito especial, porque havia até penalização se consumíssemos mais energia do que o que estava previsto nos nossos domicílios.

Portanto, ficou um legado importante na didática de não sermos perdulários com esse bem finito. A energia brasileira, de matriz energética concentrada nas hidrelétricas, depende, portanto, de muita água para essa energia ser gerada. E o exemplo de Passo Fundo nos traz também à memória – e isso acontece em Brasília e em qualquer cidade do interior do nosso Estado, Senador Paulo Paim, ou em qualquer cidade brasileira – o fato de vermos a mangueira usada com água tratada para lavar automóveis, para lavar calçadas e para outras finalidades. Se a água da chuva fosse adequadamente coletada, poderia ser usada para esse serviço. Seria economizada uma água que é cara, porque é paga por toda a sociedade.

Assim, em todos esses atos, quando há uma crise, devemos ter como lição de casa exatamente esses procedimentos didáticos, para não sermos perdulários, seja com a água, seja com a luz. Quando saímos de uma sala e desligamos o aparelho de televisão, o rádio, a própria luz daquele cômodo, estamos contribuindo para preservar um bem finito que é de todos, que é coletivo; ou quando separamos lixo seco e damos preferência a sacola retornáveis nos mercados ou em situações mais rigorosas, como no registro dos índices de emissão dos gases das indústrias e dos veículos nas cidades, na eficiência do trânsito, na distribuição de energia e na produção agrícola.

Enfim, do ponto de vista da consciência, parece que evoluímos, mas ainda falta muito a avançar nesse quesito. Essa é uma responsabilidade de todos e deve começar dentro de casa, com essas economias singelas, e avançar na escola da mesma maneira, seguindo adiante em todos os nossos dias de vida, no nosso trabalho e assim por diante.

Mudamos a forma de tratar o meio ambiente, inclusive na nossa Constituição. Em 1988, por exemplo, a Constituição dedicou um capítulo ao meio ambiente, tratado como item essencial a qualidade de vida, compartilhando a gestão ambiental de forma concorrente com Estados e Municípios. Está escrito no Texto Constitucional.

A agenda ambiental também ganhou destaque no nosso País especialmente depois da promoção, pela Organização das Nações Unidas, da conferência Eco 92, no Rio de Janeiro, que fez com que a preocupação do País com suas florestas aumentasse, inclusive por conta da pressão internacional. Naquele ano, houve um rompimento com o velho modelo econômico e foi criado um novo: o chamado desenvolvimento sustentável, aquele que pode garantir o crescimento, mas respeitando os limites do meio ambiente e preservando esse patrimônio. Sem ele, não há produção agrícola.

Num mundo de sete bilhões de pessoas, a grande questão é como consumir menos, como economizar os recursos naturais e, ao mesmo tempo, manter o crescimento econômico e garantir ocupação e alimento a todos, em uma sociedade em que faltam empregos e cujo abismo entre ricos e pobres é cada vez maior.

Essa é a equação a ser resolvida na Conferência das Nações Unidas, a Rio+20, iniciada no dia 13 de junho, na sempre Cidade Maravilhosa, e que tem o ápice nos próximos dias com a participação de mais de 130 Chefes de Estado.

O Brasil, com uma população de mais de 190 milhões de pessoas, é a quinta nação mais populosa do mundo, depois da China, Índia, Estados Unidos e Indonésia. Temos a quinta maior área terrestre do Planeta. E, dentro deste vasto território, abrigamos as maiores riquezas, como a Amazônia e a sua biodiversidade, o Cerrado, a Mata Atlântica, a Caatinga e também o bioma do Pampa, sem poder deixar de citar o valor dos nossos rios e a importância deles, não só na preservação e na produção de energia, mas também na navegação e na preservação da sustentabilidade para as nações ribeirinhas.

É preciso sempre lembrar que o Brasil tem a maior quantidade de água doce do mundo. Temos 12% de toda a água doce do Planeta.

Nosso País, identificado hoje como um dos países-chaves para a sustentabilidade da terra, pode ser considerado uma superpotência ambiental, mas, para continuarmos com esse protagonismo, é preciso a consciência de todos os brasileiros.

Nas últimas décadas, posições assumidas e políticas adotadas por instituições brasileiras, sejam governamentais, privadas ou não governamentais, lançaram o Brasil na vanguarda de inúmeros projetos de

conservação ambiental ou ideias que simplesmente respeitam o meio ambiente e utilizam meios menos agressivos para manter o desenvolvimento. Somos excelência no programa de biocombustível, na geração de energia limpa e, em projetos de reciclagem, exemplos para o mundo todo.

E, aqui, ressalto o que considero muito bem-vindo, que é o aceno da Presidente Dilma Rousseff de dar maiores estímulos ao programa do etanol, uma das fontes de energia mais renováveis do mundo e com tecnologia genuinamente verde-amarela. Que seja sincero esse compromisso da Presidente, porque os derivados de petróleo continuam dominando na área dos combustíveis consumidos no Brasil. É preciso também não só dar prioridade ao etanol, mas também ao biodiesel, até porque o meu Estado, o Rio Grande do Sul, está entre os que têm as maiores plantas de produção de biodiesel do Brasil.

E esse é só um exemplo dos avanços que temos obtido na área agrícola, setor essencial para que o mundo atinja o crescimento sustentável, mantendo empregos e impulsionando a inclusão social. A prova dessa evolução está no Código Florestal, que tramitou nesta Casa e gerou o debate entre todos os segmentos da sociedade. Essa lei regulamenta a exploração de terra e estabelece o que é vegetação nativa das propriedades rurais e também das propriedades urbanas. Dá ao produtor a segurança jurídica para fazer o que ele sabe: produzir alimentos com sustentabilidade.

Temos, para usar as palavras de um dos Relatores, hoje Ministro de Estado dos Esportes, Aldo Rebelo, o Código possível. O novo projeto do Código Florestal foi aprovado pelo Congresso, a Presidente o sancionou com 12 vetos, e vamos agora, nos próximos meses, analisar e votar as modificações feitas na lei. Tenho certeza de que o Código possível ainda será atingido.

Vale lembrar também que, na Amazônia, a Reserva Legal é de 80% da área; no Cerrado, 35%; e, nas demais áreas, 20%.

A Europa, só para fazer uma breve comparação, discute um aumento de até 7% da Reserva Legal das terras produtivas, o que é considerado pelos produtores do velho continente, especialmente da Inglaterra, dessa ilha tão importante, uma proposta dura e inviável. Sete por cento, quando, no Brasil, é 20%; é 35% no Cerrado e 80% na Amazônia.

E que dizer da Argentina, nossa vizinha, que tantas barreiras está impondo ao nosso comércio bilateral, que sequer tem lei ambiental, sequer tem código florestal. Não seria o caso, agora, Senador Paulo Paim, de criarmos uma cláusula ambiental que seja exigida no caso dos produtos agropecuários que nós compramos da Argentina? Assim como os nossos

compradores internacionais fazem em relação a cláusulas sociais ao trabalho infantil, ao trabalho escravo e a tantas outras, as famosas cláusulas sociais, que são barreiras não tarifárias. Nós poderíamos fazer o mesmo, já que temos uma lei muito rigorosa na questão ambiental, e a Argentina, nossa concorrente, não tem sequer lei ambiental.

Aqui, no Brasil, um entendimento possível entre ambientalistas, entre os jovens, entre os políticos, entre os produtores rurais, pequenos, médios e grandes, já vem, de certa forma, sendo alcançado e construído.

O Brasil, Sr^{as} e Srs. Senadores, está na vanguarda, quando falamos de proteção ambiental e quando falamos de produção agrícola. Afinal, além de estar entre os maiores produtores de alimentos, grãos e carne, do mundo, o Brasil mantém em pé mais de 60% da cobertura vegetal.

Pesquisa realizada pelo Inpe, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, mostra que 85% da floresta Amazônica permanece preservada. A evolução do desmatamento, é claro, precisa ter um constante acompanhamento de todos os envolvidos na proteção do meio ambiente, e o Código Florestal, como foi alcançado até aqui, pode contribuir decisivamente, e muito, para que esses números não mudem.

Junto à questão legal, técnicas cada dia mais sofisticadas podem contribuir para o aumento da produção agrícola e a preservação da natureza ao mesmo tempo. Temos a excelência dos trabalhos de pesquisa da Embrapa, que podem buscar a máxima produtividade por hectare.

Nos últimos anos, mesmo sofrendo com catástrofes como a seca, no Rio Grande do Sul, a área de plantio foi reduzida em pouco mais de 30%, mas a produção de alimentos cresceu mais de 170%. Isso quer dizer que a atividade agrícola está ocupando menos espaços, mas produzindo mais.

Se avançarmos em políticas agrícolas com a implementação de mais assistência técnica, investimentos em tecnologia, estratégias de colheitas e garantia de renda, além de um programa ousado de irrigação, aproveitando o nosso Aquífero Guarani em toda a região sul do Brasil, o produtor rural terá o cenário ideal para continuar o trabalho sério e manter os índices de produtividade.

Eficiência no campo é do que o mundo precisa, já que, de acordo com a FAO, braço das Nações Unidas que trata da produção de alimentos no mundo, precisamos aumentar a produção em mais de 75% nos próximos 30 anos, para garantir alimento para a população mundial. Nesse cenário, o Brasil não é apenas o anfitrião da Rio+20. Chegamos a esta conferência

com ferramentas para trabalhar pela sustentabilidade, que são exemplos para o mundo todo.

Estarei presente com outros Senadores na Rio+20, na próxima quarta-feira, participando da agenda da reunião de trabalho conjunta da Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo Senador Rodrigo Rollemberg, e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, presidida pelo Senador Acir Gurgacz.

A conferência gerou dúvidas quanto ao tamanho do sucesso, mas, digo que apenas a motivação da sociedade e dos grupos envolvidos, vindos de todas as partes do mundo, com questões ambientais e de produção agrícolas, já é suficiente para gerar crescimento da consciência de economia sustentável.

Espero que, no âmbito governamental, tenhamos o compromisso político das nações desenvolvidas, estabelecendo de uma vez por todas uma agenda positiva. Não uma agenda concorrente. Não podemos sair do Rio de Janeiro com barreiras no comércio entre os países, criando problemas para o desenvolvimento das nações mais pobres. Uma agenda positiva deve congrega e, sobretudo, dar atenção às necessidades dos países menos desenvolvidos. Não há dúvidas de que o mundo mudou. Hoje, países como o nosso, o Brasil, que não eram muito ouvidos, passaram a ditar os passos para o tal desenvolvimento sustentável.

Como disse o Ministro das Relações Exteriores, Chanceler Antonio Patriota, na abertura da Rio+20: “Há 20 anos, quando o mundo se reuniu no Brasil para a ECO 92, a crise atingiu os países em desenvolvimento. Hoje, o que chamavam de periferia está trazendo respostas”. A periferia, senhoras e senhores, de certa maneira, virou o centro e passou a ser protagonista.

Antes de encerrar este pronunciamento, Senador Mozarildo, na sexta-feira, V. Ex^a estava aqui, fez um bonito pronunciamento sobre a importância histórica da Maçonaria, sua influência na cultura, na formação da democracia em nosso País, Senador Alvaro Dias, Senador Paulo Paim, e eu falei da questão do voto aberto. Não há assunto que ganhe maior relevância nas redes sociais do que esse. Casualmente, estão aqui no plenário dois dos autores das propostas de emenda constitucional que tratam exatamente do voto aberto: o Senador Paulo Paim, que está presidindo a sessão, e o Senador Alvaro Dias, que está também no plenário.

A emenda do Senador Alvaro Dias é mais simples, porque limita a questão relacionada à cassação de mandato de Parlamentares. Estaremos, aqui, brevemente, diante deste desafio: de votar com esse voto aberto. E a emenda do Senador Paulo Paim abre a discussão para que todas as votações sejam de voto aberto.

A resposta da sociedade a essa questão, Senador Alvaro Dias, é imediata. Nas redes sociais todas,

quando se fala nesse assunto, o tema de maior impacto e de maior provocação na sociedade é exatamente este: voto aberto para as votações. Por isso, volto a falar sobre isso e pretendo, agora, daqui para diante, insistir nesse tema, não só para servir de porta-voz da sociedade, mas também para me sintonizar com esse anseio.

Com alegria, concedo o aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Senadora Ana Amélia, V. Ex^a faz uma revelação muito importante que nos anima. O fato de os internautas, especialmente, mas os brasileiros de modo geral, insistirem no voto aberto significa que ainda não desistiram da gente, não desistiram do Parlamento, não desistiram desta instituição. O que desejam é respeito, exigem respeito e, por isso, pregam transparência. A forma de manifestação de respeito maior, sem dúvida, é a da transparência: revelar o que fazemos com absoluta lealdade; dizer qual é a nossa posição; ignorar a hipótese da covardia, da clandestinidade...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Do anonimato.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – No ato de decidir, do anonimato, da falsidade, da inautenticidade.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Da traição.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Da traição. Quando falaram, aqui, “alguns Senadores vão se ausentar”, eu disse: aí é evidente que vão receber o carimbo de covardes, porque não assumem posição diante do seu eleitor. Então, é fundamental que atendamos à esse apelo da sociedade agora, aprovando as medidas propostas para que o voto seja aberto, em uma manifestação de respeito ao povo brasileiro. Evidentemente, a instituição ganha um crédito com isso. É claro que não se recupera integralmente, porque são tantos os escândalos, são tantas as mazelas, que há um desgaste enorme. Mas, certamente, uma medida dessa natureza tem o condão de recuperar, parcialmente, a credibilidade. Animar um pouco os brasileiros de que ainda é possível acreditar em uma instituição essencial como é o Parlamento. E parabéns a V. Ex^a, porque sabe priorizar. Isto é fundamental para quem exerce uma atividade pública: eleger prioridades com competência. V. Ex^a sabe muito bem escolher os temas que aborda da tribuna do Senado Federal.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Alvaro Dias.

Eu estava na tribuna, em outros pronunciamentos sobre o mesmo tema, Senador Mozarildo, Senador Paim, em uma linha de imaginar que tínhamos que preservar pelo menos dois votos secretos: a derrubada de veto presidencial e a questão da escolha de Ministros

do Supremo. Porém, o exame da matéria, o próprio Senador Paim fez uma argumentação e uma defesa muito candente aqui na sexta-feira, e passo a também pensar que chegou a hora de radicalizar. Radicalizar para a democratização disso. Até porque, dos vetos que nós temos a apreciar, praticamente nenhum foi apreciado, e a pilha e os milhares de vetos não apreciados pela Casa demonstram exatamente que nós temos que abrir o voto, fazer votação aberta, não só para o caso do veto, da derrubada de veto, mas também até para a escolha de Ministro do Supremo, porque, na verdade, quem tem ficha limpa não precisa ter medo da Suprema Corte de Justiça, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Ana Amélia, sei que não pode, porque vou falar no dia da defesa – a senhora está neste mandato, e fico feliz em saber da sua posição –, mas sabe como é que os vetos são apreciados? Tu pegas um catatau, como se fosse uma lista telefônica; tu recebes já com todas as indicações de voto; e tu jogas dentro de uma urna. A pergunta que eu faço: alguém leu esse veto para ver se vai vetar ou não?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Uma lista telefônica não dá para ler, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É isso. Não quero atrapalhar o pronunciamento de V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não. Eu havia encerrado, Senador Paim. Isso apenas complementa e reforça o argumento de que nós estamos fingindo que apreciamos vetos, fingindo que estamos examinando vetos, quando, na verdade, vem um prato feito para ser avaliado por esta Casa.

Então, temos que mudar também a atitude diante do veto, assim como fez o Supremo Tribunal Federal em relação às medidas provisórias. Estamos trabalhando muito mais, tornou-se muito mais complexo o exame, mas algumas coisas mudaram. Agora, estão pelo menos apreciando, está havendo reuniões de Deputados e Senadores para examinar os temas que são objetos de medidas provisórias. E esse é o rito que até então não vinha sendo obedecido. Ou seja, precisou a judicialização, precisou o Supremo, lá da Praça dos Três Poderes, dizer-nos que não estávamos cumprindo adequadamente aquilo que determina a Constituição de 1988, quando criou esse mecanismo esdrúxulo da medida provisória para um sistema presidencialista.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senadora Ana Amélia!

Passo, de imediato, a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, para fazer seu pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB

– RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, a revista *IstoÉ* desta semana publicou uma matéria sob o seguinte título: “Médicos: o problema não é a quantidade”. Aí vem o subtítulo: “O Brasil tem uma boa média mundial de profissionais de saúde por habitante. A questão é que eles estão concentrados em poucos Estados e na rede privada”.

Senador Paim, V. Exª é testemunha de quantas vezes eu vim a esta tribuna, na condição de médico, para trazer meu depoimento sobre essa questão. Mas discordo da matéria da *IstoÉ*, que já diz de antemão que o problema não é a quantidade. O problema é, sim, a quantidade, porque não há um mecanismo de desconcentrar os médicos dos grandes centros, das grandes capitais.

Aliás, essa reportagem é bem elucidativa. Mostra, inclusive, como a própria cidade São Paulo, que tem um índice médico por mil habitantes invejável em relação a outras cidades do mundo, não tem o mesmo índice na sua periferia.

Vou mostrar um exemplo, retirado de um gráfico que a reportagem mostra: no Distrito Federal, há quatro médicos por mil habitantes. E pergunto: a qualidade da saúde do Distrito Federal é boa? Não é boa. No SUS, não é boa. Nos planos de saúde, talvez seja razoável; na parte privada, talvez seja boa.

No Rio de Janeiro, que é o segundo colocado, há três médicos por mil habitantes.

É bom explicar que a recomendação da Organização Mundial de Saúde é a de que haja um médico para mil habitantes.

Em São Paulo, há dois médicos por mil habitantes.

No Rio Grande de Sul, Estado de V. Exª, Senador Paim, são dois médicos por mil habitantes.

Aí vem o oposto. Quem tem menos? No Maranhão, o índice é de 0,65; no Pará, é de 0,81.

Senador Paim, aqui, quero fazer um parêntese: eu me formei em Belém, na Universidade Federal do Pará, onde a Faculdade de Medicina foi a quarta a ser criada no Brasil. No ano em que me formei, em 1969, ela completou 50 anos de existência. E olhe a disparidade: o índice no Pará é de 0,81.

Depois, vem o Piauí, com 0,89, e o Acre, com um médico para mil habitantes. Isso é o que está na tabela.

Esse quadro mostra que apenas um quarto da população utiliza serviços médicos privados. Para cada mil clientes, há 7,6 médicos. No SUS, a proporção é de 1,95 médicos por mil pacientes.

É muito importante que a revista tenha abordado esse tema. De fato, a decisão do MEC de criar novos

cursos nas regiões mostra que é preciso formar médicos nessas regiões.

Vejam quais são os Estados piores: Maranhão e Acre. E o Acre é o melhor dos ruins porque lá funciona uma Faculdade de Medicina, que é recente.

O meu Estado, Roraima, criou um curso de Medicina na Universidade Federal em 1974. Olhem a situação de Roraima em relação, por exemplo, às regiões. Se olharmos o Brasil como um todo, veremos que, na região Sul, há 2,03 médicos por mil habitantes; na região Sudeste, há 2,61 médicos por mil habitantes. E aqui é onde se concentra, Senador Paim, o maior número de cursos de Medicina, tanto na capital, quanto em cidades importantes. Aí vem o Centro-Oeste, com 1,99 médicos por mil habitantes; o Nordeste, com 1,19 médicos por mil habitantes; e o Norte, que compreende nove Estados, com 0,98 médicos por mil habitantes.

Se observarmos o que ocorre na região Norte, vamos ver que, em Roraima, o percentual é de 3,81% com relação à região Norte. Quer dizer, nós temos um percentual bem melhor do que outros Estados da região Norte. Vários Estados da região Norte estão abaixo de Roraima. Por quê? Isso ocorre porque lá o atrativo para exercer a Medicina é maior? Não, Senador Paim. É que lá se estão formando médicos desde 1980. Então, com três décadas de funcionamento, nós temos uma diferença fundamental.

É preciso, sim, criar cursos de Medicina! Vou até discordar de algumas entidades da própria classe médica que dizem: “E a qualidade?”. Fui autor de um projeto, junto com mais dois outros professores da Universidade Federal de Roraima, para a criação do curso de Medicina em nossa Universidade Federal. Viemos defender isso no Conselho Nacional de Saúde. Era impressionante como, por exemplo, a Federação dos Médicos do Brasil era radicalmente contra isso! Diziam que não tínhamos estrutura, que não tínhamos condições de ter o curso de Medicina, como se a estrutura começasse de cima, como se não fosse preciso começar por baixo.

Lembro-me de que, àquela altura, a única pessoa que defendeu o curso de Medicina em Roraima foi a Dr^a Zilda Arns, da Pastoral da Saúde – ou era da Pastoral da Criança, não me recordo agora. Só ela o fez! E aí foi pedido vista do processo. Na outra sessão, o Presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, que se formou em Campinas, deu um depoimento belíssimo sobre a importância de criar o curso por lá. Disse que ele tinha sido da sexta turma que se havia formado em Campinas e que ele, em alguns momentos, sentia vontade de desistir porque, quando ele entrava no *campus* da universidade e chegava próximo à área onde funcionava o curso

de Medicina, ele só via poeira e medicamentos ainda precários. No entanto, hoje, quem discute o curso de Medicina de Campinas, quem discute o curso de Medicina da Unicamp? Ninguém!

Então, é preciso acabar com esses preconceitos. E até faço um apelo à categoria médica, aos luminares professores que estão em São Paulo, no Rio e em Minas, para que possam dar um pouco de colaboração para o Brasil do interior, tirando alguns dias por mês para dar aula nos lugares em que venham a ser criadas faculdades, no interior do Norte e do Nordeste.

Essa decisão do MEC priorizou claramente as regiões onde há uma menor presença de médicos.

Repito aqui que os dados relativos ao número de médicos em Roraima, o percentual em relação aos outros Estados da região Norte, demonstram que, de fato, se não houvesse o curso de Medicina em Roraima, não haveria no Estado hoje a proporção lá existente.

Como começamos o curso de Medicina em Roraima, Senador Paim? Fomos a Cuba buscar professores do Curso de Medicina na Universidad de Matanzas. Os professores do Brasil não queriam ir para lá. Os professores do Brasil não se dignavam, por exemplo, a tirar um dia por semana para ir para lá para dar uma aula de Anatomia. Eles não podiam, por exemplo, formar um grupo de professores das universidades paulistas e cariocas para, por um ou dois dias, dar aulas em Roraima. Nós fomos buscar os cubanos. Foram para lá professores doutores de Cuba, para dar aula de matérias básicas do primeiro ano de Medicina: Anatomia, Fisiologia, Embriologia. Aí fomos criando corpo. Abrimos concurso, professores entraram, e chegamos a ser um dos cursos bem avaliados do Brasil.

Há esse preconceito de que existem muitos médicos no Brasil. Mas a revista diz que o problema é que os médicos estão concentrados. E como é que vamos desconcentrar? Várias tentativas foram feitas, Senador Paim. Eu mesmo apresentei um projeto. E eu não estava inventando a roda, não! Na Austrália, aplicaram esse método, que funcionou. O estudante de Medicina que se formava nas escolas públicas tinha de, depois de concluído o curso, ir para uma localidade onde não houvesse médico ou onde houvesse insuficiência de médicos, tinha de ficar lá por um ano ou dois, ganhando para fazer uma espécie de estágio remunerado. Com isso, ele aprendia.

É verdade que a Constituição garante, primeiro, o direito de ir e vir – portanto, ninguém pode obrigar alguém a ir compulsoriamente para algum lugar –, como garante o livre exercício da profissão.

Participei de uma discussão sobre esse meu projeto na Escola Paulista de Medicina. Vários estudantes se sensibilizaram, mas a maioria, até mesmo vindos

do Norte, rebelou-se com a ideia de ter de terminar o curso em São Paulo e ir para o Norte, para o Nordeste ou mesmo para o Centro-Oeste.

Então, é preciso que haja, sim, uma política diferente. Eu não vou dizer que vamos imitar o modelo da Austrália, que foi bem-sucedido, ou imitar o modelo de Cuba. O que fez Cuba? Primeiro, reduziu o número de anos de duração do curso e, depois, voltou atrás, voltando à quantidade normal de anos. Vão dizer que Cuba é uma ilha, com um território pequeno, onde há pouca gente. Mas o certo é o seguinte: Cuba é dividida em 14 províncias, que correspondem a 14 Estados, e, em cada Estado, há uma escola de Medicina. O mais importante é que, em cada Estado, a Faculdade de Medicina é voltada para determinadas especialidades, para não concentrar tudo, por exemplo, em Havana. Vai haver quem diga que o regime é outro e que a realidade de lá é outra. É verdade. Não é preciso copiar *ipsis litteris*, mas podemos fazer, sim, pelo Brasil um modelo como propõe o Ministro da Educação – nesse particular, estou de acordo com ele –, para aumentarmos o número de cursos de Medicina nas regiões onde isso é preciso.

Se fizermos um levantamento dos últimos anos, veremos que aumentaram muito os cursos de Medicina privados, de preferência nos Estados onde já existem muitas escolas de Medicina.

Vão me perguntar: esse é o único remédio para resolver o problema do mau atendimento à população na área da saúde? Não, não é esse o único remédio.

Aqui mesmo, nesta história, Senador Paim, há o relato de uma médica que surtou, vamos dizer assim, virando plantões e plantões. Ela saiu gritando pelos corredores: “Os pacientes estão à míngua, estão morrendo. Meu desabafo foi a gota d’água!”. Por quê? Ela disse: “Por acúmulo de estresse”. Ela vinha de plantão em cima de plantão.

Infelizmente, pelas circunstâncias, alguns médicos se submetem a um trabalho de 24 horas de plantão, seguido de um trabalho no ambulatório e de outro plantão depois. Isso realmente não é possível continuar.

Aqui, há uma proposta. Aliás, há um projeto, se não estou enganado, do Senador Paulo Davim, para transformar a carreira de médico em carreira de Estado, assim como é, por exemplo, a carreira de juiz. Quando passa num concurso, o cidadão se torna juiz substituto e vai para o interior ou para um lugar onde haja carência de juízes. Depois, quando o juiz é titularizado, quando ele se torna titular efetivado, ele pode escolher, num leque de opções, para onde ir. Assim deveria ser a carreira de médico.

Estou falando aqui dos médicos, porque eles são o objeto dessa reportagem e de uma matéria di-

vulgada há poucos dias que mostra que o Ministro da Educação decidiu criar cerca de 1,7 mil vagas de novos cursos de Medicina. Eu disse aqui, na ocasião, que cumprimentava o Ministro pela decisão e, principalmente, pela decisão de que essas vagas fossem dirigidas para as regiões mais carentes, as regiões onde não havia curso de Medicina.

Aqui, falei, por exemplo, que me formei em Belém. Senador Paim, na época, na Amazônia, só havia curso de Medicina em Belém. Eu estudava em Manaus. Eu nasci em Roraima e estudava em Manaus, que é vizinha. Quando decidi fazer Medicina, tive de ir para Belém, porque não havia o curso em Manaus. Durante muito tempo, na Amazônia toda, na região Norte toda, só havia esse curso em Belém. Depois, criou-se o curso em Manaus. Roraima foi o terceiro Estado da região Norte a ter o curso de Medicina.

Então, é muito importante, sim, que nos debruçemos sobre essa questão. Eu já disse isto aqui uma vez e não vou cansar de repetir: esse é o remédio para corrigir essa tremenda injustiça, em que a população é mal atendida, em que pacientes morrem por falta de equipamento.

Há outro detalhe: não adianta dizer que esses médicos que se estão formando são suficientes e que vamos mandar esses médicos para um Município do interior de um Estado qualquer do Norte, se, quando ele chegar lá, não há, por exemplo, sequer um aparelho de ultrassom para se fazer um exame trivial. Às vezes, não há aparelhos até mais simples. Então, é preciso que haja médicos e que sejam dadas condições de trabalho aos médicos.

É louvável, sim, a determinação de se criarem novos cursos de Medicina nas regiões carentes. Entendo que o Ministro da Saúde tem de sintonizar com essas questões. Ele se tem debruçado sobre isso e, inclusive, fez uma proposta para que o médico fosse estimulado a ir para o interior.

Além disso, há algo que já existe, que vem lá de trás, do Programa Saúde da Família: quanto mais distante da Capital federal o médico estiver, maior é o seu salário. Mas é aquela história: o médico vai para lá, mas, chegando lá, mesmo recebendo duas vezes o que receberia aqui, ele vai se sentir, em pouco tempo, desestimulado e até vai embora, porque não tem condições de trabalhar.

Senador Paim, estou falando isso no que diz respeito aos médicos. Imagine o que acontece no tocante à Enfermagem! Imagine o que passa aquele que faz o curso superior de Enfermagem ou o técnico em Enfermagem, o atendente! Há dificuldade em se formarem bons profissionais em número adequado. A minha universidade, agora, abriu o curso de Enfer-

magem. Abriu, primeiro, o de Medicina e, agora, abriu o de Enfermagem, porque sentiu a necessidade de que é preciso fazer com que toda a equipe de saúde funcione, não só numericamente, repito, mas também qualitativamente.

Mas não há qualidade se não houver número. Como é que vai haver, por exemplo, médico especializado trabalhando no Estado de Rondônia se ele não tiver condições de trabalhar, se não forem formados médicos lá?

Imagine que, da minha turma de Medicina – eu me formei, como disse, em 1969 –, uma pequena parte ficou em Belém. Não é meu caso, porque eu me formei em Belém para voltar para Roraima, e voltei para Roraima. Mas a maioria dos paraenses se formou e foi trabalhar em São Paulo, em Brasília e em outros grandes centros. Por quê? Porque foi em busca de melhores condições de trabalho, em busca de melhores salários.

Então, é muito importante – eu diria até que já passou da hora – fazermos o diagnóstico correto, sem demagogia. Não se pode dizer que falta dinheiro. Não se pode dizer que acabou a CPMF e que, por isso, falta dinheiro. Não falta dinheiro, não! O que falta na saúde – é o que se diz nesta reportagem – é gestão. O que existe realmente é a questão da má gestão, da má administração, somada, o que é pior, à corrupção na área da saúde. Rouba-se dinheiro da saúde, com todo tipo de maracutaia: compram-se remédios com data próxima ao vencimento, em conluio com laboratórios e com fornecedores, e até equipamentos deteriorados, para ganhar dinheiro à custa disso.

Então, nós tínhamos – vou, aqui, repetir o que já tenho dito – de juntar os esforços dos parlamentares. Há seis médicos no Senado e mais de 50 na Câmara. Mas mesmo os parlamentares que não são médicos devem ter a consciência disso. Vamos juntar o Poder Executivo e o Poder Legislativo e tratar de agir rapidamente, sem ficar esperando. Faz décadas que é feita essa reclamação sobre saúde.

Quando fui constituinte, V. Exª se lembra – em 1988, portanto –, criou-se o SUS exatamente para tentar fazer com que as pessoas mais pobres pudessem ser atendidas. E aqui está dito: hoje, apenas um quarto da população utiliza serviços particulares. Os outros três quartos são atendidos majoritariamente pelo SUS ou por planos de saúde.

Aliás, tenho aqui reclamado da Anvisa de maneira forte. Já fiz um requerimento à Comissão de Assuntos Sociais, para chamar o Presidente da Anvisa para discutir esse tema, porque é uma Agência que não fiscaliza, não regula e não trabalha adequadamente como deveria. A ideia de se criar uma agência reguladora visava a que ela pairasse acima do comando

do governo de plantão e cuidasse de uma política de Estado permanente. No entanto, o que vemos é que, lamentavelmente, na saúde, isso não tem acontecido. E a Anvisa é muito responsável por isso.

Mas quero terminar meu discurso, dizendo que é importante a abordagem deste artigo. Mas discordo da manchete. O problema é, sim, a quantidade de médicos, porque a quantidade, onde é necessária, não existe. Se não há mecanismos de levar esses médicos sequer para a periferia da cidade de São Paulo, imagine o que é preciso fazer para levá-los para o interior de Roraima, do Amapá, do Acre, de Rondônia! A maioria daqueles que vêm de lá e se formam em São Paulo não quer voltar. Imagine se quem nasce em São Paulo ou no Rio quer se formar e ir para lá!

Portanto, quero encerrar, Senador Paim, pedindo a V. Exª a transcrição dessa matéria da revista *IstoÉ*, bem como dos quadros que mostram as questões estatísticas da Medicina, relativas aos médicos, no Brasil e no meu Estado de Roraima, para demonstrar como, no Estado de Roraima, a criação do curso de Medicina onde há carência de médico melhora, de fato, a distribuição de médicos. É preciso que a gente estimule isso.

Estou vendo aqui vários jovens. Que tenham oportunidade de ingressar nos cursos de Medicina! É difícil pensar: “Ah, mesmo para os que moram em Brasília e que vão fazer vestibular na UnB, com 25 vagas, é muito complicado!”. É preciso, sim, oferecer mais vagas ao curso de Medicina, principalmente nas regiões que carecem de médicos.

Portanto, encerro, reiterando o pedido de transcrição deste artigo.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Médicos: o problema não é a quantidade

Isto é - 18/06/2012

O Brasil tem uma boa média mundial de profissionais de saúde por habitante. A questão é que eles estão concentrados em poucos Estados e na rede privada

Medida

Para o MEC, a criação de novas vagas em faculdades de medicina públicas e privadas irá melhorar o sistema de saúde.

Ao autorizar a criação de 1.615 novas vagas em faculdades de medicina públicas e privadas de todas as regiões do Brasil, o Ministério da Educação (MEC) provocou uma polêmica na categoria. Segundo o MEC,

a medida irá contribuir para amenizar o problema da falta de médicos no País. O Conselho Federal de Medicina (CFM) discorda. Segundo o órgão, a decisão desconsidera a qualidade da formação dos novos profissionais e se baseia na falsa premissa de que o Brasil carece de profissionais de saúde. De acordo com a instituição, a média nacional de 1,95 médico por mil habitantes (o MEC considera 1,8) é maior do que a mundial, de 1,4. O número não tem sido suficiente, porém, para reduzir as filas nos hospitais públicos nacionais e a explicação do CFM é de que os médicos estão mal distribuídos entre as regiões brasileiras e entre as instituições públicas e privadas.

De acordo com Maria Helena Machado, pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, o principal problema do Sistema Único de Saúde (SUS) é a má gestão do trabalho. “Faltam políticas adequadas para fixar os profissionais onde eles são necessários, seja no interior do País, seja nas periferias das metrópoles”, diz. A cidade de São Paulo, por exemplo, conta com mais de quatro médicos por mil habitantes, o dobro da média nacional, mas cerca de 75% deles atuam na região central da cidade. Do Complexo Hospitalar Heliópolis, dentro da maior favela da cidade, na zona sul da capital, o cirurgião F. expõe algumas das razões para isso. “São horas de trânsito para chegar a essas áreas, onde é preciso enfrentar situações de violência e hospitais sucateados”, diz o médico, que trabalha há mais de 20 anos no local. F. preferiu não se identificar por estar sendo ameaçado de morte pela família de um de seus pacientes, que entrou em coma após uma reação à anestesia durante uma cirurgia de hérnia cervical. Nesses anos de trabalho em hospitais públicos, ele coleciona histórias de violência e tensão. Em outra ocasião, no Hospital Fernando Mauro, zona sul de São Paulo, o cirurgião salvou da morte uma adolescente de 14 anos com um tipo grave de meningite depois de o irmão da paciente sacar um revólver na recepção. “Eu poderia ter morrido antes de conseguir tratá-la”, afirma. “Além de tudo, os salários são baixíssimos e só valem a pena quando complementamos a renda com plantões.”

“Os pacientes estão à míngua, estão morrendo.

Meu desabafo foi a gota d’água do acúmulo de estresse”

Ângela Maria Tenório, médica do Hospital Estadual Rocha Faria, no Rio de Janeiro

Para o médico e advogado Sérgio Palmeira, que lançará no segundo semestre o livro “Direito, Medicina e Poder”, um dos maiores problemas da categoria é o esquema de plantões. “Os médicos fazem plantões enormes, muitas vezes de 24 horas, apesar de isso ser vetado pelo CFM, e acham que estão se beneficiando, já que dormem no trabalho e pensam: “Estão

me pagando para dormir””. Essa prática possibilita, segundo o especialista, um “equilíbrio artificial” do mercado, no qual há um médico para três postos de trabalho, segundo pesquisa do CFM. A média brasileira é maior do que a mundial, de 1,4 médico por mil habitantes, mas bem mais baixa do que a de países mais desenvolvidos. Os Estados Unidos, por exemplo, contam com 2,4 médicos por mil habitantes; Portugal, 3,9; e Cuba, recordista, 6,4. “Se o número de vagas é o triplo do número de profissionais, quem diz que não faltam médicos está fazendo uma defesa corporativista por acreditar, erroneamente, que os plantões são bons para eles. Perde o paciente, que é mal atendido”, afirma Palmeira. Médicos de hospitais públicos ouvidos por ISTOÉ revelaram ser uma prática comum dois profissionais pagos para trabalhar durante as mesmas 12 horas combinarem entre si a divisão de horários – um atuaria nas primeiras seis horas e o outro nas restantes.

O fato é que, sobrecarregados, os médicos não conseguem atender à demanda. Na noite da quarta-feira 30 de maio, por exemplo, a médica Ângela Maria Tenório teve uma espécie de surto no Hospital Estadual Rocha Faria, zona oeste do Rio de Janeiro. Pelos corredores da instituição lotada, ela gritava: “Os pacientes estão à míngua, estão morrendo.” À ISTOÉ, Ângela disse que o hospital deveria ter uma equipe com nove profissionais de clínica médica, mas só vem trabalhando com quatro. Naquele dia, só ela estava presente para atender a duas enfermarias com cerca de 130 pessoas internadas e uma unidade intensiva com mais de dez pacientes em estado grave. “O desabafo foi a gota d’água do acúmulo de estresse”, disse.

“São horas de trânsito para chegar às áreas periféricas, onde é

preciso enfrentar situações de violência e hospitais sucateados.

Atualmente estou ameaçado de morte pela família de um paciente”

F., cirurgião do Complexo Hospitalar Heliópolis, em São Paulo

O contexto, portanto, exige soluções muito mais complexas do que apenas formar novos profissionais, apesar de esses serem bem-vindos. Para Maria Helena Machado, da Escola de Saúde Pública da Fiocruz, a solução passa por planos de carreira médica similares às de juízes federais. “Ao passar no concurso, o profissional seria mandado para o interior e as periferias, mas, posteriormente, poderia ser transferido para regiões mais valorizadas, que é o que todos querem”, diz. Ela também defende a criação de facilidades para que os médicos alocados em regiões afastadas, como o interior da Amazônia, possam participar de programas de educação continuada para progredir na carreira. Abrir vagas para estudantes, portanto, não passa de uma pequena parte da solução.

DEMOGRAFIA MÉDICA NO BRASIL

BRASIL**Características da população médica em atividade**

Número de médicos	371.788
Masculino	206.639 (58,8%)
Feminino	145.140 (41,2%)
Idade média (Desvio Padrão – DP)	45,03 anos (13,64)
Tempo de formado (DP)	20,24 anos (13,4)
Número de generalistas	166.785 (44,9%)
Número de especialistas	204.563 (55,1%)

Razão médico/habitante (1.000hab.)

Brasil	1,95
Região Sul	2,03
Região Sudeste	2,61
Região Centro-oeste	1,99
Região Nordeste	1,19
Região Norte	0,98

Indicadores para o país

Razão masculino/feminino	1,42
Razão especialista/generalista	1,22
Razão posto de trabalho médico ocupado (1.000hab.)	3,33
Razão posto de trabalho médico ocupado público (1.000hab.)	1,95
Razão posto de trabalho médico ocupado privado (1.000hab.)	7,60
IDPP	3,90

Especialistas no Brasil

	Nº
Acupuntura	1.810
Alergia e Imunologia	768
Anestesiologia	14.826
Angiologia	282
Cancerologia	1.457
Cardiologia	8.708
Cirurgia Cardiovascular	1.102
Cirurgia da Mão	202
Cirurgia de Cabeça e Pescoço	384
Cirurgia do Aparelho Digestivo	1.056
Cirurgia Geral	13.609
Cirurgia Pediátrica	905
Cirurgia Plástica	4.016
Cirurgia Torácica	491
Cirurgia Vascular	1.877
Clinica Médica	10.640
Coloproctologia	874
Dermatologia	5.132
Endocrinologia e Metabolologia	2.553
Endoscopia	1.056
Gastroenterologia	2.133
Genética Médica	156
Geriatria	716
Ginecologia e Obstetrícia	22.815
Hematologia e Hemoterapia	1.420
Homeopatia	1.766
Infectologia	2.056
Mastologia	669
Medicina de Família e Comunidade	2.632
Medicina do Trabalho	9.065
Medicina de Tráfego	1.847
Medicina Esportiva	413
Medicina Física e Reabilitação	570
Medicina Intensiva	2.464
Medicina Legal e Perícia Médica	314
Medicina Nuclear	499
Medicina Preventiva e Social	942
Nefrologia	2.228
Neurocirurgia	2.071
Neurologia	2.629
Nutrologia	689
Oftalmologia	9.280
Ortopedia e Traumatologia	9.515
Otorrinolaringologia	4.640
Patologia	1.725
Patologia Clínica/Med. Laboratorial	1.148
Pediatria	27.232
Pneumologia	1.997
Psiquiatria	7.032
Radiologia e Diag. por Imagem	7.212
Radioterapia	444
Reumatologia	1.243
Urologia	3.253

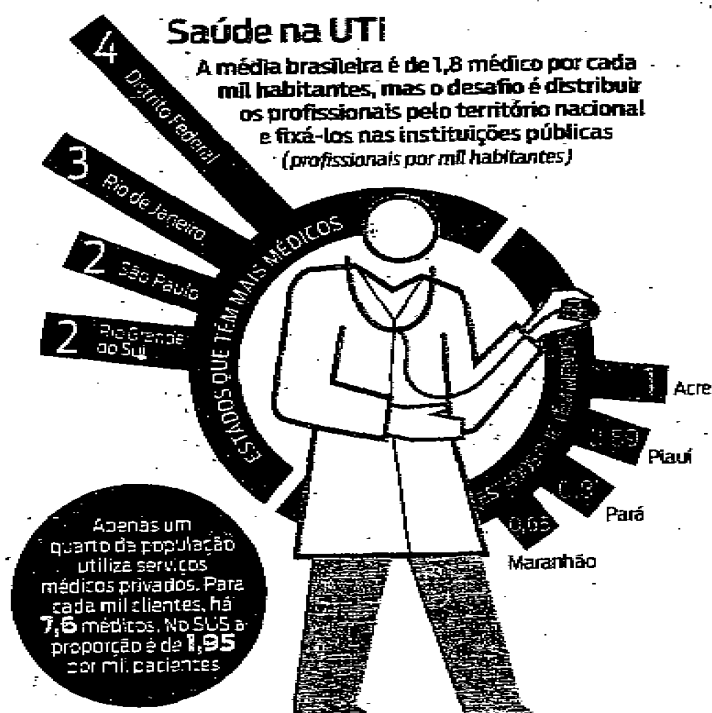
RORAIMA

Características da população médica em atividade	
Número de médicos	596
Masculino	266 (63,1%)
Feminino	214 (36,9%)
Idade média (DP)	42,6 anos (12,0)
Tempo de formado (DP)	15,6 anos (11,2)
Número de generalistas	328 (55,0%)
Número de especialistas	268 (45,0%)
Número de médicos em Boa Vista	430 (72,1%)
% de médicos em relação à Região Norte	3,81%
% de médicos em relação ao Brasil	0,16%

Indicadores do Estado	
Razão médico habitante (1.000hab.)	1,32
Razão masculino/feminino	1,71
Razão especialista/generalista	0,82
Razão posto de trabalho médico ocupado (1.000hab.)	2,46
Razão posto de trabalho médico ocupado público (1.000hab.)	2,13
Razão posto de trabalho médico ocupado privado (1.000hab.)	7,46
IDPP	3,51

Indicadores de Boa Vista	
Razão médico habitante (1.000hab.)	1,55
Razão posto de trabalho médico ocupado (1.000hab.)	2,59
Razão posto de trabalho médico ocupado público (1.000hab.)	2,03
Razão posto de trabalho médico ocupado privado (1.000hab.)	7,69
IDPP	3,80

Fonte: Pesquisa Demografia Médica no Brasil, 2011.



Especialistas no Estado	
Acupuntura	3
Alergia e Imunologia	0
Anestesiologia	15
Angiologia	0
Câncerologia	1
Cardiologia	5
Cirurgia Cardiovascular	0
Cirurgia da Mão	0
Cirurgia de Cabeça e Pescoço	0
Cirurgia do Aparelho Digestivo	0
Cirurgia Geral	20
Cirurgia Pediátrica	1
Cirurgia Plástica	8
Cirurgia Torácica	1
Cirurgia Vascular	2
Clínica Médica	22
Coloproctologia	1
Dermatologia	7
Endocrinologia e Metabolologia	2
Endoscopia	0
Gastroenterologia	2
Genética Médica	0
Geriatria	0
Ginecologia e Obstetrícia	41
Hematologia e Hemoterapia	0
Homeopatia	0
Infectologia	6
Mastologia	3
Medicina de Família e Comunidade	2
Medicina do Trabalho	8
Medicina de Tráfego	6
Medicina Esportiva	0
Medicina Física e Reabilitação	0
Medicina Intensiva	1
Medicina Legal e Perícia Médica	3
Medicina Nuclear	0
Medicina Preventiva e Social	0
Nefrologia	2
Neurocirurgia	3
Neurologia	1
Nutrologia	1
Oftalmologia	13
Ortopedia e Traumatologia	12
Otorrinolaringologia	5
Patologia	4
Patologia Clínica/Medicina Laboratorial	1
Pediatria	50
Pneumologia	2
Psiquiatria	3
Radiologia e Diagnóstico por imagem	6
Radioterapia	0
Reumatologia	2
Urologia	3

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Meus cumprimentos ao Senador Mozarildo Cavalcanti, demonstrando sua preocupação com a saúde e a qualidade de vida de todo o povo brasileiro.

Ao mesmo tempo, V. Exª será atendido, na forma do Regimento, quanto ao documento que pediu que constasse nos Anais da Casa e que fosse divulgado pelo sistema de comunicação do Senado.

Passamos a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná, por permuta com o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, há uma preocupação que percorre todas as pessoas lúcidas e bem intencionadas do País no que diz respeito aos desdobramentos desse escândalo do Cachoeira. De um lado, os descaminhos percorridos pela Comissão Parlamentar de Inquérito até este momento, que desagradam aqueles que confiam na possibilidade de uma investigação de profundidade e de lisura. Há também o desencanto em relação a algumas notícias oriundas do Poder Judiciário de que seria possível anular as provas colhidas pela Polícia Federal durante quase três anos de um trabalho árduo de investigação. Há indícios de que existe essa possibilidade. E, como decorrência dessa especulação ou dessa hipótese aventada nos últimos dias, através da imprensa do País, ouviu-se também que com isso a CPI estaria desvalorizada, porque não poderia valer-se de provas recolhidas pela Polícia Federal.

Penso diferente. Entendo que, se, de fato, a justiça, por alguma razão, decretar a ilegalidade das provas, a CPI poderá validá-las ao trazer os investigados para depoimentos e aproveitar os elementos acumulados pelas investigações realizadas pela Polícia Federal e, ao final, depois de deliberação da maioria da CPI, encaminhar ao Ministério Público um relatório consistente, com todos os elementos, indícios e provas documentais e testemunhais, e o indiciamento daqueles que eventualmente se envolveram nos ilícitos praticados a partir do comando do Sr. Carlos Cachoeira.

Portanto, não há por que jogar a toalha, não há por que desistir. Em que pese o desencanto com determinadas atitudes, com determinadas posturas, na CPI e fora dela, no Congresso e no Judiciário, há que se insistir, persistir, buscar, oferecer à sociedade brasileira a resposta que ela espera, deseja e exige para um evento que tumultuou o País nos últimos dias.

Vou trazer agora informações oficiais, que demonstram a importância de convocarmos para depor, urgentemente, na CPI Cachoeira, o Sr. Pagot e o Sr. Fernando Cavendish. Vou demonstrar, com números,

nomes, valores, que há uma conexão indesmentível do Governo Federal, especialmente através do Dnit, com a empresa Delta, do Sr. Fernando Cavendish, e desta com a empresa Alberto & Pantoja, do Sr. Carlos Cachoeira, e da Alberto & Pantoja com integrantes da quadrilha comandada pelo bicheiro.

E há aqueles que dizem não encontrar razões para a convocação de Pagot e de Fernando Cavendish.

Sr. Presidente, tenho aqui um gráfico colorido que mostra exatamente o *link* que parte do Governo Federal para a empresa Delta, da empresa Delta para a Alberto & Pantoja, e desta para empresas laranjas, para familiares e integrantes da quadrilha do Sr. Carlos Cachoeira.

No primeiro círculo, a Delta ganha licitação com preços baixos. É a estratégia adotada pela empresa: disputa oferecendo preços menores e ganha a concorrência. Depois, no segundo círculo, assina os contratos com os governos, desde governo municipal, governo estadual e, principalmente, Governo Federal, onde há o maior volume de recursos. Depois, no outro círculo, a Delta apresenta vários aditivos. São aditivos que se sucedem. E depois, evidentemente, esses aditivos são concedidos em razão do poder de influir de um traficante de influência que, além de bicheiro, passou a ser um grande lobista ou um sócio oculto da Delta: o Sr. Carlos Cachoeira.

Portanto, depois dos aditivos, os recursos chegam à Delta. Aliás, a Delta, depois dos aditivos, simula serviços fictícios com laranjas. Os recursos saem do Governo Federal para a Delta, da Delta para as empresas laranja, especialmente essa Alberto & Pantoja, e dela para os destinatários finais.

Aqui está, Sr. Presidente e Srs. Senadores, algumas das contas da Delta, destinatárias dos recursos do Governo Federal. São basicamente duas contas: uma conta no Banco Bradesco, na Agência Empresarial Centro Rio de Janeiro, é a conta corrente nº 1002902; a outra conta é no Banco Safra, Agência nº 0006, na Candelária, também no Rio de Janeiro, o número da conta corrente é 386975.

Apanhamos aqui um período que vai de maio de 2010 a abril de 2011, portanto, um período de um ano. E fomos investigar os recursos repassados pelo Governo Federal para a Delta, com depósitos efetuados nessas duas contas. E chegamos a mais de R\$729 milhões nesse período. Nas duas contas que escolhemos para essa amostragem. Os valores recebidos pela Delta do Governo Federal são muito superiores, mas estamos apresentando uma amostragem, no período de um ano, em duas contas bancárias, ambas no Rio de Janeiro.

Depois do ingresso desses valores nas duas contas no Rio de Janeiro, em nome da Delta, fomos verificar o caminho desses recursos, que saíram dessas duas contas da Delta para uma conta da Alberto & Pantoja, que é uma empresa ligada ao Sr. Carlos Cachoeira. Foram R\$29.995.967,43. Portanto, dos recursos repassados pelo Governo Federal, a partir do Dnit, para as duas contas da Delta no Rio de Janeiro, R\$29.995.000,00 foram repassados para a Alberto & Pantoja. Temos aqui, também, o número da conta da empresa Alberto & Pantoja, que recebeu esses valores.

Depois da Alberto & Pantoja, a distribuição dos recursos. Não vamos citar todos os nomes, mas apenas aqueles que já se tornaram conhecidos nesses meses de investigação. Por exemplo, o Sr. Geovani Pereira da Silva, que é o contador de Carlos Cachoeira, recebeu um cheque, em maio de 2010, no valor de R\$531 mil. Depois, em junho, recebeu mais R\$1.788.000,00. Em junho de 2010, a JR Construções recebeu R\$1.246.000,00. O Sr. Luiz Carlos de Almeida Ramos, que é irmão do Sr. Carlos Cachoeira, recebeu, em junho de 2010, R\$100 mil. A Brava Construções, no mesmo momento, R\$95 mil. Depois vamos para Geovani Pereira da Silva novamente, mais R\$1.877.000,00 em julho. Isso em julho. Em julho, a JR, mais R\$585 mil; o Sr. Luiz Carlos de Almeida Ramos, mais R\$19.650,00 no mês de julho. Depois passamos para Geovani Pereira da Silva em agosto, R\$1.325.000,00; a JR, em agosto, R\$571 mil; a Mapa Construtora, R\$477 mil; Sebastião Alves de Moraes Filho, também parente do Sr. Carlos Cachoeira, R\$27,5 mil; Geovani Pereira da Silva, no mês de setembro, R\$1,37 milhão – portanto, o contador Geovani era o que recebia o maior valor mensalmente –; Wladimir Garcez Henrique – este é o ex-vereador, que estava preso em Goiânia até há poucos dias e que, aliás, quis fazer uma graça dizendo que era amigo do Senador Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E do Mário Covas, do Lula...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Exatamente. É porque estive lá fazendo uma palestra, e isso foi usado de má-fé, evidentemente.

Wladimir Garcez também recebeu, em setembro, R\$11,72 mil. Depois, o Geovani, em novembro, R\$1.176.000,00 – o Geovani recebia todo mês mais de um milhão de reais –; Wladimir Garcez Henrique, R\$12 mil – esse era mais modesto, recebia menos – no mês de novembro; Geovani, em dezembro de 2010, R\$295 mil – depois outras somas menores –; Sebastião Alves de Moraes Filho, em dezembro, R\$6 mil; Wladimir, de novo, R\$ 5 mil.

E vamos para 2011. Em 2011, a Mapa Construções, R\$267 mil; Lenine Araújo de Souza, que esteve

para depoimento na CPI e ficou calado, disse que era inocente, tentou passar uma imagem de vítima e reclamou das condições da prisão. Lenine Araújo está aqui, recebendo também recursos dessa conta da Alberto & Pantoja, em fevereiro de 2011, R\$22.782,75; a conhecida Excitante cujo sigilo bancário foi quebrado também na última reunião da CPI, recebeu, em abril de 2011, R\$250 mil. E, depois, em maio, o Sr. Geovani recebe os seus R\$196 mil; depois, mais R\$196 mil; depois, mais R\$207 mil, mais R\$207 mil, mais R\$648 mil, mais R\$648 mil; aí volta a Excitante, em maio de 2011, mais R\$400 mil. Enfim, estou citando alguns que são mais conhecidos e deixando os menos conhecidos. O total alcança R\$29.992.929,00, neste ano, de recursos que tiveram origem no Governo Federal, no Dnit, passando pela Delta, chegando à Alberto & Pantoja, e depois com essa distribuição a que me referi.

Nós temos aqui também a distribuição dos recursos entre as duas contas, a conta de 24 de junho de 2010, na Agência 3369, lá no Rio de Janeiro, a conta 100290, recebeu R\$602.500,00; depois no dia 30 de março de 2011, recebeu R\$1.044.775,00 – essa mesma conta da Alberto & Pantoja. Depois, a outra conta, a 006, que é em outro banco, 38697, 13 de maio, R\$638.700,00. Cito apenas para ilustrar esses repasses que são de valores expressivos e que, na soma de todos os repasses para essas duas contas, tivemos o repasse de pouco mais de R\$29 milhões para a conta de Alberto & Pantoja.

Apresento esse trabalho, Srs. Senadores, para comprovar que não se pede por pedir, não se exige simplesmente pelo gosto da exigência, mas porque é necessário ouvir, para adotar providências posteriores, o Sr. Fernando Cavendish e o Sr. Luiz Antonio Pagot, ex-Diretor do Dnit, que, aliás, surpreendentemente afirmou ter sido derrubado do cargo que ocupava pelo bicheiro Cachoeira e pelo empresário Fernando Cavendish.

Eu digo surpreendentemente porque a empresa Delta era beneficiada, privilegiada com contratos generosos e aditivos expressivos, através do Dnit, onde estava Pagot. Se ele faz essa queixa, certamente não era o responsável principal pela concessão desses aditivos. Obviamente, estaria recebendo ordens para que esses aditivos fossem concedidos. Por que temem o depoimento dele? Por que não desejam ouvi-lo? Se há uma predisposição de Pagot de vir à CPI, sem receio, e de contar o que sabe, por que impedir? O que revela essa postura é medo ou é desejo de colocar debaixo do tapete toda sujeira existente? E por que não convocar o Sr. Fernando Cavendish, que liderou a turma do guardanapo branco nas festas de Paris? Por que não convocá-lo? Ele que disse e reiterou que

não tinha problemas com licitações, porque comprava políticos e que com seis milhões compraria um Senador. Por que não convocá-lo? Por que esperar? Por que adiar? Nós já temos aqui a prova oficial, material, documentada das relações do Governo Federal com a empresa Delta e desta com o Carlos Cachoeira. O passeio do dinheiro demonstra que há uma relação de promiscuidade de agentes públicos com agentes privados e com os criminosos. Portanto, não há razão alguma que justifique a não convocação de Pagot e de Cavendish.

Sr. Presidente, ao final, para concluir, desta tribuna e de forma oficial, estamos formulando um apelo ao Presidente Vital do Rêgo, que tem procurado conduzir com habilidade essa Comissão Parlamentar de Inquérito, e ao Relator, o Deputado Odair, para que convoquem reunião administrativa como prioridade, a fim de que possamos deliberar sobre esses requerimentos e redirecionar a CPI, recolocá-la nos trilhos da investigação, evitando encenações, subterfúgios, mistificação e fuga à responsabilidade. Queremos ouvir, sim.

Aqui, há material suficiente que comprova a necessidade desses depoimentos. São números oficiais, resultantes da quebra de sigilo bancário. E nós os estamos apresentando porque o Supremo Tribunal Federal revogou o segredo de Justiça desse inquérito. É por isso que nós podemos, da tribuna do Senado Federal, revelar informações que são sigilosas. Que eram sigilosas, porque o Supremo Tribunal Federal atendeu a um pedido da CPI e revogou o segredo de Justiça para o inquérito decorrente da Operação Monte Carlo. Portanto, a atitude que adotamos hoje está respaldada na decisão do Supremo Tribunal Federal e é, portanto, legal.

Queremos enfatizar o apelo que formulamos ao comando dessa CPI, que é governista, já que não houve o compartilhamento das responsabilidades com a oposição; estamos formulando um apelo para que, numa próxima reunião administrativa – e que seja urgente –, possamos recolocar os requerimentos que convocam Fernando Cavendish, a quebra do seu sigilo bancário, fiscal e telefônico, e o requerimento que convoca também o Sr. Luiz Antonio Pagot para depoimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradecemos ao Senador Alvaro Dias, que agora concluiu o seu pronunciamento, e passamos a palavra, de imediato, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, sempre surpreenderá os incautos a maneira como está sendo tratado, em nosso País, o aparente choque

entre a necessidade de manter o desenvolvimento e o compromisso ambiental com as gerações presentes e futuras. Parecem duas forças inconciliáveis, constantemente travando embates de soma zero, no qual o ganho de um é diretamente proporcional à perda do outro.

No caso dos grandes empreendimentos de infraestrutura, sabidamente necessários ao País, essa barulhenta guerra se dá em torno do licenciamento ambiental. Para uns, o licenciamento é um processo que tende ao infinito, destinado a impedir o uso racional dos recursos naturais; para outros, é um processo extremamente célere de compra de consciências, estabelecimento de promessas que não serão cumpridas, destinado a viabilizar o lucro rápido ao custo da devastação ambiental.

Recentemente, chamou-me atenção a publicação do Núcleo de Estudos e Pesquisas do próprio Senado Federal intitulada *Ambiente e energia: crença e ciência no licenciamento ambiental*. Trata-se de uma publicação em quatro partes, de responsabilidade de consultores legislativos desta Casa, especialistas no assunto. Esse e mais 109 títulos compõem a coleção *Textos para Discussão*, com a qual a Consultoria Legislativa do Senado tem brindado a sociedade brasileira. Todos estão acessíveis em *link* próprio no portal do Senado Federal.

Quero destacar, em especial, a terceira parte da publicação, da lavra do consultor Ivan Dutra Faria, doutor em Política, Planejamento e Gestão Ambiental, que leva o subtítulo: *Sobre Alguns dos Problemas que Dificultam o Licenciamento Ambiental no Brasil*.

A leitura desse texto, que eu recomendo a todos os interessados na questão ambiental, lança interessantes luzes sobre a desvirtuação do processo de licenciamento ambiental, que foi concebido originalmente não como um entrave, mas como um instrumento de mediação e negociação de conflitos que deveria contribuir para a consolidação das variáveis sociais e ambientais no desenvolvimento, nas escalas locais, regionais ou nacionais.

Pelo histórico apresentado no texto, aprendemos que o processo de emissão de licenças no Brasil foi construído sobre uma base bastante inconsistente, majoritariamente formada por normas infralegais – principalmente resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) –, o que é uma das causas da excessiva judicialização do processo decisório nas questões ambientais; é uma base com inúmeras lacunas e contradições, agravada pela confusão de funções entre vários órgãos públicos em suas diferentes encarnações administrativas.

Mais grave, sem dúvida, é a visão meramente cartorial do processo, que, por vezes, tem resultado em

baixa qualidade dos estudos ambientais apresentados para obtenção das licenças, o que, somada à limitada capacidade técnica dos órgãos de licenciamento para analisar as informações preparadas pelos empreendedores, constituem a receita para os momentos de aparente paralisia ou açodamento dos procedimentos.

Por outro lado, a oportunidade de consulta à sociedade tem sido conduzida, muitas vezes, de maneira errônea em razão de falhas no modelo de realização de audiências públicas. Nessas, o processo de comunicação é mal preparado, transformando as audiências numa conversa de surdos, com interlocutores sem a necessária legitimidade, desprovidos de qualquer aparato científico, técnico ou mesmo social, mas com muito argumento ideológico. Da maneira como são realizados esses eventos, aumenta-se a influência de argumentos subjetivos e ideológicos e faz-se desaparecer o espaço para a ciência, a técnica e, mesmo, a verdade.

A definição das competências legais de cada nível de governo contribui para a confusão geral, mesmo com a edição da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, posterior à elaboração do texto que comento. Antes, não havia definição; agora, empreendimentos de enorme porte, como as hidrelétricas da Região Norte, passam a ser de responsabilidade, geralmente, de órgãos municipais, enquanto barracas de caranguejo na praia precisam de licença do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, responsável pelo licenciamento no litoral brasileiro. Essa competência me parece equivocada e desproporcional à capacidade técnica dos órgãos envolvidos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desenvolvimento e meio ambiente não são incompatíveis ou inconciliáveis. Estamos falhando muito na área ambiental, especialmente nos grandes empreendimentos. Precisamos de uma legislação mais moderna e menos burocrática, que substitua a visão cartorial do licenciamento por uma visão estratégica de longo prazo muito mais salutar ao meio ambiente; de leis verdadeiras produzidas neste Parlamento e não apenas instruções normativas emanadas de gabinetes burocráticos ou, pior, de decisões judiciais equivocadas.

Devemos cobrar do Poder Executivo que propicie aos órgãos de licenciamento os requisitos mínimos para a consecução de seus objetivos. Assim, é necessário haver pessoal qualificado, com condições de trabalho que permitam respostas rápidas, combinadas com a segurança técnica e científica que o assunto exige, pois, por incrível que pareça, os órgãos ambientais de controle, fiscalização e licenciamento não conversam entre si, seja em nível municipal, estadual ou federal.

Devemos, finalmente, criar espaços mais verdadeiros de negociação e entendimento, onde possam ser apresentadas e avaliadas não vontades manipuladas por falsos representantes, mas compromissos fundamentados em verdades de bases científicas.

Meus parabéns ao Consultor Legislativo Ivan Dutra Faria, pela qualidade do trabalho elaborado, refletida na clareza com que apresenta os problemas e propõe soluções. Estendo esses cumprimentos a toda a Consultoria Legislativa desta Casa, que tem agregado valor a nossa tomada de decisão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queria concluir o meu pronunciamento falando um pouco da Rio+20. O Brasil entrou na Rio+20 e irá sair de cabeça erguida dela, até porque as grandes nações poluidoras não estão comparecendo. Os Estados Unidos, a China, a Alemanha, o Japão, a Inglaterra e outros, os mais desenvolvidos, os que mais poluem não querem compartilhar com as decisões da Rio+20.

O Brasil, que tem só na Amazônia legal 81,5% de preservação... Eu falava 83%; agora, vou ter que mudar. Mas é uma diferença tão pequena para uma área tão grande como a Amazônia Legal, que são nove Estados, 61% do território brasileiro!. E nós estamos preservando 81,5% das nossas florestas.

Um País que tem a imensidão da Amazônia com 81,5% preservados pode falar de cabeça erguida em qualquer conferência mundial, em qualquer congresso sobre meio ambiente no mundo inteiro. Somadas as reservas legais, as reservas indígenas, os parques nacionais, as reservas extrativistas. O Brasil hoje está preservando em torno de 50% de suas florestas. Qual outro país no mundo do tamanho do Brasil que está fazendo isso? E o desmatamento está acabando.

Eu defendia o desmatamento zero, e muitos me chamavam de louco, porque sou de um Estado da Amazônia, do Estado de Rondônia, que desmatou até agora um pouco mais de 30% e preserva quase 70% das suas florestas. Eu defendia, antes mesmo da última eleição, o desmatamento zero e fui até premiado por projeto defendendo o desmatamento zero. Eu conversava com a população rural do meu Estado e via que ela não tinha mais interesse, necessidade de desmatar. Quem está desmatando está desmatando em terras ilegais, em terras não documentadas; aquele que tem o documento da terra, não quer mais desmatar. E, defendendo o desmatamento zero, fui, na última eleição, o político, o Senador, mais votado da história de Rondônia. Tive o maior percentual de voto, com maior votação da história do meu Estado, defendendo o desmatamento zero.

Então, veja que a consciência ambiental está sendo formada não só na Amazônia como no Brasil

inteiro: o brasileiro não quer mais desmatar, mas quer produzir. É por isso que defendi no Código Florestal o desmatamento zero – e ficou o desmatamento ilegal zero, que é óbvio, é lógico, que já é uma grande coisa –, mas defendi as áreas consolidadas, principalmente da agricultura familiar. E prevaleceu no relatório, aqui do Senado e da Câmara, as áreas consolidadas até quatro módulos, que no meu Estado são 240 hectares.

O Senador Acir, que está aqui e é o Presidente da Comissão de Agricultura, defendeu as áreas consolidadas inclusive com as compensações, com emendas, e ajudou muito, na Comissão, na discussão do relatório do Senador Luiz Henrique e do Senador Jorge Viana, que foram relatórios importantes para consolidar a aprovação do Código Florestal brasileiro.

Então, espero que a Rio+20 seja frutífera, produtiva. São mais de cem Chefes de Estado que estão chegando nesta semana ao Rio de Janeiro. Que possa sair um texto de consenso que venha beneficiar o Brasil e todos os povos da terra, produzindo alimentos, mas preservando o meio ambiente. Acho que é perfeitamente possível desenvolver nosso País, o nosso Planeta com sustentabilidade.

Concedo o aparte, com muito prazer, ao nobre Senador Acir Gurgacz.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senador Raupp, por seu pronunciamento. De fato, nós discutimos e debatemos amplamente esse tema na Comissão de Agricultura com relação ao desmatamento, à preservação do meio ambiente, à produção de alimentos e defendemos o desmatamento ilegal zero. Entendemos que a indústria moveleira depende não do desmatamento, mas das madeiras. E o plano de manejo é importante para que se mantenha essa atividade. Além de gerar muito emprego, gerar renda, gerar desenvolvimento, ela é importante. Nós precisamos manter esse segmento da indústria trabalhando, mas é evidente que nós temos de ter muito cuidado e muita responsabilidade com relação à transformação de florestas. Nós temos de preservar nossas florestas não com desmatamento zero, mas com o desmatamento ilegal zero, que entendo seja pertinente e que atende a todos os segmentos. Qualquer desmatamento, partindo de projeto, de plano de manejo, de sustentabilidade é importante, e pode ser feita não simplesmente uma transformação de floresta para área de plantio, o que realmente é preocupante. Então, cumprimento-o pelo seu pronunciamento, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado pelo aparte.

Peço a incorporação de seu aparte em nosso pronunciamento.

Mas repito, Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores, nós estamos caminhando para a consciência total na área do desmatamento. Por isso a cada ano ele cai, e a tendência, nos próximos quatro a cinco anos, é chegar quase ao desmatamento zero no Brasil, o que é muito bom. Ao contrário, nós estamos reflorestando. Eu mesmo estou reflorestando: já plantei 72 mil árvores em duas pequenas propriedades no Estado. Tinha uma de 100 hectares, com 50% de floresta e 50% desmatados, eu os enchi. Em toda área desmatada eu plantei árvore; hoje, 100% dessa propriedade, em um sítio de 100 hectares, estão reflorestados. Há também uma chácara de 12 alqueires que está quase toda reflorestada. Estou contribuindo para o reflorestamento.

Sou Vice-Presidente da Ar Flora, uma associação fundada em Rondônia para os reflorestadores. Acho que este é o caminho: parar de desmatar e começar a reflorestar.

Quero aqui, rapidamente, antes de encerrar, dizer que neste último final de semana percorri vários Estados brasileiros. Estive em Recife, em Pernambuco, com nosso Vice-Presidente da República, Michel Temer, no pré-lançamento de candidatura de nosso amigo Raul Henry, Deputado Federal – hoje, pré-candidato; logo mais, candidato a Prefeito de Recife. Estive também em Santa Catarina, em Tubarão, na convenção do Deputado Edinho Bez, do meu Partido, o PMDB, em que ele foi lançado candidato a Prefeito de Tubarão, e em Criciúma com a Deputada Romana, também candidata a Prefeita de Criciúma. Ontem, pela manhã, estive em Roraima, Estado do líder Romero Jucá, na convenção da Teresa Surita Jucá. Foi uma grande festa! Foi uma das maiores convenções que vi até agora, pelo menos este ano, esta de Boa Vista. Parabéns, Senador Jucá; parabéns à Teresa; parabéns ao PMDB, parabéns ao Governador Anchieta, que está com o seu Partido, o PSDB, nessa coligação; parabéns ao PPS e a todos os Partidos, algo em torno de dez partidos naquela coligação, uma coligação que, certamente, já se apresenta vitoriosa na cidade de Boa Vista, para nossa alegria, para alegria do PMDB. Parabéns a você e à Teresa pela grande convenção realizada ontem na cidade de Boa Vista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Valdir Raupp, pela sua defesa do Planeta, do meio ambiente, pelo exemplo que está dando no seu espaço de terra, reflorestando tudo. Isso, sim, é desmatamento zero.

Continuando a alternância entre um orador inscrito e um líder, seguindo o Regimento, Senador Romero Jucá com a palavra pela Liderança do PMDB.

Em seguida, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer dois registros. O primeiro é um registro que considero importante. É fundamental que a Rádio Senado, a TV Senado, que as redes sociais, que os segmentos de comunicação no nosso País, a quem quero saudar, tornem público que a partir de hoje começa a ser pago o novo valor do Bolsa Família, com a complementação do Programa Brasil Carinhoso, que eleva em R\$ 70,00, per capita, a ajuda àquelas famílias que recebem recursos do Bolsa Família e que têm crianças de zero a seis anos. Portanto, é um passo importante para melhorar a renda de quem mais precisa.

Pelas contas do Ministério do Desenvolvimento Social, cerca de 40% das pessoas que estão num nível de pobreza extrema sairão desse nível por conta desse reforço de recursos. Serão gastos mais de R\$10 bilhões, até 2014, nessa complementação. A Presidenta Dilma lançou há poucos dias o Programa Brasil Carinhoso. Fizemos questão aqui de registrar o programa e elogiar a proposta. Além da complementação dessa questão do Bolsa Família, existe um amplo programa de construção de creches e pré-escolas, que são muito importantes para complementar a atuação social junto a essas crianças de até seis anos de idade.

Então, é muito importante que a gente possa registrar e informar à população que ainda não procurou as prefeituras, que ainda não se cadastrou, que ainda não teve condição de reforçar esse atendimento com os recursos do Brasil Carinhoso, para que essas pessoas, essas famílias, essas mães possam procurar as prefeituras e se informarem, se têm filhos de zero a seis anos, exatamente para complementar a renda do Bolsa Família, que começa a ser paga a partir de hoje.

Eu queria fazer este registro, porque é de extremo cunho social, Senador Paulo Paim. Sem dúvida nenhuma, o Brasil tem, nos últimos anos, no governo do Presidente Lula e, agora, no Governo da Presidenta Dilma, feito um esforço muito grande para resgatar da pobreza uma população que vive em condições de miséria. Essa população nessas condições tem diminuído ano a ano, exatamente porque programas vencedores, programas sérios, programas inclusivos, como o Brasil Sem Miséria, como o Bolsa Família, como o Pronatec, como o ProUni, enfim, como várias ações que se complementam, resgatam da pobreza extrema ou da condição de falta de recursos para o seu desenvolvimento as famílias, trazendo, na mobilidade social, milhões de pessoas para a nova classe média brasileira.

Então, eu queria fazer esse registro e queria registrar também outro ponto. Estaremos, na quarta-feira,

no encontro da Rio+20, seguindo a programação do Governo brasileiro, na comitiva do Governo brasileiro: serão cinco Senadores e eu serei um desses que estarão nessa comitiva. Sem dúvida nenhuma, esperamos que, com os debates que ocorreram durante toda esta semana, com a ampliação do processo de coordenação assumido pelo Governo brasileiro, pelo Brasil, nós possamos construir documentos e proposições que avancem na proteção ambiental, no desenvolvimento autossustentável, na defesa do meio ambiente de forma responsável, não só nas regiões de mata, mas também nas cidades.

Na verdade, temos alguns desafios pela frente. Eu tenho me batido aqui, eu tenho pregado que é preciso, na questão das cidades, termos um enfrentamento da questão do lixo urbano. É preciso que tenhamos condição de fazer um PAC dos Resíduos Sólidos, um Programa de Aceleração do Crescimento de investimentos e de apoio junto às prefeituras.

Conversei isso com o Ministro das Cidades, exatamente para que os Municípios pequenos e médios possam cumprir a lei ambiental de resíduos sólidos que nós aprovamos aqui no Congresso e que prevê o fim dos lixões até 2014.

As cidades grandes, que têm instrumentos financeiros, já estão tomando providências. Várias cidades já estão encaminhando suas soluções, mas, sem dúvida, as cidades pequenas e médias, que não têm recursos e vivem um problema de achatamento no recebimento do FPM, exatamente pela redução de impostos, de IPI e imposto de renda, têm dificuldades.

Então, eu espero que na discussão da Rio+20, tenhamos condição de debater assuntos como estes: a questão do meio ambiente nas cidades, a questão do meio ambiente rural, a questão do reaproveitamento das áreas degradadas.

O Senador Raupp falou, aqui, no desmatamento zero, mas é muito importante que nós tenhamos condição de financiar programas de recuperação de áreas que já estão desmatadas, para que essas áreas possam produzir de forma consciente e responsável ao meio ambiente.

Então, são assuntos como esses que pretendo levar à discussão da Rio+20, como um dos representantes do Senado, do Governo brasileiro nesse debate.

Agradeço a oportunidade, Senador Paulo Paim, de fazer esses dois registros e deixo aqui, novamente, um aviso às famílias brasileiras, às famílias de baixa renda para que procurem os Municípios, procurem as sedes das prefeituras, os programas Bolsa Família, para se inteirarem e se enquadrarem nessa fórmula que vai ampliar a transferência de recursos do Bolsa Família para as famílias que têm crianças de zero a seis anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, Senador Romero Jucá, que alerta todos que, a partir de hoje, o Bolsa Família será ampliado. Todos procurem as Prefeituras respectivas.

Também informa que estará na Rio+20 com mais quatro Senadores, representando o Senado da República.

Senador Acir Gurgacz, como orador inscrito. Em seguida, será o Senador Requião, se não tivermos, aqui, algum líder.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, o Rio de Janeiro está recebendo, nesta semana, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a famosa Rio+20, muito aguardada por todos nós, por todos os brasileiros.

Na abertura do evento, a nossa Presidenta Dilma afirmou que o Brasil é exemplo de que é possível crescer com sustentabilidade, e pediu para que todos os países do mundo assumam compromissos de proteção ao meio ambiente.

De fato, o Brasil é uma prova real de que é possível crescer com sustentabilidade. Somos a sexta maior economia no mundo e o quinto no *ranking* da sustentabilidade. Somos o país com maior percentual de florestas preservadas, além de possuímos uma matriz energética limpa e termos uma moderna legislação ambiental. O que falta para o Brasil é assumir, de fato, a responsabilidade em liderar as discussões sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável do planeta.

O fato de sediarmos, mais uma vez, esta conferência, Sr. Presidente, em que vamos discutir como conciliar a preservação ambiental com desenvolvimento econômico, já nos coloca numa condição de protagonista nesse tema. Mas precisamos ir além e assumir o papel de líder na governança global, que é a forma como os países estão se organizando para colocar o novo modelo de desenvolvimento sustentável em prática.

Sábado, ao assumir a presidência da Rio+20 e o comando das negociações da Conferência, o Governo brasileiro deu um grande passo para se tornar esse líder na condução da política ambiental mundial. Ao menos assumiu a responsabilidade de evitar um fracasso no acordo mundial pelo meio ambiente, e principalmente na luta contra a pobreza mundial. A disposição é que os negociadores brasileiros apresentem sugestões, instituindo, nas definições de metas, recursos e trans-

ferências de tecnologias limpas dos países ricos para os países em desenvolvimento.

Estamos no caminho certo e devemos aproveitar essa oportunidade para superarmos as interferências internacionais em nossas políticas internas. Precisamos conduzir a nossa política ambiental e promover a gestão dos nossos recursos naturais com base na nossa extraordinária capacidade científica e tecnológica com luz própria e, sobretudo, com soberania nacional.

Vamos atingir o desmatamento ilegal zero a partir do nosso zoneamento ecológico-econômico, aperfeiçoado e atualizado, e da regularização fundiária de nossas terras, principalmente em nosso Estado de Rondônia e em toda a Amazônia Legal. Para que nós tenhamos o agricultor cuidando das florestas, é imprescindível que ele tenha documento da sua terra.

Devemos continuar preservando as áreas já enormes que temos, protegidas por parques e reservas.

Vamos desenvolver novas tecnologias de desenvolvimento sustentável para conservar a natureza de nosso País continente, porém incluindo o ser humano e respeitando o nosso sagrado dever de combater a pobreza.

Em breve, seremos o maior produtor de alimentos do planeta. E vamos atingir essa marca produzindo de forma sustentável, com o plantio direto, com a integração lavoura/pecuária/floresta, e com uma produtividade das mais altas, reflexo de nossa capacidade de adaptar e desenvolver tecnologias.

O Brasil é, e continuará sendo, um marco de referência mundial em preservação de cobertura vegetal nativa. Seremos, sem dúvida, uma grande potência econômica, mas devemos ser também uma referência mundial na gestão ambiental, na implementação de políticas ambientais e na condução desse debate em escala internacional.

Entretanto, não adianta apenas o Brasil preservar suas florestas e o resto do mundo não assumir os mesmos compromissos, ou sequer possuir instrumentos de controle ambiental, como a reserva legal e as Áreas de Proteção Permanente (APPs), tão discutidas no processo de reformulação do Código Florestal Brasileiro.

É esse o debate que a Comissão de Agricultura vai promover na Rio+20, no dia 20 de junho, às 10 horas, em audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, no espaço da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Queremos que os compromissos assumidos na Rio+20 sejam para todos os países, respeitadas as peculiaridades e a soberania de cada nação.

Não podemos abrir mão da soberania sobre nosso território e considerar, por exemplo, a Floresta Amazônica uma área de interesse internacional, como está

sugerido na medida provisória editado pelo Governo. É bom lembrar que o Código Florestal que elaboramos é para o Brasil e para os brasileiros.

Não estamos elaborando um código florestal para apresentá-lo na Rio+20, mas para dar condições a que o povo brasileiro possa produzir e proteger seus recursos naturais com dignidade, com inclusão social e com segurança jurídica.

Sabemos da importância das APPs e da reserva legal para os nossos biomas, mas não podemos usar esses instrumentos para restringir a produção agrícola e o desenvolvimento sustentável do nosso País.

A sensibilidade dos sucessivos governos brasileiros às pressões externas motivadas por questões ambientais, por sinal, tem sido uma constante, desde o final da década de 1980 e, principalmente, após a Eco 92, a primeira Conferência de Meio Ambiente da ONU, também realizada no Rio de Janeiro.

De lá pra cá, o Brasil tem feito uma série de concessões a interferências internacionais, com frequência, passando por cima dos interesses e das manifestações explícitas da sociedade brasileira, em várias de suas instâncias representativas.

Essas pressões externas contra o Brasil, entretanto, não raro ultrapassam as fronteiras estritamente ambientais e, via de regra, têm como alvo questões comerciais, econômicas e tecnológicas. As retaliações nos fazem duvidar dos pretextos ambientais, sejam estes reais ou exagerados.

Não podemos permitir que as investidas contra a agricultura brasileira, contra o Código Florestal e os projetos de infraestrutura do País atrapalhem as possibilidades do Brasil para se apresentar como protagonista global na reconfiguração da ordem de poder mundial que se encontra em curso. O Brasil tem a perspectiva concreta de se converter no maior produtor de alimentos do mundo, numa grande potência econômica e ambiental.

Portanto, é mais do que passada a hora de o Brasil passar a atuar em linha de acordo com a grandeza real do País. As perspectivas e as responsabilidades colocadas sobre o Brasil, como protagonista global, exigem uma ação comprometida com a dinâmica histórica, baseada nos interesses maiores do nosso País.

O Brasil precisa se manifestar com voz firme e unificada na Rio+20, mas sem se deixar levar pelas pressões internacionais que querem limitar o nosso desenvolvimento. Precisamos cuidar do planeta, cada país com suas competências, com seus compromissos, mas sobretudo com sua condição soberana, adaptando o seu projeto de desenvolvimento aos princípios da sustentabilidade, com proteção ambiental, crescimento econômico e, principalmente, inclusão social.

Esse é um tema da maior importância para todos nós, brasileiros, Sr. Presidente. Mas devemos lembrar que precisamos não apenas continuar a produzir alimentos, mas aumentar a produção de alimentos no Brasil, para atender à demanda brasileira e, com o que produzimos além do que consumimos, poder alimentar outros povos de outros países que precisam de alimentos, e que não têm a capacidade de produzir que tem o nosso País.

Portanto, produção com sustentabilidade é muito importante, é o que defendemos. E vamos estar lá no Rio de Janeiro, no dia 20, com a Comissão de Agricultura e a Comissão de Meio Ambiente, debatendo esse tema, que é da maior importância para todos nós, brasileiros, e, evidentemente, para todo o o planeta.

Eram essas as minhas considerações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Acir Gurgacz! V. Ex^a estará na Rio+20, mas faz aqui a defesa do Planeta, do meio ambiente e da produção na agricultura.

Passo a palavra, de imediato, ao Senador Requião, como orador inscrito.

Em seguida, será a vez do Senador Mário Couto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Inicialmente, Sr. Presidente, faço algumas considerações sobre a Rio+20.

A mim parece que a tese da sustentabilidade é semelhante a sonharmos com a existência de um carnibal vegetariano. A sociedade capitalista de consumo é absolutamente incompatível com a preservação da natureza.

Outro dia, na nossa Comissão do Parlasul, o economista Carlos Lessa citava um fato ocorrido com a unificação das Alemanhas. Não estou fazendo a defesa da Alemanha Oriental, que foi uma campeã de predação da natureza, um exemplo terrível a ser conhecido e criticado no mundo inteiro. Mas as fábricas de lâmpada da Alemanha Oriental produziam lâmpadas de extraordinária duração – segundo Lessa, eram lâmpadas que poderiam durar 25 anos. Com a unificação, a primeira coisa que as empresas ocidentais produtoras de lâmpadas fizeram foi comprar essas fábricas para fechá-las. A produção capitalista de lâmpadas, embora as lâmpadas possam ter uma duração fantástica, programam sua obsolescência, para vender novas lâmpadas aos consumidores.

É muito difícil acreditar que esse capitalismo brutal de consumo, que vive da obsolescência daquilo que produz, possa se compatibilizar com a preservação da natureza. Isso me leva a acreditar que a Rio+20 se torna um fracasso anunciado.

Imaginar esse desenvolvimento sustentável protegendo a natureza é como imaginar que alguém resolvesse curar um câncer que o tivesse acometido mudando o corte de cabelo e o penteado, porque a predação e o consumo são inevitáveis em uma sociedade capitalista selvagem de consumo, como aquela em que vivemos. O modelo capitalista da forma como se apresenta hoje no Brasil e no mundo é incompatível com a preservação.

Eu lia, outro dia, uma projeção da existência de automóveis no Brasil. Em dez anos, teremos 70 milhões de automóveis. E esses automóveis serão guardados onde? Transitarão por que estradas? E eu lia também que, embora as cidades ocupem 2% da superfície da Terra, é nas cidades que se consomem 75% do que o Planeta produz.

É absolutamente incompatível com a sobrevivência, sustentada ou não sustentada, do Planeta a existência de mais países com a capacidade de consumo dos Estados Unidos, de países europeus, do Japão e da China, mas todos os países se pretendem países desenvolvidos com grande consumo. E todo o programa de governo do Brasil se sustenta em cima da ampliação do consumo, embora tenhamos esquecido a produção e estejamos primarizando a nossa economia.

Portanto, fica aqui uma observação a meu ver definitiva: não vamos a lugar algum se o modelo econômico não for modificado. Mas não quero transformar este meu pronunciamento em um pronunciamento pessimista. Acredito que, mais cedo ou mais tarde, o instinto de sobrevivência da humanidade vai, necessariamente, pôr fim a esse modelo.

Por enquanto, os governos estão profundamente ligados às grandes corporações, ao interesse econômico e aos grandes bancos, que não enxergam nada. Enquanto isso, espécies animais, espécies vegetais e insetos estão sendo exterminados. No processo de sobrevivência, adaptação e modificação, essas espécies exterminadas se transformam em uma perda absolutamente irreparável, até porque o estudo dessas espécies, da forma com que vivem, da resistência brutal, por exemplo, de um crocodilo às infecções, poderiam assegurar a sobrevivência da humanidade daqui para frente. Mas eu acredito que as providências serão tomadas mais cedo ou mais tarde, porque o modelo é rigorosamente insustentável.

Quero fazer, Presidente, outra observação, sobre o funcionamento do nosso Senado Federal. Acho que as pessoas estão sendo induzidas a acreditar que tudo aquilo que o Líder do PSDB diz aqui neste plenário é verdade, porque, em um Senado com 81 Senadores e lideranças do Governo, dos partidos que apoiam o Governo, lideranças bem nutridas de cargos em co-

missão e de técnicos, quando o Líder da Oposição diz o que quer, critica quem quer e como quer e não é contestado. A opinião pública é levada a acreditar que tudo que esse Líder diz é verdade.

Eu mesmo passo, como não tenho essa estrutura toda para contestar números e dados, a acreditar que, talvez, o Senador Alvaro Dias, Líder do PSDB, seja o arauto da verdade e da redenção do País. Ele desconsidera a Presidente da República, desconsidera o Lula, desconsidera todos os quadros e ações do Governo, de uma forma genérica.

Não estou dizendo que, a meu ver, ele não tenha acertado algumas vezes, porque não existe um governo perfeito, e a oposição crítica é essencial para a sobrevivência da democracia, mas quero dizer que não existe contraposição no Plenário do Senado às acusações que vêm sendo feitas pelo Líder da Oposição.

É estranho que um governo rigorosa e absolutamente sem liderança continue ganhando nas votações. Como é que funciona isso, então? O debate não existe ou não é necessário, e tudo funciona com a liberação das emendas, as nomeações e a distribuição de ministérios? Não é essa República dos meus sonhos, e não foi para um governo dessa natureza que me empenhei tanto durante a campanha eleitoral.

No entanto, não estou aqui para fazer o papel do Alvaro Dias de criticar tudo, como se fosse o divo da oposição, incensado pela Globo, com aparições constantes e olímpicas no Jornal Nacional. Eu quero dar a minha contribuição, e a minha contribuição de hoje vem na forma de um projeto de lei complementar – poderia ser, se o Governo assim quisesse, uma medida provisória – que dispõe sobre a execução de planos de ações especiais e confere a Estados e Municípios que se encontram com dívidas para com a União a faculdade de celebração de convênios com esta para a aplicação especial das parcelas de pagamento de suas dívidas.

Vou iniciar aqui o meu relato com a justificativa. Vou ler a justificativa, Senador Paim.

Um dos entraves ao desenvolvimento nacional tem sido a incapacidade econômico-financeira dos entes federados de impulsionar a economia local, em especial das Unidades da Federação. Esse fato decorre, em grande parte, de dois fatores: a crescente participação da União no total da carga tributária nacional em detrimento da participação dos Estados e Municípios e o elevado endividamento dos Estados, que impõe um desembolso mensal que varia entre 11% e 13% dos valores a eles devidos a título de Fundo de Participação – é um “nhoc” do Governo Federal em cima do FPM.

Estudos do Ministério da Fazenda sobre a carga tributária total do País entre 2003 e 2007 revelam o

declínio da participação relativa dos Estados no total da receita, de 26,8%, em 2003, para 25,6%, em 2007 – e eu transcrevo aqui, na justificativa do projeto, uma tabela.

Conforme já mencionado, essa tendência de redução relativa da participação dos Estados na receita tributária total nacional, aliada ao crescimento da população – e ao consequente aumento das demandas sociais por serviços públicos –, produz nos Estados um crescente déficit de prestação dos serviços quando contrastada a demanda com a capacidade econômica daqueles entes de atendê-las.

Agrava a situação o fato de que não há, no horizonte de curto, médio ou longo prazo, qualquer perspectiva de melhoria nas contas estaduais.

Já disse aqui desta tribuna que, em dez anos, a dívida real foi abatida em 5,5%, o que nos leva à projeção de que as dívidas de Municípios e Estados só seriam abatidas em duzentos anos, ou seja, rigorosamente jamais seriam abatidas com o modelo de amortecimento que existe até hoje. Elas sacrificam a capacidade de investimento dos Estados e são absolutamente não resolvíveis dessa forma.

Ao contrário, a população continua crescendo, as demandas também e a arrecadação relativa diminuindo, e a diminuição da arrecadação tem a tendência de continuar se agravando, mormente diante do quadro interno e externo de arrefecimento da atividade econômica, o que afeta frontalmente a receita nas duas principais fontes dos Estados: Fundo de Participação e ICMS.

Pela Constituição de 88, a principal receita da União, que era uma receita partilhada com Estados e Municípios, era composta de Imposto de Renda e ICMS – 80% da receita da União tinha essa composição; e 20% as tais contribuições financeiras não compartilhadas e não compartilháveis. Hoje, essa situação se inverteu. Na Constituição se colocou um dispositivo que permitia a criação dessas contribuições financeiras, e elas, de 20%, subiram para 60%, enquanto o Imposto de Renda e o IPI caíram, de 80%, para 40% derrubando a receita de Estados e Municípios, só desta forma, pela metade.

A única solução que se pode encontrar para tal cenário é a formação de um programa que permita que entes federados, em lugar de transferir para a União as parcelas das dívidas anteriormente contraídas e que foram objeto de refinanciamento, ter a faculdade de utilizar das respectivas parcelas das dívidas para aplicar em criação de serviços públicos novos ou no aperfeiçoamento da máquina pública, e investimentos em infraestrutura também.

Daí porque propomos esse projeto de lei que estabelece essa faculdade e, ao mesmo tempo, determina a aplicação de recursos em novas ações de saúde, segurança e educação. Com isso contribuirá, a um só tempo, para alavancar a economia de cada Estado e para melhorar significativamente a qualidade e o potencial quantitativo dos serviços prestados. O que a União vai fazer com o dinheiro arrecadado dos Estados e Municípios? Mormente agora que, com a redução dos juros, a sua dívida pública arrefeceu, diminuiu significativamente. Ainda é enorme, mas diminuiu em relação a um superávit primário orçado, presumido, previamente estabelecido.

Pois muito bem. O meu projeto de lei, que é uma lei complementar.

Art. 1º. Esta lei estabelece normas sobre a execução de Planos de Ações Especiais – PAE e confere aos Estados e Municípios que se encontram com dívidas para com a União a faculdade de celebração de convênios com esta, para aplicação especial das parcelas de pagamentos de suas dívidas.

Esse é o primeiro artigo.

Art. 2º. Constituem créditos a favor da União cujos pagamentos estão submetidos à presente lei as obrigações decorrentes de contratos firmados entre, por um lado, a União, e por outro lado, os Estados e Municípios, decorrentes da aplicação das seguintes normas.

Daí eu faço uma seleção das normas que constituiriam esses créditos a serem utilizados na forma dessa lei: Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; Lei nº 8.727, de novembro de 1993; Lei nº 9.496, de 11 de novembro de 1997; Medida Provisória nº 2.185-35, de agosto de 2001, que estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade também dos Municípios.

Art. 3º. Ficam os Estados e Municípios que têm dívidas para com a União de que trata o art. 2º desta Lei [essas leis e essa medida provisória que já citei] autorizados a aplicar os valores das prestações de pagamentos das dívidas nas seguintes finalidades [estabeleço metade para não fazer uma modificação abrupta no regime de arrecadação]:

I – cinquenta por cento para despesas destinadas:

a. à construção, ampliação, reforma e modernização de postos de saúde e hospitais;

b. à construção, ampliação, reforma e modernização de escolas e demais unidades de prestação de serviços educacionais;

c. ao reaparelhamento dos órgãos de segurança pública;

II – cinquenta por cento em ampliação de outras despesas correntes e incremento dos quadros de servidores das áreas fins das funções de:

saúde;

educação; e

segurança pública.

Estabeleço aqui um parágrafo:

§ 1º. Para os fins do disposto neste artigo, a União firmará com os Estados e Municípios convênios em que ficarão definidas as formas de aplicação dos recursos das parcelas de pagamento dos empréstimos.

Mais parágrafos:

§ 2º. Como vista à aprovação do respectivo convênio, o Estado ou Município interessado elaborará um Plano de Ação Especial, a ser submetido ao Legislativo correspondente, na forma de projeto de lei de crédito especial.

§ 3º. Nos anos seguintes ao ano de criação de cada dotação, as despesas em que serão aplicados os recursos de que trata esta Lei constarão das Leis Orçamentárias Anuais, na forma de dotações cujo título será acrescido do termo “PAE” [é o programa especial que estamos criando].

Mais um inciso:

§ 4º Mesmo antes de aprovado e sancionado o projeto de lei de que trata o parágrafo anterior, o Estado ou Município interessado apresentará o respectivo Plano ao Ministério da Fazenda, que examinará a adequação do conteúdo aos fins previstos no caput deste artigo.

§ 5º Aprovado o Plano, será firmado convênio entre a União e o respectivo Estado ou Município interessado.

Mais um artigo, Presidente Paim:

Art. 4º Até o quinto dia de cada mês, os Estados e Municípios que tenham firmado os convênios de que trata o § 4º do artigo anterior apresentarão ao Ministério da Fazenda a listagem de pagamentos efetuados para verifi-

cação da destinação nas finalidades previstas no respectivo Plano de Trabalho.

Parágrafo Único. Atestada pelo Ministério da Fazenda a utilização dos valores nas finalidades de que trata o caput do art. 3º, a Secretaria do Tesouro Nacional promoverá a redução do pagamento das prestações com vencimento no mês seguinte, no montante efetivamente atestado.

Mais um artigo:

Art. 5º O Ministério da Fazenda regulamentará a presente lei em até 90 dias após sua publicação.

No entanto:

Art. 6º A Controladoria Geral da União fará as auditorias nos Estados e Municípios para acompanhar a execução e aplicação dos recursos de que trata a presente lei;

Art. 7º Os convênios de que trata esta Lei não estarão subordinados às normas da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de maio de 2000 –, nem às da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O principal problema que o Governo Federal tem hoje não é de caixa. Embora o PIB esteja recuando, a formalização da economia fez aumentar sensivelmente a arrecadação. Se não me engano, este ano, em 15%; em anos anteriores, em mais do que isso.

A nota fiscal eletrônica, a formalização da economia está compensando o arrefecimento das atividades econômicas. Mas, depois de uma série de Ministros afastados por suspeitas de corrupção, os Ministérios estão desestruturados. Mas, depois de anos de uma visão neoliberal do Estado mínimo, os Ministérios estão sem engenheiros, sem planejadores, sem economistas, sem arquitetos, e não estão conseguindo gerar projetos.

Há onze meses, o Ministério dos Transportes não realiza com sucesso uma licitação. Há onze meses! E nós vemos que o Ministério dos Transportes não chegou, no trimestre ou nos dois primeiros trimestres, a 6,9% das necessidades reclamadas no projeto inicial do PAC.

O gasto do PAC no Brasil inteiro, se não me engano, chega a 15% do seu valor em seis meses; chegaria, talvez, a 30% até o final do ano. Com essa descentralização, uma vez que a União quando recebe dinheiro dos Estados, ela não distribui entre os seus acionistas, como se fosse uma empresa privada, ou faz valorizar as suas ações no mercado. Ela tem que investir. E a necessidade de investimento em infraes-

estrutura, em atividades fins por parte da União é crucial para assegurar a brutal queda do Produto Interno Bruto, que, diga-se de passagem, queda que não diz mais respeito apenas e tão-somente a situação global, queda que diz respeito ao descontrole da economia pelo Banco Central.

Depois de um PIB de 7,5% ao ano, o Banco Central, executando a política do Governo, resolveu baixar esse PIB para 4,5%, porque achou que seria um crescimento do PIB sustentável para que a produção crescesse paralelamente, evitando o processo inflacionário.

Pois muito bem! Os erros do Banco Central levaram a uma queda do PIB para 2,7. Hoje, as projeções oficiais são terríveis, 1,8, 1,9 o PIB do ano, sendo que alguns economistas independentes acreditam que o nosso Produto Interno não chegará a 1%. Isso tudo com o caixa alto do Governo Federal.

A Presidenta Dilma Rousseff propôs um empréstimo de 20 bilhões para Estados e Municípios, sem dizer bem como esse empréstimo seria feito.

Como, Senadora Ana Amélia, por exemplo, o Rio Grande do Sul, que está endividado até o pescoço, não consegue pagar o que deve, poderia assumir mais um empréstimo, parte desses R\$20 bilhões, sem inviabilizar definitivamente as futuras gestões? Com que velocidade e com que mecanismo?

Eu, na verdade, estou propondo uma alternativa para dar velocidade aos investimentos da União. A União não perde um tostão, porque o dinheiro que ela recebe deve ser investido, que é o que reclama o momento econômico. Simplesmente está utilizando os braços executivos de Estados e Municípios para resistir a queda do Produto Interno Bruto e a deblaque da economia nacional.

Eu pedi ao Vice-Presidente Temer que apresentasse esse projeto ao Ministério do Planejamento e à Presidenta. Resultou em nada, porque veio o empréstimo que eu acho absolutamente inconsistente e impossível de ser assumido por Estados e Municípios.

Então, para isso seja debatido e o Governo possa refletir com mais tempo e muita consciência, apresento a proposta na forma de um projeto de lei, o qual estarei dando hoje entrada à Mesa do Senado Federal.

Eu concedo, com prazer, um aparte a Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador Roberto Requião, foi V. Ex^a muito feliz no pronunciamento e nessa iniciativa desse projeto de lei que terá o meu apoio. Eu gostaria de assinar, porque precisa do apoio de 27 senadores. Eu quero ser a primeira signatária desse projeto. E V. Ex^a aborda e cita até o meu Estado porque é, talvez, um dos mais endividados, já com a sua situação financeira debilitada pelo compro-

metimento muito grande com todas as obrigações. Aumentar o endividamento é agravar o problema, daqui a dois ou três anos estaremos renegociando a dívida, com benesses. Então, isso não é a verdadeira solução. A criatividade dessa sua proposta me parece bastante razoável porque o setor público, como disse V. Ex^a, está paralisado com o investimento. E nesta hora de crise é o setor público que terá que dar uma resposta mais rápida, para que, como fez o Barack Obama, nos EUA – e sempre citado – exatamente ativou as obras públicas como forma de enfrentamento a crise; isso lá em 2009. Agora, o Brasil precisaria dar esse choque de iniciativa de obras que estão paralisadas e que são fundamentais para a logística do País. Então, receba o meu apoio para esse projeto e tomar que o Governo tenha a sensibilidade de não criar mecanismos que agravem o problema do endividamento de Estados e Municípios; e que a própria União – a prima rica da federação – faça alguma coisa na conversão dessa dívida que V. Ex^a com tanta competência está propondo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senadora este projeto está tem algum colorido do *New Deal*, do Franklin Delano Roosevelt, depois da crise de 1927 e 1929.

Mas, lá como aqui, um projeto de grandes investimentos, não pode pretender resolver o problema de 30 anos do decréscimo da produção industrial brasileira. Mas, investimentos públicos, lá como aqui, podem devolver a esperança ao povo brasileiro e aos investidores.

A iniciativa privada só investe quando existe demanda, e só investe quando o poder público dá uma sinalização positiva para a economia. Os EUA não saiu da crise em razão do *New Deal*, dos grandes investimentos em obras públicas, em ferrovias, em canais, em barragens, em hidrelétricas. Ele saiu depois. Na verdade, saiu com a guerra, com a retomada da produção industrial, com grande sacrifício da população. Mas é um começo e eu não vejo nem começo, nem meio e nem fim nas atitudes do Governo Federal até agora.

Percebo que com toda a boa vontade do povo brasileiro para com a nossa Presidenta Dilma, fundamentalmente agora que ela mostra o que passou na sua juventude nas mãos da ditadura, não estamos vendo medidas positivas, sinalizações no caminho certo. São todas modestas, todas de pouca coragem e todas insuficientes. A Presidenta tem o apoio do Congresso Nacional para medidas mais profundas e mais duras. Mas não podemos continuar com essa visão neoliberal de respeito ao Banco Central – Banco Central no qual nem Delfim Netto acredita mais. Essa história de independência do Banco Central está fora de moda no planeta Terra. Vamos acabar sendo governados como

a Itália, como a Grécia, como a Espanha, pela Goldman Sachs. Poderemos dispensar as eleições porque o capital tomará conta do País de forma cabal e definitiva. De repente, um povo amedrontado, como o da Grécia, renuncia à coragem dos 300 de Esparta e vota com os conservadores diante do medo do desastre. Na verdade, a Grécia poderia ter começado uma virada definitiva na economia do planeta.

Senadora Ana Amélia, que substitui o Senador Paulo Paim, agradeço-lhe o tempo que me foi concedido.

Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Roberto Requião. Renovo meus cumprimentos. Eu gostaria de assinar o seu projeto em apoio.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, DE 2012 (Complementar)

(Senadores Roberto Requião, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques)

Dispõe sobre a execução de Planos de Ações Especiais - PAE e confere aos Estados e Municípios que se encontram com dívidas para com a União a faculdade de celebração de convênios com esta, para aplicação especial das parcelas de pagamentos de suas dívidas.

Art. 1º. Esta Lei estabelece normas sobre a execução de Planos de Ações Especiais - PAE e confere aos Estados e Municípios que se encontram com dívidas para com a União a faculdade de celebração de convênios com esta, para aplicação especial das parcelas de pagamentos de suas dívidas.

Art. 2º. Constituem créditos a favor da União cujos pagamentos estão submetidos à presente lei as obrigações decorrentes de contratos firmados entre, por um lado, a União, e por outro, os Estados e Municípios, decorrentes da aplicação das seguintes normas:

I - Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989, que “Dispõe sobre o refinanciamento pela União da dívida externa de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas entidades da Administração Indireta, e dá outras providências.”;

II - Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, que “Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.”;

III - Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, que “Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.”; e

IV - Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, que “Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.”.

Art. 3º Ficam os Estados e Municípios que têm dívidas para com a União de que trata o art. 2º desta Lei autorizados a aplicar os valores das prestações de pagamentos das dívidas nas seguintes finalidades:

I – cinquenta por cento para despesas destinadas:

- a. à construção, ampliação, reforma e modernização de postos de saúde e hospitais;
- b. à construção, ampliação, reforma e modernização de escolas e demais unidades de prestação de serviços educacionais;
- c. ao reaparelhamento dos órgãos de segurança pública;

II – cinquenta por cento em ampliação de outras despesas correntes e incremento dos quadros de servidores das áreas fins das funções de:

- a. saúde;
- b. educação; e
- c. segurança pública.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, a União firmará com os Estados e Municípios convênios em que ficarão definidas as formas de aplicação dos recursos das parcelas de pagamento dos empréstimos;

§ 2º Como vista à aprovação do respectivo convênio, o Estado ou Município interessado elaborará um Plano de Ação Especial, a ser submetido ao legislativo correspondente na forma de projeto de lei de crédito especial.

§ 3º Nos anos seguintes ao ano de criação de cada dotação, as despesas em que serão aplicados os recursos de que trata esta lei constarão das Leis Orçamentárias Anuais na forma de dotações cujo título será acrescido do termo “ – PAE”.

§ 4º Mesmo antes de aprovado e sancionado o projeto de lei de que trata o parágrafo anterior, o Estado ou Município interessado apresentará o respectivo Plano ao Ministério da Fazenda, que examinará a adequação do conteúdo aos fins previstos no caput deste artigo.

§ 5º Aprovado o Plano, será firmado convênio entre a União e o respectivo Estado ou Município interessado.

Art. 4º Até o quinto dia de cada mês, os Estados e Municípios que tenham firmado os convênios de que trata o § 4º do artigo anterior apresentarão ao Ministério da Fazenda a listagem de pagamentos efetuados para verificação da destinação nas finalidades previstas no respectivo Plano de Trabalho.

Parágrafo único. Atestada pelo Ministério da Fazenda a utilização dos valores nas finalidades de que trata o caput do art. 3º, a Secretaria do Tesouro Nacional promoverá a redução do pagamento das prestações com vencimento no mês seguinte, no montante efetivamente atestado.

Art. 5º O Ministério da Fazenda regulamentará a presente Lei em até 90 dias após sua publicação.

Art. 6º A Controladoria Geral da União fará as auditorias nos Estados e Municípios para acompanhar a execução e aplicação dos recursos de que trata a presente a Lei.

Art. 7º Os convênios de que trata esta Lei não estarão subordinados às normas da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de maio de 2000, nem às das Leis de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Um dos entraves ao desenvolvimento nacional tem sido a incapacidade econômico-financeira dos entes federados de impulsionar a economia local, em especial, das Unidades da Federação.

Esse fato decorre, em grande parte, de dois fatores: (i) a crescente participação da União no total da carga tributária nacional, em detrimento da participação dos Estados e Municípios, (ii) o elevado endividamento dos Estados, que impõe um desembolso mensal que varia entre 11 e 13% dos valores a eles devidos a título de Fundo de Participação.

Estudos do Ministério da Fazenda sobre a carga tributária total do país entre 2003 e 2007 revelam o declínio da participação relativa dos estados no total da receita, de 26,8% em 2003 para 25,6% em 2007, consoante tabela abaixo.

Ente	2003	2004	2005	2006	2007
União	68,80%	69,00%	69,60%	69,40%	70,00%
Estados	26,80%	26,70%	26,20%	26,30%	25,60%
Municípios	4,40%	4,30%	4,20%	4,30%	4,40%

Conforme já mencionado, essa tendência de redução relativa da participação dos Estados na receita tributária total nacional, aliada ao crescimento da população – e ao conseqüente aumento das demandas sociais por serviços públicos – produz nos Estados um crescente déficit de prestação dos serviços quando contrastada a demanda com a capacidade econômica daqueles entes de atender às necessidades.

Agrava a situação o fato de que não há no horizonte de curto, médio ou longo prazo qualquer perspectiva de melhoria nas contas estaduais.

Ao contrário, a população continua crescendo, as demandas também, e a arrecadação relativa, diminuindo.

E a diminuição da arrecadação tem a tendência de continuar se agravando, mormente diante do quadro interno e externo de arrefecimento da atividade econômica, o que afeta frontalmente a receita das duas principais fontes dos Estados: o Fundo de Participação e o ICMS.

A única solução que se pode encontrar para tal cenário é a formação de um programa que permita que esses entes federados, em lugar de transferir para a União as parcelas das dívidas anteriormente contraídas e que foram objeto de refinanciamento, ter a faculdade de utilizar das respectivas parcelas das dívidas para aplicar em criação de serviços públicos novos ou no aperfeiçoamento da máquina pública.

Dá por que propomos esse projeto de lei, que estabelece essa faculdade, e, ao mesmo tempo, determina a aplicação de recursos em novas ações de saúde, segurança e educação.

Com isso, se contribuirá, a um só tempo, para alavancar a economia de cada Estado e para melhorar significativamente a qualidade e o potencial quantitativo dos serviços públicos prestados.

Sala das sessões, em 18 de 2012.


Senador **ROBERTO REQUILÃO**

PMDB/PR





LEGISLAÇÃO CITADA:

LEI Nº 7.976, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1989.

Dispõe sobre o refinanciamento pela União da dívida externa de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas entidades da Administração Indireta, e dá outras providências.

LEI Nº 8.727, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1993.

Estabelece diretrizes para a consolidação e o rescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

LEI Nº 9.496, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997.

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.185-35, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Convido para fazer uso da palavra o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, quero começar o meu pronunciamento na tarde de hoje elogiando a atitude do Governador do Estado do Pará, do Estado de Nossa Senhora de Nazaré, meu querido Estado.

Falei, na semana passada, que o Pará avança; falei, na semana passada, da diferença do Governo anterior para o atual Governo; falei da postura, da coragem do Governador Simão Jatene. E ele vem à Rio+20 e patenteia, registra nos Anais das inscrições daquela feira o que está acontecendo no Estado do Pará na área do meio ambiente.

Quero, então, dizer ao povo paraense do meu orgulho de ter o Governador do Pará falado, na Rio+20, do meio ambiente com determinação, deixando, com certeza, àqueles que estavam lá e àqueles que tiveram notícia, por meio da imprensa falada e escrita, o que o Governador se propõe e o que vem fazendo.

Por esse motivo mesmo, Srª Presidenta, quero, ao iniciar o meu pronunciamento nesta tarde, deixar um requerimento na Mesa, de mérito, ao Governador Simão Jatene, que passo a ler:

Fulcrado no que preceitua o art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requero votos de honra ao mérito ao Sr. Exmº Governador do Pará, Simão Robison Oliveira Jatene, pelo ousado compromisso de, até o ano 2020, diminuir a zero o desmatamento no Estado do Pará.

É bom ouvir isso. É bom sentir isso de um governador, essa boa vontade, essa coragem, essa audácia de assumir esse compromisso. E, para aqueles que o conhecem, é um governador de palavra. O compromisso foi assumido na Conferência Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em realização na cidade do Rio de Janeiro.

No ano de 2011, o Brasil pôde comemorar uma queda histórica na taxa de desmatamento da Amazônia.

Conforme os índices medidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, foram destruídos 6.418 quilômetros quadrados da Floresta Amazônica, com os 7.000 quilômetros registrados em 2010, sendo que foi em 2004 que o Brasil enfrentou um dos piores índices de desmatamento de sua história, com 27.772 quilô-

metros quadrados de árvores derrubadas na região, Srª Presidenta.

Apesar de o desmatamento vir caindo muito no Brasil, ainda temos muito o que avançar para preservar o meio ambiente, em particular a Amazônia, considerada o “pulmão do mundo”. Pois é justamente com esse foco que o Governador Simão Jatene assumiu o compromisso de zerar o desmatamento no Pará, Estado que desde 2006 lidera o *ranking* brasileiro de destruição da Floresta.

Sem nenhuma dúvida, o compromisso do Governador é ousado, até porque vai além da meta nacional, que prevê a redução de apenas 80% do desmatamento na Amazônia até 2020. Tal compromisso, brasileiros e brasileiras, foi assumido na Conferência Rio+20, que desde 13 do mês em curso vem sendo realizada na capital do Rio de Janeiro, com programação a ser encerrada no dia 22 deste mês.

Durante o debate sobre o Programa Municípios Verdes, PMV, do qual participou o Presidente da Fundação Roberto Marinho, José Roberto Marinho, o Governador Simão Jatene explicou que a redução do desmatamento no Pará será concentrada em quatro pilares: aumento da fiscalização e no monitoramento da Floresta, criação de mais áreas protegidas, concessão de incentivos para a economia de base florestal e aumento da eficiência da pecuária.

Essas metas estão postas no Programa Município Verde, criado em 2011, pelo Governador do Pará, que visa a reduzir o desmatamento do Pará em 2.104 quilômetros quadrados até o ano 2015 e, depois, em 1.233 quilômetros quadrados até 2020.

A partir daí, qualquer desmatamento terá de ser obrigatoriamente compensado com o plantio do que foi derrubado.

Mediante esse fato, solicito votos de honra ao mérito ao Governador Simão Jatene, porque não há dúvida de que o Pará dá um passo gigantesco rumo àquilo que todo o nosso Planeta e não apenas a Amazônia está a esperar nas últimas décadas: o cuidado com o meio ambiente, a partir de políticas públicas efetivas e eficientes para a preservação da humanidade.

O Governador Simão Jatene está de parabéns. Ele sempre primou pela Amazônia e fez planos audaciosos para que, na verdade, o Estado sempre tivesse esse nome de pulmão do mundo. Por isso, nesta tarde, inicio o meu pronunciamento, mais uma vez, Presidenta, parabenizando o Governador do meu Estado pelo pronunciamento e pelo compromisso assumido na Rio+20.

Presidenta, eu continuo o meu pronunciamento perguntando aos brasileiros e às brasileiras, ao Senado da República, ao Congresso Nacional por que ainda

temos, neste mundo moderno, neste Senado Federal, Senador Requião, o voto secreto? Por quê? Por que o Congresso Nacional brasileiro, há anos e anos e anos, criou esse maldito voto secreto, que esconde o rosto do Parlamentar numa urna? E isso continua até 2012?

Essa CPMI do Cachoeira é um exemplo de que este voto secreto, brasileiros e brasileiras, ampara o Parlamentar, de uma condição singular, a esconder-se do seu eleitor, a esconder-se do povo brasileiro. Esse voto secreto, brasileiros, Pátria amada, não pode mais existir no Senado e na Câmara deste Parlamento brasileiro. Esse voto secreto é, na verdade, uma vergonha neste País.

Essa CPI do Cachoeira é uma farsa. Essa CPI do Cachoeira não vai dar em nada. Eles pensavam que iam prejudicar o PSDB. Pensaram errado. O PSDB, o meu partido, jamais se envolveu em tanta corrupção na história do Brasil como o PT. Aliás, nenhum partido brasileiro foi tão desleal ao País quanto o PT. Nenhum partido roubou tanto a Nação brasileira quanto este partido chamado Partido dos Trabalhadores.

Ora, meus senhores, brasileiros e brasileiras, toda essa história em si de CPI, na verdade, foi montada, Brasil, para desviar o foco daquilo de que os governos do PT têm pavor; foi criada nitidamente para desviar o foco do chamado mensalão, numa hora em que a economia brasileira e até os opositores, perdão, até aqueles que dão suporte ao Governo aqui nesta Casa começam a reconhecer... Na hora em que a economia brasileira começa a não deixar mais que o Governo minta, porque agora os números são visíveis.

O Governo começa a não poder mais mentir, povo brasileiro. Como é que o Governo vai dizer agora que a indústria brasileira não está falida? Como é que um País como o Brasil pode viver com uma indústria falida?

Há queda na geração de emprego da indústria brasileira. É triste, Brasil. Essa indústria na qual se trabalhou tanto desde a época de Juscelino Kubitschek, essa indústria em que se investiu tanto para o progresso deste País, essa indústria à qual deram incentivos em todos os governos agora está quebrada.

A economia está quebrada. A economia está cada vez mais insustentável nos seus pilares; a infraestrutura nacional, arrasada.

Nós não temos saúde. Quem poderia levantar a mão, neste País, para dizer que o Brasil trata os brasileiros como devia na saúde? Quem, Brasil? Quem, brasileiros, me digam!

E a educação deste País?

Como estão os aposentados deste País?

Há violência neste País.

E as estradas, brasileiros? E as estradas?

Esta CPI veio exatamente para desviar esse foco. Brasileiros e brasileiras, pela primeira vez, eu vi uma pessoa querer depor numa CPI e esta não aceitar. Aquele Pagot sobre o qual eu sempre falei aqui quer depor na CPI, mas a CPI não quer. A CPI não vai trazer o Governador do Rio de Janeiro, o mais envolvido com a Delta. A CPI, brasileiros e brasileiras, não vai chamar o Presidente da Delta. Que CPI é essa?

Eles não podem mais esconder: a CPI, isso está nitidamente declarado, foi aberta para encobrir o mensalão, foi aberta para amenizar a queda da economia brasileira,

Ela foi aberta para desviar o foco do Supremo Tribunal Federal.

Ora, brasileiros, o Lula teve a coragem... Presidente Lula, o senhor que é considerado um homem tão popular neste País consegue ter coragem para ir a um membro do Supremo Tribunal Federal propor a ele, ao Gilmar Mendes, um membro do Supremo Tribunal Federal, Pátria amada, acreditem. Foi lá ameaçar um membro do Supremo Tribunal Federal para que ele pudesse adiar, pudesse ajudar a adiar a votação do mensalão.

Querida Pátria, aonde chegamos? O que temos, Pátria amada? Olhem o que vou ler agora:

“Juiz que determinou a prisão de Cachoeira é transferido.”

Em que pátria nós estamos? Onde nós estamos, Brasil? Dá medo, Brasil! Dá medo.

Paulo Moreira Lima. Paulo Moreira Lima, que autorizou as escutas da Operação Monte Carlo foi transferido.

É o Brasil. Quem quer ajeitar as coisas é peccador, é culpado. Quem pode atrapalhar o governo tem que ser punido. Como o juiz denunciou, como o juiz denunciou a maracutaia, como o juiz trouxe à tona mais um escândalo e não conseguiram, de forma alguma, envolver outras pessoas, para desmoralizar outros partidos, começam a penalizar as pessoas de bem.

Assim fizeram com aquele policial que tentou mexer com as coisas do Lula – aquilo que o Brasil inteiro sabe – aquele policial que hoje é Deputado Federal. Veja como é, Brasil, já estão culpando o Paulo Lima, o juiz que promoveu as escutas do Carlinhos Cachoeira!

Minha cara Presidenta, a economia vai mal. A corrupção, neste Brasil, se alastrou. Não sei como contê-la e não vejo nenhuma luz no fim do túnel para contê-la.

Os Poderes se desmoralizaram, minha nobre Presidenta. Este Poder não tem moral para se impor, para dizer ao Executivo que ele é independente, que ele sempre foi independente. Sabe por que, Presidenta? Porque os membros deste Poder trocam favores com o Governo! Porque os membros deste Poder são

subordinados ao Governo. E a Nação quebra a sua democracia, porque este Poder, minha querida Presidenta, é o símbolo da democracia brasileira. É aqui que estão os legítimos representantes do povo deste País, mas que não têm liberdade, Presidenta.

Meu País querido, nós não temos liberdade para aprovar aqui um projeto de lei. Não adianta a oposição fazer um projeto de lei que ele não passa. Por melhor que seja, por mais melhorias que traga à população pobre, ele não passa, ele não vai às Comissões, ele não é julgado. O que passam aqui são as medidas provisórias que já vêm combinadas com os parlamentares para serem aprovadas, sejam quais forem, sejam quais sejam, mas a ordem vem de lá: aprovem! Há aqueles que se ajoelham aos pés do Governo, que recebem benefícios do Governo, que recebem em troca emendas, que recebem em troca cargos públicos.

Quando acabou o mensalão? Quando acabou o mensalão? Quando se a troca ainda existe. Quando foi que acabou o mensalão se a troca existe descaradamente? Dá-me um cargo público que eu voto no que quiseres. Não interessa quem votou em mim, não interessa o respeito pelo povo. “Eu vim aqui para me servir não é para servir o povo”, dizem aqueles que recebem esses favores.

Eu não Presidenta, eu não Presidenta, eu não recebo esses favores; eu não quero esses favores.

A minha pátria, o meu Estado eu os defendo, até as últimas conseqüências. No meu dicionário, não há a palavra covardia, nem medo. Não há.

Vim para cá para servir o meu povo, Presidenta, não foi para me servir.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/ PP – RS) – Senador Mário Couto, está com a Mesa o seu requerimento e terá tramitação na forma regimental.

Aproveito também para cumprimentá-lo pela iniciativa, porque tudo que se fizer em favor do meio ambiente – inclusive a iniciativa do Governador do Pará – é elogiável como as outras iniciativas todas com esse mesmo objetivo.

A Mesa apoia também a iniciativa de V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 582, DE 2012

Fulcrado no que preceitua o Art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro votos de Honra ao Mérito ao Exmo. Sr. Governador do Pará, Simão Robison Oliveira Jatene, pelo ousado compromisso de, até o ano de 2020, diminuir a zero o desmatamento no Estado do Pará. O compromisso foi assumido na Conferência Rio+20, a Conferência das

Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em realização na cidade do Rio de Janeiro.

Justificação

No ano de 2011, o Brasil pode comemorar uma queda histórica na taxa do desmatamento da Amazônia. Conforme os índices medidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), foram destruídos 6.418 quilômetros quadrados da floresta amazônica, contra os 7 mil quilômetros registrados em 2010, sendo que foi em 2004 que o Brasil enfrentou um dos piores índices de desmatamento de sua história, com 27.772 quilômetros quadrados de árvores derrubadas na região.

Apesar de o desmatamento vir caindo no Brasil, ainda temos muito o que avançar para preservar o meio ambiente, em particular a Amazônia, considerada o “pulmão do mundo”.

Pois é justamente com esse foco que o Governador Simão Jatene assumiu o compromisso de zerar o desmatamento no Pará, Estado que, desde 2006, lidera o *ranking* brasileiro de destruição da floresta. Sem nenhuma dúvida, o compromisso do Governador é ousado até porque vai além da meta nacional, que prevê a redução de 80% do desmatamento da Amazônia até 2020. Tal compromisso foi assumido na Conferência Rio+20, que desde o dia 13 do mês em curso vem sendo realizada na capital do Rio de Janeiro, com programação a ser encerrada dia 22 deste mês.

Durante o debate sobre o Programa Municípios Verdes (PMV), do qual participou o presidente da Fundação Roberto Marinho, José Roberto Marinho, o Governador Simão Jatene explicou que a redução do desmatamento no Pará será concentrada em quatro pilares: aumento na fiscalização e no monitoramento da floresta, criação de mais áreas protegidas, concessão de incentivos para a economia de base florestal e aumento de eficiência da pecuária.

Essas metas estão postas no Programa Municípios Verdes, criado em 2011 pelo Governo do Pará, que visa a reduzir o desmatamento no Pará em 2.104 quilômetros quadrados até o ano de 2015 e, depois, em 1.233 quilômetros quadrados até 2020. A partir daí, qualquer desmatamento terá de ser obrigatoriamente compensado com o replantio do que foi derrubado.

Mediante esse fato é que solicito voto de Honra ao Mérito ao Exmo. Sr. Governador Simão Jatene, porque não há dúvidas de que o Pará dá um passo gigantesco rumo àquilo que todo o nosso planeta – e não apenas a Amazônia – está a esperar de nós nas últimas décadas: o cuidado com o meio ambiente, a partir de políticas públicas efetivas e eficientes, para a preservação da humanidade.

Sala das sessões, em 18 de junho de 2012. – Senador **Mário Couto**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/ PP – RS) – O Requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, V. Exª poderia me inscrever pela Liderança do PSOL?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/ PP – RS) – Está inscrito pela Liderança o Senador Randolfe Rodrigues.

Senador Wellington Dias está inscrito como orador, imagino que V. Exª, Senador Randolfe Rodrigues, dará a vez a ele, que está esperando aqui para falar, porque seria V. Exª que falaria. *(Pausa.)*

Estou fazendo isso porque estou respeitando o Regimento.

Com a palavra Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradecendo ao Senador Randolfe e à Senadora Ana Amélia, meu querido Senador Pedro Taques.

Srª Presidente, neste final de semana, fizemos uma agenda de apresentação das medidas relacionadas ao programa da estiagem, na região de São Raimundo Nonato, em companhia do Governador Wilson Martins, da bancada federal, da bancada estadual, e ali pude ver realmente as dificuldades enfrentadas pelas pessoas que perderam praticamente toda a sua produção.

O meu Estado, quando se compara o valor relacionado àquilo que se produziu na última safra e o que se produziu nesta, dentro desse território atingido fortemente pela estiagem, nós temos um prejuízo estimado em R\$2 bilhões, aproximadamente R\$1,2 bilhão no Estado do Piauí, daquilo que seria de produção de feijão, de milho, de arroz, e um conjunto de outros produtos, frutas, enfim, que ficaram prejudicados, e mais o impacto que isso tem na agregação de valor, em pequenas e médias indústrias, e também na comercialização.

Então todo um trabalho, todo esforço que estamos fazendo é para fazer com que a economia dessa região seja compensada nesse instante.

Comemorei ali, com a presença do Raimundo Nonato, que é da Caixa Econômica Federal, e que ali representou o Superintendente Emanuel Bonfim, ali nós comemoramos já as primeiras medidas, chegando o pagamento de um conjunto de transferências de renda, que vão resultar, em 12 meses, em aproximadamente R\$700 milhões para essas pessoas que mais precisam.

Paralelamente a isso, com a presença da Superintendência do Banco do Nordeste e do Banco do Bra-

sil, tivemos a apresentação de projetos voltados para apoio aos agricultores. Novamente, todo o esforço é para que possamos aplicar nessa região do semiárido entre R\$450 milhões e R\$500 milhões.

Destaco ainda um conjunto de ações de obras, substituindo as antigas frentes de emergências, que são obras de habitação, obras relacionadas a sistemas de água, a escolas, unidades de saúde, enfim, que também geram emprego, geram renda não só na construção civil, mas também em outras áreas.

Ali, com a presença do Prefeito Padre Herculano, do Vice-Prefeito Beto, de lideranças não só do meu partido, mas do Deputado Marcelo Castro, de Hélio Isaías, de outros parlamentares que ali estiveram, Átila Lira, tivemos oportunidade de visitar a obra do aeroporto de São Raimundo Nonato, um aeroporto que é importante, que tem condições de receber voos nacionais e, no futuro, voos internacionais, que teve a obra paralisada por um longo período e agora foi retomada. Tem previsão de ser concluída este ano, se não houver alguma nova forma de paralisação.

Pois bem, o fato é que ali havia uma manifestação de jovens – e eu comemorei isso, porque é importante. Os jovens, além de uma luta especial, de uma luta que diz respeito ao desenvolvimento do Piauí, cobravam exatamente que não haja mais paralisação dessa obra.

Dali fomos à cidade de Várzea Branca. Lá, tivemos também uma importante agenda de inaugurações, unidade de saúde, escolas e um conjunto de outras obras do Luz para Todos que são destacadas naquele Município, com todas as lideranças, o Prefeito João Melancia, os vereadores, os prefeitos da região também ali participando desse importante momento.

Destaco ainda que tivemos outra agenda, também na região do semiárido. Estive em Marcolândia, onde tive oportunidade de participar da convenção do Partido dos Trabalhadores, e outros partidos. Francisco Macedo, também com inauguração de unidades de saúde, calçamento, obras do Luz para Todos e um conjunto de outras obras. Valença do Piauí, também participando, nesses dois últimos Municípios, de convenções.

E, em Teresina, a inauguração, eu destaco aqui, de mil habitações do Minha Casa Minha Vida, chamadas Teresina Sul I e Teresina Sul II, uma verdadeira cidade ali, ao lado da BR-316, onde estamos agora trabalhando para toda uma estrutura de escolas, estrutura de segurança numa região que passa a ter uma população de aproximadamente 5 mil pessoas com esses dois conjuntos habitacionais.

Ali é evidente destacar a alegria das pessoas por tudo isso.

Também estivemos em São Miguel do Tapuio, com as lideranças daquela região – Assunção, Campo

Maior, também de Jatobá e do Município de Castelo –, onde também partilhamos ali de um momento com importante agenda para aquela região.

Mas, Presidente, quero aqui tratar de um encontro que participei da Rede Colegiados Territoriais do Estado do Piauí. Aliás, devo dizer que também, esta semana, a comissão que trata da política sobre drogas esteve em Bom Jesus e na cidade de Floriano. Nesses lugares também houve atividades importantes.

Quero aqui destacar o trabalho da Deputada Rejane, mas também de outros parlamentares da Assembleia Legislativa, das lideranças municipais, dando seguimento a esse trabalho que aqui fizemos no Senado Federal e na Câmara Federal.

Quero, enfim, voltar aqui. O tema que me traz hoje é sobre o Plano Nacional do Desenvolvimento Territorial. Essa é uma medida nova que foi abraçada pelo Presidente Lula e que quero aqui cobrar, para que o Governo da Presidente Dilma possa garantir, assegurar e fortalecer. O Ministério do Desenvolvimento Agrário esteve presente, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Social e da Integração.

Os Estados são estimulados a criar territórios de desenvolvimento. No caso do Estado do Piauí, são onze territórios de desenvolvimento implantados já a partir de 2003. Cada território desses equivale a uma bacia hidrográfica. Território do Entre Rios, para dar um exemplo, na região da capital, Teresina, está localizado entre o rio Poti e o rio Parnaíba. A partir daí, um conjunto de Municípios, onde o potencial de desenvolvimento é semelhante, seja o comércio, a indústria, as condições de comércio não só varejista, mas também atacadista, seja o turismo, a produção agrícola, a fruticultura, a produção animal, a bacia leiteira.

O estudo feito pelo Ministério da Integração Nacional, Ministério do Meio Ambiente, Embrapa, pelo Ministério da Agricultura e o Ministério da Integração Nacional com a Codevasf, esse projeto permite organizar, planejar todo o desenvolvimento do Estado em todo o seu território.

Tem o território litorâneo lá no Norte, a Chapada das Mangabeiras no extremo sul, a região dos Carnaubais e um conjunto de outros territórios espalhados por todas as regiões do Estado.

Naquela região onde eu estive, temos o território da Serra da Capivara, mas há um território comum naquela região de Marcolândia, onde também tive a oportunidade de participar, onde ali tem uma parte desse território que é do lado do Piauí, outra parte do lado do Ceará e outra também, comum, do lado de Pernambuco. Aí temos as reservas de gesso, as reservas de vários minérios e também, em comum, a produção da mandioca etc.

Em cada território desse, é estudado qual o potencial que tem e, a partir daí, se planeja tudo: qual a infraestrutura necessária para uma região que tem um forte potencial mineral, se tem ferro, se tem gesso, se tem calcário. Certamente, o ideal é ferrovia porque sem isso já se tem dificuldade. E assim foi feita a Transnordestina. A Transnordestina não passava no meu Estado, ela, na verdade, descia de Fortaleza e, na altura do Município de Salgueiro, em Pernambuco, vindo do Recife, as duas se encontravam ali e desciam para a Bahia. E ali se verificou que o Brasil precisava ver essa região, que envolve Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, em direção ao Maranhão, até Estreito, no Maranhão, que emenda com a Norte/Sul, por conta desse potencial.

Veja, o desenvolvimento territorial é uma ideia moderna, é algo que não pode ser abandonado. Sabendo quais são as cadeias produtivas, não só a infraestrutura de transporte, precisa de aeroporto? Precisa de rodovias,? Quais? Ligando o quê? Porque senão você faz uma rodovia simplesmente por fazer, porque pediram para fazer assim, para passar por aqui. Não, ela vai passar por essa região porque aqui tem um grande potencial de fruticultura ou tem um grande potencial na área do turismo. Enfim, a partir daí você integra ferrovia, faz um intermodal, ferrovia, com rodovia, com hidrovias, com os aeroportos internacionais, os aeroportos para voos domésticos e aeroportos para voos regionais, e até aqueles aeródromos para regiões onde aviões de pequeno porte são importantes.

Se a gente sabe qual o potencial de cada território desses, também se planeja a educação. Por exemplo, a região de Bom Jesus fica no sul do Piauí. Ali foi verificado um grande potencial para a soja, para o milho, para o arroz, para a produção do trigo – estamos lá agora experimentando o trigo –, para a fruticultura. Como é que uma região dessa, que tem potencial para isso, não tem o curso de agronomia? Então, passou assim a Universidade Federal a ali se instalar tendo o curso de agronomia. Criam-se gado, caprino, ovino, como não ter o curso de veterinário? Ali passou a ter o curso de veterinário.

A partir desse planejamento, desses estudos que são feitos – repito: no caso do Piauí, são onze territórios, cada território desse tem aí entre 11 e 23 cadeias produtivas comuns, bem desenhadas –, passamos a fazer o trabalho. Por exemplo: em São Raimundo Nonato, que tem um grande potencial na fruticultura do caju e também do mel, agora foi inaugurado um grande entreposto de mel, porque o nosso mel ali produzido era praticamente vendido a granel e a um preço muito baixo. Hoje, tem-se um entreposto do Estado. O Estado compra direto, faz a compra por um preço

competitivo, evita que, na época da grande produção, se tenha uma queda de preço e dali é que se vende para a indústria pelo melhor preço em qualquer lugar do Brasil ou do mundo. Priorizam-se as indústrias do próprio Estado se nós temos um estoque, porque o próprio Poder Público ajudou a estocar, e damos a segurança para a base industrial existente no Estado.

Então, esse é um plano que nós traçamos em 2003. O Piauí foi o primeiro Estado brasileiro a ter todo o seu território estudado e planejado. Foi daí que descobrimos, como falei aqui na semana passada, por exemplo, o potencial na área do gás e do petróleo. As pessoas não sabiam desse potencial existente no Estado do Piauí.

Bom, paralelo a essa parte, faz-se o planejamento também para as outras áreas dos serviços que o Poder Público implanta. Então, em cada território, tem um quartel da Polícia Militar, e, a partir dali, o desenho das suas companhias regionais; tem um hospital de média e alta complexidade, e, a partir dali, o sistema de unidades básicas, ou seja, quais são os serviços que aquela região tem que comprar de outra região, talvez até de outro Estado? Determinados exames, por falta de determinados equipamentos, o paciente tem que se deslocar a longas distâncias.

Então, usando como exemplo de novo essa região de São Raimundo Nonato, ali está sendo implantada uma unidade de saúde em condições de atendimento de urgência, de emergência, em atendimento de média e alta complexidade.

Passamos, assim, a poder formar os profissionais, através da Universidade Federal, do Instituto Federal, da Universidade Estadual e da Escola Técnica Estadual, voltados para essas áreas. Deu-me orgulho, por exemplo, ver que os alunos da Escola Técnica que apoiamos em São Lourenço estão hoje sendo usados para os projetos de emergência em apoio à Emater, à área da assistência técnica.

Então, veja que, nesse encontro com as lideranças que formam a rede de colegiados territoriais do Estado do Piauí, eles cobraram, pois, na visão deles, não há uma prioridade, como se deu até o ano de 2010. Há um receio de que possa haver uma mudança brusca. Por quê? Porque antes o programa era trabalhado no Ministério do Desenvolvimento Agrário; hoje, está tudo concentrado, no Brasil sem Miséria, no Ministério do Desenvolvimento Social. E, ao se mudar para outro Ministério, como não havia a cultura do desenvolvimento territorial, ficou um receio de que isso pudesse trazer problemas.

Então, estamos tratando aqui com as Ministras Ideli e Gleisi, com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e com a Ministra Tereza Campello,

exatamente para que todos eles compreendam – já que houve ampla mudança e praticamente não tem mais ninguém de 2010 nesses Ministérios, exceto Gilberto Carvalho –, para que tenhamos condição de assegurar que essa prioridade prossiga no Brasil. Isso certamente é importante.

Aliás, o Estado de V. Ex^a, o Rio Grande do Sul, foi pioneiro no Brasil em trabalhar esse sentido territorial. Estamos seguindo inclusive alguns exemplos. O Festival da Uva, numa região onde se produz uva; o Festival do Chope, numa região onde se produz cevada, trigo. Então, lá estamos assim. Em São João do Piauí, há o Festival da Uva, porque é uma região onde se produz uva no Estado do Piauí. Em Batalha, há o Festival do Bode. Por quê? Porque a tradição lá é a do caprino. Agora mesmo estivemos em Pedro II, onde já é o Festival de Inverno. Mas o foco ali é a opala, que é um minério. Temos uma das maiores reservas do planeta nessa área, em que se faz jóias, bijuteria. Mas ali também há o artesanato e um conjunto de outras áreas. Aliás, estive lá o cantor Milton Nascimento, o cantor Lenine e um conjunto de outros artistas, num momento, aliás numa região que, pouca gente do Brasil sabe, fica a cerca de 800 metros de altitude e onde a temperatura nesta época do ano chega a dez graus. Está certo? A gente só se lembra do calor de Teresina, que, nesta época do ano, vai aumentando. Agora está chegando lá a 40 graus... Chega a 45 graus, inclusive, por volta do mês de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro.

Pois bem, quero aqui encerrar, Sr^a Presidente, dizendo que o Brasil não pode abrir mão dessa memória. Aliás, esse planejamento nós estivemos aprendendo com a experiência de alguns Estados brasileiros e aperfeiçoando a partir de alguns países. Eu destaco a Itália, como um país que apostou em duas coisas, exatamente nesse planejamento regionalizado. A região do Vêneto tem ali um conjunto de prioridades diferentes, por exemplo, da Emilia Romagna, da região da Toscana e de outras regiões.

Então, a partir daí, incentivar o empreendedorismo. E eu fiquei feliz, lá em Várzea Branca, no Piauí, um Município pequeno, mas que é polo para vários outros que ficam bem no centro, por podermos inaugurar ali um centro de empreendedorismo.

Pois bem, então, eu acredito que o grande papel, a grande mudança no Brasil é exatamente criar essa cultura empreendedora. E aí eu digo, com muito orgulho: em 2009, o Sebrae nacional, com um conjunto de outros parceiros governamentais e não governamentais, entregaram para o Piauí – na época eu era governador – o prêmio de Estado Empreendedor do Brasil. Por quê? Porque o Piauí é o Estado que tem

a maior fatia da população empreendedora: 18,3% da nossa população – dados de 2010; eu não vi o de 2011 – é empreendedora, ou seja, é alguém que trabalha, desde uma produção agrícola, mas que, como empreendedor, passa a ter essa vocação mais bem planejada. É o outro que trabalha com o comércio, é o outro que trabalha com a pequena, média ou grande indústria. E eu creio que esse é o maior choque que a gente pode dar nas mudanças para o desenvolvimento. Por quê? Porque o desenvolvimento assim acontece, e acontece de forma espalhada.

No meu Estado, nós queremos crescimento econômico. Nós não queremos que ele cresça verticalmente. Queremos que ele cresça horizontalmente, ou seja, não pode ser um desenvolvimento com tanta desigualdade, precisa ser um desenvolvimento com mais igualdade.

Então, com essas palavras, eu queria aqui parabenizar a todas as lideranças da rede de colegiados territoriais. E saibam, como eu disse no encontro, do meu integral apoio, e tenho certeza de outros Parlamentares aqui, para que o Brasil não dê passos para trás. Que a gente possa dar sempre passos para frente nessa direção.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento o Senador Wellington Dias.

V. Exª fez referência à Festa da Uva, de Caxias do Sul, ao Natal Luz, de Gramado, à Festa do Doce, de Pelotas, resgatando uma cultura portuguesa de grande valor. Isso é o que hoje está sendo chamado de economia criativa. É um filão fantástico, e seu Estado está revelando também, como um Estado empreendedor, uma grande capacidade de entrar nesse nicho e de aproveitar o que ele tem de melhor: a capacidade das pessoas. Falo da Festa do Bode, da Festa da Uva, que também há lá, da Festa do Arroz. Seu Estado está produzindo arroz em uma região muito importante. Tudo isso vai servir para a economia produtiva.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Se V. Exª me permitir, quero só mais um minuto. Agradeço-lhe as palavras estimuladoras e generosas de V. Exª.

O que tem de fundamental é isso e quero fechar só com isso. Se aquela região tem um potencial de bacia leiteira, de piscicultura, de fruticultura, de qualquer coisa, lá já se qualifica, na rede profissional, não só com essa vertente empreendedora, mas para todas as profissões que aquela cadeia produtiva vai precisar. Lá ela se fortalece, com vários pequenos, casados às vezes com um médio, com um grande, que ganham força para levar o seu produto para o mundo. Acho

que esse é o modelo que o Brasil precisa espalhar por todas as regiões.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É verdade.

Para que minha terra não fique reclamando que não falei da festa de minha cidade, Lagoa Vermelha, lá existe a Festa Nacional do Churrasco e o Rodeio Internacional de Vacaria. V. Exªs têm de aparecer para visitar a riqueza que temos lá no Rio Grande do Sul. O gaúcho costuma receber com muita festa. Tem a Festa Nacional do Arroz, a Festa Nacional da Soja. Todos estão convidados.

Convido o Senador Pedro Taques para fazer uso da palavra.

Quero informar também que o Senador Randolfe Rodrigues substituiu sua inscrição como Líder, com a qual teria a preferência, para falar como orador inscrito. S. Exª vai suceder o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cidadãos que nos assistem pela TV Senado, que nos ouvem pela Rádio Senado, venho nesta tarde de segunda falar sobre alguns temas. Esta é uma tarde de plenário vazio porque muitos estão no Rio de Janeiro, aquela cidade maravilhosa que nós todos conhecemos.

O primeiro tema é mais uma vez defender a votação aberta aqui no Senado da República.

Srª Presidente, nós assumimos um compromisso de toda semana subir a esta tribuna e defender a votação aberta, não só neste rumoroso caso que nos atormenta, que estamos a viver, nós todos aqui no Senado, mas para que nós não possamos, logo no semestre que vem, no ano que vem, discutirmos o mesmo tema se mais um lamentável fato ocorrer com um Senador da República.

Nós não podemos permitir, Srª Presidente, que a escuridão ainda permaneça na votação dos representantes do povo. Nós não podemos permitir que o cidadão eleitor, o dono do poder, aquele a quem a Constituição da República, no art. 1º, parágrafo único, oferta a titularidade do poder, não saiba de que maneira o seu representante votou.

Isto não é possível em uma democracia, Srª Presidente: o eleitor do meu Estado do Município de Confresa, de Colniza, de Rondolândia, do Município de Aripuanã, tem o direito constitucional, o direito republicano de saber em quem o seu representante nesta Casa votou.

Por isso, mais uma vez, subo a esta tribuna para defender uma situação aberta: que S. Exª o Presidente desta Casa, o Presidente Sarney, novamente em reu-

não com as lideranças, decida que nós precisamos colocar esse tema em pauta. E aí cada Senador, cada Senadora assuma a responsabilidade de votar pelo segredo, pela escuridão, ou votar pela abertura dos votos, votar pelas luzes da democracia dentro desta Casa.

O segundo tema, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: o Juiz Federal da 11^a Vara de Goiás, o Dr. Paulo Augusto Moreira Lima, foi aquele juiz federal que decretou a prisão do Cachoeira e da quadrilha que se encontra ao redor do Cachoeira. Durante quase dois anos, esse juiz levou a cabo uma das maiores investigações já realizadas no Brasil, auxiliado pela Polícia Federal, auxiliado por dois Procuradores da República: Dr^a Léa Batista e Dr. Daniel Salgado, durante dois anos. Um grande juiz, um corajoso juiz.

No entanto, por questões que ainda não vieram a lume, esse magistrado, no último dia 14, pede o seu afastamento da 11^a Vara de Goiás. Ele pediu o seu afastamento, e o Tribunal Regional Federal, na sexta-feira, afastou, a pedido, esse magistrado. E, a partir desta segunda, nesta data, dia 18, outro magistrado conduz a ação penal, preside a ação penal que resultou nesse novo escândalo da República, o chamado "escândalo Cachoeira".

Muito bem! Quais foram os motivos do afastamento desse magistrado? E eu quero aqui, Sr^a Presidente, mais uma vez, repetir o nome deste grande brasileiro: Dr. Paulo Augusto Moreira Lima.

Quais foram os motivos?

Uma semana antes, em um dos vários *habeas corpus* impetrados pela defesa do Cachoeira, esse magistrado prestou informações ao Dr. Tourinho Neto, o famoso Tourinho Neto, nesse *habeas corpus*. O juiz defende a licitude das provas. Esse magistrado digno defende, Sr^a Presidente, que a investigação não se iniciou apenas em denúncias anônimas. O magistrado percorre toda a investigação, defendendo a legalidade da investigação. No entanto, o Desembargador Tourinho Neto, que, aliás, é membro do Conselho Nacional de Justiça, em seu voto, na semana passada, entendeu que a prova era ilícita.

Conheço o Dr. Tourinho Neto há quinze anos. Como Procurador da República em vários Estados da região Norte do Brasil, já tive oportunidade de ver, nas ações penais que nós, do Ministério Público Federal, manejávamos, esse desembargador nulificar investigações, nulificar ações penais, mas, ao depois, o Superior Tribunal de Justiça muda as decisões dele.

Felizmente, o Dr. Tourinho Neto não foi ouvido por outros dois magistrados da Turma em que ele se faz presente, no Tribunal Regional Federal da 1^a Região, porque, nesta tarde, a luz veio à realidade, e dois outros desembargadores entenderam, contrariamente

ao que disse o Dr. Tourinho Neto e de acordo com o que diz a lei e a Constituição, e de acordo com o que disse o Dr. Paulo, na 11^a Vara, que a investigação era lícita, ou melhor, é lícita, é constitucional.

O Dr. Tourinho Neto é useiro e vezeiro em nulificar investigações. Cito aqui uma delas. Por exemplo, em 2002, ele foi o magistrado que libertou, por duas vezes, o então investigado e processado no caso Sudam, o Senador Jader Barbalho.

Continuo.

O Dr. Tourinho Neto é useiro e vezeiro em dar sermão em magistrados e procuradores da República em suas decisões. E eu, aliás, disse a ele aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, por ocasião de sua sabatina para o Conselho Nacional de Justiça: não cabe a juiz do tribunal, não cabe a qualquer magistrado da República Federativa do Brasil dar sermão em magistrado de primeiro grau, em procurador da República.

Infelizmente, no Brasil, alguns desembargadores têm o vício de se arvorarem a juízes da causa. Eles não são juízes da causa. Eles são juízes recursais. No entanto, eles se entendem como juízes da causa, e o Dr. Tourinho Neto é um desses.

Por exemplo, em 2007, num despacho, ele ofendeu e chamou de desidiosa a Procuradora Lívia Tinoço, acusando-a de retardar uma ação que ela havia assumido apenas semanas antes. O MP moveu contra ele uma ação penal no STJ. Eu não sei a natureza, se essa ação penal foi ou não para frente.

Muito bem; em 2010, o cidadão Tourinho, o juiz, liberta 40 acusados de roubo e comércio ilegal de madeira em reservas florestais no Estado de Mato Grosso.

Esse juiz, o Dr. Tourinho Neto, ao meu juízo, é um desembargador que não se encontra cumprindo o que diz a Constituição da República.

Falo isto desta tribuna, com o dever constitucional de um parlamentar: não cabe a magistrados de tribunal dar sermão em magistrados, em procuradores da República.

Muito bem; a um magistrado que faz parte do Conselho Nacional de Justiça não cabe agir dessa sorte.

Eu tenho aqui várias decisões do Dr. Tourinho. Várias decisões! Muito bem. Ele diz, na sua decisão, que felizmente não foi mantida pelo TRF, que as interceptações teriam iniciado apenas com denúncia anônima. Isso não é verdade, Sr^a Presidente. Isso não é verdade! O Dr. Paulo, da 11^a Vara, nas suas informações, desmente esse magistrado. Desmente esse magistrado!

Agora, infelizmente, alguns operadores do Direito aqui de Brasília, alguns magistrados, alguns Ministros de Tribunais Superiores entendem que, no Brasil, não existe crime organizado; entendem que crime organi-

zado só existiria em filmes, não na realidade em que vivemos.

No Brasil, nós temos, sim, organizações criminosas que se adonam inclusive de parlamentares da República, como nós estamos a acompanhar neste caso. Nós temos organizações criminosas que se adonam do aparelho do Estado para, valendo-se de licitações fraudadas, roubar o dinheiro que pertence à República. São os novos bucaneiros, são os piratas do patrimônio público. Estes alguns magistrados dos tribunais entendem que não existem. Eles estão fora da realidade!

Enquanto magistrados do primeiro grau de jurisdição, enquanto procuradores da República, enquanto policiais federais, delegados e agentes da Polícia Federal expõem a sua vida a risco de morte, os magistrados aqui de Brasília, como que numa ilha da fantasia, nos seus gabinetes, muitos deles enfeitados com vários diplomas e certificados de honra ao mérito – e nós conhecemos alguns gabinetes –, com a bandeira do seu Estado de origem, com um artesanato do seu Estado na mesinha da frente, vivem em uma ilha. Magistrados federais, magistrados estaduais, promotores de justiça, procuradores da República, policiais expõem a sua vida, mais uma vez, a risco de morte, e esses magistrados entendem que nós não estamos vivendo o que se denomina de organização criminosa no Brasil.

É lamentável, Sr^a Presidente, que estes vivam no mundo da lua!

Para minha honra, concedo um aparte ao Senador Randolfe Rodrigues.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Senador Pedro Taques, quero, ao lhe cumprimentar pelo seu pronunciamento e pelo que V. Ex^a nele aduz, destacar que V. Ex^a faz o arrazoado de uma contraofensiva, querida Presidente, que estamos vendo por parte da organização criminosa que foi desbaratada pela atuação corajosa dos procuradores da República aos quais V. Ex^a já se referiu e da Polícia Federal. É essa atuação corajosa que é responsável por nós estarmos hoje, aqui, no Congresso Nacional, com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, desvendando uma rede de crimes que envolve grandes empreiteiras, agentes públicos, políticos, Deputados Federais, Senadores e Governadores de Estado, até onde investigamos neste momento, podendo chegar a mais vários outros agentes públicos, com a rede de contravenção da jogatina patrocinada pelo Sr. Carlos Cachoeira. E V. Ex^a é muito preciso em dizer que isso tudo somente se iniciou devido à atuação corajosa de Procuradores da República e da Polícia Federal. Somente devido a isso! E nós estamos vendo que, da quinta-feira para cá, houve uma contraofensiva da ação criminosa. A

ação criminosa tem tentáculos – e estamos percebendo claramente – em Poderes da República, em agentes privados e em agentes públicos. É isso que estamos percebendo: que, de fato, da última quinta-feira para cá, tivemos uma contraofensiva da organização criminosa. Primeiramente, os que querem investigar e avançar na investigação – eu e V. Ex^a, que estamos acompanhando e participando da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – fomos derrotados, na última quinta-feira, quando foi rejeitado o requerimento de convocação do Sr. Cavendish. Na sequência disso, V. Ex^a já destacou o currículo do Desembargador, o qual proferiu o pedido de relaxamento da prisão do Sr. Carlos Cachoeira. Hoje de manhã, em uma decisão que me pareceu um acinte, uma intervenção indevida ao princípio da harmonia e independência dos Poderes, o Ministro Toffoli, pelo Supremo Tribunal Federal, dá razão a uma ação da defesa do Senador Demóstenes para conceder mais prazo a ele no Conselho de Ética. E, juntamente com isso, nós tivemos o afastamento de alguém que deveria receber aqui, da Mesa do Senado, uma honraria como herói brasileiro: o Juiz Federal que mandou prender o Sr. Carlos Cachoeira enfrentando a tudo e a todos. E o que estamos percebendo? O Tribunal de Justiça de Goiás, ao invés de prestar honraria e homenagem a este juiz, afasta-o. É a máxima do velho e querido bom Chico Buarque: “Chama o ladrão!” Porque se um brasileiro como esse, que prende o contraventor-chefe de uma organização criminosa, como é o Sr. Carlos Cachoeira, é afastado, a quem mais vamos recorrer? Então, estava quatro a zero para eles. Ainda bem que hoje se iniciou uma reação. O Tribunal Regional Federal, numa decisão sábia e acertada, considerou válidas as escutas, as interceptações telefônicas feitas pela Polícia Federal. Eu queria aproveitar o seu pronunciamento e comunicar que estou protocolizando, no Conselho de Ética, uma Questão de Ordem arguindo a suspensão do colega Senador que defendeu a não convocação do Sr. Cavendish, em virtude dos notórios acontecimentos em que o colega se declarou amigo do Sr. Cavendish. Ele disse isso, inclusive, no *Twitter*, onde se declara amigo do Sr. Cavendish, que é próximo do Sr. Cavendish e que se encontrou com o Sr. Cavendish em Paris. Então, não só não poderia ter votado, como também não poderia dar causa à defesa dele. E o art. 306 do Regimento Interno do Senado, combinado com o art. 254, inciso I, do Código de Processo Penal, é claro e cristalino em arguir suspensão de investigador que tem relações próximas e de intimidade com o objeto da investigação, com o investigado. Nós temos que reagir, Sr^a Presidente, querido Senador Pedro Taques. Eu tenho a honra de estar ombreando com V. Ex^a nessa pauta e nessa luta republicana. Temos sido atacados

em conjunto nas redes sociais e temos sido atacados em conjunto nos porões em virtude das posturas que temos assumido, mas eu fico feliz por saber que, assim como V. Ex^a e a Senadora Ana Amélia, nós temos sido companheiros. A palavra “companheiro” vem do latim e significa: aquele com quem você comparte o pão, aquele que está ao seu lado. Temos sido companheiros nessa jornada para que essa Comissão Parlamentar de Inquérito não termine em *pizza* e para que não triunfe a obsolescência das investigações.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador Randolfe. Companheiro, hoje, é um termo que não pode ser muito utilizado, porque está quase desnaturado. Imaginem: o Maluf, hoje, é companheiro do Lula! Este é um País de piada pronta. Mas vamos deixar esse tema para outro debate.

O mesmo Juiz Tourinho Neto determinou a solução do Cachoeira, dizendo que o Cachoeira havia praticado apenas contravenção penal, que, na Itália, é denominado de crime anão, e o Tourinho disse aqui que é um ilícito menor.

O Cachoeira não está processado só por contravenção penal! Ele está sendo processado por várias vezes ter praticado ilícito de corrupção ativa. Ele está sendo processado por quadrilha. É quadrilheiro! É membro de organização criminosa já condenado no Rio de Janeiro. Falar que ele deve ser solto porque está a praticar contravenção penal é mentir! Isso é mentira! Basta ler a denúncia. Ele foi denunciado com mais de 70 pessoas. É membro de organização criminosa! E a legislação nacional diz que aquele que comete esse tipo de crime deve ficar preso. No entanto, Sr^a Presidente, é como eu sempre digo: quando o Ministério Público ou a Polícia Federal entram na casa grande, deixando a senzala, aí a reação vem.

O Direito Penal, mais uma vez repito aqui, não pode ser igual à Teologia da Libertação: fazer opção só para os pobres. O Direito Penal serve para grandes empresários, inclusive donos de empreiteiras que, em menos de oito anos, recebe quase R\$4 bilhões dos recursos do Tesouro Nacional. Esses são os novos piratas da República; são os bucaneiros da coisa pública.

Sr^a Presidente, para a minha honra, eu quero comunicar a presença aqui do Dr. Dorileo, Advogado do Estado de Mato Grosso.

Seja bem-vindo ao Senado, companheiro do PDT! É uma honra tê-lo aqui!

Encerro, Sr^a Presidente, também destacando essa decisão de hoje do Ministro Dias Toffoli.

A Constituição da República, no art. 2º, determina a separação dos Poderes. A Constituição da República diz, no art. 52, que o Senado deve tratar dos seus assuntos internos através de uma resolução, que é o

veículo apropriado para vir ao mundo jurídico o Regimento Interno, que é uma espécie de lei em sentido material, a lei que nos regula internamente.

O Ministro Dias Toffoli, nessa sua interpretação, que é teratológica, entende que pode criar um novo regimento interno para o Senado da República. É um juiz que adivinha que Senadores que receberam as alegações finais do Senador Demóstenes na sexta-feira ficariam dormindo sábado, domingo e não teriam capacidade intelectual para analisá-las. Isso é um absurdo!

Será que nós, aqui, no Senado da República, poderíamos votar uma resolução para reger a forma como o Supremo vai votar o mensalão?

Eles fizeram uma reunião administrativa e decidiram como será a votação do mensalão, porque isso está no Regimento Interno do Supremo. Isso se encontra no alto governo dos tribunais. Portanto, não há que se falar que o Supremo Tribunal Federal possa se imiscuir em decisões internas desta Casa. Está violando a separação dos Poderes. Nós estamos criando uma hipertrofia, uma superforça de um poder em detrimento de outro. Isso não é democracia, isso é ditadura, isso é autoritarismo, isso não é possível na Carta da República.

O Supremo Tribunal Federal nós devemos respeitar. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal merecem nosso respeito, mas o Supremo não pode, a cada decisão, inventar a Constituição. O Supremo não pode, a cada decisão, criar um novo texto constitucional. E agora estão a criar regimento interno e resolução do Senado da República. Isso não é constitucional!

Mas existe, ao que consta, um documento chamado Constituição. E este documento chamado Constituição não pode ser apenas uma folha de papel onde existem algumas grafias simbólicas ali ditas. A Constituição tem que ser vivida por nós. A Constituição tem que ser vivida por nós; a Constituição tem que ser sentida por nós. E nós, Senadores, desta tribuna, juramos cumprir a Constituição. Por isso venho aqui criticar essa decisão do Ministro Dias Toffoli.

Decisão judicial se cumpre, agora decisão judicial se debate. Só na escuridão da ditadura as decisões não eram debatidas. Nós ainda vivemos em um Estado democrático de direito.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento-o, Senador Pedro Taques.

De fato não teremos um Estado de direito nem uma democracia sólida se as instituições não mantiverem o equilíbrio entre os Poderes, a independência necessária entre os Poderes. E não é possível admitir a interferência, em questões *interna corporis*, de um Poder sobre o outro, notadamente em matérias de competência exclusiva.

Também queria destacar o início de seu pronunciamento, porque hoje também falei sobre isso: a importância de deliberarmos sobre voto aberto nas deliberações do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. É uma matéria relevante. Embora o Presidente do Senado, Senador José Sarney, tenha incluído a matéria na pauta da semana que passou, não houve quórum em função das várias atividades, inclusive a CPI do Cachoeira. Contudo, teremos que enfrentar esse tema, pois a sociedade cobra de nós essa deliberação inadiável.

Para falar como orador inscrito, convido o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, não deixando de fazer, logo de antemão, o cumprimento devido ao belíssimo pronunciamento do Senador Pedro Taques, porque corroboro as ideias aqui expressadas, reitero a manifestação, porque espero que semana que vem, inadiavelmente, nós possamos apreciar, aqui no plenário do Senado, a proposta de emenda constitucional que põe fim ao voto secreto. Seria bom que nós não tivéssemos mais sessões sob o manto do voto secreto aqui no Senado da República.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queria fazer um rápido comentário sobre o conjunto de greves que ocorrem hoje pelo País, em primeiro lugar as greves dos servidores e professores das universidades públicas federais, minha categoria, à qual me associo e com a qual me solidarizo com muito orgulho, e também as greves de professores nos Estados da Federação, muitas das quais ocorrendo desde o último abril.

Nas universidades federais, os docentes, técnicos administrativos e estudantes, mais de 90% das Iles – Instituições Federais de Ensino Superior, estão em greve. Dessas categorias, a primeira a deflagrar o movimento foi a dos professores. Eles estão em greve há mais de um mês e tentam negociar com o Governo uma proposta de plano de carreira. É a única categoria que não teve sua carreira estruturada.

É bom lembrar que hoje um professor universitário de qualquer país europeu recebe, no começo da carreira, dez vezes mais que qualquer professor universitário no Brasil. Qualquer professor universitário de país europeu recebe, no final de carreira, de vencimento, vinte vezes mais que qualquer professor universitário brasileiro.

Um país que é a quinta economia do Planeta, um país que quer se arvorar e se incluir entre as chamadas nações desenvolvidas não alcançará essas metas enquanto, em primeiro lugar, menos de um terço de sua população não tiver acesso a ensino superior e, também

em primeiro lugar, concorrendo com o primeiro item, os seus professores, os profissionais responsáveis por pesquisa, ensino e extensão não forem valorizados.

Portanto, quero manifestar, desta tribuna, a minha irrestrita solidariedade, bem como a do meu partido, a todos os docentes que se encontram em greve desde o último dia 17 de maio, e quero apelar para o Governo, pela importância, para que sente e dialogue com o movimento.

Não é difícil imaginar o que sente um professor de uma universidade pública que ganha um salário que não chega à metade da remuneração dos servidores que integram as chamadas carreiras típicas de Estado, principalmente das áreas de arrecadação e fiscalização, e que têm, para o Estado brasileiro, um papel tão importante quanto essas ditas carreiras típicas.

Os Ministérios da Educação e do Planejamento receberam os grevistas, mas não apresentaram uma contraproposta, e as negociações continuam sem desfecho.

Acredito, Sr^a Presidente, que recursos no Orçamento federal existem e muito, porém a prioridade, lamentavelmente, continua sendo o pagamento dos juros da dívida pública brasileira e o financiamento da redução das áreas sociais.

A Presidenta da República anunciou, na semana passada, um pacote de incentivo, através do BNDES, aos Governos estaduais e tomou uma medida, uma iniciativa com que nós aqui exultamos, e a cumprimos, qual seja, enfrentar a crise econômica com mais crédito na praça, com liberação de financiamento a baixas taxas de juros, através do BNDES, e com redução. Alguns setores do Governo falam, e espero que esses setores triunfem no Governo: com redução do superávit primário. Mas poderíamos acompanhar a carona dessas medidas também com radical processo de incentivo e valorização das atividades do exercício da profissão, do mister do magistério por parte dos professores.

É inadmissível que a educação, o ensino, a pesquisa e extensão, a saúde, a previdência social, o meio ambiente, dentre outras áreas estratégicas para o desenvolvimento, sofram arrocho salarial e sofram discriminação.

A greve dos docentes, Sr^a Presidente, alcança mais de 90% das universidades. Os professores, mais do que qualquer outro segmento, têm pressa em resolver o impasse criado. São milhares e milhares de estudantes sem aulas em todo o País, e o único culpado nessa história é a condição de desvalorização da carreira do magistério, da carreira dos professores.

Não é o caminho não atender e não ouvir a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, o sindicato nacional.

É importante registrar, que desde 2010, a questão essencial para a categoria é a reestruturação da carreira com a incorporação de diversas gratificações, ou seja, os professores, na verdade, estão reivindicando até alguém do que eles merecem e deveriam.

No contexto dessas mobilizações, os professores estaduais do meu querido Amapá estão em greve há quase dois meses.

O problema da educação, portanto, não está somente nas universidades. A educação básica também sofre com a limitação de verbas para o setor, e em vários Estados, como no Amapá, ocorreram greves neste ano.

A falta de valorização do magistério é um ponto crucial que precisa ser enfrentado. Repito, um professor recebe apenas 60% do que é auferido para profissionais com igual formação.

Nós não construiremos um país justo, não construiremos, por mais que nós continuemos a nos vangloriar, a exaltar a condição de quinta economia do Planeta. Ao exaltar os índices sociais alcançados na última década, como a erradicação da mortalidade infantil, nós deixamos de destacar outros índices que padecem de vergonha.

O Brasil é um dos países da América Latina que ainda não decretaram seu território livre do analfabetismo. Assim já o fizeram Nicarágua, Bolívia, Venezuela e Cuba. O Brasil ainda tem um horrendo índice de quase 9% de sua população padecendo de analfabetismo, e ainda padece, complementarmente a isso, de pagar os piores, alguns dos piores salários para professores das universidades federais e do ensino básico de toda a América Latina, para não fazer comparativos com a Europa e com os Estados Unidos, porque aí a situação ficaria vergonhosa demais.

Essa situação provoca uma desmotivação, torna a profissão de professor, a mais nobre e necessária das profissões para um país se desenvolver... Quero destacar aqui o exemplo do Japão, que logo após a Segunda Guerra, arrasado que foi, aumentou os investimentos de seu produto interno bruto para mais de 10% em educação, ou seja, apostou na educação como caminho, alternativa para o desenvolvimento.

Temos, no País todo, ausência de professores de física, química e biologia, por exemplo. E isso porque essas áreas não têm sido atrativas para esses profissionais. Esta Casa aprovou, há pouco tempo, um piso salarial nacional para o magistério. Quero cumprimentar o Ministro da Educação por defender este piso nacional. Essa lei, a do piso nacional, continua

sendo questionada e descumprida pela maioria dos Estados e Municípios brasileiros.

Sem valorizar o magistério, seja melhorando a sua formação, seja aumentando de forma continuada seus salários, seja estabelecendo carreiras atrativas, não será possível dar um salto de qualidade na educação. Valorizar professor é tarefa fundamental, peça-chave para a melhoria da educação, para a melhoria dos nossos índices sociais.

Repito: no meu Estado do Amapá, os professores estão em greve desde o dia 20 de abril, completando, na próxima quarta-feira, dois meses de paralisação. A reivindicação dos docentes amapaenses não difere das demandas dos professores das universidades federais e da educação básica, quer seja uma carreira estruturada... Eles também reivindicam uma carreira estruturada e, em especial, o pagamento do piso salarial nacional, um direito mais do que declarado pelas duas Casas do Congresso Nacional.

O piso salarial de um docente do Amapá em início de carreira é de R\$1.085, é distante demais do piso nacional, que é de R\$1.451. Temos aí uma diferença de 33,7%. Desde o dia 4 deste mês, a greve dos professores do meu Estado foi decretada ilegal pela Justiça estadual. Ora, o Senador Pedro Taques, que me antecedeu na tribuna, falou que, num Estado democrático de direito, decisão judicial deve ser cumprida, mas em Estado democrático de direito decisão judicial também não é ditadura. Não estamos sob ditadura de toga. Decisão judicial tem também que ser questionada. Tem que também ser enfrentada, e principalmente por representantes do povo, que habitam os poderes legislativos, as assembleias legislativas, as câmaras municipais, a Câmara Federal, o Senado.

Ora, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, se é ilegal a greve pela reivindicação do piso, também ilegais não são os Governos estaduais que não pagam o piso definido por lei pelas duas Casas do Congresso Nacional, que não respeitam o piso nacional salarial, uma conquista de todos os professores, uma conquista da educação brasileira?

É um equívoco gravíssimo tentar criminalizar movimentos e professores, sejam os do meu Estado, sejam os professores das universidades federais, sejam os professores que buscam o cumprimento de uma meta que o nosso País está longe de alcançar: garantir o acesso à educação a todos, erradicar de vez o analfabetismo, ampliar em mais de 50% o acesso à educação pública superior.

As reivindicações dos professores do meu Estado nada mais são do que o que já está pacificado na lei: a aplicação do piso salarial nacional, rumo ao piso do Dieese; defesa de eleição direta para diretores

de escola, defesa da carreira docente, ampliação das escolas públicas, melhores condições de trabalho e aprovação dos 10% do Produto Interno Bruto para a educação pública imediatamente, tal qual fez o Japão após ter saído de um conflito mundial nos anos 50.

Parecem reivindicações mais do que justas e que têm a ver com a responsabilidade não só do Governo estadual, mas também do Governo Federal.

Aliás, o Governo Federal propôs passarmos de 5,1% do PIB de investimento direto em educação para 7% em 2020. Em 2001, esse percentual era de 3,9%. Desde 2001, a sociedade civil, os professores defendem que alcancemos essa meta de 10% do Produto Interno Bruto de investimento em educação.

Seja na greve dos docentes das universidades federais, seja na greve dos professores do Amapá, nós temos um lado, que é o lado da defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos. O que significa apoio a essas lutas, justas. Ilegal não é a greve, ou as manifestações por essas bandeiras. Ilegal é não cumprir o que as duas Casas do Congresso Nacional já decidiram.

É verdade: esta semana, eu quero reiterar aqui, a Presidente da República chamou os governadores de Estado e anunciou um pacote de incentivos para enfrentar a crise. A estratégia é correta. A crise econômica tem que ser enfrentada com mais crédito, com mais investimento. Não é com a receita de mercado mínimo, de menos Estado, de contenção de gastos, de arrocho dos salários de trabalhadores e servidores públicos que resolveremos a crise. Aliás, a Europa se aprofundou no caminho da crise por fazer e adotar os mecanismos dessa ortodoxia dita neoliberal.

O caminho é mais crédito. O caminho é redução de superávit primário. Mas o caminho passa também não só por apoio a obras de infraestrutura, necessárias e indispensáveis para o Brasil; mas passa também por concretização de ações de justiça social.

Valorizar professores, universalizar a educação, ampliar o acesso é uma meta que o nosso País, que é a quinta economia do mundo, já deveria ter alcançado há muito tempo. Nunca é tarde e poderíamos iniciar, Estados e Governo Federal, valorizando os professores.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Esse problema precisa ser resolvido pelo Governo; abrir diálogo com o movimento grevista, porque a intransigência leva a lugar algum.

Cumprimento o Senador Randolfe Rodrigues.

O próximo orador inscrito é o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com alegria uso,

mais uma vez, a tribuna desta Casa. Primeiramente, para agradecer a Deus por tudo que tem propiciado na minha vida. Especialmente, nossa Senadora do PP, Senadora gaúcha, Ana Amélia, que está presidindo os trabalhos, também é uma grande alegria ter aqui na tribuna desta Casa esse grande parceiro nosso do povo.

Foi um grande prefeito por dois mandatos consecutivos, na cidade de Ouro Preto do Oeste, próxima a Ji-Paraná. Atual Deputado Federal, foi meu Secretário de Estado nos dois mandatos. Deputado Federal Carlos Magno, é uma alegria tê-lo aqui, junto com a gente, no plenário, principalmente nesse dia especial em nosso Estado.

Quando eu era Governador do Estado de Rondônia, a Assembleia Legislativa, Srª Presidente, fez um projeto de lei dando aos evangélicos o Dia do Evangélico. Naquele momento eu fui criticado por muitas pessoas de outros credos, que, ao mesmo tempo, diziam: por que mais um feriado? Mas se temos tantos feriados católicos, tantos feriados – e eu sou católico –, por que não pode também ter um feriado evangélico, em homenagem aos evangélicos, que sempre têm orado pelas autoridades, orado pelos vereadores, prefeitos, deputados, senadores, governadores, presidente, todas as nossas autoridades?

Então, hoje é um dia especial no meu Estado. É feriado estadual. Foi sancionada a lei pela minha pessoa, quando eu era Governador. Hoje é um dia especial, é o Dia do Evangélico nos quatro cantos do Estado de Rondônia. Então, a todos os evangélicos quero aqui levar meu abraço, a minha gratidão pela humildade, pela simplicidade; especialmente às senhoras do círculo de oração, que levantam de madrugada ou vão dormir tarde, se ajoelham, vão à igreja ou em casa e pedem sempre pelo Senador Ivo Cassol, pela família do Senador Ivo Cassol e pelas demais autoridades.

Não existe dinheiro que pague isso. Eu sei que recebi muitas e muitas bênçãos na minha vida, que sempre, com certeza, vieram dessas pessoas mais humildes, mais simples. Deus usa essas pessoas. Portanto, sou grato e continuo sempre na fé, porque a fé remove montanhas, a fé da crença que nos motiva, porque o nosso Pai celestial é um só.

Eu também quero aproveitar a oportunidade. Na semana passada, eu fiz um discurso aqui nesta Casa denunciando um sindicato em nosso Estado, um sindicato que fez muita confusão, fez muito barulho em cima das usinas da hidrelétrica do Rio Madeira.

Tenho aqui em mãos, como não é novidade, eu trouxe aqui os documentos. Eles pediram para me desafiar. Eu gosto quando um desonesto e corrupto me desafia, porque aí eu trago não só uma folha, eu trago um calhamaço. E dizer mais aos membros desse sindi-

cato, a partir de amanhã, não, a partir de quarta-feira vocês podem procurar tanto no Ministério Público Federal do Estado de Rondônia como também no Ministério Público do Trabalho do Estado de Rondônia, que seu estarei dando entrada em toda essa documentação que tenho em mãos, além daquelas que já tramitam em ação civil pública e outras ações contra esse sindicato. É briga por dinheiro. Infelizmente tem acontecido isso em muitos canteiros de obra por aí afora.

Além disso, aqui diz: sindicato ligado à CUT – vou citar nome. Não tenho medo, não tenho rabo preso – teria negociado com consórcio a demissão de trabalhadores filiados à Força Sindical. Sindicado é acusado de negociações.

Esse é um jornal de quinta-feira, dia 2 de junho de 2011, na *Folha de Rondônia*. Isso foi no ano passado.

Começam a ser denunciadas negociatas entre o consórcio da construtora de Usina de Jirau com o Sticcerro.

É o sindicato que denunciei aqui, Sr^a Presidente, na semana passada, o Sticcerro, sindicato que deveria defender os trabalhadores. O problema teria começado com o afastamento do presidente da entidade, Antonio Cássio Moraes do Amaral. Depois disso, a entidade sindical ficou nas mãos da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, e de pessoas ligadas ao PT, no nosso Estado de Rondônia. Amaral, que é presidente da Força Sindical em Rondônia, acusa a CUT do complô. Quer dizer, lá atrás, sindicatos entre si já brigando por espaço e por condições.

Mas vou além.

Tenho em minha mão um recibo de 75 mil, do dia 18 de maio de 2011. Está aqui. Vou entregá-lo. Não vou mostrar por respeito. Não é o consórcio construtor, mas é a empresa que está prestando serviço para a construção da Usina de Jirau. Aqui o consórcio construtor pagou... O consórcio, não; a construtora que pegou para fazer a obra pagou R\$75 *in cash*, em dinheiro vivo, para o presidente do sindicato. Estou com o documento na minha mão, com assinatura original, com tudo em mão. Isso chegou a minhas mãos. Então, não estou aqui jogando pedras nas estrelas, como alguns costumam fazer. É o contrário. Estou aqui trazendo e mostrando documentos, provando a veracidade das coisas.

Não é só isso, não. Tenho aqui também o recibo na minha mão de R\$75 mil. E no recibo diz o seguinte: referente à contribuição sindical do mês de abril de 2011. Quer dizer, como uma empresa se dá ao luxo, no consórcio de construtor de Jirau, de entregar em dinheiro vivo para o sindicato? Que esquema é esse?

Mas não é só isso, não. Tenho mais, tenho café no bule à vontade. Tenho mais um recibo aqui, do dia 16 de maio, no valor de R\$75 mil, em que o Sindicato

dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil do Estado de Rondônia reclama da empresa... Deixa a empresa de lado para evitar transtornos, pois já tem muita Delta por aí e não quero aqui atrapalhar mais uma. Está aqui para pagar o advogado mais R\$75 mil. Quer dizer, o advogado foi à empresa que está fazendo a obra de Jirau e recebeu R\$75mil, em dinheiro. O que devia acontecer, na verdade, é a Diretoria do Sindicato, junto com o consórcio construtor, depositar, Sr^a Presidente, o dinheiro na conta do sindicato, no banco, para poder fazer a prestação de contas para os associados, que são os funcionários públicos, para poder fazer a fiscalização.

Dessa maneira que estão os recibos, gente, estão aqui os recibos na minha mão, não tem como fazer nada. É o dinheiro que vai para o ralo. E esses recursos, não é só isso não, tem mais, tem muita coisa aqui, gente. Não dá para ler tudo, porque o meu tempo aqui é só de vinte minutos, mas é isso aqui tudo de denúncia. Mas eu vou ler um *e-mail* aqui que, entre os diretores do sindicato, um passou para o outro, diz o seguinte, também não vou dar o nome das pessoas, mas é a diretoria do Sindicato, um *e-mail* de um para o outro. Tudo é documento real, que está na minha mão, que estou encaminhando para o Ministério Público Federal e para o Ministério Público do Trabalho, e para o Ministério Público também do Estado de Rondônia.

Então vamos lá.

Amigo, espero que tudo esteja bem. Estou apelando, mais uma vez, a você sobre o assunto grana [Não é grama, não, gente! É grana, é dinheiro], pois meus prazos todos já se esgotaram. A busca e apreensão do meu carro já estão em andamento e outras broncas estão por vir. Espero que você possa me ajudar, conforme eu fiz quando resolvi imediatamente aqueles probleminhas seus. Lembra aqueles R\$20 mil e depois mais R\$15 mil? Amigo, estou contando com você, que você retribua agora também para mim.

Isso é um *e-mail* que vocês, desonestos e corruptos, mandaram um para o outro. Está aqui o documento. Tem mais, isso é só um pouquinho. Tem muito mais. Está aqui o *e-mail* na minha mão.

Olha o que diz, Sr^a Presidente, Srs. Senadores, Deputado Carlos Magno:

Estou apelando, mais uma vez, a você sobre o assunto grana, propina, dinheiro, pois meus prazos todos já se esgotaram. A busca e apreensão do meu carro já estão em andamento. [Quer dizer, ele devia estar com o carro

com prestação atrasada.] e outras broncas a mais estão por vir.

E aí vem ele, um chantageando o outro:

Espero que você possa me ajudar, conforme eu o fiz, quando resolvi imediatamente, aqueles probleminha seus, de R\$20 mil, numa pegada, depois mais R\$15 mil...

E depois diz: "Amigo estou contando com você. Um abraço".

Está aqui. O documento está na minha mão.

E vou mais longe ainda, Sr^{as} e Srs. Senadores, há outro fato reprovável, absurdo. É a utilização de recursos públicos para o sindicato. Recursos públicos que foram repassados à Sticcerro pelo Consórcio da Usina de Jirau para fretar um avião. Foi fretado na eleição passada, foi fretado um avião, Deputado Carlos Magno, para disputar contigo lá em Ji-Paraná, em Ouro Preto. Fretaram um avião para o candidato a Deputado Federal, na época, Itamar Ferreira. Quem é Itamar Ferreira? Itamar Ferreira era Presidente da CUT em Rondônia. Foi Presidente da CUT em Rondônia. Quer dizer, estão todos nesse esquema juntos, podres. Até esse tempo atrás, até no mês de abril, Srs. Senadores, Sr^a Presidente, ele era Secretário Municipal de Trânsito da Prefeitura de Porto Velho na administração do PT. Fizeram tudo juntos. É uma salada de frutas. Sei o que passei na pele. Agora, eles vieram colocar, na nota de repúdio que fizeram contra mim: ah, o Cassol tem alguma coisa contra o sindicato. Não tenho nada contra o sindicato; tenho contra aqueles que se utilizam do sindicato como forma de manobra, como forma de se promoverem política e desonestamente. Disso, sim, eu tenho repúdio. Cada sindicalista que faz parte do sindicato tem de fiscalizar os recursos que lá estão.

Muitas vezes foram utilizados recursos dos servidores públicos do Estado de Rondônia para colocar nota na imprensa, na televisão, difamando minha honra. Quantos processos de indenização ganhei? Vários. E vários recursos repassei às entidades filantrópicas do meu Estado. Os sindicatos é que deveriam tirar o sindicato da frente e colocar lá o partido de que fazem parte, aquele partido mesmo, aquele que tem arrumado, o tempo inteiro, no Estado de Rondônia, todos os problemas existentes até hoje.

Portanto, estou dando o nome de pessoas que se utilizaram da estrutura do sindicato. Foi presidente da CUT, no passado, e até poucos dias atrás era Secretário, Sr^a Presidente, de Trânsito da Prefeitura de Porto Velho. Agora, provavelmente, é pré-candidato de novo a alguma coisa, em Porto Velho. Com certeza vai querer disputar as eleições, dizendo que é santinho, dizendo que é bonzinho, quando na verdade tem muito

dinheiro em jogo das usinas que vai para o ralo e depois ainda um fica chantageando o outro.

Mas, além disso tudo, quero, só para concluir... Olha, tenho uma denúncia por escrito. Eu tenho uma denúncia assinada. Eu tenho documentos de um e-mail entre eles, um passando cópia para o outro. Eu cópia de saque de cheque na boca do caixa, sem origem de gastos, simplesmente notas frias, arrumadas para cobrir as despesas. Eu não estou falando aqui, jogando pedra nas estrelas.

Vocês em um Estado pagaram notas, pagaram uma nota nos jornais, no rádio, na televisão e no *site* contra a minha pessoa. Falaram que eu mostrasse as provas. Estou mostrando aqui. Estão aqui. Tudo isso é prova, documento, que eu vou entregar para o Ministério Público Federal. Não vou entregar para vocês, não, porque, se eu entregar para vocês, vocês vão queimar, vão colocar fogo. E aí não tem como fazer nada. Então, trouxe uma cópia para cá. E as outras, a minha equipe, a minha assessoria, já está entrando na Justiça, para mostrar.

Mas, além disso tudo, foram juntados aqui documentos probatórios que envolvem os sindicatos, envolvem a diretoria. Aliás, é uma despesa que é recurso sindical e de vida, mas são tantos tópicos que estão aqui que eu só vou mostrar um. Na letra "h": pagamento de dinheiro emprestado para campanhas eleitorais com recursos do Sticcerro. Arrumaram até dinheiro do sindicato para fazer campanha. E as eleições agora se aproximam e o esquema podre é o mesmo. Esse é o mesmo esquema podre. É isso que tem que acabar.

Todas as pessoas que fazem parte de um sindicato, de uma categoria: não deixem ninguém usar vocês. Fiscalizem, acompanhem, porque, depois, ainda por cima, vão dizer que defendiam vocês, quando na verdade se locupletavam da vantagem de vocês acreditarem nessas pessoas.

Por isso, Sr^a Presidente, eu fiz questão de usar a tribuna nesta segunda; é um dia especial no nosso Estado. Esse sindicato Sticcerro colocou a nota. Eu espero que agora eles peguem esse dinheiro e comecem a distribuir para os sindicalizados que fazem parte do sindicato. Eu espero que, a partir deste instante, eles comecem a arrumar advogado para se defenderem. Eu espero que, neste instante, a Justiça, o Ministério do Trabalho e o Ministério Público Federal tomem providências, responsabilizando a má gestão desses recursos públicos.

Eu aqui estou denunciando um sindicato. Quando me envolveram, disseram que eu tinha problemas com sindicatos em Rondônia, não.

Com a maioria dos sindicatos de Rondônia nós sempre tivemos um entendimento harmônico. Eu de-

fendo os sindicatos que defendem a sua categoria. Sou contra quem utiliza o sindicato que só se mobiliza em época de campanha e só tem um propósito: ter um partido no final. Aí eu sou contra. Nós, aqui nesta Casa, devíamos proibir qualquer sindicalista ser candidato a político. No mínimo um ano, dois anos antes, tem que se afastar, porque acaba se utilizando da massa como massa de manobra.

Portanto, se o pessoal quiser mais algum documento, eu tenho qualquer quantidade.

Eu quero aqui agradecer esta oportunidade, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Ouvi agora, há pouco, os Senadores colocando a situação da crise mundial que atinge vários países e está atingindo, de leve, o Brasil.

A Presidente Dilma fez, na semana passada, uma reunião com os governadores. Ofereceu vinte bilhões de dinheiro emprestado. Não sou governador hoje, sou legislador, mas sou contra esse tipo de presente. Esse é um presente grego.

Eu queria perguntar a cada um que está me assistindo em casa: vocês já viram algum banco perdoar dívida de alguém? O Estado de Rondônia, meu Estado, paga uma dívida incalculável pela incompetência da gestão, no passado, para querer também compensar crise. O que deveria haver era um mecanismo diferenciado. O que deveria ter em nosso Estado, Sr^a Presidente e Deputado Carlos Magno, era um tratamento diferenciado. De que maneira? Tinha que estar lá presente o Ministério da Justiça, construir mais presídios em nosso Estado, ajudar a subsidiar a segurança pública, ajudar a parte social, porque está lá a crise das usinas estampada, e os desempregos já começaram. Não. Nós temos dinheiro para pagar em até vinte anos. Bem entendido o que a imprensa falou: temos dinheiro para emprestar, para pagar com vinte anos. Isso não é de graça.

E as usinas, que vão levar energia para o restante do Brasil, para São Paulo? O que é que vai ficar em nosso Estado? Só vai ficar a criminalidade, só vão ficar os problemas sociais. Depois das usinas prontas, ninguém vai dar bola.

É contra isso que tenho trabalhado em meu Estado. É inadmissível. No momento de crise que nós vivemos, tinha que ser o contrário. Devia chegar a Presidente, a sua equipe e todo o mundo – e eu sou da base da Presidente Dilma, mas ela, infelizmente...

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Peço mais cinco minutos, Sr^a Presidente, para concluir.

O que precisava era fazer um programa diferenciado. Temos R\$20 bilhões para colocar, para gerar

emprego no Brasil, mas R\$10 milhões nós vamos dar a fundo achado; dez milhões nós vamos dar de graça. O Estado faz um quilômetro de asfalto, nós damos um. O Estado faz um presídio e nós damos outro. O Estado faz uma escola, e nós demos dinheiro para outra. O Estado toca a saúde, e nós demos dinheiro para construir hospital. Não.

Tem R\$20 bilhões para dar emprestado. Empréstado não é dado, gente. Empréstado, te tomam as calças, te tomam a camisa. Banco não tem dó de ninguém. Gerente de banco é só amigo enquanto você tem dinheiro. Depois, ele quer que você se lixe. Ele te toma a casa, ele te toma o carro, ele te toma o casaco, te toma tudo. Esquece. Ele tem que defender o emprego dele. É o emprego dele que está em risco.

Por isso, estou aqui fazendo este discurso, sendo contra. Estou a favor de fomentar o Brasil, mas não às custas do sacrifício dos Estados que já vêm se arrastando, exemplo do seu Estado, Rio Grande do Sul. O seu Estado, Rio Grande do Sul, vem capengando. Não consegue pagar a folha de pagamento direito. É dívida de anos após anos, um em cima do outro. Agora, chega e dá mais um presente para os gaúchos, tchê! Mais um presente: não, tu vais pagar com ... Você não consegue pagar a conta hoje!

Então, por que não faz o contrário? O Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento pega parte da dívida que os Estados estão pagando para a União e coloca para investir dentro do Estado, não para ficar pagando salário "portariado" para ninguém, não. É para poder investir, para você gerar emprego e gerar renda. Por que não fazem isso? Não, isso não fazem. Mas, para incentivar para pegar mais dinheiro emprestado, tem.

É igual à situação agora, poucos dias atrás, dos carros aí novos, com isenção de IPI. O brasileiro já está atolado até as tampas. Querem só botar mais carros na rua, e eu pergunto para vocês: qual é o governador, os governantes que estão preocupados com a infraestrutura? As estradas nossas não dão mais conta de nada. Nem aqui em Brasília, que é a capital modelo, capital planejada. Nem aqui, em horário de pico, a gente não consegue mais chegar ao trabalho. Não consegue chegar. É o caos. Aí vende carro, bota carro, bota na goela carro. Eu quero ver, daqui a pouco, o que vai acontecer. Onde nós vamos colocar esses carros? Em compensação, o proprietário, o "próprio otário", que tem um carro usado perdeu 30% do valor do carro, porque o carro novo diminuiu 30% levou peia de outro lado, de todo jeito. Então, é uma situação difícil.

O que nós precisamos, sim...

Aí estão pensando... Não, mas são os carros... Como se só carro gerasse emprego neste País!

O que gera emprego neste País são essas obras do PAC, se funcionassem de verdade. A metade, metade não, boa parte está tudo capengando, com pendência.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Então, é isso. Precisamos tirar essas pendências para poder, sim...

Srª Presidente, só mais um minutinhos, para concluir.

Eu sou empreendedor, eu gosto de ver a coisa gerar e fomentar, mas, para isso, é preciso investir no lugar certo, nas coisas certas. Nós não podemos simplesmente oferecer aqui dinheiro para os Estados e para os Municípios como se a solução fosse essa. O Estado do Rio Grande do Sul já está quebrado. O Estado de Rondônia está aí com dívida, todo mês, de R\$22 a 25 milhões, tirando para pagar dívida, dívida de lá de trás, que foi intervenção do Banco Central, de uns irresponsáveis, uns ladrões que foram lá. E aí, infelizmente, houve um Governador que assinou embaixo e disse que estava tudo bem. Mas o povo paga essa dívida, todo mês, todo ano.

Por isso, sou a favor de se incentivar a economia, mas tem que ter objetividade naquilo que se vai fazer. Não é dizer aqui que tem R\$20 bilhões de leve. “Faça projeto que eu te libero até o ano que vem”. Não, é o contrário. A Presidente tem que fazer um desafio como eu fiz para os vereadores do meu Estado quando eu era Governador. Eu falei que, para cada real que um vereador economizasse, eu dava um para fazer investimento em infraestrutura no Município. E várias prefeituras fizeram isso, vários Municípios fizeram isso. Vereadores municipais economizam dinheiro, e eu fazia convênio paralelo para que eles pudessem fazer um bueiro numa linha, fazer uma ponte numa linha, fazer um asfalto dentro da cidade, limpar a cidade, fazer os investimentos que eles mesmos definiam que eram os melhores para eles. Mas eu fiz em cima de desafio.

E a equipe da Presidente Dilma – porque a Presidente Dilma é bem- intencionada e, infelizmente, quem bota, muitas vezes, a pessoa no mato é a equipe – só está oferecendo dinheiro. Só dinheiro! Só dinheiro! Não, é o contrário, tem que dar a solução, porque, para quem não sabe trabalhar, tu podes dar um caminhão de dinheiro que não faz nada.

Eu estudei em Santa Maria em 1977. E eu estive, esses dias, com a Senadora Ana Amélia, e ela me dizia a situação de agonia que vive o Rio Grande do Sul nas finanças públicas. Todos os Governadores do Rio Grande do Sul, infelizmente, são um caixão. Se é candidato e se elege, o caixão acaba, porque não tem jeito, não consegue pagar as contas. E agora, com o

presente, “olha, toma lá mais um dinheiro emprestado para vocês”.

Então, é essa situação que eu, como gestor público, como administrador, repudio. Se nós queremos que o País não tenha uma crise pela frente, temos que investir no setor produtivo. É o nosso Código Florestal, o mundo precisa de alimentos. Estão aí discutindo a Rio+20. Há muito bacaninha do mundo inteiro aí, mas os Estados Unidos, que são os maiores poluidores, não estão aí; a China, que é a maior poluidora do mundo, também não está aí. Cadê a Rússia? Só estamos nós, que fizemos o dever de casa.

E aí a gente abaixa a cabeça e deixa que batam em nosso lombo. É o contrário! Nós devemos erguer a cabeça e dizer que aqui tem quem manda! Que nós fizemos o dever de casa e queremos preservar, mas também queremos produzir para gerar emprego e renda.

Sinceramente, se todos os produtores do Brasil decidissem parar de produzir por um ano, somente para mostrar a todos que fazem discurso demagogo o que iria acontecer com o País, o Brasil quebraria, Presidente. O País iria para a bancarrota, para o buraco se, por um ano, o setor produtivo parasse de produzir. Então, não podemos retroceder.

Precisamos colocar o marco zero e caminhar daqui para frente. É isso que estamos tentando buscar nesta Casa para atender demandas de várias áreas. Portanto, o pessoal que a mim está assistindo no Rio de Janeiro, na Rio+20, saiba que nós fizemos o dever de casa. O Brasil fez o dever de casa, o restante do mundo é que não fez. Então, não têm moral para exigir nada de nós.

Nós queremos, sim, que os americanos comecem a nos pagar pelas reservas que nós temos. Que comecem a nos pagar por aqueles que estão re florescendo em Santa Catarina, no Paraná e no Rio Grande do Sul. Que comecem a pagar por aqueles que estão preservando na Amazônia e poderiam ter derrubado, mas não derrubaram. Comecem a nos compensar por isso. Que vire uma fonte de renda, e, com certeza, evitaremos muita degradação em várias regiões do nosso País e também nos outros países.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Portanto, nós somos exemplo para o mundo, para o nosso País, para o nosso Estado.

Eu disse aqui, há poucos dias, em uma homenagem, que meu pai, em 1984, foi o primeiro cidadão da Amazônia a começar a reflorestar, na época que tinha madeira e tudo à vontade. E hoje, eu vejo a Rio+20 preocupada com o planeta. Eu também estou preocupado com o planeta. Mas, infelizmente, aqueles que

cometeram os maiores crimes ambientais não estão presentes, porque, se estivessem, pelo menos poderíamos xingá-los e falar das coisas erradas que fizeram. Mas, se começarem a pagar e a reduzir a destruição, com certeza teremos um mundo muito melhor.

O nosso País é extraordinário. Precisamos, com certeza, da harmonia e da paz de todos. Que Deus abençoe todo mundo.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Ivo Cassol, eu concordo plenamente com V. Exª em que dar dinheiro é aumentar o endividamento dos Estados, que já estão com a corda no pescoço do ponto de vista financeiro. E não é esse o caminho, mas converter a dívida que os Estados têm em investimentos, com o controle da União sobre eles. Isso seria um bom caminho, como, aliás, defendeu há pouco o Senador Roberto Requião que foi Governador do Paraná.

Então, V. Exª está coberto de razão quando diz que aumenta apenas o hoje grave problema do endividamento dos Estados com a União e com os demais fornecedores.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Quero aqui, se a senhora permitir, dar mais um exemplo: a seca no Nordeste e a seca no Rio Grande do Sul. Os produtores não sabem o que fazer. Há produtores que estão quase se suicidando enquanto deveriam estar buscando um mecanismo para compensá-los.

Quantos produtores devem e não conseguem pagar a sua produção? Por isso eu falei: se o setor produtivo parasse um dia... Por que eles estão nessa situação? Porque as instituições financeiras vivem do nosso suor. Eles vivem dos juros. “Ah, os juros baixaram”, mas estão muito aquém ainda dos juros que estão comercializados em nível mundial.

Portanto, a senhora tem razão. Se quisermos que este País não pare e gere emprego e renda, precisamos investir no setor produtivo. O Código Florestal, a medida provisória, o restante tem que dar condições seguras para que todos os produtores não só voltem a produzir o que estavam produzindo, mas também, com a nova tecnologia, aumentem pelo menos 30%. Com isso, haverá mais grão, mais emprego e mais renda.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Entre elas, investimentos em irrigação na região Sul e na região Nordeste.

Obrigada, Senador Ivo Cassol.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 155, de 2012**, do Líder do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, referente a cessão de uma vaga de suplência ao Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão Parla-

mentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional.

O expediente vai à publicação.

É o seguinte o ofício:

Of.GLPMDB nº 155/2012

Brasília, 14 de junho de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de Suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional, CPMI – Violência contra a Mulher – 2012 – CPMIVCM, destinada a investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Srª Senadora Angela Portela enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendida.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Srªs Senadoras, Srs. Senadores, há quase 24 anos, o governo federal adotou a sensata medida de transformar em Estado, os antigos territórios de Rondônia, Roraima e Amapá. Hoje, na condição de Estados, estas unidades possuem juntas uma população superior a 2 milhões e 600 mil habitantes, conforme o Censo 2010.

Transformados em Estado, desde 1988 até então, Rondônia, Roraima e Amapá passaram a se guiar por novas formas de organização política, econômica e administrativa - o que antes, como território, era determinado diretamente pelo governo federal.

Consequentemente, com a mudança, o serviço público foi um dos setores mais afetados. Os servidores públicos das categorias de professores, técnicos administrativos, policiais militares e bombeiros, têm enfrentado sérios problemas em sua vida funcional.

Tanto é verdade, que neste Congresso tramita uma Proposta de Emenda à Constituição, a PEC 213/07, que enquadra os servidores públicos federais e municipais dos ex-territórios do Amapá e de Roraima em planos de carreira, cargos e salários específicos, mesmo constituindo quadro em extinção da administração federal. Esta PEC estabelece também que os policiais militares nas mesmas condições terão iso-

nomia de remuneração com os policiais militares do Distrito Federal.

Outra PEC, a 111/11, também trata da regularização da situação dos servidores públicos dos antigos territórios federais do Amapá e de Roraima que foram contratados entre outubro de 1988 a outubro de 1993, período da transformação e instalação dos estados. Esta PEC, apresentada pela deputada Daiva Figueiredo (PT-AP), permite que os servidores sejam incorporados ao quadro em extinção da administração pública federal. A regra já vale para aqueles servidores que foram contratados antes de outubro de 1988.

Neste cenário de indefinições funcionais, a remuneração salarial é um grande problema para os servidores. Acompanhando assiduamente este estado de coisas, e atendendo pedido das representações sindicais dos servidores dos ex-territórios de Roraima, Rondônia e Amapá, protocolei, na semana que passou, vários ofícios junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em dois deles, direcionados à ministra do Planejamento, Mirian Bechior, solicitei que o Executivo Federal autorize a alocação de recursos no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - exercício 2013 - para a remuneração salarial dos servidores dos três Estados.

Tal pedido se faz necessário/ porque a Medida Provisória nº 568/2012, de autoria do Governo Federal, que trata da execução e definição das diretrizes orçamentárias para 2013, parece ter esquecido que, do outro lado da linha do Equador, existem vidas. E são vidas de uma legião de servidores que tantos serviços prestaram ao Estado Brasileiro.

Em minha opinião, ao elaborar esta MP, os técnicos do governo federal perderam uma excelente oportunidade de, reparando erros de governos passados, contemplarem as categorias de servidores públicos dos ex-territórios, já mencionados.

Para os senhores senadores terem ideia, são cerca de 10 mil servidores integrantes do Plano de Carreira do Magistério dos Ex-Territórios, ao Plano Geral do Poder Executivo Federal e dos segmentos da Polícia Federal.

Posso citar, como exemplo, o caso dos professores que integram o Plano de Carreira do Magistério dos Ex-Territórios, e que, por tradição, têm tabela idêntica a dos docentes das Instituições de Ensino da União.

Estes servidores de Rondônia, Amapá e Roraima foram, mais uma vez, prejudicados por esta MP, que

concede reajustes para as instituições vinculadas ao Ministério da Educação.

De igual modo, sofreram os policiais militares e os bombeiros dos três unidades já referidas. Ao longo dos últimos cinco anos, esta corporação tem sido preterida, quando dos reajustes concedidos pelo governo federal, aos demais planos de cargos e carreiras da União.

Penso ser esta a oportunidade de reparações a estes descuidados com aqueles servidores. E, neste contexto, entendo que a MP, ora em tramitação neste Congresso Nacional, oferece a oportunidade, que não pode ser desperdiçada, de o governo brasileiro assegurar aos servidores dos extintos territórios de Roraima, Rondônia e Amapá, reajuste nas suas remunerações.

Em outros ofícios, direcionados à Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, também destaquei que este momento - de análise e votação da MP no Congresso - é oportuno o suficiente para o governo destinar o aporte de recursos necessários, ao reajuste pleiteado para os servidores.

Em mais um ofício, também direcionado à Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério, solicitei que fosse assegurado aos servidores policiais e bombeiros militares dos três ex-territórios, a concessão do benefício de assistência à saúde, em cumprimento ao Estatuto dos Servidores Civis Públicos.

Por oportuno, devo ressaltar que, no que se refere aos policiais e bombeiros militares, o governo federal já se propôs a regulamentar este direito mediante a edição de um decreto.

Tal postura governamental se dá com base no artigo 31, da Emenda Constitucional (19/98), que já estabelece que a corporação militar integrará o quadro dos ex-territórios com todos os direitos e vantagens,

Reitero, portanto, as reivindicações dos quase 10 mil servidores públicos dos Estados de Rondônia, Amapá e Roraima, por entender que estes entes federados, integram constitucionalmente a União, E, assim sendo, cabe ao governo federal, tratar de suas questões e resolvê-las.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 40 minutos.)

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**ATA DA 15ª REUNIÃO DE 2012**

Ata Circunstanciada da 15ª Reunião de 2012, convocada para o dia 12 de junho de 2012, terça-feira, às 14h30, no Plenário nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à definição de cronograma de trabalho do Conselho e votação de requerimentos que porventura sejam apresentados.

Estiveram presentes os Srs. Senadores membros do Conselho:

PMDB

Eunício Oliveira
Renan Calheiros
Romero Jucá
Sérgio Souza (Suplente)

PT

Wellington Dias
José Pimentel
Anibal Diniz (Suplente)
Walter Pinheiro (Suplente)
Angela Portela (Suplente)

PSDB

Mário Couto
Cyro Miranda

PTB

Gim Argello

DEM

Jayme Campos

PR

Vicentinho Alves

PP

Ciro Nogueira

PSB

Antonio Carlos Valadares

Corregedor

Vital do Rêgo (PMDB)

Esteve presente, também, o Senador não membro do Conselho: Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, de 2012, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Inicialmente, submeto à aprovação do Plenário a Ata Circunstanciada da 14ª Reunião deste Conselho, realizada no dia 05 de junho de 2012.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam a Ata permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada, a Ata vai à publicação.

Esta Presidência informa que foi protocolado na Secretaria do Conselho, em 05 de junho de 2012, o Ofício PL nº 2.512, da empresa Sete Táxi Aéreo, em resposta ao ofício do Conselho. O ofício encontra-se distribuído nas bancadas.

Esta Presidência informa que recebeu, na data de ontem, o Processo nº 016.081/12–9, mediante o qual a Secretaria de Recursos Humanos do Senado Federal encaminha resposta ao Requerimento nº 17, de 2012, do Conselho, de autoria do Relator, Senador Humberto Costa.

Determinei à Secretaria do Conselho a juntada da documentação ao processado da Representação nº 01, de 2012, e a remessa, na mesma data, ao Sr. Relator, além da comunicação ao representado, aos seus advogados e ao representante.

Esta Presidência informa também que foi protocolada na Secretaria do Conselho, na data de hoje, petição subscrita pelos advogados do representado, Dr. Antônio Carlos de Almeida Castro e Dr. Marcelo Turbay Freiria, que passo a ler:

“Demóstenes Lázaro Xavier Torres, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de V. Ex^a, por seus advogados, requerer que seja fornecida a cópia da gravação da Ata da reunião realizada neste digno Conselho no último dia 05 de junho.”

Assinam os advogados.

Esta Presidência informa ainda que foi protocolado na Secretaria do Conselho, na data de hoje, o Ofício nº 317/2012, da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), em resposta ao Ofício do Conselho nº 295/2012.

Determinei à Secretaria do Conselho a juntada do ofício ao processado da Representação nº 01, de 2012, e a remessa de cópia ao Sr. Relator, ao representado, aos seus advogados e ao representante.

O ofício é bastante longo e já foi distribuído às pessoas diretamente interessadas.

Comunico ao Colegiado que a presente reunião foi convocada para a definição do cronograma de trabalho e também para a votação de requerimentos que porventura fossem apresentados.

Nenhum requerimento, até a presente data, foi apresentado por qualquer membro do Conselho ou pela própria defesa. No entanto, estou vendo que um dos advogados da defesa, Dr. Kakay, está com um documento a apresentar à Mesa.

Faço questão de ouvir V. S^a.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cientes da pauta de hoje e de que seria o último dia para apresentar requerimentos, conforme fui informado do cumprimento das diligências que faltavam, nós temos duas questões a colocar a V. Ex^a e aos Srs. Senadores: a primeira diz respeito a um requerimento que apresentaremos neste momento, e a segunda diz respeito a uma questão de prazo, que entendo que deve ser colocada oportunamente, quando V. Ex^a abrir a palavra, então, para que nós nos manifestemos sobre o cronograma.

Vou pedir vênia a V. Ex^a para solicitar que o Dr. Marcelo – como eu estava na CPI, o Dr. Marcelo foi quem fez essa petição – faça brevíssimos comentários sobre a petição que me está entregando agora.

Obrigado.

O SR. MARCELO TURBAY FREIRIA – Sr. Presidente, na pessoa de quem cumprimento os Srs. Senadores, o requerimento, na verdade, é muito simples, e continua a dizer respeito aos pedidos de produção de prova pericial, Excelência.

Na realidade, na sessão anterior, quando este Conselho indeferiu nosso pleito de produção de prova, a fundamentação empregada pelo Relator foi basicamente delineada em três pontos. Quanto ao primeiro deles, alegou o Relator que a defesa não teria justificado, não teria levantado suspeitas de inidoneidade dos áudios, razão pela qual a perícia, então, não poderia ser feita, não seria necessário que fosse feita, já que não havia suspeita de indício de irregularidade.

De lá para cá, a defesa cuidou de buscar o assistente técnico e pedir que ele se debruçasse em relação aos áudios e demonstrasse cabalmente que há, sim, gravíssimas suspeitas de inidoneidade dos áudios, há, sim, gravíssimas suspeitas de supressão de diálogos, Excelência, inclusive suspeitas de diálogos que foram emendados e efetivamente editados. Não qualquer diálogo, mas diálogos utilizados, mencionados na representação do PSOL, diálogos mencionados no relatório preliminar do Senador Humberto Costa, diálogos que foram mencionados e lidos pelos delegados ouvidos como testemunhas e também diálogos mencionados pelo próprio Senador em depoimento.

Então, esse requerimento final da defesa é só 1% daquele requerimento anterior de produção de prova, Excelência. Se antes nós havíamos pedido o original de dezenas de áudios, agora nos restringimos a pouquíssimos: pura e simplesmente os áudios que foram mencionados ao longo da instrução, os áudios que foram expressamente citados.

Tudo que a defesa quer, neste momento, é periciar exclusivamente os áudios que foram objeto de questionamento e objeto de menção aqui, ao longo da instrução, neste Conselho de Ética.

Então, o requerimento é muito mais sucinto. O requerimento não vai delongar muito tempo. Uma das grandes preocupações do Relator era que a medida pudesse se afigurar como procrastinatória, que pudesse ser necessário cumprir um tempo demasiado... Com este pedido restrito da defesa, o tempo não será longo. Basta que a Polícia encaminhe o original e que o perito técnico possa se debruçar em relação a ele.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu gostaria de informar à defesa que, na última reunião deste Conselho, a decisão é que o pedido de perícia foi rejeitado pelo Conselho.

Então, V. S^a está repetindo, na prática, com uma redução do pedido anterior, o que foi feito ao Conselho. Isto é, deferir novamente um pedido, um requerimento que já foi indeferido seria antirregimental.

Entretanto, eu posso até submeter este novo requerimento à apreciação do Conselho, porque eu considero que o Relator já deu o seu voto, dizendo que estava com as provas colhidas, pronto para, no momento apropriado, emitir o seu relatório, a sua opinião definitiva a respeito desse processo disciplinar.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, após a apresentação do requerimento por parte da defesa e por ser muito explícito, dizendo que esse requerimento é uma parcela do anteriormente já analisado, inclusive declarando que ele se limitaria à parte dos áudios que porventura fizeram parte de todo o processo, por entender que é uma parcela da prova geral, que já indeferimos, minha posição, Sr. Presidente, é pelo indeferimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Eu também, Presidente, acho que a matéria já foi tratada e nós não deveríamos mais aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, o requerimento proposto aqui pelo Senador Demóstenes Torres, sobretudo pelos advogados que o defendem neste Conselho, de fato foi apresentado e foi indeferido, naturalmente através do Colegiado.

Particularmente, tenho a sensação de que o Relator entendeu que as provas iniciais apresentadas aqui eram suficientes para ele fazer seu relatório final. Entretanto, eu quero crer que nós vamos deixar, neste caso, uma válvula de escape para que os advogados e o próprio Senador Demóstenes possam ingressar no Supremo Tribunal Federal pedindo que essa perícia seja realizada.

O que eu vejo é que, certamente, para que tivéssemos o relatório mais consistente quando esse relatório for apresentado aqui, diante dos fatos apresentados pelos advogados, eu acho que nada teríamos de dificuldade para fazermos a perícia.

Essa é uma decisão do Pleno, do Colegiado, mas eu acho e entendo que, se de fato quisermos apresentar um relatório consistente, não há nada demais em periciar aqueles documentos que o advogado propõe através desse seu requerimento. Mas como este é um Colegiado em que a maioria decide, vamos respeitar.

Agora, nada demais – volto a dizer aqui – é fazermos a perícia desse documento. Poderia eventualmente demorar mais uns três, quatro ou cinco dias pedirmos, de forma mais acelerada, que a Polícia Federal fornecesse essa perícia.

Essa é a minha manifestação. Tinha que fazer essa observação até por desengano de consciência.

Essa é a minha opinião.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O Relator se manifestou, na última reunião do Conselho, a respeito desse assunto de forma tão segura, de que já dispunha de informações e de dados necessários a emitir a sua opinião a respeito do processo disciplinar, que, reforçando o que S. Ex^a disse anteriormente, quando da rejeição do primeiro requerimento sobre perícia, encaminhou à presidência deste Colegiado um despacho chamado “despacho do Relator”:

“Nos termos no disposto no caput do art. 17-A da Resolução nº 20, de 1993, declaro encerrada, nesta data, a fase de instrução da Representação nº 1, de 2012, em face do Senador Demóstenes Torres. Intime-se o representado para apresentar as suas alegações finais no prazo de três dias úteis.”

Isso em 12 de junho de 2012, Senador Humberto Costa, Relator da Representação nº 1.

Então, S. Ex^a, pela Resolução nº 20, já encerrou a fase probatória propriamente dita, com a comunicação oficial encaminhada ao Conselho.

De forma que não há que reclamar nem achar que o Conselho está cometendo qualquer impropriedade, sob qualquer risco de haver um recurso no Supremo ou em qualquer instância da Justiça, uma vez que todo o encaminhamento está sendo feito pelo Conselho e pela relatoria em conformidade com a nossa Resolução nº 20, sem desobedecer aos prazos, sem atropelar o Regimento nem a Resolução, ou mesmo a Constituição Federal.

Nós não estamos aqui fazendo julgamento de um crime propriamente dito; estamos fazendo o julgamento de uma representação por pretensa quebra de decoro parlamentar, que exige uma decisão não apenas jurídica, mas sobretudo política, um posicionamento do Conselho de Ética que antecede qualquer decisão do Plenário do Senado Federal e da própria Comissão de Constituição e Justiça.

A Comissão de Constituição e Justiça é que vai avaliar, do ponto de vista regimental, da resolução e da Constituição, os procedimentos aqui adotados pelo Conselho de Ética.

Sendo assim, diante das evidências de que nós estamos agindo com precaução, em obediência aos ditames legais, é que submeto o novo requerimento apresentado pela defesa à decisão do Conselho.

Os Senadores que rejeitem o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Cheguei e peguei a discussão no meio: o requerimento é para periciar parte das fitas, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Exatamente. É repetido, só que em número menor, segundo...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – E tem algum prazo? Foi definido algum prazo?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – Apenas o que foi citado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Porque, em princípio, eu tenderia a votar favorável a uma perícia desde que fosse um prazo estipulado de poucos dias.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – Cinco dias. Cinco dias nós pedimos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Não, não há prazo estipulado.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – O requerimento pede cinco dias, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pede cinco dias? Eu não tenho o requerimento. Eu não estou com o requerimento. Na Mesa não chegou.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – Se V. Ex^a me permite.

Foi discutido aqui e foi indeferido aquele todo que nós queríamos fazer a perícia. Seguindo – no nosso ponto de vista evidentemente – o entendimento do Relator, nós apontamos, viu Senador Jucá, onde especificamente foi citado e pedimos que fosse feita a perícia apenas e exclusivamente naquilo que foi citado. Até atendendo ao Senador Eunício, que foi lido aqui, dizendo que ele entendia que, como não seria usado, não precisaria fazer a perícia. Agora estamos pedindo apenas o que foi citado.

Agradeço a V. Ex^a.

Pedimos o prazo de cinco dias...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Finalmente o requerimento chegou aqui às nossas mãos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – Desculpe-me, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Romero Jucá, o Presidente já anunciou aqui ao Conselho que o Relator declarou encerrada a instrução probatória. Recebi esse ofício, e está aqui o despacho que foi lido. Mas, independentemente do encerramento da...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sim, mas eu entendo que, se não é necessária essa perícia para o Relator, pode ser necessária para a defesa.

Na verdade, eu acho que cinco dias – eu estou aqui levantando uma situação porque cheguei agora – não interferem no período e se tira, de certa forma, a discussão de que não houve perícia ou que, em tese, o Conselho não deu todo o direito de defesa.

Minha tendência é votar pelos cinco dias.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Muito bem.

Então...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Vamos pôr em votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Vamos colocar em votação.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Eu voto contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Favorável ao requerimento?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Contrário ao requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Contra o requerimento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu sou favorável ao requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu desempato.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu quero apenas manifestar a V. Ex^a, que é quem vai desempatar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Na verdade, é votação simbólica.

Mas aí eu voto, se for o caso, pela rejeição do requerimento. Porque isso vai procrastinar, sem dúvida alguma, se fosse aprovado.

Nós vamos propor aqui um cronograma de apresentação e votação do relatório para a próxima segunda-feira.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Então, o senhor está dando como notificada a parte do encerramento da instrução...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O Relator... Quem cabe notificar, intimar a defesa ao Senador Demóstenes Torres é o Relator. E o Relator, naturalmente, é quem tomará as providências cabíveis nesse sentido.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu só queria fazer indagação a V. Ex^a, como advogado, e um bom advogado, competente também que é – além de ser um grande político, também é advogado. Eu acho, particularmente, que seria muito temerário, Ministro, Senador, caro amigo José Pimentel...

Eu queria indagar a ele aqui, e ao próprio Kakay, neste caso advogado em que pese ser do representado, não caberia ao representado, ou seja, ao Senador Demóstenes Torres, através dos seus advogados, ingressar no Supremo Tribunal Federal, ou sei lá onde for, nesse caso alegando que os documentos oferecidos a esse inquérito não foram periciados, permitindo que o relatório apresentado pelo Senador Humberto Costa não esteja completo ou seja insuficiente o que foi apresentado a esse relatório, inconsistente pelo fato de que não foi periciado aquilo que foi citado pelo representado.

Eu imagino que seria muito mais tranquilo o Relator ser apresentado ou voltará tudo atrás. Ou seja, o relatório que nós apresentamos será um relatório vazio.

Minha opinião é essa.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Jayme, não interrompendo V. Ex^a, quero dizer-lhe o seguinte: sobre perícia quem decide é o Conselho.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Se necessária a realização de perícia, e o Relator já demonstrou...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Que não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – ...que não precisa.

Se necessária a realização de perícia, o Conselho, em decisão fundamentada, designará perito, que poderá ser de órgão externo ao Senado Federal. Quer dizer, a decisão, se fosse o caso, teria que ser fundamentada para aceitar perícia.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Até aí eu entendo. Estou fazendo questão de ordem é pelo seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O Conselho teria que fundamentar se aprovasse a perícia.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Quem fundamenta as decisões deste Conselho somos nós, mas principalmente o Relator.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – E o Relator fundamentou contrariamente à realização da perícia, achando que não era necessária.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – Excelência, em nome da ampla defesa...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – E o Conselho já tomou essa decisão. Agora, quanto à defesa entrar no Supremo, tem todo o direito. Ninguém pode impedir.

Agora, como se trata de uma decisão do Senado, do Conselho, caberá à próxima instituição, ao próximo órgão a ser ouvido, que é a Comissão de Constituição e Justiça, opinar sobre a legalidade ou não das nossas decisões.

É a CCJ que vai definir.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – É a CCJ não é?

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, essa é matéria vencida, já se esgotou.

Já se esgotou, Presidente. Não há mais nada para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Matéria vencida, V. Ex^a tem razão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente. Eu estou só indagando. Está aqui, mas na CCJ pode ser votada essa questão de ordem, não é?

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, essa matéria foi vencida. Vamos em frente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Vamos conferir para ver se não são iguais, porque nós recebemos agora. Vamos ver se existe alguma semelhança ou igualdade entre o requerimento que já foi rejeitado e esse que foi apresentado hoje.

Eu vou fazer uma indagação à nossa assessoria. Primeiro pedido: “cópias perfeitas dos arquivos de som originais dos diálogos tratados na representação do PSOL, no relatório preliminar apresentado, nos depoimentos prestados pelos delegados de Polícia Federal e no depoimento prestado pelo Senador Demóstenes Torres, ou seja, com as mesmas características do sinal que trafegou na rede telefônica, isto é, sem qualquer tipo de compactação e respectiva autenticação, com algoritmo de domínio público, com MD5, assim como uma comprovação de que o mesmo foi gerado tão logo o final das interceptações.”

Está tudo aqui. Esse item já foi rejeitado no requerimento anterior.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – É matéria vencida, Presidente. Vamos para frente! É matéria vencida, Presidente. Está mais do que explicado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Segundo: “seja determinado que as operadoras de telefonia informem datas e horários nas quais foram implantadas escutas nas linhas telefônicas”. Igual. Já foi rejeitado no requerimento anterior.

Pedido três: “atendidos os requerimentos 1 e 2, seja facultada à defesa, no prazo de cinco dias”, tal, tal, tal.

Então, vejam: S. S^{as}, advogados eminentes do Senador Demóstenes Torres, que têm todo o entendimento jurídico dessa questão, uma vez que uma matéria vencida não pode ser reapresentada, eles apresentaram – embora de forma menor mas apresentaram – itens que foram rejeitados da vez anterior.

De forma que esta já é uma decisão tomada pelo Conselho.

Senador Vicentinho, V. Ex^a chegou neste momento. O que estamos discutindo é justamente isso. É que da vez anterior, na reunião anterior, o requerimento apresentado pela defesa do Senador Demóstenes Torres foi rejeitado, o que tratava de perícias. E agora, S. S^{as} resolvem reapresentar o requerimento de outro jeito, ou seja, reduzindo o número de pedidos apenas a dois pedidos, que já haviam sido rejeitados no requerimento da reunião anterior.

Então, este Conselho tem autoridade para rejeitar requerimento, mas não tem autoridade para rever decisões que foram anteriormente feitas, decididas, ou que foram executadas, inclusive porque a própria instrução probatória já se encerrou com o documento que recebemos do Relator, Senador Humberto Costa.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Ora, quando se encerra a instrução probatória é que ele afirma, peremptoriamente, que não há necessidade de mais provas.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – Sr. Presidente, para uma questão de ordem em nome da ampla defesa, se V. Ex^a me permite.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador José Pimentel e, em seguida, ainda darei a palavra a V. S^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, se o requerimento tivesse sido apresentado rapidamente e tivéssemos feito o confronto, teríamos declarado prejudicado o requerimento. Só o levamos a voto em respeito à defesa enquanto eles processavam o documento, mas, regimentalmente, o requerimento deveria ter sido declarado prejudicado, por repetir matéria já rejeitada. Mas V. Ex^a o levou a voto e também o requerimento foi rejeitado.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – Só para terminar esse processo, se me permite, Senador Pimentel.

Na realidade, talvez tenha sido uma interpretação que nós fizemos do ofício que nos intimou para esta reunião, que era um ofício destinado à definição do cronograma de trabalho e votação de requerimento porventura apresentado. E nós apresentamos, tão logo começou a reunião, um requerimento.

Na verdade, sinceramente, fui surpreendido por uma decisão do Senador Relator, já determinando o final da instrução. Se nós fomos intimados para uma reunião, com todas as vênias, para que pudéssemos apresentar o requerimento, e nós fizemos, Senador Jucá, entendemos ter feito esse pedido, exatamente cumprindo determinação do Conselho. Tínhamos feito um pedido amplo, o Conselho disse que não poderia ceder tudo e até citou o Senador Eunício, que dizia que não vamos usar tudo.

Esse pedido nosso agora apenas pede, expressamente, que seja periciado aquilo que é citado na representação, no nosso ponto de vista, atendendo, inclusive, ao fundamento que ouvi do Senador Eunício.

Dois Senadores se apresentaram favoráveis à reabertura desse prazo. Entendo que V. Ex^a foi, como sempre, cumpridor dos direitos do Senador Demóstenes a seu direito de ampla defesa.

Eu, por lealdade, peço, de qualquer maneira, que seja juntado esse requerimento porque, no meu ponto de vista, a própria finalização do Senador Humberto sem que ouvisse, porque nós fomos intimados a apresentar um requerimento. O Senador Humberto se diz absolutamente apto a apresentar o relatório – é um direito dele –, mas o relatório vai ser votado pelo Conselho, que pode ou não estar apto. O advogado tem de ter sempre a pretensão de que tem algo a apresentar.

E embora isso aqui seja um julgamento político, o procedimento – sabe V. Ex^a muito mais do que eu – tem que cumprir os ditames constitucionais e regimentais.

Quero saber de V. Ex^a, Sr. Presidente, se falo agora sobre a questão do prazo ou se falo depois. Aproveito e falo de uma vez. V. Ex^a é quem determinará:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Não neguei, em nenhuma hipótese, a leitura do requerimento. Como estava previsto na convocação, nós esperávamos que alguém apresentasse o requerimento, tanto que ele foi colocado para ser votado e foi rejeitado.

Então, todo o procedimento foi cumprido à risca.

Quero propor ao Conselho que façamos um cronograma de apresentação do relatório, já que o Relator nos afiança que na próxima segunda-feira terá condições de apresentar o relatório – vamos marcar hora – e também, não só a apresentação do relatório, mas a votação do relatório pelo Conselho. Isso porque, na próxima semana, teremos a Rio+20 a partir de terça-feira, e alguns membros deste Conselho me ponderaram que não poderiam estar presentes na terça-feira, por motivo de viagem.

Ora, se o Relator se dispõe a apresentar o relatório ou ler o relatório na próxima segunda, inclusive propondo a votação dele na segunda, dia 18, eu quero propor aos senhores este cronograma de apresentação pelo Relator: na segunda-feira, às 14h30, do relatório e, após a apresentação, os debates e votação do parecer.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, então seria dia 18, segunda-feira, a partir das 14h30?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Segunda-feira, às 14h30.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – Sr. Presidente, a defesa gostaria de se manifestar sobre o prazo. V. Ex^a me desculpe, mas...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Olha, eu também peço desculpas a V. S^a. Esse prazo é totalmente previsto na nossa resolução.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – Com toda a vênia, tenho uma interpretação. Eu gostaria só de expor ao Sr. Senador em dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a tem uma interpretação diferente?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Muito bem, vamos debater.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – Apenas para expor. Advogado é feito para fazer interpretação, bem ou mal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Vamos debater.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – Sabem V. Ex^{as}, muito mais do que eu, na análise dos Regimentos e da Constituição, que não existe letra morta, não existe nada que seja indiferente para interpretação.

O Regimento que nós estamos citando, no caso específico da votação do Conselho, diz expressamente:

"Produzidas as provas, o relator declarará encerrada a instrução, intimará o representado ou denunciado para apresentar suas alegações [...] no prazo de 3 (três) dias úteis e, após isso, entregará relatório que será apreciado pelo Conselho no prazo de 10 (dez) dias."

O que eu quero, com todas as vênias e humildade, dizer a V. Ex^{as} é que, em todos os outros artigos, quando se diz que pode ser durante o prazo de dez dias, o Regimento é expresso. Como se pode ver, por exemplo, quando o art. 17, no seu parágrafo único, vai falar no prazo máximo, diz: "Nos casos puníveis com suspensão de prerrogativas regimentais, a instrução probatória será processada em, no [prazo] máximo, 30 (trinta) dias úteis".

Quando vai dizer que é até no prazo, também há uma previsão expressa. Então, no entendimento da defesa, se V. Ex^a entender que está encerrado hoje e nós tivermos três dias para fazer o prazo, para fazer a defesa, o relatório deveria ser feito – com todas as vênias – no prazo de dez dias úteis e não em até dez dias. Porque quando o Regimento prevê que é em até dez dias, ele é expresso. Então, seria desnecessário existir...

Por exemplo, o art. 15, só para terminar, no seu §3º, Srs. Senadores, diga: "designação de relator, mediante sorteio, a ser realizado em até 3 (três) dias úteis". Porque, senão, seria uma redação desnecessária, em até três dias úteis. E quando diz respeito a dez dias, expressamente o Conselho diz que será apreciado, no Conselho, no prazo de dez dias.

Eu peço a V. Ex^{as} que seja avaliada a hipótese de, em havendo terminado hoje e com o prazo começando, se poderia apresentar o relatório exatamente com dez dias úteis, como prevê o Regimento no seu art. 17-I.

Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Art. 17-I, da Resolução nº 20:

"Produzidas as provas, o relator declarará encerrada a instrução, [já o fez] intimará o representado ou denunciado para apresentar suas alegações finais no prazo de 3 (três) dias úteis [estará fazendo ainda hoje] e, após isso, entregará relatório [o relator entregará o relatório] que será apreciado pelo Conselho no prazo de 10 (dez) dias."

Quando será? No prazo de dez dias. No prazo de dez dias.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – É porque eu entendi que V. Ex^a tinha dito...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A partir da finalização do prazo da defesa, das alegações finais, em dez dias, o Conselho poderá fazer a reunião. Em 10 dias. Faz no primeiro, no nono, no décimo, no décimo-quinto, no quinto...

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – Mas V. Ex^a não vê diferença se é em até dez dias ou no...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Mesmo porque, quando alguém é intimado a fazer a defesa em 15 dias, no prazo de 15 dias, ele pode fazer no décimo-quinto dia ou pode fazer no primeiro dia logo a defesa. Aqui é o prazo dado ao Conselho para fazer a reunião.

Ora, se o Relator já se dispõe a entregar, após a finalização do prazo das alegações finais, o relatório, cabe a este Conselho se pronunciar sobre o dia em que vai ser votado esse relatório. E o dia que achamos mais conveniente, até por causa dos eventos que estão acontecendo, o prazo mais adequado será segunda-feira, dia 18. Isso foi objeto de discussões entre membros e o Relator, entre membros deste Conselho com a nossa própria assessoria, para que não atropelássemos os prazos nem pudéssemos contribuir para uma prorrogação.

Então, nesse dia, V. S^a terá todo o direito de fazer a defesa de seu constituinte. Todos os Senadores que quiserem se pronunciar terão direito de participar do debate.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Então, combinado? Dia 18, às 14h30, será feita a leitura, pelo Relator, de seu parecer e, logo em seguida, os debates e a votação.

Documentos pertinentes à 15ª Reunião de 2012 do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar:

1. Lista de Presença (1 fl.);
2. Lista de Presença dos Senadores não membros do Conselho (1 fl.);
3. Petição subscrita pelos advogados do representado, Dr. Antônio Carlos de Almeida Castro e Dr. Marcelo Turbay Freiria, reiterando requerimento de produção de provas periciais. O requerimento foi votado e rejeitado na 15ª reunião do Conselho. (16 fls.);
4. Despacho do Relator, Senador Humberto Costa, declarando encerrada a fase de instrução da Representação nº 1, de 2012, e solicitando a intimação do Representado para apresentar suas alegações finais no prazo de 3 (três) dias úteis (1 fl.);

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

15ª REUNIÃO DE 2012

Em 12 de junho de 2012, terça-feira, às 14h30, no Plenário nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa

LISTA DE PRESENÇA

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Eunício Oliveira	1. Sérgio Souza
João Alberto Souza	2. Vago
Renan Calheiros	3. Vago
Romero Jucá	4. Vago
PT	
Humberto Costa	1. Aníbal Diniz
Wellington Dias	2. Walter Pinheiro
José Pimentel	3. Angela Portela
PSDB	
Mário Couto	1. Paulo Bauer
Cyro Miranda	2. Vago
PTB	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
DEM	
Jayme Campos	1. Maria do Carmo Alves
PR	
Vicentinho Alves	
PP	
Ciro Nogueira	
PDT	
Acir Gurgacz	
PSB	
Antonio Carlos Valadares	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)	
Senador Vital do Rêgo	

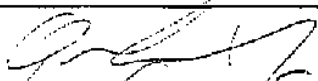
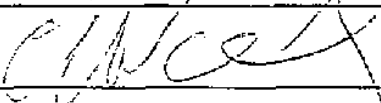
Visto: _____

Brasília, 12 de junho de 2012

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**15ª REUNIÃO DE 2012**

Em 12 de junho de 2012, terça-feira, às 14h30, no Plenário nº 03 da Ala Senador
Alexandre Costa

**LISTA DE PRESENÇA - SENADORES NÃO MEMBROS DO
CONSELHO**

SENADOR	Assinatura
PEDRO SIMON	
	

Visto: _____

Brasília, 12 de junho de 2012

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR DO SENADO FEDERAL, SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

Representação nº 1/2012

DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES, devidamente
qualificado nos autos da representação em epígrafe, vem respeitosamente à presença de
Vossa Excelência, por seus advogados, tecer as considerações que seguem delineadas e,
em conclusão, realizar requerimentos finais, uma vez facultada esta possibilidade por esta
digna Presidência.

1. No último dia 6 de junho próximo passado, foi realizada sessão
deste nobre Conselho de Ética do Senado Federal objetivando apreciar requerimento de
produção de prova pericial realizado pelos defensores ora signatários quando da
apresentação de resposta preliminar.

2. Da mencionada resposta, protocolada em 25 de abril de 2012, constaram os seguintes requerimentos de produção de prova, em síntese:

1) a cópia de segurança com os " dados brutos das gravações" dos arquivos resultantes da Operação Monte Carlo (entenda-se, todo o material armazenado no Sistema Guardião ou similar)

(JUSTIFICATIVA: a perícia em material de áudio deve ser realizada sempre na integralidade do material coletado acompanhado de todas as informações sobre sua produção e seu armazenamento);

2) cópias perfeitas dos arquivos de sons originais, ou seja, com as mesmas características do sinal que trafegou na rede telefônica, isto é, sem qualquer tipo de compactação e a respectiva autenticação com algoritmo de domínio público, como o MD5, assim como uma comprovação de que o mesmo foi gerado tão logo, o final das interceptações

(JUSTIFICATIVA: a perícia deve ser realizada sempre no material original ou, quando digital, em cópia autêntica do mesmo, isto é, sem qualquer modificação, de acordo com as recomendações da AES, de outras organizações internacionais e do entendimento dos Peritos Federais, co-autores do capítulo do livro antes mencionado. Exames preliminares nos áudios entregues indicaram supressão no tempo de conexão entre os aparelhos quando confrontados com o tempo de áudio apresentado nas gravações. Foram observadas situações de acréscimo e de subtração temporal no tempo informado pela operadora e o apresentado pelo áudio);

3) as localizações das ERBs que foram utilizadas pelos aparelhos (alvo e interlocutor) durante as ligações interceptadas

(JUSTIFICATIVA: O material é imprescindível para as análises periciais na comprovação da autenticidade das gravações e na comprovação do local em que estariam os devidos locutores);

4) seja viabilizada a realização de exames no material realmente original ou em sua cópia tecnicamente perfeita, para que, em obediência ao princípio da ampla defesa, possa se ter garantias de

que o material apresentado como resultante das interceptações telefônicas é idôneo e íntegro, isto é, com garantias técnicas de que não tenha sofrido qualquer processo de edição

(JUSTIFICATIVA: Em análise preliminar, foram constatadas as presenças de falas de outros locutores que aparentam não ser daqueles indicados nos resumos das transcrições apresentadas, bem como eventos sonoros que precisam ser examinados);

5) seja determinado que as operadoras de telefonia informem datas e horários nas quais foram implantadas escutas nas linhas telefônicas

(JUSTIFICATIVA: é importante para auxílio da análise da autenticidade das informações que acompanham os áudios apresentados, para que se possa atestar os reais períodos de implementação de escutas e confrontá-los com as autorizações judiciais);

6) seja determinado que as operadoras de telefonia, e não o Sistema Guardião, informem os extratos telefônicos das linhas nos períodos nos quais estiveram sob interceptação.

(JUSTIFICATIVA: é importante para auxílio da análise da autenticidade das informações que acompanham os áudios apresentados

3. Tais requerimentos foram objeto de apreciação e decisão tão somente na sessão realizada em 5 de junho, tendo o eminente Senador Relator, HUMBERTO COSTA elaborado relatório indeferindo os pleitos, aduzindo principalmente, no entender do Representado, que:

4. i) arquivos de áudios da Operação Monte Carlo tiveram seu conteúdo exposto e debatido pelo Senador Demóstenes Torres em seu depoimento pessoal, oportunidade em que teria admitido ser sua a voz das gravações, em grande parte;

5. ii) o representado não teria fundamentado o pedido com a alegação de qualquer fato que pudesse levantar suspeita de mácula sobre a idoneidade dos tais arquivos de áudio, ainda que todos os arquivos fossem imprescindíveis para o deslinde do processo disciplinar;

6. iii) o requerimento de produção de provas pode se afigurar, no entender do digno relator, como medida impertinente, desnecessária ou protelatória, eis que aparentemente inexistente qualquer fato que possa colocar em dúvida ou suspeita a idoneidade de tais arquivos de áudio.
7. Eminente Presidente, os requerimentos de produção de prova aduzidos pela defesa, conforme expressamente e particularizadamente justificado em cada um dos pedidos, tinham um objetivo muito claro: viabilizar a realização de uma perícia, esta sim apta a demonstrar eventuais ilegalidades na colheita, armazenamento e/ou manipulação dos áudios.
8. E tais requerimentos preliminares se faziam – como ainda se fazem – realmente necessários, pois as cópias cedidas pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, por sinal, compartilhadas a este digno Conselho, não detêm a qualidade técnica exigida para a realização de exame pericial sério e rigoroso.
9. Note-se, ademais, que os referidos documentos carecem também de informações absolutamente elementares a um procedimento cautelar de interceptação telefônica, como, exemplificativamente: a relação de ofícios de implementação e suspensão dos monitoramentos, subscritos pelas Operadoras de telefonia, que necessariamente deveriam constar dos autos.
10. Cumpre destacar, porque oportuno, que áudios de interceptação telefônica oriundos das Operações Vegas/Monte Carlo foram utilizados no corpo da Representação subscrita pelo PSOL, tais como: aquele que fazem menção à suposta quantia de R\$ 3.000,00 (três mil reais), que seria destinada ao pagamento de um táxi aéreo; e aquele no qual o Representado supostamente teria passado “informações privilegiada a Carlinhos Cachoeira, conseguidas em reuniões reservadas que teve com Representantes do Executivo, Legislativo e mesmo do Judiciário.
11. Em relatório preliminar subscrito pelo digno relator, há também menção a diálogos (exemplificativamente, às páginas 24 e 25), evidentemente empregados como elementos indiciários e de formação de convencimento, muito embora a relatoria tenha expressamente ressalvado que não faria uso de áudios colhidos nas mencionadas operações policiais.
12. No curso da instrução, quando inquiridos perante este Conselho, os delegados da Polícia Federal, RAUL ALEXANDRE MARQUES SOUSA e MATHEUS MELLA RODRIGUES expressamente mencionaram e, inclusive, chegaram a

realizar a leitura de diálogos, francamente impondo a apreciação de tais elementos como se prova fossem, o que reforça ainda mais a necessidade de realização de perícia.

13. Tal circunstância obrigou o Senador DEMÓSTENES TORRES a expressamente enfrentar tais diálogos quando de seu depoimento neste Conselho, de modo a contextualizar as conversações e, assim, desfazer a interpretação parcial, conveniente e absolutamente equivocada empregada pelos delegados, cumprindo destacar um diálogo em especial, objeto de inúmeros questionamentos: aquele referente aos supostos R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

14. Ora, não se trata aqui de simplesmente reconhecer ou não a voz constante das escutas, mas sim identificar com clareza quem e quantos eram os interlocutores, bem como situar a íntegra de todas as conversas havidas e não apenas trechos deslocados e descontextualizados pinçados pela polícia.

15. Quando mencionou o tal diálogo que trata dos R\$ 3.000,00, assim como aquele que trata dos supostos R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), o representado expressamente fez questão de esclarecer que a interpretação dada pela polícia foi criminosamente equivocada, eis que ignorou a existência de outros interlocutores, bem como desconsiderou a íntegra da conversa, ignorando as circunstâncias em que a suposta cobrança ou entrega de valores teria ou não existido, o que viria a constituir inequívoca prova de inocência do Representado.

16. É inquestionável, portanto, a necessidade de se realizar um exame aprofundado e minucioso de tais áudios, visando a justamente identificar toda sorte de irregularidades que, inclusive, já foram preliminarmente observadas pela assistência técnica da defesa.

17. É fato que, passados dias desde a formulação dos mencionados requerimentos de produção de provas, o assistente técnico contratado pela defesa, debruçando sobre todo o material de áudio, apesar de precária a qualidade do material, pôde constatar que são inúmeras as irregularidades constantes das escutas, cumprindo sistematizar, exemplificativamente, algumas delas.

18. Cumpre inicialmente destacar que não há, no material resultante das escutas telefônicas, uma prova científica que demonstre que o mesmo é

autêntico e que está íntegro, de acordo com o que orienta a Medida Provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, em seu art. 1º.

19. Associados à falta de documentação técnica que demonstra idoneidade do material resultante das escutas telefônicas, são observados robustos indícios de EDIÇÕES nas informações acostadas aos Autos.

20. A seguir, serão enumeradas algumas dessas evidências que, mesmo sem a análise no material original, ou em cópia autêntica deste, foram possíveis de serem constatadas e facilmente demonstradas.

1ª) Quanto às garantias da autenticidade e da integridade do material:

21. Não há uma certificação digital ou aplicação de algoritmo de domínio público, como o MD5 e SHA-1, que atribuem a um arquivo digital, como no caso, arquivos de sons, de forma unívoca, um número de autenticidade (hash).

2ª) Quanto ao prazo de autorizações para a realização das escutas telefônicas

22. Uma das ligações mencionadas pelo digno Senador relator, Humberto Costa, objeto de questionamento durante o depoimento do Senador Demóstenes, teria ocorrido no dia 6 de junho de 2011.

23. Ocorre que tal ligação foi efetivamente interceptada fora do prazo legal, pois, segundo o Relatório da Polícia Federal, a Autorização anterior teria vencido em 21/05/2011 e, na solicitação da seguinte, consta que o vencimento deste período solicitado se deu em 07/06/2011.

24. Considerando o método de contagem utilizado nas informações policiais para consideração dos dias de escuta para fins de solicitação de prorrogações, constata-se que o prazo final desta seria dia 4/05/2011.

25. Logo, é evidente que o Sistema de Interceptação Guardião manteve a escuta de linhas telefônicas sem amparo legal entre os dias 04/06/2011 e 07/06/2011, pois a nova Autorização iniciou outra cronologia no dia 07/06/2011, conforme a solicitação ao Juízo.

26. Prova de que nesses dias o Sistema continuou efetivando interceptações está aposta na listagem abaixo.

210210027445085	210210027445084	04/05/2011 08:25:02	09:01:28	21	21	CARLINHOS X CLAUDIO(PLX)
210210027445085	210210027445084	04/05/2011 08:44:42	09:01:28	21	21	CARLINHOS X CLAUDIO(PLX)
210210027445085	210210027445084	04/05/2011 08:45:17	09:05:05	21	21	CARLINHOS X CLAUDIO(PLX)
210210027445085	210210027445084	04/05/2011 10:10:00	09:01:05	21	21	CARLINHOS X DEMOSTENES(PLX)
210210027445085	210210027445084	04/05/2011 10:11:25	09:01:05	21	21	CARLINHOS X CLAUDIO(PLX)
210210027445085	210210027445084	04/05/2011 10:20:28	09:02:21	21	21	CARLINHOS X CLAUDIO(PLX)
210210027445085	210210027445084	04/05/2011 10:25:40	09:00:16	21	21	CARLINHOS X CLAUDIO(PLX)
210210027445085	210210027445084	04/05/2011 10:26:22	09:01:21	21	21	CARLINHOS X CLAUDIO(PLX)
210210027445085	210210027445084	04/05/2011 12:47:05	09:00:45	21	21	CARLINHOS X DEMOSTENES(PLX)
210210027445085	210210027445084	05/05/2011 14:20:04	09:01:28	21	21	CARLINHOS X DEMOSTENES(PLX)
210210027445085	210210027445084	05/05/2011 14:21:23	09:01:17	21	21	CARLINHOS X SANTANA(PLX)
210210027445085	210210027445084	05/05/2011 14:23:51	09:00:15	21	21	CARLINHOS X SANTANA(PLX)
210210027445085	210210027445084	05/05/2011 14:25:12	09:00:25	21	21	CARLINHOS X SANTANA(PLX)
210210027445085	210210027445084	05/05/2011 17:10:15	09:04:08	21	21	CARLINHOS X IERAM(PLX)
210210027445085	210210027445084	05/05/2011 08:34:22	09:02:24	21	21	CARLINHOS X WLADIMIR(PLX)
210210027445085	210210027445084	05/05/2011 08:51:44	09:00:30	21	21	CARLINHOS X DEMOSTENES(PLX)
210210027445085	210210027445084	05/05/2011 11:27:03	09:01:12	21	21	CARLINHOS X WLADIMIR(PLX)
210210027445085	210210027445084	05/05/2011 12:17:58	09:00:34	21	21	CARLINHOS X DEMOSTENES(PLX)
210210027445085	210210027445084	05/05/2011 13:40:15	09:00:55	21	21	CARLINHOS X CLAUDIO(PLX)
210210027445085	210210027445084	05/05/2011 13:50:23	09:00:08	21	21	CARLINHOS X DEMOSTENES(PLX)
210210027445085	210210027445084	05/05/2011 15:25:40	09:00:28	21	21	CARLINHOS X LEREIA(PLX)
210210027445085	210210027445084	05/05/2011 17:00:45	09:01:01	21	21	CARLINHOS X DEMOSTENES(PLX)
210210027445085	210210027445084	05/05/2011 17:21:30	09:00:22	21	21	CARLINHOS X LEREIA(PLX)
210210027445085	210210027445084	05/05/2011 17:25:21	09:00:14	21	21	CARLINHOS X LEREIA(PLX)
210210027445085	210210027445084	05/05/2011 17:26:22	09:00:10	21	21	CARLINHOS X LEREIA(PLX)
210210027445085	210210027445084	05/05/2011 18:23:20	09:00:20	21	21	CARLINHOS X GLEYBI(PLX)
210210027445085	210210027445084	05/05/2011 18:12:51	09:01:34	21	21	CARLINHOS X DEMOSTENES(PLX)
210210027445085	210210027445084	05/05/2011 18:15:42	09:01:16	21	21	CARLINHOS X DEMOSTENES(PLX)
210210027445085	210210027445084	05/05/2011 19:44:15	09:00:35	21	21	CARLINHOS X DEMOSTENES(PLX)
210210027445085	210210027445084	05/05/2011 20:22:28	09:01:05	21	21	CARLINHOS X DEMOSTENES(PLX)
210210027445085	210210027445084	05/05/2011 21:42:12	09:00:30	21	21	CARLINHOS X LENINE(PLX)
210210027445085	210210027445084	07/05/2011 05:45:02	09:00:13	21	21	CARLINHOS X EDIVALDO(PLX)
210210027445085	210210027445084	07/05/2011 10:05:02	09:01:02	21	21	CLAUDIO X CARLINHOS(PLX)
210210027445085	210210027445084	07/05/2011 10:06:22	09:02:12	21	21	CARLINHOS X DEMOSTENES(PLX)
210210027445085	210210027445084	07/05/2011 10:32:10	09:00:48	21	21	CLAUDIO X CARLINHOS(PLX)
210210027445085	210210027445084	07/05/2011 11:18:45	09:00:22	21	21	EDGAR X CARLINHOS(PLX)
210210027445085	210210027445084	07/05/2011 11:51:05	09:01:08	21	21	CARLINHOS X ELIANE PINHEIRO(PLX)
210210027445085	210210027445084	07/05/2011 14:02:22	09:02:20	21	21	CARLINHOS X WLADIMIR(PLX)
210210027445085	210210027445084	07/05/2011 17:46:25	09:00:31	21	21	CARLINHOS X DADAI(PLX)
210210027445085	210210027445084	07/05/2011 20:22:40	09:02:21	21	21	CARLINHOS X DEMOSTENES(PLX)


3ª) Decorrencia da falta de documentação da cadeia de custódia

27. Verifica-se inexistência de documentação da cadeia de custódia à qual o material de áudio esteve submetido.

28. Nos exemplos ilustrados abaixo, referentes a duas ligações, existem anotações que mostram nomes de pessoas que teriam tido contato com este material de prova. Estes exemplos demonstram que o Sistema Guardião tem possibilidades técnicas de apresentar os nomes de pessoas que tiveram acesso aos áudios (parte da Cadeia de Custódia), mas estas informações não aparecem em praticamente todos os arquivos de áudio.

29. Nos exemplos expostos, onde um dos locutores dos áudios pode ser o Senador Demóstenes, note-se que a pessoa denominada Marcio Azevedo da Silva, no dia 20/06/2011 às 14h46min51 e 14h 48min 32s, registra um procedimento identificado por "EDIÇÃO".

30. Ressalta-se ainda que, coincidentemente, observa-se irregularidades em tais áudios: a) essas duas ligações teriam sido feitas de uma única linha telefônica, a de número 6293391616, dentro de um mesmo limite de horário; b) o locutor identificado na transcrição fonográfica por "Carlos" falou palavras distintas em um mesmo instante, evento que tecnicamente define um processo de EDIÇÃO.



Guardião

MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO
FEDERAL


Guardião - Dados da Gravação

NOME DO AVIADO		NOME DO AVIADO		NOME DO AVIADO		NOME DO AVIADO	
6293391661		CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS - MONTE CARLO					
Nº	6293391661	18/06/2011 18:00:08	18/06/2011 18:03:26	00:03:11	CARLINHOS X ATAÍDES (PLX)		

RELAÇÃO DE ATIVIDADES

CARLINHOS pede o aviso de ATAÍDES (SENADOR) emprestado para CLAUDIO ABRU ver para o local do acidente envolvendo a esposa de SENADOR CAVALCANTE (DELTA).

Log de Acesso	USUÁRIO	TIPO DE ACESSO	QUANTIDADE
27/10/2011 12:53:56	Renato MP	Reprodução	2
20/06/2011 14:46:51	Marcio Azevedo da Silva	Edição	1
20/06/2011 14:48:32	Marcio Azevedo da Silva	Consulta	1
20/06/2011 14:48:19	Marcio Azevedo da Silva	Reprodução	1
18/06/2011 10:31:52	Matheus Neta Rodrigues	Reprodução	1



Guardião

MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO
FEDERAL

Guardião - Dados da Gravação

NOME DO AVIADO		NOME DO AVIADO		NOME DO AVIADO		NOME DO AVIADO	
316010027445095		CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS - MONTE CARLO					
Nº	316010027445095	18/06/2011 18:00:50	18/06/2011 18:03:26	00:02:36	CARLINHOS X CLAUDIO (PLX)		

RELAÇÃO DE ATIVIDADES

CLAUDIO pede para CARLINHOS arrumar o aviso do SENADOR ATAÍDES emprestado.

Log de Acesso	USUÁRIO	TIPO DE ACESSO	QUANTIDADE
28/10/2011 15:51:43	Pedro Paulo Monteiro Silva	Reprodução	1
27/10/2011 13:57:32	Renato MP	Reprodução	1
20/07/2011 15:59:54	Marcio Azevedo da Silva	Consulta	2
01/07/2011 11:55:45	Wilton Tapajós Macêdo	Reprodução	1
20/06/2011 14:40:32	Marcio Azevedo da Silva	Edição	1
20/06/2011 14:47:41	Marcio Azevedo da Silva	Reprodução	1

31. Em outras duas ligações, destacadas abaixo, ocorre o mesmo tipo de evento inexplicável, uma pessoa falar duas palavras distintas em um único instante.

32. No dia 12 de maio de 2009, a partir de duas linhas distintas, o locutor que foi identificado por Carlos teria participado simultaneamente de duas ligações. Em um primeiro momento, esta possibilidade pode ser fisicamente aceita, pois um locutor pode simultaneamente falar com mais de um interlocutor, mas não pronunciando palavras distintas em um mesmo instante.

Entre 14h 16min 27 e 14h 16min 28s

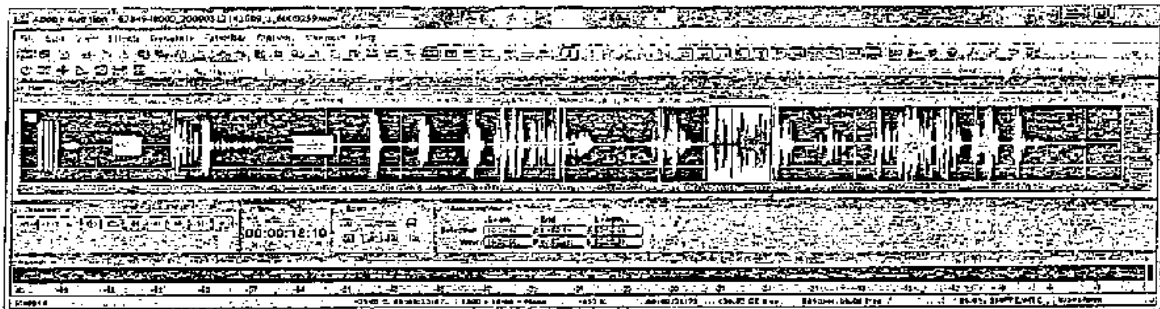
C- Ah! Você não passou lá nele, não?

E entre 14h 16min 26s e 14h 16min 30s

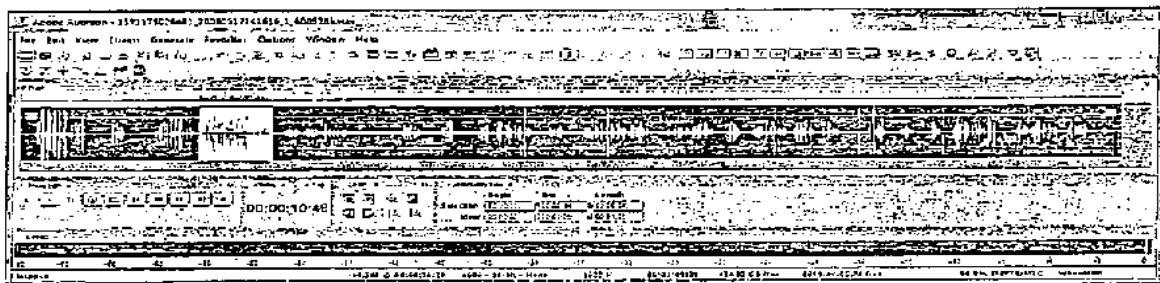
C- Vai com ele aí, vou te explicar. Antes de encontrar com ele, você me liga, mas era hoje que você ia encontrar comigo.

33. Os oscilogramas dos arquivos de som das duas ligações mostram, nas partes em branco, a sincronização dos horários nos quais os textos apresentados ocorreram.

34. Oscilograma 1- ligação do horário 14h 16mim 09s



35. Oscilograma2 – ligação do horário 14h16min16s



4ª) Supressões de tempos de conexões fornecidas pela Operadora Nextel

36. Referente a este evento, constata-se diferença entre o tempo indicado pela Operadora Nextel para a duração da conectividade entre os aparelhos e o tempo apresentado de gravação analisada e resumida pela autoridade policial.

37. O tempo de gravação difere do tempo informado pela Operadora Nextel desde alguns segundos até quase 60 minutos (uma hora).

38. Considerando que gravação integral é aquela que registra completamente o evento sonoro que se objetivou gravar, armazenando em um tipo de mídia, analógica ou digital, para uma reprodução futura, e que esta deva apresentar todas as variações das intensidades sonoras dependentes do espaço e do tempo em que os diálogos ocorreram, conclui-se que os áudios referidos estão EDITADOS.

39. No arquivo de som identificado como 1591175026481_20090622144147_, aquele conhecido por ter feito menção aos R\$ 3.000,00, o Senador Demóstenes fala e pergunta para outra pessoa "Quanto foi lá?" e outra responde sob fortes ruídos, dificultando a compreensão, "Três mil reais", há uma grave supressão de tempo.

40. Seguindo o diálogo, o Senador Demóstenes repete "Três mil", observando-se aí há uma supressão de tempo da ordem de 36s, evento que altera a integridade do arquivo apresentado.

41. O fato de NÃO ESTAREM PRESENTES 36s do tempo em que as linhas ficaram conectadas demonstra um processo de edição, onde não há como se provar que toda a conversação está presente, a não ser mediante o confronto com o áudio original, por meio de uma perícia técnica, razão pela qual a defesa insiste em ter acesso ao áudio original colhido pela polícia.

5ª) Das transcrições fonográficas sem técnica adequada e com informes subjetivos.

42. Transcrições fonográficas de áudios de conversas telefônicas mencionadas durante o depoimento do Senador Demóstenes não reproduziram de forma fiel tudo o que está gravado nos arquivos de som. Este importante dado técnico pode significar

equivoco de audição e/ou interpretação do técnico responsável pela leitura e transcrição, ou mesmo uma inclinação maléfica a transcrever, descontextualizadamente, apenas o que interessa à tese da polícia, gerando assim uma compreensão errada do que realmente foi falado.

43. A seguir, dois exemplos: a transcrição do arquivo 1591175026481_20090622144147 e o conjunto das três transcrições que mostram o contexto global de uma conversação amplamente ressaltada durante o depoimento do Senador Demóstenes.

Texto do arquivo 1591175026481_2009062214414

DE: Acho que ele desce lá no, lá naquele terminal executivo,<< Ao fundo, VM- Uma boal>>viu, qualquer lugar que ele marcar eu tô lá firme. << Ao fundo, subposto, VM- [Será que ele pagou?]>> Ah, por falar nisso tem que pagar aquele trem do VOAR. Do VOAR não, da SETE, né?

CA: Tá, você me fala aí. Eu falo com o, com o VILNEI. Quanto foi lá?

DE: Quanto foi?

<<O locutor DE perguntou para outra pessoa que estaria no mesmo ambiente seu. O outro locutor responde com pequena intensidade sonora mascarado por ruídos- TRÊS MIL REAIS>>

DE: Três mil!

44. Contexto completo do áudio cuja polêmica seria a quantia "vinte mil reais":

-Texto do áudio do arquivo 6278123409_20110712133535_1_13824410

<<Sinal de acionamento do botão do PTT>>

VM1- Fala o Greyb

VMX- A-ram!

Sen. Demosthenes- Tudo bem Gleyb?

<<Na transição de VM1 para a fala do Sen. Demosthenes, não há acionamento de tecla do botão PTT. Pode ocorrer de o locutor VM1 estar com o Senador e passado o telefone para ele.>>

<<clique>>

VM2(Gleyb) - Tu/<<palavra interrompida>> Senador, como é que tá o senhor? Tudo bom?

<<Ao fundo, subpostos à fala de VM2(Gleyb), um VMX- Ele não ligou: VMX- Foi o Gleyb que chamou.; VMX- [Cortar/ Mudar]>>

VM2(Gleyb) – Tou com outro número, quero chamar nele o senhor. Não sei se o senhor já tem ele, cadastrado?

<<Ao fundo, subpostos à fala de VM2(Gleyb), um VMX- [Ele (não) ligou esses dias]; VMX- Pegamos, né?...>>

Sen. Demóstenes- Pode chamar.

-Texto do áudio do arquivo 316010027445309_20110712133600_1_13824418

<<Som resultante do acionamento do botão do PTT>>

Sen. Demóstenes- Fala Greyb, e aí?

VM2(Gleyb) – Tou com um negocinho pra entregar, queria ver com o senhor, onde é que a gente pode, onde quer que leve.

Sen. Demóstenes- Ah, tá! Você está aqui em Brasília?

VM2(Gleyb) – Tou, tou aqui em Brasília.

<<Ao fundo um VMX- Os filhotes da [...]>>

VM2(Gleyb) – No [Pier 21] aqui.

Sen. Demóstenes- É no SQS, 309, Bloco G, apartamento 503. Gleyb vem lá pelas três horas.

<<clique>>

VM2(Gleyb) – Tá jóia! SQS, 309, apartamento 513? <<Ao fundo um VMX1- Tem que levar; VMX2- [DÁ PRA DIZER QUE QUEBROU?]>>

Sen. Demóstenes- Bloco G, apartamento 503, SQS, 309, Bloco G de gato, apartamento 503.

VM2(Gleyb) – Tá ótimo! Então tá! [Dá pra ir] às três horas. <<Ao fundo um VMX- Ele chamou?>>

Sen. Demóstenes- Obrigado, viu? Um abraço!

VM2(Gleyb) – Outro, obrigado, até logo, tchau, tchau! <<Ao fundo um VMX- A gente vai/>>

FINAL DA GRAVAÇÃO

-Texto do áudio do arquivo 316010027445309_20110712150045_1_13825148

O informe no Index indica que o Senador teria ligado e, antes que o Sr. Gleyb atendesse (fechando o canal de comunicação) já havia indicação sonora de que a linha origem estaria chamando. Este evento deve ser esclarecido junto à Operadora Nextel, para que seja descartado o robusto indício de que a linha do Senador Demóstenes estivesse sob escuta, uma vez que antes do som produzido pela linha do telefone do Sr. Gleyb, há amostra de sinal originado da linha utilizada pelo Senador, o que explicaria a escuta a partir desta.

Texto

VM2(Gleyb) – Oh. Senador!

Sen. Demóstenes- Fala Gleyb, está vindo?

VM2(Gleyb) – Já, já tou aqui na 302. <<Ao fundo, som de veículo automotor>><<Ao fundo, VMX- Quarenta e nove e noventa (4990), aqui ó!

Sen. Demóstenes- Ah, então tá bom! Você toca eu desço.

VM2(Gleyb) – Pode deixar.

Sen. Demóstenes- Então falou, obrigado!

FINAL DA GRAVAÇÃO

-Texto do áudio do arquivo6010027445309_20110712150943_1_13825229

VM(Gleyb) – Oh, Carlinhos!

Carlinhos- Oh, Negrão! <<Som de veículo automotor, ao fundo.>> O problema é o seguinte, aqueles vinte mil lá, você deixa e pode entregar aqui.

VM(Gleyb) – Uai! Eu tou aqui naaaa porta, tou quase da casa dele, <<AO FUNDO VMX- DEZESSETE UM/ É SETE UM>>[agora/marcou] que eu vim pegar aqui. Quer que leve aí?

Carlinhos- Tá, então! Já, já tá aí, já fala com ele, inclusive dos trans, aí, tá? Então, tá bom! Você conseguiu pegar aquela coisa do Mateus?

VM(Gleyb) – Ele tá com o Martins desde manhã na

6º) Dos arquivos de som claramente editados

45. Os dados na pasta "Index" e na pasta "Transcrições" informam que há, como seria normal, uma única conversação gravada referente a cada diálogo. A análise, entretanto, revelou que neste arquivo acima tratado existem duas conversações telefônicas distintas. Ocorreu uma ADIÇÃO DE UMA CONVERSAÇÃO no arquivo que deveria conter apenas uma conversa, o que caracteriza processo claro de EDIÇÃO.

46. Uma perícia nos áudios originais poderá ou não, constatar outros eventos semelhantes.

7º) Da escuta sem Autorização na linha telefônica do Senador Demóstenes

47. Há evidências de que a linha telefônica utilizada pelo Senador Demóstenes estaria sob escuta, e que algumas conversações foram interceptadas a partir do seu telefone. Uma análise nos áudios originais dessas ligações e por esclarecimentos a serem solicitados para a Operadora Nextel, comprovariam esta robusta possibilidade.

CONCLUSÕES

48. Senhor Presidente, diante dos fundamentos empregados pela digna relatoria para indeferir o pleito de produção de prova pericial, o representado vem, nesta oportunidade – uma vez facultada aos defensores, por essa Presidência, a possibilidade de oferecimento de requerimentos finais – levantar gravíssimas suspeitas em relação à incolumidade, autenticidade e regularidade dos áudios de interceptação telefônica colhidos nas operações Vegas e Monte Carlo.
49. Demonstra-se aqui, oportunamente, que a realização de prova pericial nos áudios expressamente e exaustivamente tratados na Representação do PSOL, no relatório preliminar apresentado, nos depoimentos prestados pelos delegados de Polícia Federal e no depoimento prestado pelo Senador Demóstenes Torres é absolutamente pertinente, indispensável e, em nenhuma medida, protelatória.
50. É evidente que tais áudios já foram vastamente utilizados e, mesmo que as transcrições não venham a constar expressamente do relatório final, eles evidentemente integraram o acervo probatório, na medida em que serviram como elemento de convicção aos dignos Senadores que compõem o Conselho, assim como certamente chegaram ao conhecimento de todos os pares do Representado, que poderão vir a votar em Plenário, na conclusão dos trabalhos.
51. Ora, nada mais justo, portanto, que o Representado tenha a oportunidade de realizar um exame técnico sério e comprometido nestes áudios, podendo assim trazer à público todas as irregularidades que, inequivocamente, já começaram a ser descortinadas.
52. A análise preliminar realizada pelo assistente técnico, mesmo que precária – eis que de péssima qualidade o material de áudio copiado pela polícia e encaminhado ao Supremo Tribunal Federal e, posteriormente, a este digno Conselho, mediante compartilhamento – levantou gravíssimas suspeitas em relação aos tais diálogos, que devem ser, mais do que nunca, submetidos a uma análise técnica.
53. Em respeito a este digno Conselho e atento ao imperativo constitucional de razoável duração do processo, o representado compromete-se a limitar sobremaneira – mesmo contra sua vontade – os requerimentos de prova pericial, concentrando-se tão somente nos diálogos que importaram ao presente feito.
54. Tal atitude do representado certamente atende ao ideal de celeridade almejado por este digno Conselho e, uma vez atendidos os mencionados requerimentos, poderá estar, em tese, satisfeita a exigência constitucional de observância da ampla defesa no presente feito.

PEDIDO

55. Em face disso é que se requer seja oficiado ao Departamento de Polícia Federal, na pessoa dos delegados de polícia que aqui figuraram como testemunhas, para que encaminhem a este Conselho:

1) cópias perfeitas dos arquivos de sons originais dos diálogos tratados na Representação do PSOL, no relatório preliminar apresentado, nos depoimentos prestados pelos delegados de Polícia Federal e no depoimento prestado pelo Senador Demóstenes Torres, ou seja, com as mesmas características do sinal que trafegou na rede telefônica, isto é, sem qualquer tipo de compactação e a respectiva autenticação com algoritmo de domínio público, como o MD5, assim como uma comprovação de que o mesmo foi gerado tão logo o final das interceptações;

2) seja determinado que as operadoras de telefonia informem datas e horários nas quais foram implantadas escutas nas linhas telefônicas;

3) Atendidos os requerimentos "1" e "2", seja facultado à defesa o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para realização de análise técnica dos mencionados áudios, observado ainda o teor do artigo 17-F e seguintes da Resolução nº 20/1993.

Nesses termos,
pede deferimento.

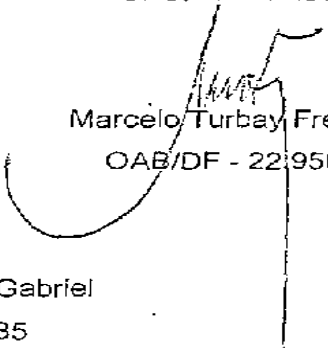
Brasília, 12 de junho de 2012.



Antônio Carlos de Almeida Castro
OAB/DF - 4.107

Roberta Cristina Ribeiro de Castro Queiroz
OAB/DF - 11.305

Pedro Ivo R. Velloso Cordeiro
OAB/DF - 23.944



Marcelo Turbay Freiria
OAB/DF - 22.956

Liliane de Carvalho Gabriel
OAB/DF - 31.335

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

DESPACHO DO RELATOR

Ref.: ✓ Representação nº 1, de 2012 – Encerramento da fase de instrução
✓ Intimação do Representado para apresentação de alegações finais

Nos termos do disposto no *caput* do art. 17-I da Resolução nº 20, de 1993, declaro encerrada, nesta data, a fase de instrução da Representação nº 1, de 2012, em face do Senador Demóstenes Torres.

Intime-se o Representado para apresentar suas alegações finais no prazo de 3 (três) dias úteis.

Em 12 de junho de 2012.



Senador Humberto Costa

Relator da Representação nº 1, de 2012

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE)
Encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 31 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
S/PARTIDO - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,12)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(14,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

Prazo prorrogado: 30/06/2012

Prazo prorrogado: 12/10/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁷⁾	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,15)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁷⁾	
^(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

***. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Em 5.06.2012, foi lido o Requerimento nº 521, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão por noventa dias, a partir de 30 de junho de 2012.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.
17. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

Prazo prorrogado: 31/05/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,14)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁸⁾	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁴⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(4,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,17)
Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (S/PARTIDO-GO) ^(3,19)	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁸⁾	
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽⁵⁾	1. Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
5. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (Of. nº 119/2011-GLDBAG).
14. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (Of. nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
18. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
19. Em 26.04.2012, foi lido expediente do Senador Demóstenes Torres comunicando ter deixado de integrar, a partir de 03.04.2012, a bancada do Partido Democratas - DEM.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

**COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

Prazo final: 25/05/2012

Prazo prorrogado: 24/06/2012

MEMBROS

Gilson Dipp

VAGO ⁽²⁾

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muiños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

VAGO ⁽³⁾

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

*****. Em 22.05.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012/GMGD, de 9.05.2012, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por trinta dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 22.05.2012.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

2. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CJECF, comunicando o afastamento dos trabalhos da Ministra Maria Tereza Moura, em virtude de problemas de saúde em sua família.

3. Em 2.04.2012, foi lido o Ofício nº 022/2012-CJECF, comunicando a solicitação do Doutor René Ariel Dotti de seu afastamento dos trabalhos a partir de 21 de março do corrente.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 061 33033501

E-mail: ref.codigopenal@senado.gov.br

3) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.º18/12-GLPSDB).

2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).

3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).

4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador João Capiberibe (PSB)
	5. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2. Senador Paulo Davim (PV) ⁽¹⁰⁾
Senador Sérgio Souza (PMDB)	
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾
Senador José Agripino (DEM) ^(3,6)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁵⁾	
Senador Fernando Collor (PTB) ⁽²⁾	1. Senador Gim Argello (PTB) ⁽²⁾
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽⁴⁾
PSD	
	1. Senadora Kátia Abreu ^(8,9)

Notas:

*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

***. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)

2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).
3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (Of. Nº 010/12-GLDEM).
4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 15/2012-GLDEM).
7. Em 17.05.2012, o Senador Francisco Dornelles e a Senadora Ana Amélia são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 129/2012-GLPMDB).
8. Em 25.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSD (Of. GLPMDB nº 136/2012).
9. Em 28.05.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente na Comissão (Of. Nº 027/2012-GLPSD) em vaga cedida ao PSD pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
10. Em 29.05.2012, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 0143/2012).
11. Em 06.06.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. GLPMDB nº 0146/2012).
12. Em 06.06.2012, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 081/2012-GLDBAG), em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria.

5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

**COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO
DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS**

Finalidade: Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)
(Requerimento nº 25, de 2012, do Senador Pedro Taques)

Número de membros: 14

PRESIDENTE: Nelson Jobim

Ato do Presidente do Senado Federal: 15/03/2012

Designação: 15/03/2012

Instalação: 12/04/2012

Prazo final: 10/06/2012

Prazo prorrogado: 22/09/2012

MEMBROS

Nelson Jobim

Bernardo Appy

João Paulo dos Reis Velloso

Everardo Maciel

Ives Gandra da Silva Martins

Adib Jatene

Luís Roberto Barroso

Michal Gartenkraut

Paulo de Barros Carvalho

Bolívar Lamounier

Fernando Rezende

Sérgio Prado

Manoel Felipe do Rêgo Brandão

Marco Aurélio Marrafon

Notas:

*. Em 29.05.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012-CEAQF, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por noventa dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 29.05.2012.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 061 33033501

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Paulo Davim (PV) ⁽²⁾
Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³⁴⁾
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁰⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(4,8,17,28,29)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,20)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(31,32,33)
Jayme Campos (DEM) ⁽³¹⁾	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁰⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim Argello (PTB)
Antonio Russo (PR) ^(27,28,29)	3. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ⁽²²⁾

PSD PSOL (26)

Kátia Abreu (PSD) (24,25)

1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Domelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).

18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
27. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
29. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
33. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
34. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,6)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁸⁾	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
7. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Ângela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁹⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁴⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(7,18,24)
Paulo Davim (PV) ^(2,24)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽²⁴⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5,24)	3. Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁴⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁴⁾	4. Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁴⁾	5. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ana Amélia (PP) ^(15,16,17,22,24)	6. Benedito de Lira (PP) ^(11,24)
VAGO ⁽²⁴⁾	7. VAGO ⁽²⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) ^(1,6)	2. Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁵⁾
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR) ^(20,21)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

25. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rego e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Marta Suplicy (PT-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).

2. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

3. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁸⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(8,10)
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁷⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(33,34)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Roberto Requião (PMDB) ^(2,4,16,21,28,40)
Pedro Simon (PMDB) ^(3,17,40)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16,37,40,47)
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,16,40)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16,40)
Renan Calheiros (PMDB) ^(21,40)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(27,40)	6. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	7. Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁹⁾
José Agripino (DEM) ^(18,44)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(19,44,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(12,46)
Gim Argello (PTB)	2. Ciro Nogueira (PP) ^(11,46)
Magno Malta (PR)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,22,35,36)
	4. Eduardo Amorim (PSC) ^(48,49)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	
PSD	
Sérgio Petecão ^(41,42,43)	1. Kátia Abreu ^(30,31,32,38,41,42,43)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

9. O Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
34. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
35. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
36. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
37. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDDB nº 45/2012).
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
41. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
42. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
45. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
46. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
47. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).
48. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
49. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴¹⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,26)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁴⁾	
Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁶⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,22,46,49)
Pedro Simon (PMDB) ^(29,30,32,42,46)	2. VAGO ^(46,49)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(7,13,28,46)	3. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
Benedito de Lira (PP) ^(31,34,43,46)	4. VAGO ^(46,49)
Ana Amélia (PP) ^(20,46)	5. VAGO ^(46,49)
Romero Jucá (PMDB) ^(46,49)	6. VAGO ^(23,46,49)
Valdir Raupp (PMDB) ^(46,49)	7. VAGO ^(11,46)
Waldemir Moka (PMDB) ^(46,49)	8. ⁽⁴⁶⁾
Ciro Nogueira (PP) ^(46,49)	9. ⁽⁴⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁶⁾
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾	5. Alvaro Dias (PSDB) ^(8,47,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴⁴⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,45)
Magno Malta (PR) ^(12,27)	3. Antonio Russo (PR) ^(39,40)
João Ribeiro (PR) ⁽²⁷⁾	4. Vicentinho Alves (PR)
PSD PSOL ⁽³⁷⁾	
Kátia Abreu (PSD) ^(35,38)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).

18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
27. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
38. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
39. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
40. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
41. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
46. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
47. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
48. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
49. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ^(21,22,40)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,23)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO ^(32,34,37)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,27)	6. VAGO ^(9,30,31,33,38)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁸⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Gim Argello (PTB) ^(1,26)	1. João Vicente Claudino (PTB) ⁽²⁾
Vicentinho Alves (PR)	2. Blairo Maggi (PR)
PSD PSOL ⁽³⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,10,35)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (OF. SF/GSMB nº 0276/2011).
6. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 059/2011-GLDEM).
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. 292/2011 - GLPMDB).
24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).
25. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
26. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).
27. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011 - GLDEM).
29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 074/2011-GLDEM).
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
35. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (OF. nº 6/2012 - GLPSD).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

36. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ^(1,3,6,8,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁶⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁵⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Waldemir Moka (PMDB) ^(7,13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,10)	1. Kátia Abreu (PSD)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁵⁾	
⁽⁹⁾	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
9. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
10. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
11. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
12. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
13. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
15. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

16. Em 25.04.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012/CMA, de 20.04.2012, comunicando a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora da Subcomissão.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁷⁾
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(2,5)
Anibal Diniz (PT)	3. Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(4,7)	1. Vicentinho Alves (PR) ⁽⁷⁾

Notas:

1. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).

2. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Anibal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁹⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(9,11)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,5,6,8)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹²⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁰⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(7,11)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
8. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
12. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,12)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁶⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ^(5,8,10,13)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,14)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁶⁾	
Vicentinho Alves (PR) ^(11,17)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
8. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
11. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
12. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
13. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

14. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

15. Em 27.2.2012, o Senador Luiz Henrique é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

16. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

17. Em 30.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 177/2012/CMA e OF. Nº 054/2012/GLBUF/SF).

*. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Aníbal Diniz (PT) ^(15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(12,38,40)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴³⁾	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(8,10,26,33)
VAGO ^(2,13,28,29,30,41)	2. VAGO ⁽³⁹⁾
VAGO ^(31,34,42)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(18,32)	4. VAGO ⁽²¹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(7,9,17,36,46)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,23)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ^(19,37,45)	3. José Agripino (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹⁾	1.
Eduardo Amorim (PSC) ^(11,44)	2.
Magno Malta (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
VAGO ⁽³⁵⁾	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

32. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
41. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
42. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
43. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
44. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
45. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
46. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

- Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 - Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 - O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 - Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 - Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Aníbal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,19)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. VAGO ^(13,14,15,22)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Gim Argello (PTB)	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Blairo Maggi (PR)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,21)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas

Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Domelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁸⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,7)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)

6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

****. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,8)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁴⁾	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,9)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)

3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 194/2011 - CRE/PRES).

9. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (Of. nº 194/2011 - CRE/PRES).

10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)

11. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e Of. Nº 167/2012-CRE/PRES).

12. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

13. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

14. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(21,22)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁶⁾	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁷⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽²⁷⁾
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁷⁾	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11,27)
Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁷⁾	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁷⁾
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁷⁾	4. Francisco Dornelles (PP) ^(10,27)
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁷⁾	5. Clésio Andrade (PMDB) ^(12,23,24,27)
Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁷⁾
Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁷⁾	7. Ivo Cassol (PP) ^(16,17,18,25,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Jayme Campos (DEM) ⁽³⁰⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁶⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
⁽²⁰⁾	1. ⁽²⁰⁾
PSD	
Kátia Abreu ^(28,31)	1. Sérgio Petecão ^(6,7,13,15,28,29,31)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (OF. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (OF. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (OF. nº 148/2011-GLDBAG)

20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).

21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (OF. nº 34/2012-GSMC).

22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. nº 30/2012 - GLDBAG).

23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).

25. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

26. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

27. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.

28. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.

29. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.

30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).

31. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI n° 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(4,5,7)

RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ^(3,5)

Instalação: 15/02/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).

2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.

3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.

4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.

5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CI comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

7. Em 24.04.2012, foi lido o Of. nº 44/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Flexa Ribeiro para Vice-Presidente da Subcomissão.

*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ^(1,2)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. Vicentinho Alves (PR) ^(4,5)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).

2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).

3. Em 16.05.2012, foram eleitos Presidente o Senador Ivo Cassol e Vice-Presidente o Senador Jayme Campos. O Senador Sérgio Petecão foi designado Relator (Of. nº 059/2012-CI, lido na sessão de 17.05.2012).

4. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).

5. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

***. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(1,22,24,28,33,36)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁴⁾	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁶⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(22,23,24,26,31,37)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,19)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO ^(25,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁵⁾	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL ⁽²⁹⁾	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoría (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 481/2011 - GSMB).
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
24. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
25. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
26. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
31. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
32. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
33. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
34. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
35. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
36. Em 24.05.2012, foi lido o Ofício nº 120/2012-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Eduardo Amorim para Vice-Presidente da Comissão.
37. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,7,8)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(4,6,9,11,12)	

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.
8. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
9. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
12. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,10)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
VAGO ⁽¹¹⁾	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
10. Vago, em 17.04.2012, em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
11. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹²⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,11)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 220/2011-PRES/CDR).

7. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.

8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

10. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

11. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 049/2012-PRES/CDR).

12. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11,23,25)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁸⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO ^(28,30,37)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
VAGO ^(26,27,29,36)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,20,21)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(7,19)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(24,34,35)	2. Blairo Maggi (PR) ⁽²⁴⁾
PSD PSOL ⁽³²⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ⁽³³⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozanildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
33. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA
BRASILEIRA**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14)
João Capiberibe (PSB) ^(10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,23,24)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁵⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁵⁾	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) ^(4,18)	2. João Ribeiro (PR) ⁽¹⁸⁾
PSD PSOL ⁽²¹⁾	
⁽⁶⁾	1. Sérgio Petecão (PSD) ^(20,22)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).

14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

21. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

22. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3303-1120**Fax:** 3303-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011**Notas:**

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(7,8)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Eunício Oliveira (CE) ⁽⁹⁾	1. Sérgio Souza (PR) ⁽¹⁰⁾		
João Alberto Souza (MA) ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁶⁾		
Renan Calheiros (AL)	3. VAGO ⁽²⁾		
Romero Jucá (RR)	4. VAGO ⁽¹⁾		
PT			
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)		
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)		
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)		
PSDB			
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)		
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽⁴⁾		
PTB			
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)		
DEM			
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)		
PR			
Vicentinho Alves (TO)	1.		
PP			
Ciro Nogueira (PI)	1.		
PDT			
Acir Gurgacz (RO)	1.		
PSB			
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.		
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 12/06/2012**Notas:**

1. Em 30.05.2012, vago em virtude de sua eleição como membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Em 18.04.2012, vago em decorrência da renúncia do Senador Valdir Raupp, conforme Of.GSVR nº 002/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
3. Eleito Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
4. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
6. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB-PB) ter deixado o mandato.
7. Em 10.04.2012, na 1ª Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares (art. 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).
8. Eleito Presidente na 3ª Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.
9. Em 30.05.2012, eleito membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Em 12.06.2012, eleito membro suplente deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 149/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (S/PARTIDO/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011**4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)***OUVIDOR-GERAL:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**1ª Designação:** 26/04/2011**Atualização:** 26/04/2011

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(6,17)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁷⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
VAGO ^(9,16)
PT
Ana Rita (ES) ⁽¹⁰⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽²⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁶⁾
PR
VAGO ^(8,14,15)
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾
PDT
Zeze Perrella (MG) ⁽¹³⁾
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
VAGO ^(4,11)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹²⁾
PSC

Eduardo Amorim (SE) (7)
PSD
PPS
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/05/2012**Notas:**

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
15. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
16. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
17. Eleita na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258**E-mail:**scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁵⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
VAGO ^(11,19,20)
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁵⁾
PDT
Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁷⁾
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
VAGO ^(13,14)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ^(1,18,21)
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(2,16)
PSD

PPS**PMN**Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾**PV**Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾**Atualização:** 13/06/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
14. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
16. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
17. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
19. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
20. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
21. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
22. Eleito na 2ª Reunião de 2012, realizada em 13/06/2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁴⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**MEMBROS****PMDB****PT**Humberto Costa (PE) ⁽⁷⁾**PSDB**Cícero Lucena (PB) ⁽³⁾**PTB**Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾**DEM****PR**Vicentinho Alves (TO) ⁽⁶⁾**PP**Ana Amélia (RS) ⁽¹¹⁾**PDT**Cristovam Buarque (DF) ⁽⁸⁾**PSB**João Capiberibe (AP) ⁽¹³⁾**PC DO B**Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁹⁾**PSC****PSD**

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽¹⁰⁾

Atualização: 25/04/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPB n° 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.n° 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR n° 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. n° 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.n°006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV n° 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Eleito na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of.GLPB n° 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS**PMDB****PT**

Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽³⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽⁶⁾

DEM

Clovis Fecury (MA) ⁽¹²⁾

PR

Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁹⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽¹³⁾

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹⁰⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽²⁾

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾

PRB

Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁴⁾

PSC**PSD**

Kátia Abreu (TO) ⁽⁸⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁷⁾

Atualização: 09/05/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme OF. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.
12. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.028/2012-GLDEM, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 25.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GLPDT-015/2012, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 02.05.2012.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

COMPOSIÇÃO ²

Presidente: Deputado Paulo Pimenta⁴
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima⁴
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja⁴
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves⁴

Instalação: 27-3-2012

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR)
Paulo Paim (PT/RS)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1.
Benedito de Lira (PP/AL) ⁵	2. Sérgio Souza (PMDB/PR)
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. ³
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
PR	
Vicentinho Alves (PR/TO)	1. Antonio Russo (PR/MS)
PSD¹	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. Kátia Abreu (PSD/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) ^{8 e 9}
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
Edio Lopes (PMDB/RR) ²	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) ⁷
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ⁷	5.
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) ³	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ³
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) ¹⁰
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3.
PP	
João Leão (PP/BA) ⁴	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) ⁶	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) ⁶
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA)
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobbo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Laurez Moreira (PSB/TO)	2. Antonio Balhmann (PSB/CE)
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Ratinho Junior (PSC/PR)	1. Leonardo Gadelha (PSC/PB)
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) ⁵
PMN ¹	
²	²

Notas:

1- Vaga destinada ao rodizio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.

3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.

4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.

- 5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.
- 6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.
- 7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.
- 9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.
- 10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Deputado Márcio Macedo^{15 e 20}
Vice-Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin^{15 e 20}
Relator: Senador Sérgio Souza^{16 e 20}

Instalação: 10-4-2012^{15 e 20}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ⁷	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3 e 14}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ³
Eduardo Braga (PMDB/AM) ³	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ³
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11 e 12}	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3 e 18}	4. ^{3 e 19}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) ²
Jayme Campos (DEM/MT) ^{6 e 10}	2. José Agripino (DEM/RN) ^{6 e 10}
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ⁴	1. ^{8, 9 e 12}
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁵	1.

Notas:**1-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.**2-** Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.**3-** Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.**4-** Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.**5-** Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.**6-** Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.**7-** Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.**8-** Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.**9-** Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.**10-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.**11-** Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.**12-** Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.**13-** Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.**14-** Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.**15-** Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.**16-** Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.**17-** Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.**18-** Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.**19-** Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.**20-** Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) ²	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 12}
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) ²	1. ^{2 e 7}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) ²	1. Sarney Filho (PV/MA) ²
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO
FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA**

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
PSDB	
	1.
PTB	
Gim Argello (PTB/DF) ²	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ²
DEM	
	1.
PSOL¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Fernando Collor ⁶
Vice-Presidente: Deputada Perpétua Almeida ⁶

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

Notas:

1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Domelles (PP) e Paulo Davim (PV).

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

6- Assumiu a Presidência na 2ª Reunião de 2012, realizada em 08/05/2012, em substituição à Deputada Perpétua Almeida, que passou a ocupar a Vice-Presidência, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15/08/2001 (Ata publicada no DSF de 22/08/2001, pg. 17595).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público ou relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-20**Designação da Comissão:** 14-12-20**Instalação da Comissão:** 8-2-20**Prazo final da Comissão:** 19-8-20

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8 e 12}	1.
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argelo (PTB/DF) ⁷
PSOL¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim Argelo, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Nilda Gondim (PMDB/PB) ⁹
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 15 (quinze) Senadores e 15 (quinze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- **Leitura:** 19-4-2012
- **Designação da Comissão:** 24-4-2012
- **Instalação da Comissão:** 25-4-2012
- **Prazo final da Comissão:** 4-11-2012

Presidente: Senador Vital do Rêgo
Vice-Presidente: Deputado Paulo Teixeira
Relator: Deputado Odair Cunha

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
José Pimentel (PT/CE)	1. Wellington Dias (PT/PI)
Jorge Viana (PT/AC) ⁶	2. Aníbal Diniz (PT/AC) ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Walter Pinheiro (PT/BA)
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS)
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	5. Acir Gurgacz (PDT/RO)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PV/RN)	5.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3. Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Fernando Collor (PTB/AL)	1. Blairo Maggi (PR/MT) ²
Vicentinho Alves (PR/TO)	2. Eduardo Amorim (PSC/SE) ²
PSD¹	
Kátia Abreu (PSD/TO)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim, como membros suplentes, em 13-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁴
PMDB	
Iris de Araújo (PMDB/GO)	1. Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ²
Luiz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Domingos Sávio (PSDB/MG)
Fernando Francischini (PSDB/PR)	2. Vanderlei Macris (PSDB/SP) ³
PP	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
DEM	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
PR	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Glauber Braga (PSB/RJ)
PDT	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
PSC	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
PCdoB¹	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. João Moraes (PCdoB/MG) ⁵

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Leonardo Picciani, como membro suplente, em substituição ao Deputado Edio Lopes, em 16-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 518/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

3- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Rogério Marinho, em 30-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 576/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

4- Designado o Deputado Ricardo Berzoini, como membro suplente, em substituição ao Deputado Sibá Machado, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 094/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada João Moraes, como membro suplente, em substituição ao Deputado Osmar Júnior, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 202/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados.

6- Designados o Senador Jorge Viana, como membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, e o Senador Aníbal Diniz, como membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 82/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ORGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes**COMPOSIÇÃO****Presidente:** _____**Vice-Presidente:** _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO ¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião ⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame ⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia ⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
vago ¹⁰	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Iris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Assis Melo ¹¹	Manuela D'ávila ¹²
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) ¹³
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 16.3.2012)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.

10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).

11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 20, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

12- Designada para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 19, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

Edição de hoje: 372 páginas
(OS: 12761/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

